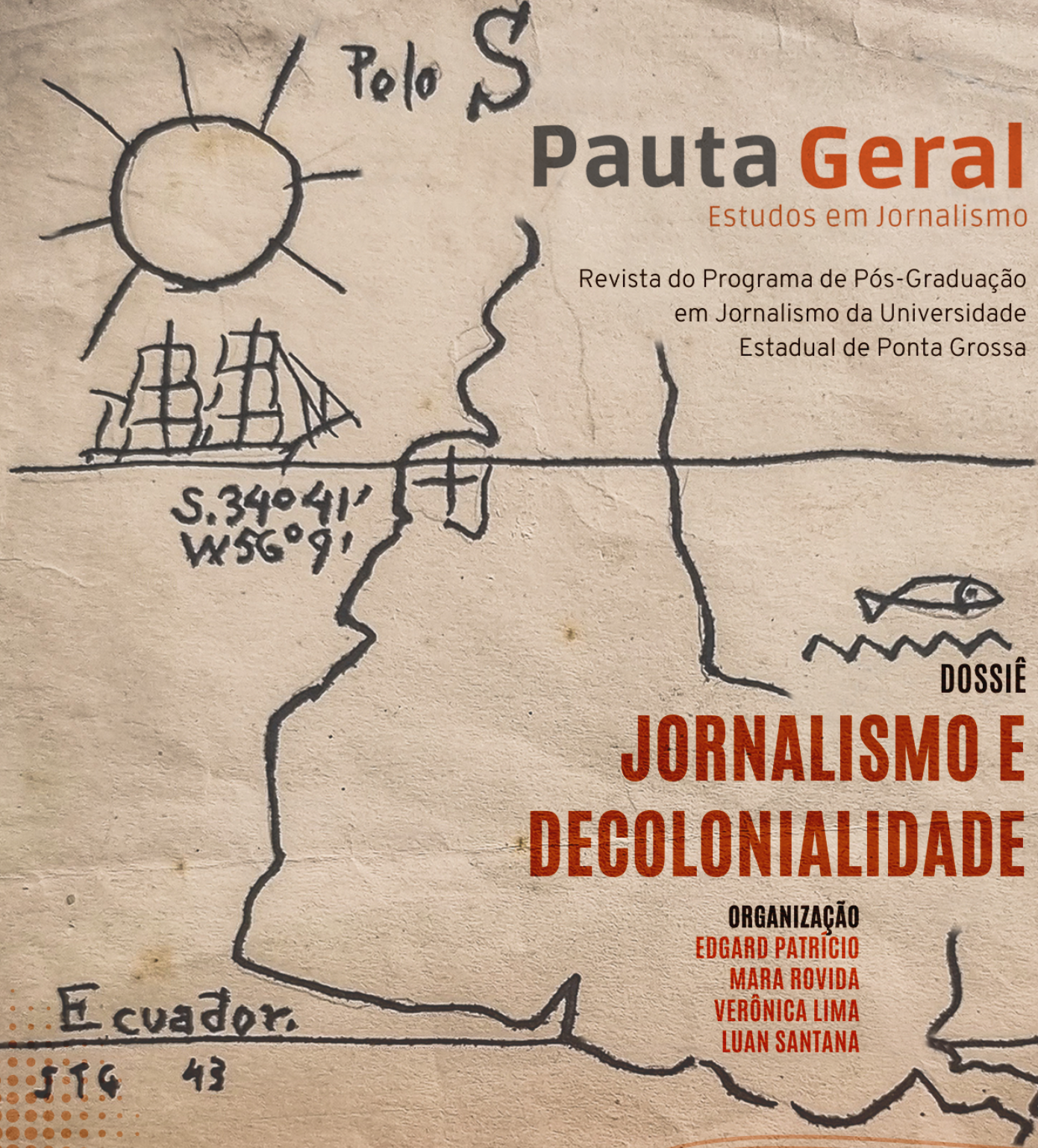


Polo S

Pauta Geral

Estudos em Jornalismo

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Jornalismo da Universidade
Estadual de Ponta Grossa



DOSSIÊ

JORNALISMO E DECOLONIALIDADE

ORGANIZAÇÃO
EDGARD PATRÍCIO
MARA ROVIDA
VERÔNICA LIMA
LUAN SANTANA



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
2023 | v. 10 | n. 1 | ISBN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

2023 | v. 10 | n. 1 | ISBN: 2318-857X

Pauta Geral
Estudos em Jornalismo

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Editor executivo

Marcelo Engel Bronosky

Editor adjunto

Hendryo André

Assistente

Daniely Neverth

Editores convidados | Dossiê
Jornalismo e Decolonialidade

Edgard Patrício, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Mara Rovida, Universidade de Sorocaba, Brasil
Verônica Maria Alves Lima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Luan Matheus Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Capa

Hendryo André, inspirada na obra *O norte é o sul* (1935), de Torres García

Revisão final

Hendryo André

Comissão científica

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo
da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, Brasil

Cintia Xavier
Felipe Simão Pontes
Graziela Bianchi
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
Hendryo André
Ivan Bomfim
Karina Janz Woitowicz
Marcelo Engel Bronosky
Paula Melani Rocha
Rafael Schoenherr
Sérgio Luiz Gadini

Conselho editorial

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes a reconhecidos
centros de pesquisa nacionais
e internacionais

Alberto Pena-Rodríguez, Universidade de Vigo, Espanha
Alfredo Vizeu, Universidade Federal do Pernambuco, Brasil
Aline do Amaral Garcia Strelow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Regina Barros Rêgo Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Anibal Orué Pozzo, Universidad Nacional del Este, Paraguai
António Costa Pinto, Universidade de Lisboa, Portugal
Antonio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Antonio Francisco Magnoni, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Antonio Holfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Ariane Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil
Boanerges Balbino Lopes Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Carlos Federico González Pérez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Christa Berger, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Claudia Quadros, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Cristina Mello, Universidade de Coimbra, Portugal
Denis Porto Renó, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Dione Oliveira Moura, Universidade de Brasília, Brasil
Edson Spenthof, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Eduardo Meditsch, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elias Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elizabeth Saad, Universidade de São Paulo, Brasil
Emerson Urizzi Cervi, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Gerson Martins, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Graça Caldas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Guilherme Carvalho, Centro Universitário Internacional, Brasil
Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jesus Flores, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Joana Belarmino, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Canavilhas, Universidade da Beira Interior, Portugal
João José Figueira, Universidade de Coimbra, Portugal
Jorge Pedro Sousa, Universidade do Porto, Portugal
José Manuel Gómez y Méndez, Universidad de Sevilla, Espanha
Josenildo Guerra, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Juliana Colussi Ribeiro, Universidad del Rosario, Colômbia
Juliano Maurício Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Julio Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy – Jujuy, Argentina
Karine Moura Vieira – Centro Universitário Internacional – Curitiba, Brasil
Kenia Beatriz Ferreira Maia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Leonel Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Lia da Fonseca Seixas, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Marcelo Brunet, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcus Antonio Assis Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Mario Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Miquel Rodrigo Alsina, Universitat Pompeu Fabra, Espanha
Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Muriel Emídio Pessoa do Amaral, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Nefília Silva dos Anjos Seixas, Universidade Federal do Pará, Brasil
Paul Levinson, Fordham University, Estados Unidos
Ramón Salaverría, Universidad de Navarra, Espanha
Rogério Christofoletti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Sandra Regina Moura, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Sebastian Alaniz, Universidad Católica do Chile, Chile
Sergio Mattos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Silvio Waisbord, George Washington University, Estados Unidos
Suzana Barbosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tatiana Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Tomás José Jane, Escola Superior de Jornalismo, Moçambique
Victor Gentilli, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

Revista Pauta Geral

Endereço

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Campus Central. Praça Santos Andrade, 01 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330

Contato

42 3220-3379
revistapautageral@gmail.com

<https://revistas.uepg.br/>

Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

Editorial	Na Pauta: tensionamentos entre jornalismo e decolonialidade Hendryo André e Marcelo Engel Bronosky	7
Dossiê Jornalismo e Decolonialidade		
Apresentação	Fertilizar os estudos de jornalismo a partir da decolonialidade <i>Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana</i>	13
Relatos de experiência	A construção da credibilidade jornalística da Revista AzMina como mídia radical ativista <i>Bárbara Pereira Libório</i>	19
	A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência Antirracista do Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística <i>Bruno de Castro Brito</i>	39
	Carta para ELAS: um estudo sobre práticas de comunicação não-hegemônica para mídia sonora <i>Paula Gorini Oliveira</i>	58

Artigos	Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo	76
	<i>Jorge Kanehide Ijuim</i>	
	Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade	94
	<i>Dayana K. Melo da Silva e Carlos Eduardo Souza Aguiar</i>	
	Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano	109
	<i>Anna Júlia Carlos da Silva e Reges Schwaab</i>	
	Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes	127
	<i>Eloisa Beling Loose, Patrícia Kolling e Janaína Capeletti</i>	
	Jornalismo decolonial no Instagram: o enquadramento da pauta climática em perfis de mídia hegemônica e contra hegemônica na cobertura nacional e regionalizada com foco na Amazônia	144
<i>Jéssica de Souza Carneiro e Walter Teixeira Lima Júnior</i>		
Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial	165	
<i>Alice Oliveira de Andrade e Maria do Socorro Furtado Veloso</i>		
Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal Lampião da Esquina	183	
<i>Cândida de Oliveira e Muriel Emídio Pessoa do Amaral</i>		
Do tambor ao papel: Nzinga Informativo e a imprensa feminista negra	200	
<i>Danyela Barros Santos Martins de Queiroz e Reginaldo Moreira</i>		
A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica	217	
<i>Lila Bemerguy</i>		
Proteção e resistência de jornalistas feministas na América Latina	235	
<i>Jessica Gustafson</i>		
Entrevista	De dentro pra dentro: jornalismo de olhar periférico no centro da prosa	255
	<i>Edgard Patrício, Luan Santana, Mara Rovida e Verônica Lima</i>	
Temas livres		
Artigo	Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na Folha de S. Paulo	283
	<i>Adriano Charles da Silva Cruz</i>	

EDITORIAL

7

Na Pauta: tensionamentos entre jornalismo e decolonialidade

Investigar um mundo de ponta cabeça, no qual haja mais coisas entre o céu e a terra do que uma vã ciência positiva, remete, necessariamente, a um enfrentamento ao que se convencionou chamar de *normalidade*. Se um imperativo histórico impôs, por meio do exercício sistêmico das mais variadas formas de violência, um vínculo quase indissociável entre as noções de *hegemônico* — que parte de relações díspares de poder — e *natural* — algo dado, inquestionável —, provavelmente o problema esteja nos modos predominantes de refletir e agir sobre a realidade.

Ao longo da história, essas maneiras de encarar a concretude do mundo se naturalizaram não apenas entre grupos de exploradores, mas também entre aqueles explorados século após século. Binarismos como *desenvolvido* e *subdesenvolvido* e algumas ramificações, como a oposição entre *central* e *periférico*, foram por muito tempo avaliados como incontroversos. Seria preciso que o *terceiro mundo* — para usar outro desses modismos para se referir aos territórios mais explorados pelo capitalismo — tivesse progresso econômico, tecnológico, político e, claro, cultural para, finalmente e com uma dosagem de sorte, atingir o *primeiro mundo*, isto é, tornar-se uma *potência*. Esse tipo

de classificação impositiva, por conveniência, ignorou e continua a desprezar relevantes e inquestionáveis vantagens históricas dos países economicamente mais ricos, que se desenvolveram em grande parte devido ao suor, lágrimas e sangue de outros povos.

Hoje, as expressões *norte* e *sul global* buscam propor tensões geopolíticas entre, respectivamente, a parte do globo que se beneficiou e a que se prejudicou pelos tempos de colonização. Ao contrário das designações pretéritas, entretanto, a última explora as contradições dessas diferentes realidades e admite e valoriza as singularidades na forma de pensar e agir dos partícipes secularmente marginalizados. Em outras palavras, não se trata de uma abordagem ancorada no positivismo que visa *integrar harmonicamente* dois mundos opostos, mas de uma perspectiva que não apenas reconhece, mas valoriza as diferenças e os saberes produzidos fora dos países que detêm hegemonia nas ciências. A existência, nesses espaços, é avaliada como mais complexa, rica e distinta do que as lentes da lógica europeia ou estadunidense são capazes de focar. As teorias que explicam a modernidade como uma forma de organização social que emergiu na Europa ocidental a partir do século XVII e que, em tese, teria se espalhado com algumas descontinuidades por todo o planeta, detêm limitações para a explicação dos modelos de sociedade existentes na América Latina, na África e na Ásia. Sumariamente, a apropriação indiscriminada e acrítica da tradição científica produzida no norte global em contextos de países que foram colonizados é uma das faces do que é conhecido por *colonialidade*.

Esta edição da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** chega aos leitores e leitoras justamente para abordar tensões entre *jornalismo* — uma prática social amplamente abarcada por atravessamentos dos modelos sedimentados nos Estados Unidos e Europa — e *decolonialidade* — a premissa de que é urgente amadurecer epistemologias singulares e distintas das hegemônicas para reler e mediar o mundo. Com ela, consolida-se uma nova fase do periódico, que tem buscado manter e até reforçar a qualidade editorial e, simultaneamente, tornar o fluxo de avaliação mais agilizado.

Neste volume, o dossiê **Jornalismo e Decolonialidade**, organizado pelos colegas Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana, mostrou-se um esforço para compreender a necessidade de questionar práticas enraizadas no jornalismo, herdadas de um *ethos* jornalístico importado do norte global. Mais que isso, o conjunto de trabalhos aponta para a emergência do desenvolvimento de modelos jornalísticos que enfrentem os principais temas de interesse público por recortes

interseccionais, ou seja, que levem em conta opressões históricas — gênero, raça, classe social e sexualidade — que marcam sociedades desiguais como a brasileira.

Por se propor a olhar o mundo de ponta cabeça — no sentido de uma perspectiva humanista que amplie a pluralidade de visões e não na inversão das forças no jogo de poder, como propunha uma das leituras da obra pioneira *O norte é o sul*, produzida por Torres García, em 1935, e que, devido ao teor vanguardista, ilustra a capa —, a experiência começa justamente pelo que se costuma relegar às últimas partes dos periódicos: três relatos de experiência. No primeiro, *A construção da credibilidade jornalística da Revista AzMina como mídia radical ativista*, Bárbara Pereira Libório compartilha o processo, coordenado por ela, de adesão de um veículo brasileiro voltado à cobertura de temas ligados a questões de gênero ao *Trust Project*, consórcio internacional que define parâmetros de transparência jornalística, qualidade e credibilidade. A experiência contradiz o senso comum de que veículos alternativos apenas são capazes de fazer coberturas tidas como *panfletárias*, ou ainda, de que para fazer jornalismo de qualidade seja preciso seguir postulados amplamente popularizados no campo a partir de uma visão eurocêntrica, sobretudo, ideais como *isenção* e *imparcialidade*.

Na sequência, Bruno de Castro Brito, cofundador do primeiro portal de jornalismo negro profissional do Ceará, assina o texto *A “Terra da Luz” tem preto, sim! Um relato da experiência antirracista do portal Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística*, surgido e desdobrado de um curso sobre igualdade racial promovido pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindijorce). O artigo aponta, sem cair em romantização, a existência de um nicho jornalístico voltado à cobertura de notícias sobre pessoas negras em situação de protagonismo focado na desconstrução de estereótipos vinculados a essa parcela da população. Paradoxalmente, aponta as adversidades pelas quais a iniciativa passa, sobretudo, por fatores ligados a problemas de viabilidade econômica sustentados por mitos que reforçam o racismo, como a noção de *democracia racial*.

Por fim, a seção de relatos se encerra com *Carta para ELAS: um estudo sobre práticas de comunicação não-hegemônica para mídia sonora*, de Paula Gorini Oliveira. A autora relata uma experiência de observação participante que resultou na produção de um podcast com mulheres que passaram pelo sistema prisional. Ao se apropriar da metodologia epistolar para acessar narrativas das histórias de vida de cinco mulheres, a pesquisadora demonstra as potencialidades da iniciativa contra-hegemônica. Por meio das cartas, tais mulheres mostram-se para além dos estigmas que as acompanham.

Sem dúvida, os relatos apresentam potencialidades de iniciativas jornalísticas que se posicionam como práticas de resistência e/ou de substituição de modelos vigentes. A questão da decolonialidade, entretanto, como uma epistemologia orgânica, precisa encontrar formas de agir sobre o *ethos* jornalístico que vigora na imprensa *mainstreaming*. É nessa linha que o texto *Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo*, assinado por Jorge Kanehide Ijuim, abre a seção de artigos. Para o pesquisador, heranças de um jornalismo produzido no norte global afetam tanto aspectos técnicos quanto éticos e estéticos. O pressuposto da argumentação é o de que para humanizar a prática social chamada jornalismo é vital humanizar antes o profissional.

Na mesma linha de exposição, Dayana K. Melo da Silva e Carlos Eduardo Souza Aguiar, em *Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade*, reforçam o quanto o jornalismo, acobertado por uma ideia míope de objetividade, ideologicamente constituiu-se como um campo voltado à ratificação dos princípios da colonialidade. A partir da análise de duas iniciativas contra-hegemônicas, eles destacam a relevância de incorporar uma lógica interseccional no pensar e produzir jornalismo, sem, contudo, fazer terra arrasada. O “esforço decolonial”, nas palavras dos pesquisadores, não deve só “rejeitar as ferramentas da colonialidade. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, apresenta-se como mais fértil a ideia de reapropriação dessas mesmas práticas” (p. 95).

Os três artigos seguintes se debruçam sobre a temática ambiental. Em *Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano*, de Anna Júlia Carlos da Silva e Reges Schwaab, há uma tentativa de relacionar o que os autores chamam de *jornalismo socioambiental* — por gênese, transversal — ao pensamento latino-americano, cuja episteme é alimentada por uma compreensão crítico-utópica, aquela que demonstra, grosso modo, insatisfação e possibilidades de transformação do mundo.

Já em *Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes*, de Eloisa Beling Loose, Patrícia Kolling e Janaína Capeletti, o foco se volta para a relevância em pluralizar as vozes que participam das disputas narrativas sobre a temática ambiental. A ampliação de vozes, interpreta-se do escrito, serviria tanto para enriquecer o debate público quanto para, até certo ponto, pressionar o jornalismo hegemônico a rever alguns dos critérios de cobertura das pautas ambientais.

Conforme dito, o último artigo que trata de um tema relacionado a meio ambiente é resultado de uma pesquisa empírica. *Jornalismo decolonial no Instagram: o*

enquadramento da pauta climática em perfis de mídia hegemônica e contra hegemônica na cobertura nacional e regionalizada com foco na Amazônia, assinado por Jéssica de Souza Carneiro e Walter Teixeira Lima Júnior, busca diferenciar abordagens feitas entre perfis de veículos hegemônicos e contra-hegemônicos na plataforma digital Instagram. Os resultados demonstram que as redes sociais podem servir para a descentralização dos processos comunicacionais e que no caso analisado — enchentes ocorridas em São Paulo e no Acre no início deste ano — houve práticas de racismo ambiental.

Das discussões de racismo ambiental para as de racismo. No artigo *Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial*, Alice Oliveira de Andrade e Maria do Socorro Furtado Veloso também se preocupam com a questão das vozes. Segundo as autoras, enquanto espaço de resistência e transformação, o jornalismo antirracista amplia “o alcance de vozes historicamente subalternizadas” e desnaturaliza “as hierarquias sociais instituídas pela própria mídia hegemônica” (p. 166). Nesse sentido, as mídias negras integrariam uma estratégia decolonial da contemporaneidade.

Ao olhar para uma edição alusiva aos povos indígenas produzida por um célebre jornal que circulou no período de transição entre as décadas de 1970 e 1980, Cândida de Oliveira e Muriel Emídio Pessoa do Amaral discutem, no artigo *Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal Lampião da Esquina*, como a publicação conseguiu conferir dignidade, pertencimento e visibilidade pública aos povos indígenas. A abordagem sugere, no mínimo, a existência de práticas jornalísticas com pinçadas decoloniais antes mesmo consolidação do conceito.

Em consonância com a ideia anterior, *Do tambor ao papel: Nzinga Informativo e a imprensa feminista negra*, artigo assinado por Danyela Barros Santos Martins de Queiroz e Reginaldo Moreira, faz uma leitura crítica a partir de uma análise documental de um produto do movimento feminista negro brasileiro que circulou ao longo da segunda metade da década de 1980. Naquele período de redemocratização do país, explicam os autores, os movimentos sociais saíram da clandestinidade e puderam voltar atenções para pautas que iam além das questões de classe.

Ainda por uma perspectiva histórica, em *A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica*, Lila Bemerguy conta como dois jornais paraenses cobriram a Operação Mocorongo, realizada em 1969. Apesar de ser mera encenação de uma invasão militar, os impressos da região noticiaram uma guerra

imaginária, ao passo que rechaçaram os insurgentes e elogiaram “a bravura e coragem dos que defenderam a cidade de uma invasão” (p. 231). Por que a cobertura enalteceu as forças militares e o passado de dominação? Conveniência? Medo de violência?

Embora em épocas distintas, o último ponto, sem dúvidas, está relacionado com o artigo final do dossiê, escrito por Jessica Gustafson. Em *Proteção e resistência de jornalistas feministas na América Latina*, a autora, a partir de depoimentos de jornalistas latino-americanas que vivem um contexto de crescimento de violência contra profissionais de imprensa, especialmente mulheres, discute como se estrutura a articulação de jornalistas feministas na *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), fundada em 2005, no México. O espaço, defende a pesquisadora, constitui-se como um grande *acorpamiento*, isto é, uma rede coesa de proteção.

Como complemento, os organizadores produziram uma entrevista — *De dentro pra dentro: jornalismo de olhar periférico no centro da prosa* — com três integrantes de coletivos de jornalismo independente: Gabrielle Guido e Brenda Gomes, do coletivo *Entre Becos*, em Salvador, e Aline Rodrigues, do *Periferia em Movimento*, em São Paulo.

12

A edição fecha com um artigo enviado via fluxo contínuo. *Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na Folha de S.Paulo*, assinado por Adriano Charles da Silva Cruz, analisa os enquadramentos da condução coercitiva do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da operação Lava Jato, em 2016. Segundo o autor, os enquadramentos midiáticos do episódio reforçam um processo de antecipação da culpa.

A equipe editorial da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** reforça que o periódico permanece aberto para receber propostas de dossiês temáticos e, claro, artigos, resenhas, entrevistas e relatos de experiência em fluxo contínuo.

Ótima leitura e até a próxima edição.

Ponta Grossa, 30 de junho de 2023.

Hendry André e Marcelo Engel Bronosky

APRESENTAÇÃO

13

Fertilizar os estudos de jornalismo a partir da decolonialidade

A perspectiva decolonial tem se apresentado cada vez mais como um tema emergente nos estudos em jornalismo. A presença crescente do debate decolonial instiga reflexões cada vez mais aprofundadas sobre a relação entre jornalismo, modernidade, colonialidade e decolonialidade, o que institui um importante desafio, já que tal perspectiva se configura como uma postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018), muito mais que um tema em voga estruturado em uma corrente teórica momentânea. Essa compreensão está fundamentada não apenas em postulações acadêmicas, mas também e, inerentemente, nas insurgências práticas conforme evidenciam as reflexões deste dossiê.

No jornalismo, as insurgências decoloniais delineiam o horizonte de iniciativas que buscam construir espaços/modos outros de produção e distribuição, em contraposição às práticas hegemônicas eurocentradas que constituíram o cenário denominado como modernidade, sustentado pela colonialidade — que, por sua vez, estabeleceu, através do racismo, a classificação e a diferença como base para um ambiente de expropriação e violência contra populações fora da Europa (GROSFOGUEL,

2018). Desse modo, a atitude insurgente questiona o sistema de poder organizado a partir dos empreendimentos coloniais e suas atualizações ao longo do tempo histórico no interior desse próprio sistema, através dos saberes e lógicas que resistem e re-existem à colonialidade e suas diferentes facetas.

As pesquisas que articulam comunicação e decolonialidade vêm, na última década, fornecendo um importante arcabouço epistêmico, político e cultural que emerge dessas insurgências, e que permite a construção de outros caminhos teóricos. A criação do Grupo Comunicación-Decolonialidad na Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (Alaic), que está em atividade desde 2016, é um marco importante. Entretanto, os estudos focados em jornalismo permaneciam à margem dessas reflexões ou dissolvidos em reflexões mais amplas.

Sendo assim, é possível afirmar (e celebrar) que este é o primeiro dossiê científico no Brasil a tratar a relação entre jornalismo e decolonialidade, o que marca o reconhecimento acadêmico-científico da importância e dos aportes da atitude epistêmica decolonial para os estudos na área. Esta edição compreende, portanto, que a decolonialidade não se configura como um tema antes inexplorado — primeiro porque está alicerçada nas insurgências empíricas de resistência e re-existências diversas ao longo do tempo, e segundo porque se alinha ao chamado “giro decolonial”, denominação que sintetiza o processo de consolidação da perspectiva decolonial como horizonte de investigação teórica, em diálogo com outras perspectivas teórico-críticas (BALLESTRIN, 2013).

Do ponto de vista da produção científica, foi o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000) quem estabeleceu um marco importante desses estudos, a partir do desenvolvimento do conceito de *colonialidade do poder*, na década de 1990. Em linhas gerais, trata-se das marcas históricas e estruturais inauguradas no período colonial e materializadas nas dimensões de raça, gênero e classe, ou seja, desde a divisão racial do trabalho até as hierarquias e binarismos de gênero e classe, impostos sobretudo aos povos escravizados de África e povos originários da América Latina, e que reconfiguram nas estruturas sociais contemporâneas. Esse marco conceitual se deu em diálogo e em convergência com outras perspectivas críticas, entre as quais destacamos a *interseccionalidade*, conceito sistematizado pela intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002) como ferramenta de análise e enfrentamento das desigualdades sociais.

Desde a decolonialidade, nos interessa evidenciar que o “sistema de opressão interligado” (AKOTIRENE, 2019) apontado pela interseccionalidade faz parte de um arranjo social e epistêmico inaugurado e sistematizado pelo projeto colonial, que estabeleceu as lógicas e práticas da Europa ocidental como padrão civilizatório. A configuração de tal projeto se manifestou no regime de expropriação, violência e extermínio, físicos e simbólicos, contra os grupos subjugados, o que não se deu sem dissensos e enfrentamentos. Com as atualizações contemporâneas do projeto colonial, essas disputas também se reconfiguram e persistem na amplificação das vozes historicamente sujeitas a regimes de silenciamento e invisibilização.

Nessa dinâmica, este dossiê busca contribuir com o processo de abertura e ampliação do horizonte epistêmico de discussão do jornalismo desde a decolonialidade, oferecendo espaço para o emergente debate das insurgências no campo do jornalismo. Da mesma forma que a própria área de estudos protagoniza, atualmente, a gradativa conformação e consolidação de caminhos teóricos e metodológicos a partir da decolonialidade, foi interessante observar que o próprio dossiê, pouco a pouco, revelou também uma dinâmica peculiar no seu arranjo conceitual, resultante dos próprios interesses dos autores e suas propostas.

Assim, no processo de organização deste dossiê testemunhamos o surgimento de quatro eixos de discussão fundamentais para o debate decolonial no jornalismo:

1. Relatos de experiência;
2. Reflexões conceituais sobre decolonialidade no jornalismo e suas especificidades;
3. Decolonialidade como horizonte epistêmico-político para a prática jornalística;
4. Decolonialidade como perspectiva crítica para análise do jornalismo.

Tais eixos nos serviram como fio condutor para a organização da sequência dos artigos, e nos apresentam questões significativas para a articulação jornalismo-decolonialidade, que caracterizamos a seguir sequencialmente.

Abrir espaço para os relatos de experiência nos parece não apenas uma possibilidade de aprender com a prática de grupos historicamente silenciados — que é um aprendizado da escuta, mas também uma oportunidade de reparar historicamente os

regimes de silenciamento e epistemicídio que caracterizam a colonialidade, tanto em sua configuração histórica nos empreendimentos coloniais, como também nas formas contemporâneas que esse poder se dispõe. Nesse sentido, abrimos o dossiê com esses relatos como forma de valorizar a escuta como reparação.

Tendo em vista o caráter inicial do debate decolonial no âmbito acadêmico, em especial na área de jornalismo, reconhecemos a necessidade de criação e debate de conceitos e categorias que vão constituir o horizonte semântico da decolonialidade para os estudos de jornalismo. Assim, a presença de artigos com esse intuito neste dossiê aponta para um horizonte de pesquisa que tende a crescer ainda mais.

Além disso, a perspectiva decolonial também nos impulsiona, como jornalistas e comunicadores, a rever nossas práticas e assumir comportamentos que sejam reflexo de um compromisso ético e político, inclusive do ponto de vista acadêmico, em desmontar os arranjos de poder da colonialidade que estabelecem parâmetros excludentes de raça, gênero, classe, sexualidade e de reconhecimento de saberes. Por isso, os artigos que discutem esse horizonte epistêmico neste dossiê também são uma forma de fortalecer o nosso compromisso ético-político que deve ser, segundo demonstram as próprias reflexões e experiências decoloniais, coletivo.

Da mesma forma, esse comprometimento preconiza uma revisão e ampliação dos princípios que regem a crítica do jornalismo, a fim de eliminar os efeitos dos regimes de esquecimento e apagamento das demandas e das memórias de violência e expropriação dos grupos historicamente subalternizados. Os artigos finais deste dossiê assinalam essas especificidades críticas, e também apontam um horizonte vasto para o crescimento da crítica jornalística.

A partir desses eixos, buscamos sinalizar esses caminhos abertos para ampliação do próprio entendimento sobre jornalismo, que possam reconhecer e refletir a pluralidade sócio-política no que se refere aos conceitos e às práticas jornalísticas. Desejamos, assim, que a leitura seja agradável e especialmente fértil às leitoras e leitores, fomentando e instigando futuros debates.

Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana

Referências

AKOTIRENE. C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, mai-ago. Brasília, 2013. pp. 89-117. Disponível em: <https://bit.ly/3PAVhVO>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 10 n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 28-56.

GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. pp. 57-77.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research**, v. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3PxRwAH>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DOSSIÊ

JORNALISMO E DECOLONIALIDADE

18

ORGANIZAÇÃO

Edgard Patrício, Mara Rovida, Verônica Lima e Luan Santana

A construção da credibilidade jornalística da *Revista AzMina* como mídia radical ativista

Bárbara Pereira Libório¹

Resumo

Este ensaio acadêmico investiga o processo de estabelecimento da credibilidade jornalística da *Revista AzMina*, publicação fundada em 2015 com o propósito de abordar questões relacionadas ao gênero no contexto do crescimento do jornalismo independente e ativista. Ao examinar teóricos como Downing (2002), Guerra (1999), Miguel e Biroli (2010) e De Souza Prudêncio e Batalha (2020) para discutir os conceitos de imparcialidade no jornalismo, especialmente no contexto do jornalismo ativista, descrevemos e analisamos o processo da *Revista AzMina* na implementação dos critérios de credibilidade estabelecidos pelo *Trust Project*, um consórcio internacional que promove padrões de transparência na área jornalística, assim como a adesão ao selo que atesta sua credibilidade.

Palavras-chave: Mídia radical ativista. Credibilidade do jornalismo ativista. *Revista AzMina*.

19

The construction of journalistic credibility of *Revista AzMina* as a radical activist media

Abstract

This academic essay investigates the process of establishing the journalistic credibility of *Revista AzMina*, a publication founded in 2015 with the purpose of addressing gender-related issues within the context of independent and activist journalism growth. By examining theorists such as Downing (2002), Guerra (1999), Miguel and Biroli (2010), and De Souza Prudencio and Batalha (2020) to discuss the concepts of impartiality in journalism, especially in the context of activist journalism, we describe and analyze the process of *Revista AzMina* in implementing the credibility criteria established by the *Trust Project*, an international consortium that promotes transparency standards in the field of journalism, as well as the adherence to the seal that attests to its credibility.

Keywords: Radical activist media. Credibility of activist journalism. *AzMina Magazine*.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídias Criativas da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGMC/ECO/UFRJ). Rio de Janeiro (RJ). Brasil. E-mail: barbara.liborio@gmail.com.

Introdução

Quando a Revista *AzMina* surgiu, em agosto de 2015, e grandes veículos de comunicação ainda estampavam manchetes que chamavam de “crimes passionais motivados por ciúmes” os feminicídios, parecia óbvia a urgência da criação de um veículo de imprensa que cobrisse eventos jornalísticos sob a ótica das mulheres. Cinco anos antes, a etnografia de Veiga da Silva (2010) discutia como o jornalismo já era, sim, constituído de gênero — o masculino — em suas concepções e seus procedimentos.

As características pessoais e os atributos de gênero tanto dos jornalistas quanto das notícias a eles associadas davam pistas de que os valores culturais, pessoais e profissionais praticamente sempre trabalhavam e serviam de pano de fundo em grande parte das escolhas no processo de produção das notícias. Em minhas observações, ao longo do tempo, ia ficando cada vez mais claro que gênero era constituinte não só das pessoas, mas também das notícias e da própria organização, uma vez que todo o processo produtivo, assim como a empresa, possuía uma hierarquia cujo topo — valor, poder, prestígio — era ocupado pelos atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 264).

Ao desafiar essa lógica, a *Revista AzMina* encarou desde sempre o rótulo de *mídia alternativa* e também *ativista*, tendo lidado com seus desafios e também oportunidades. John Downing (2002, p. 16), em seu trabalho *Mídia Radical*, nomeia de mídia radical ativista aquela que “tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também [de] pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico”. Para o autor, geralmente de pequena escala e nas mais diversas formas, elas expressam uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas. Downing (2002), que entende por mídia radical não só as atividades que utilizam veículos de comunicação tradicionais, mas também a arte, explica ainda que, historicamente, a atividade de mulheres como romancistas foi uma das formas mais significativas de ativismo radical da mídia, embora muitas vezes não seja reconhecida como tal.

Seja no Japão ou no Ocidente, as mulheres têm sido excepcionalmente proeminentes a esse respeito. Além de seu sucesso em quebrar o silêncio historicamente imposto pelo patriarcado, especialmente dentro da esfera

pública moderna, o conteúdo do que elas escreveram muitas vezes subverteu o patriarcado (DOWNING, 2002, p. 151, tradução nossa)².

Quando passei a fazer parte da equipe da *Revista AzMina*, no início de 2020, já figurávamos como o principal veículo dessa “mídia radical ativista” na cobertura dos temas de gênero, fazendo justamente o que Downing menciona: conteúdo que subverte a lógica patriarcal. Eu, à época uma jornalista especializada em jornalismo de dados, já havia trabalhado em outros veículos de jornalismo independente — aqueles sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, em uma perspectiva de contraposição à mídia convencional (LIMA, 2013). Ainda assim, mesmo nesses veículos havia uma excessiva preocupação e busca por um dos famigerados — e mais questionáveis — deveres do jornalismo tradicional, teoricamente basilar à construção de credibilidade jornalística: a imparcialidade ou neutralidade, do qual falaremos mais adiante. Era a primeira vez que me deparava com o jornalismo que estava abertamente ligado a causas sociais e, portanto, tinha valores–notícias³ diferentes de outros meios maiores e convencionais. No caso de *AzMina*, essa causa é o enfrentamento às desigualdades e opressões de gênero sempre por meio da informação de qualidade, independente e por uma lógica decolonial. Para Lugones (2015, p. 939), gênero é uma categoria colonial moderna e está ligada “não apenas à classificação de povos em termos decolonialidade de poder e de gênero, mas também [a]o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação”.

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral (LUGONES, 2015, p. 939).

² No original: “Whether in Japan or the West, women have been exceptionally prominent in this regard. Beyond their success in breaking the silence historically imposed by patriarchy, especially within the modern public sphere, the content of what they wrote often subverted patriarchy”.

³ Valores–notícias são critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Funcionam também como linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, o que tem prioridade (WOLF, 2003).

Segundo Fraser Bond (1962), os principais deveres do jornalismo são independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, responsabilidade e decência. É muito claro desde sua fundação que os valores da *Revista AzMina* estão muito próximos a esses. Ainda assim, as dúvidas sobre a imparcialidade de uma mídia radical ativista tornaram a construção da credibilidade jornalística da revista um caminho longo, que culminou em 2023 na adesão a um consórcio internacional de organizações de notícias que promovem padrões de transparência e credibilidade no jornalismo, o *Trust Project*. Ao tornar-se o primeiro veículo feminista no mundo a integrar o consórcio, a *Revista AzMina* passou a estampar em seu site um selo que confirma que o veículo passou por um logo escrutínio na implementação de todos esses indicadores — textuais, visuais e tecnológicos — e está, portanto, comprometido com o jornalismo de qualidade.

Este ensaio conta justamente sobre esse caminho, iniciando-se com a discussão sobre o contexto de ativismo e ciberfeminismo que contempla o surgimento da *Revista AzMina*, revisitando teóricos como Castells (2013) e Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013); passando pela discussão da neutralidade ou imparcialidade no jornalismo — especialmente o ativista —, com a qual contribuíram Guerra (1999), Miguel e Biroli (2010) e De Souza Prudencio e Batalha (2020); e terminando na descrição e análise do processo de implementação dos indicadores do *Trust Project* na revista, processo que coordenei entre os anos de 2021 e 2023 como gerente de jornalismo, antes de tornar-me diretora de conteúdo⁴, e que foi essencial para responder à audiência, aos financiadores e ao público-geral se um veículo feminista pode fazer, de fato, jornalismo.

O ciberfeminismo e o surgimento da Revista *AzMina*

Resumidamente, podemos definir o ciberativismo como o uso de Tecnologias de Comunicação da Internet (TICs) por ativistas para a mobilização por causas sociais e políticas. Araújo et al. (2012) entendem o ativismo como fenômeno social imanente à internet. Tudo começa no surgimento da web, no espaço de elaboração da internet, onde o ciberativismo surge como forma de disputa tecnosocial, tencionando a internet a evoluir para uma tecnologia não proprietária. Depois, há o pré-web, quando a internet representava

⁴ Importante frisar que o disposto neste texto reflete meus estudos, minhas vivências e opiniões pessoais. Não é ou precisa ser, portanto, a visão oficial da *Revista AzMina* como instituição ou ainda das codiretoras da organização.

apenas um ambiente comunicativo baseado em troca de mensagens de texto. Acontece então sua popularização, quando surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede e coberturas alternativas. E, por fim, chegamos à web 2.0, com o surgimento de novas ferramentas que ampliam o caráter interativo, como as tecnologias móveis que facilitam as formas de organização de movimentos através da rede.

Nas primeiras décadas do século XXI, com movimentos sociais internacionais como o 15-M na Espanha, a Primavera Árabe em diferentes países orientais, e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, assistimos a um impulsionamento do ciberativismo, com estratégias de convocação, planejamento e também cobertura dos protestos via redes sociais e meios não tradicionais.

Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo interrelacionamento de múltiplos núcleos. [...] Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. [...] O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. Os movimentos são simultaneamente locais e globais (CASTELLS, 2013, p. 128-129).

No Brasil, essa movimentação tornou-se ainda mais nítida quando, neste contexto de movimento em rede, de ciberativismo e midialivismo⁵, e também de redução de custos de operacionalização e mobilização, surgem iniciativas como a *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), canal de comunicação nascido dentro do movimento social Fora do Eixo — uma rede de indivíduos ligados a questões e coletivos culturais em mais de duzentas cidades do Brasil — e um dos principais atores na cobertura dos eventos da Jornada de Junho (de 2013)⁶. O uso simples de câmeras, celulares e notebooks possibilitou a transmissão em tempo real de cenas de violência policial e outras violações

⁵ Segundo Malini e Antoun (2013), o midialivista é o sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação.

⁶ As Jornadas de Junho foi como ficou conhecida a série de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público, que teve início em São Paulo e se espalhou pelo país e depois agregou pautas e grupos diferentes.

de direitos que se contrapuseram à narrativa da mídia tradicional sobre os projetos. O fenômeno aqueceu ainda mais a já efervescente cena do surgimento de veículos de mídia independentes e digitais — desassociados da tradicional forma de monetização da mídia tradicional, a publicidade —, que se apresentaram como uma alternativa aos veículos de comunicação que passavam por uma forte crise de modelo de negócios e de credibilidade.

Vale lembrar que para as mulheres, a apropriação de tecnologias na produção de uma contranarrativa não foi uma novidade. De Miguel e Boix (2013) lembram que em 1991, na Austrália, um grupo de quatro mulheres chamado VNS (VeNuS) Matrix usou, pela primeira vez, o termo *ciberfeminismo* em um trabalho que articulava arte, virtualidade e a identidade como mulher. Anos antes, em 1985, o *Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, da bióloga e filósofa Donna Haraway não mencionava a palavra ciberfeminismo, mas baseou as primeiras experiências e teorias do tema.

O termo ciberfeminismo tornou-se comum para explicar o atual processo de mobilização política das feministas. Seu significado pode ser estendido, inclusive, para caracterizar a dinâmica política da quarta onda do feminismo, segundo explicam Perez e Ricoldi (2018) quando apontam “que a principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 2). Porém, nem sempre o significado de ciberfeminismo esteve atrelado à mobilização. Em um primeiro momento, o conceito de ciberfeminismo é utilizado para exprimir a atuação feminista na cibercultura por meio da criação de códigos, websites, vários formatos de mídia, como jogos de computador feministas, baseados na *cunt art* (arte da “boceta”), instalações de vídeo, textos online e eventos. (FERREIRA; COSTA, 2003, p. 2264).

Mas foi em 2015 que, no Brasil, uma série de fatores levaram à interseção do ciberfeminismo e das mídias independentes. Na Câmara dos Deputados houve o avanço do Projeto de Lei 5.069/2013, do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que estabelecia punição aos profissionais que incentivassem “a gestante a praticar aborto ou ainda lhe prestar qualquer auxílio para que o faça” (BRASIL, 2013), inclusive com informações sobre medicamentos como a pílula do dia seguinte. Nas redes sociais, se disseminavam campanhas contra o assédio e a violência sexual, com o uso de *hashtags* como #primeiroassedio. E ainda naquele ano, a violência contra as mulheres foi tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O debate sobre gênero que se deu em diferentes esferas chegou também às ruas, e protestos articulados pelas redes aconteceram no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras cidades brasileiras.

A Primavera das Mulheres, como ficaram conhecidos os protestos, teve origem no Rio de Janeiro, através de convocações feitas pela internet, e foi mais um caso de uso das redes sociais para organizar ações feministas. Ela e as outras manifestações em que isso ocorreu levantam a questão de estarmos diante de um novo feminismo, em que o ciberativismo teria um papel fundamental (BRITO, 2017, p. 1).

É nesse contexto que nasce, em agosto de 2015, a *Revista AzMina*, juntando-se a outras iniciativas, como a *Think Olga*, uma ONG de comunicação e gênero, e a *Revista Capitolina*, voltada ao público adolescente. À época, uma das cofundadoras da revista, a jornalista Nana Queiroz, a descrevia como “uma revista digital empoderadora, gratuita e que fale não apenas a ‘convertidas’ ao feminismo, mas a todas as mulheres cansadas de serem tratadas com condescendência pelas revistas femininas tradicionais” (RODRIGUES, 2015). Desde então, *AzMina* publicou centenas de reportagens sobre violência contra as mulheres, saúde feminina, direitos sexuais e reprodutivos, participação feminina na política, cultura, comportamento, maternidade, dentre outros temas com recorte de gênero interseccional — ou seja, com o reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres, de diferentes raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e identidades de gênero. Como explicado em seu site⁷, em 2017, diante da expansão de atividades, a *Revista AzMina* passou a ser parte do Instituto AzMina, uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a igualdade de gênero. Além da revista digital e outros projetos de jornalismo (*Elas No Congresso*, *MonitorA* e *Mapa das Delegacias da Mulher*), o Instituto gerencia um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, o *PenhaS*, campanhas para combater a desigualdade e a violência de gênero, palestras e consultorias.

A construção de credibilidade no jornalismo d’*AzMina*

Construir credibilidade na internet nunca foi um movimento simples. Downing (2002) lembra que os críticos sempre afirmam que as informações na internet geralmente não são confiáveis, mas transitórias ou tendenciosas, e que há alguma verdade nessas afirmações.

⁷ Quem somos. *AzMina*. Disponível em: <<https://AzMina.com.br/revista-AzMina/>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

Os sites podem ser subjetivos e tendem a mudar ou desaparecer devido às mudanças nas circunstâncias dos autores, instabilidade organizacional e falta de recursos. Mas tal crítica é incapacitante em vez de construtiva. Primeiro, assume que os leitores da Internet não exercem julgamento crítico ao conceder credibilidade às fontes ou avaliar situações de vários pontos de vista. Em segundo lugar, o problema da estabilidade poderia ser compensado com financiamento para o arquivamento sistemático dos recursos da Internet. Por último, tal crítica ignora o fato de que a grande mídia também representa pontos de vista particulares e muitas vezes entrega consideravelmente menos do que a verdade completa (Herman & Chomsky, 1988) (DOWNING, 2002, p. 205, tradução nossa)⁸.

Soma-se a esse desafio da mídia alternativa online a frequente associação que leitores e interlocutores fazem entre credibilidade e neutralidade ou imparcialidade no jornalismo, como se só fossem credíveis de fato veículos teoricamente neutros, que não se posicionam a favor ou contrário a algo ou a alguém e apresentam sempre ao menos duas versões dos fatos. Associação que é centenária, já que em 1690, o alemão Tobias Peucer já apontava a “suspeita de parcialidade” como um dos pilares da construção da credibilidade jornalística. Rosa Nívea Pedroso (2004, p. 67) sistematiza assim a tese de Peucer:

A credibilidade jornalística aqui é duplamente construída pela laboriosidade (isto é pelo trabalho de exploração da verdade) e pela atitude do distanciamento crítico (suspeita de parcialidade) em relação ao objeto que explora, sem estar preso, alheio, submetido aos afãs dos fanatismos partidários, religiosos e etc.

Mais contemporaneamente, Guerra (1999) fala sobre como a neutralidade é invocada para indicar a “pureza” dos jornalistas diante dos fatos. Eles deveriam ficar imunes a quaisquer tipos de interesses — emotivos, financeiros, políticos, etc. — que orbitassem em torno do fato que estariam cobrindo (GUERRA, 1999, n.p.). A neutralidade expressaria então a isenção para não comprometer a veracidade do relato e estaria intrinsecamente ligada à imparcialidade.

Trata-se do jargão, que se ouve comumente nas redações ou entre as fontes mais acionadas pela imprensa, “ouvir os dois lados” quando houver divergências. O conceito de imparcialidade, nesse caso, está vinculado a uma exigência de pluralidade na cobertura jornalística, mas de alguma

⁸ No original: “Websites can be subjective, and they do tend to move or disappear due to authors’ changing circumstances, organizational instability, and lack of resources. But such criticism is disempowering rather than constructive. First, it assumes that Internet readers do not exercise critical judgment in granting credibility to sources or assessing situations from many points of view. Second, the problem of stability could be offset with funding for the systematic archiving of Internet resources. Last, such criticism ignores the fact that mainstream media also represent particular points of view and often deliver considerably less than the full truth (Herman & Chomsky, 1988)”.

forma aí também estaria implicada uma preocupação com a veracidade. O jornal, para resguardar sua isenção, sua neutralidade e não tomar partido, apenas apresentaria as versões. Caberia ao leitor decidir qual a verdadeira (GUERRA, 1999, n.p.).

É importante notar que essa visão não é unânime e se encontra, de certa forma, datada. Diversos autores já não acreditam que a “imparcialidade” é alcançável. Primeiro, há a impossibilidade de um profissional selecionar e narrar o que é notícia descartando sua bagagem ideológica. Mais do que isso, há também um ceticismo sobre a pluralidade de vozes — com a velha fórmula de deixar pontos de vista diferentes sobre um determinado tema ocupar o mesmo espaço editorial (LAGO, 2010) — representar de fato a imparcialidade. Miguel e Biroli (2010, p. 73) lembram que “dar voz” não implica, necessariamente, afirmar perspectivas que contestem as formas atuais de hierarquização social. Mais que isso, eles afirmam que “a concentração do capital político, própria dos regimes representativos, e a capacidade técnica de produzir informação, exigida pelo jornalismo, são geradoras de desigualdade”. Na prática, os meios de comunicação apresentam um discurso aparentemente plural, mas não necessariamente diverso, afirmando um discurso universal e imparcial, mas estabelecendo uma ordem social.

O deslocamento aqui proposto implica, assim, em uma compreensão de que a imparcialidade não é apenas inatingível. Ao ser ativada como um valor de referência para a avaliação do grau de democracia, justiça e pluralidade presente nos meios de comunicação, ou como um parâmetro para a avaliação do trabalho jornalístico pelos próprios jornalistas e pelos críticos credenciados, não permite considerar uma parte relevante das dinâmicas de opressão. A imparcialidade, como valor-guia, colabora para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66).

É como a distinção que Nancy Fraser (2003) faz entre estratégias “afirmativas” e “transformadoras”. As primeiras incorporam mais grupos aos espaços sociais de poder e status, mas não põem em xeque a existência de hierarquias. Já as segundas buscam “desconstruir” oposições binárias que fundam as identidades de grupo e as estruturas da desigualdade social. Para Miguel e Biroli (2010, p. 73), sob este prisma, a pluralização das perspectivas no jornalismo é uma proposta afirmativa, que “obrigaria o campo a se redefinir de maneira potencialmente mais democrática, mas manteria a separação entre produtores e consumidores de informação”.

O jornalismo alternativo, que produz contranarrativas ao *status quo*, já parte desse pressuposto: a imparcialidade não existe e, portanto, não precisa ser sempre perseguida. De Souza Prudencio e Batalha (2009) cravaram o termo *jornativismo*, um espaço de atuação intermediário entre a perícia do jornalismo e o engajamento social. Os *jornativistas* atuam, “ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da imparcialidade, assumindo claramente seu posicionamento”.

“Jornativismo” é, assim, tanto o processo de intervenção ativista na mídia — pela adequação do protesto aos critérios de noticiabilidade para obter cobertura jornalística — quanto à produção própria de informação (ou contra-informação) — hoje bastante centralizada na internet. Pode ser pensada como um campo específico e privilegiado da ação política dos atores coletivos contemporâneos. E isso parece estar criando um espaço adicional para as disputas políticas contemporâneas (DE SOUZA PRUDENCIO; BATALHA, 2010, p. 108).

Especificamente ao tratar da diversidade de vozes, *AzMina* diz em seu site que “acredita que feminismo é uma questão de direitos humanos e é impossível atingir a equidade de gêneros sem diálogo com toda a sociedade, o que inclui os homens” (AZMINA, 2023, n.p.), mas que “conscientes de que as mulheres estão em posição de desvantagem social, no entanto, priorizamos, sempre que possível, as vozes femininas”. Afirma ainda que “busca uma visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres” e por isso leva à discussão “vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros” (*ibid.*). Aqui há, mais uma vez, uma perspectiva decolonial alinhada ao trabalho de autores como Barbosa (2022), quando analisa os critérios de noticiabilidade em uma teoria latino-americana e decolonial de jornalismo. Para ele, isso significa, entre outras coisas: “dar prioridade para fontes e autores que amplifiquem as vozes dos que foram historicamente silenciados na história latino-americana, como negras, negros e indígenas e dar prioridade para a cultura popular latino-americana” (BARBOSA, 2022, p. 18).

Mesmo a prática de “ouvir os dois lados” não se aplica em todos os casos. Nos de denúncias de violência contra a mulher, por exemplo, *AzMina* diz acreditar que há casos em que a prática não se aplica:

- a) quando há provas definitivas de que a pessoa cometeu atos de violência como feminicídio, estupro, agressão contra a mulher, racismo, etc. Acreditamos que não é nosso papel dar espaço para falas de um agressor.
- b) quando a pessoa ouvida diz mentiras, discurso de ódio ou violento ou desinformação — nestes casos, a *Revista AzMina* debaterá internamente

sobre a validade de divulgar ou não o que foi dito e se responsabilizará por divulgar a informação correta, caso opte por publicar a desinformação dita (AZMINA, 2023, n.p.).

Ao colocar-se fora do lugar de uma dita *neutralidade* ou *imparcialidade*, *AzMina* enfrentou dificuldades e muitas vezes ceticismo na construção de sua credibilidade jornalística, ainda que o modo de fazer jornalismo e as rotinas de produção sejam em grande parte semelhantes aos de outros veículos. O modelo anglo-americano de jornalismo, que originou as práticas jornalísticas que são hoje referência em boa parte do mundo, tem entre seus pontos centrais a observação dos fatos, a coleta de informações (um relato de campo) e a reconstituição dos fatos observados, que dá origem à reportagem (NEVEU, 2004). No Brasil, Beltrão (1992) afirma que “o jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos diariamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública” (BELTRÃO, 1992, p. 67). Nada muito diferente do que *AzMina* faz quando se dedica a reportar fatos com recorte de gênero.

O reconhecimento de seus padrões jornalísticos e a notória credibilidade como veículo de comunicação eram importantes para *AzMina* não só em relação à sua audiência, mas também aos seus financiadores. Desde 2015, a revista tem diversos parceiros que financiam a estrutura institucional e de projetos de jornalismo. São recursos vindos de doações de fundações e pessoas físicas, editais e patrocínio a projetos, além de parceiros que prestam serviços *pro bono*. Por isso, em 2021, *AzMina* deu início ao processo de 18 meses que a tornou parte do *Trust Project*, que desenvolve padrões de transparência que ajudam as pessoas a avaliar a qualidade e a credibilidade do jornalismo, e auxiliam veículos noticiosos na adoção desses indicadores.

A implementação dos indicadores do *Trust Project*

Segundo o disposto em seu site⁹, o *Trust Project*, organização sem fins lucrativos da Califórnia fundada e liderada pela jornalista Sally Lehrman, é um consórcio internacional de organizações de notícias que “promovem padrões de transparência para afirmar e ampliar o compromisso do jornalismo com a transparência, precisão, inclusão e justiça para

⁹ About us. *Trust Project*. Disponível em: <https://thetrustproject.org/about/>. Acesso em: 10 maio 2023.

que o público possa fazer escolhas informadas de notícias”. Com base em dezenas de entrevistas aprofundadas com o público, executivos de mais de 100 meios de comunicação identificaram e projetaram um sistema de indicadores de confiança para facilitar a identificação de notícias confiáveis. Hoje, plataformas digitais usam os indicadores de confiança e os sinais legíveis por máquina associados a eles para exibir ou rotular mais facilmente notícias confiáveis para seus usuários.


Os critérios de credibilidade são: 1) *melhores práticas*, quando o veículo explica à audiência quem o financia, quem são seus proprietários, sócios, patrocinadores, qual sua missão ou seus compromissos éticos; 2) *expertise do jornalista*, quando estão claros os detalhes sobre quem produziu a matéria; 3) *tipos de matéria*, com etiquetas para distinguir opinião, análise e publicidade de reportagens noticiosas; 4) *citações e referências claras*, com maior acesso às fontes por trás dos fatos e afirmações 5) *métodos*, tratando especificamente de informações sobre como os repórteres decidiram apurar a matéria e o que fizeram durante o processo; 6) *apuração local*, permitindo que as pessoas saibam quando a matéria tem origem ou expertise local; 7) *diversidade de vozes*, esforçando-se para trazer perspectivas diversas para a reportagem; e 8) *feedback acionável*, que é o estímulo à colaboração do público.

Na prática, qualquer organização de notícias que produz majoritariamente jornalismo original pode aderir aos indicadores e tornar-se parte do consórcio. É preciso, no entanto, passar por um processo de várias etapas: há uma revisão de seus sites, o trabalho de implementar os Indicadores de Confiança e o treinamento da equipe para tal, e a checagem dessa implementação. Apenas sites aprovados e totalmente compatíveis podem exibir a marca do *Trust Project*, como parte do consórcio. Hoje fazem parte dele mais de 265 veículos.


Há implementações que são feitas no *front-end* do site, ou seja, no que é visível ao público — no texto ou nos componentes visuais do site, por exemplo — e outras no *back-end*, ou seja, no código do site, legível para máquinas e algoritmos. *AzMina* começou esse processo em agosto de 2021. Para a implementação do primeiro indicador, o de melhores práticas, a equipe de conteúdo da *AzMina* editou o antigo manual de redação, escrito pela então diretora de conteúdo, para que ele incluísse e se adequasse a responder às questões demandadas pelo consórcio. Percebemos que muitas das informações já estavam ali, mas puderam ser mais aprofundadas. Tornaram-se ainda mais transparentes as informações sobre a fundação e trajetória da revista, além de nossa missão, visão e valores; a equipe e

o organograma da equipe, incluindo dados de diversidade de gênero, raça, orientação sexual, faixa etária e território — descobrimos nesse processo que estávamos presentes em cinco estados, que 75% de nossa equipe era de pessoas não-brancas, 39% LGBTQIA+ e 29% de jovens (com menos de 24 anos). Também demos mais destaque às fontes de financiamento da organização; e, principalmente, aos procedimentos jornalísticos que guiam a operação da revista. Na seção *Quem somos* do site é possível ler, por exemplo, sobre como se dá a escolha de pautas, as regras seguidas na escolha de fontes, incluindo os casos de anonimato, quais termos e expressões são preferíveis e quais não são usados nas reportagens, o código de condutas que as jornalistas devem seguir, além dos procedimentos em casos de denúncias e as políticas de republicação, acessibilidade e contato com a equipe. Para reportar erros, por exemplo, criamos uma conta de e-mail exclusiva que pode ser acionada pela audiência. Todas essas informações também são facilmente acessíveis por máquinas que leem o código-fonte por trás desse texto.

As páginas de publicação de reportagens também tiveram alterações. Uma delas foi a inclusão, ao final do texto um campo que detalha mais informações sobre o autor daquele conteúdo (Figura 1): além do nome e do cargo que a pessoa ocupa na organização, também estão disponíveis meios de contato (via e-mail ou redes sociais), uma pequena biografia da autora e também seu local de residência (cidade e estado). Essas informações também constam nas páginas de cada autor, assim como outras sobre suas principais áreas de expertise e interesse. Isso é necessário para que as credenciais dos profissionais estejam facilmente disponíveis, mostrando se eles têm uma boa reputação profissional e se estão reportando sobre um tópico ou comunidade que conhecem bem.



JOANA SUAREZ

Gerente de jornalismo

Foi selecionada em dois editais de jornalismo em 2021: o [Feminist Journalist Project da AWID \(Association for Women's Rights in Development\)](#). O programa reúne 15 jornalistas feministas ao redor do mundo e eu fui selecionada para representar o Brasil entre 1.300 inscrições globais. E o [Emerging Media Leaders Fellow International Center For Journalists \(ICFJ\)](#) – Programa de empreendedorismo e inovação para jornalistas da América Latina, com mentoria e duas semanas de treinamento em Washington DC. Em 2022, participou da conferência de alto nível sobre Segurança de Jornalistas em Viena, organizada pela ONU, Unesco e Ministério Federal da Áustria. Representando a sociedade civil, ajudou a revisar e atualizar o plano de ação mundial para proteção dos jornalistas, que completou 10 anos.

Trabalhou por 8 anos em mídia impressa e rádio de Belo Horizonte, e, entre 2018 e 2021, produziu e sugeriu reportagens como *freelancer*, com publicações e prêmios em âmbito nacional e internacional, como o [Global Health Reporting Contest 2018 \(ICFJ\)](#) por uma reportagem sobre aborto. Colaborou para a [Folha de São Paulo](#), em pautas de cotidiano e política, e fez matérias para a [Agência Pública](#), [Repórter Brasil](#), [Projeto Colabora](#), [The Intercept Brasil](#), [Revista Piauí](#), [Época](#), [El País](#), [Marco Zero Conteúdo](#), [The Independent](#), entre outros.

Belo Horizonte | MG

Figura 1: Exemplo de campo sobre informações sobre autoria na *Revista AzMina*

Fonte: *Revista AzMina* (2023).

Outro ponto importante foi a visibilidade dos tipos de notícias publicados por *AzMina*. A revista não aceita que empresas e marcas patrocinem reportagens, apenas produtos, campanhas de conscientização ou projetos em que não opinem no conteúdo jornalístico. Ainda assim, o veículo publica diferentes tipos de conteúdos não-publicitários: 1) *notícias*, baseadas em fatos, observados e verificados em primeira mão pela repórter, ou relatados e verificados por fontes conhecedoras, sem incorporação de opinião; 2) *análises*, que contém interpretações das notícias com base em evidências, incorpora a experiência do jornalista e pode oferecer interpretações e conclusões; 3) *conteúdos explicadores*, que fornecem contexto ou plano de fundo, definição e detalhes sobre um tópico específico; 4) *entrevistas*; 5) *nos ajude a reportar*, quando pedimos ao público sugestões, *insights*, dicas, etc. para fins de reportagem; 6) *opinião*, quando há defesa de ideias ou conclusões com base na interpretação dos fatos; e 7) *divã*, formato próprio com conteúdo enviado pela audiência do site, com pequenas edições de jornalistas. Agora, as páginas de conteúdo sinalizam o tipo de história a ser contada logo no topo do texto (Figura 2). Esse foi um exercício importante para que a própria equipe de conteúdo tivesse mais claro nas produções se seu propósito estava claramente demonstrado no texto.



arquivo comportamento explicador

Rede de apoio para mães: por que é tão difícil formar uma?

“A gente está há muito tempo vivendo de forma narcisista, dizendo que não é obrigado a nada, mas cobramos às mães a função de procurar ajuda”, diz a psicanalista Fê Lopes

T Nós fazemos parte do Trust Project [O que é isso?](#)

Natália Sousa
9 de maio de 2023 (Atualizado em 12 de maio de 2023)

Figura 2: Exemplo de “conteúdo explicador” disponibilizado pela Revista AzMina

Fonte: Revista AzMina (2023).

As reportagens também contam agora com módulos de *citações e referências* e *metodologia*, onde repórteres e editores sinalizam a bibliografia, incluindo fontes de dados usados e referenciados na reportagem, e também explicam a metodologia utilizada para chegar a novos dados e conclusões em determinadas reportagens (Figura 3). Antes, essas informações já eram disponibilizadas em hiperlinks ou blocos de texto espalhados pelo conteúdo, enquanto agora têm campos próprios no publicador usado pela revista para que o conteúdo seja mais facilmente identificável por máquinas.

Metodologia

Entramos em todos relatórios de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (de 2015 a 2021), que possuem tabelas referentes às vítimas de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte, com os nomes, localizações, datas e perfil das pessoas. Coletamos todos os dados com nomes de mulheres em cada uma das tabelas.

Figura 3: Exemplo de explicação metodológica disponibilizada pela Revista AzMina

Fonte: Revista AzMina (2023).

Houve ainda mudanças mais institucionais. Durante a fase de implementação, surgiu a necessidade de separar ainda mais claramente a *Revista AzMina* do Instituto AzMina, uma organização que além da revista tem projetos como o *PenhaS*, o *MonitorA* e o *Elas no Congresso*, referências no enfrentamento à violência doméstica, à violência política de gênero, no fortalecimento da democracia e na conquista de espaços e direitos para as mulheres. O objetivo era mostrar que a revista não existia como uma página de comunicação institucional da organização, e que o jornalismo não estava subordinado aos interesses institucionais ou de *advocacy*¹⁰ dela. Isso tudo ficou evidenciado no site do instituto que lançamos recentemente, deixando no site da *Revista AzMina*, portanto, apenas aquilo que compete ao jornalismo.

Todo o processo de implementação e checagem dos indicadores de credibilidade junto à equipe do *Trust Project* no Brasil durou cerca de 18 meses. Em março de 2023, a revista anunciou que se tornou o primeiro veículo feminista a conseguir o selo. O longo processo foi importante não apenas para o treinamento da equipe ou para os ajustes textuais, visuais e ideológicos, mas também possibilitou que, enquanto organizava e esquematizava essas informações de maneira acessível e legível, a equipe refletisse sobre como os processos de escolha de pautas, apuração, checagem e publicação sempre estiveram em consonância com as rotinas do bom jornalismo, que tem credibilidade.

¹⁰ N. do E.: derivado para o inglês do latim *advocare*, o termo se refere a uma defesa ativa e constante de exercício da cidadania.

Considerações finais

Quando estudei no mestrado a cobertura jornalística das Jornadas de Junho de 2013, me deparei com muitos estudos que discutiam se veículos midiavivistas como a *Mídia Ninja* faziam, de fato, jornalismo. Acredito que justamente por estar dentro do movimento, muitas vezes convocando o público às manifestações nas ruas, o veículo atuava ali no campo social (BOURDIEU *et al.*, 1989) não apenas como agente midiático ou jornalístico, mas também político, muitas vezes afastando-se ou aproximando-se de um ou de outro. É bobagem dizer que qualquer veículo jornalístico não atua no campo político, mas assim como há diferentes modos de fazer *advocacy* por uma causa — mobilizando a opinião pública, articulando com tomadores de decisão, etc. —, acredito que há também distintas maneiras de agir como uma mídia radical ativista. A Revista *AzMina* fez isso nos últimos oito anos com jornalismo de rigor e precisão, construindo a longos passos uma credibilidade que não precisou parecer neutra ou imparcial em temas de gênero para mobilizar a opinião pública como muitas vezes mobilizou.

Esse esforço, o de subverter a lógica patriarcal e a lógica dos valores-notícia de um jornalismo que é até hoje masculino (SILVA, 2010), está alinhado ainda a perspectivas decoloniais e ao jornalismo de subjetividade defendido por Moraes (2019), justamente porque os valores-notícia colaboram para a manutenção das hierarquias e valores frequentemente racistas, e porque esse jornalismo é capaz de desestabilizar representações engessadas e estabilizadas.

É verdade que em um cenário de polarização política, crise de credibilidade do campo jornalístico — ainda que mais especialmente das mídias convencionais —, e de disseminação contínua de desinformação, a percepção da audiência e de seus financiadores sobre a credibilidade de um veículo é tão importante quanto a de sua própria equipe ou do meio jornalístico sobre seus procedimentos. Nesse contexto, a ratificação de um consórcio internacional atestando que *AzMina* implementou indicadores de credibilidade aprovados pelo mundo todo é de extremo valor para a compreensão de que a mídia radical ativista não está distante dos valores do bom jornalismo, ela apenas não nega — para si mesma ou para os outros — seu potencial de incidência.

Em *Elementos do Jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) tentam resumir a natureza e a missão do jornalismo:

1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exhaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 21-22).

Enquanto implementávamos os indicadores do *Trust Project*, me parecia muito óbvio que os padrões de credibilidade, além dos compromissos essenciais do jornalismo, sempre estiveram presentes no dia a dia da redação da *Revista AzMina*. A obtenção do selo mostra que a impressão não era errada. Outra questão que surgiu enquanto escrevia este ensaio foi sobre as diferenças entre uma mídia de nicho, ou seja, aquela que tem um recorte temático muito claro de cobertura — os temas de gênero, por exemplo — e uma mídia radical ativista — que não apenas pauta gênero, mas cria contranarrativas e combate as opressões a ele relacionadas. Ao decorrer da escrita me pareceu ainda mais nítido que *AzMina* sempre se enquadrou na segunda situação, mas sem perder com isso nenhuma qualidade necessária na defesa da missão jornalística.

Acredito que as cada vez mais frequentes aproximações entre mídias ativistas e organizações ou ações de *advocacy* ainda trarão muitos debates sobre o fazer jornalístico desses meios, seja sobre seus critérios de noticiabilidade e valores-notícia, seja sobre a imparcialidade ou neutralidade que, embora impossível, ainda é perseguida. E acredito que iniciativas que atestem a qualidade desses veículos também possam surgir ou ser cada vez mais procuradas justamente no sentido de provar credibilidade, seja para prestar contas à audiência, seja para conseguir os cada vez mais escassos recursos financeiros para o setor. O caminho que leva os jornalistas a enxergarem a si mesmo como mobilizadores, diretos ou indiretos, e ao jornalismo como incidência não tem volta. Mas ainda são longos os passos que testarão novos modos do jornalismo acreditar-se e mostrar-se credível ainda assim.

Referências

AZMINA. Quem somos. **Revista AzMina**. Disponível em: <https://AzMina.com.br/revista-AzMina>. Acesso em: 10 maio 2023.

BARBOSA, A. Por uma teoria latino-americana e decolonial do jornalismo-critérios de noticiabilidade para o jornalismo latino-americano: o caso da revista Nossa América 2022. **Revista Alterjor**, v. 26, n. 2, p. 3-19, 2022.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992

BOND, F. F. **Introdução ao jornalismo**: uma análise do quarto poder em todas as suas formas. Livraria Agir Editória, 1962.

BRITO, M. Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-11, 2017.

BOURDIEU, P. *et al.* **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 5069**, de 27 de fevereiro de 2013. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3Jql7rO>. Acesso em: 10 maio 2023.

DE MIGUEL, A.; BOIX, M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. *In: feminino internet em código*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 39.

DE SOUZA PRUDENCIO, K. C.; BATALHA, M. Mídia ativista e ação política na internet: a experiência do Centro de Mídia Independente. **Revista ECO-Pós**, v. 12, n. 3, 2009.

DOWNING, J. **Mídia radical**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FERREIRA, G. V. P. *et al.* Ciberfeminismo: Feministas tecem uma nova rede. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 3, p. 2263-2296, 2020.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?**: a political-philosophical exchange. London: Verso, 2003.

GUERRA, J. L. Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: da teoria do conhecimento à teoria ética. *In: INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO*, XXII, 1999, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: INTERCOM, 1999.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 156-170, 2010.

LIMA, V. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 89-94.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 59-76, 2010.

MORAES, F. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. Edições Loyola, 2006.

PEDROSO, R. N. Elementos para compreender o jornalismo informativo. **Sala de Prensa**, n. 51, 2003.

RODRIGUES, A. Revista digital *AzMina* propõe novo conceito de conteúdo para mulheres. **Revista Imprensa**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Xp1dmE>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. São Paulo: Annablume, 2010.

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 23 de jun. 2023.

A “Terra da Luz” tem preto, sim!

Um relato da experiência antirracista do portal
Ceará Criolo como ponto de inflexão jornalística

Bruno de Castro Brito¹

Resumo

Este ensaio retrata o surgimento e como atua o *Ceará Criolo*, primeiro portal de jornalismo negro profissional de um território — o Ceará — que reivindica o título de pioneiro na abolição da escravatura no Brasil. Em relato pessoal em primeira pessoa, são reveladas as condições sociopolíticas de atuação desta mídia negra no amadurecimento entre o alcance do veículo e o letramento racial dos/as membros/as. O testemunho mostra como a iniciativa sempre esteve ligada a teorias raciais e de comunicação, mesmo tendo surgido do incômodo empírico de cinco jovens, alguns deles com pouca consciência racial. E o quão urgente é surgir a partir daí novo jeito menos desumanizador e mais emancipatório de fazer jornalismo. Invisibilizada, a interseção dessas correntes do pensamento — raça e comunicação — é aqui trazida para abrir uma fissura necessária no debate sobre a informação que temos produzido.

Palavras-chave: Antirracismo. Jornalismo. *Ceará Criolo*.

Yes, there are black people in the “Land of the Light”!

A report about the anti-racist experience of
Ceará Criolo's website as a journalistic turning point

Abstract

This report intends to reveal how *Ceará Criolo* aired and how it works as the first black journalism website in the Brazilian territory that claims the title of pioneer in the abolition of slavery in the country. In a self-narrative, this article reveals the sociopolitical conditions of action of this black media in the improvement process of the website itself and the racial literacy of the journalists who were made part of it. This writing shows the website has always been linked to racial and communication theories even though it arose from the empirical nuisance of five young people with no racial readings. And how urgent it is to emerge from there a new way of doing journalism. The intersection of these currents of thought — race and communication — is here to open a necessary fissure in the debate about the information we have been producing.

Word keys: Antiracism. Journalism. *Ceará Criolo*.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Antropologia pela UFC e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Especialista em Comunicação e Jornalismo Político pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduado em Comunicação com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). Membro do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor). Finalista do Prêmio Jabuti de Literatura (2020). Cofundador do portal/coletivo *Ceará Criolo*. E-mail: bruno.castro.jornalismo@gmail.com.

Introdução

Nos marcos históricos do Brasil, o Ceará ocupa lugar de suposta primeira província na qual negras escravizadas e negros escravizados conquistaram a liberdade. Por isso, é chamado de “Terra da Luz”. Este pioneirismo abolicionista, porém, não se refletiu — como ainda não reflete a constituição de uma imprensa mais equânime quanto ao perfil racial de jornalistas. Ao contrário de territórios como São Paulo e Rio de Janeiro, onde as mídias negras de expressão nacional concentram-se e são facilmente localizadas por buscadores de internet, a imprensa negra cearense tem poucos registros de existência. Quando muito, há relatos do jornal *Malemba*, uma iniciativa de jovens universitários/as negros/as na década de 1990, como tive a oportunidade de fazê-lo (BRITO, 2022)². Desde 1833, então, quando o primeiro impresso negro foi publicado no país (*O Homem de Côr*)³, é no Sudeste que se sediam as mais exitosas e longevas iniciativas do tipo (PINTO, 2010)⁴.

Na terra que celebra ser “da luz” em alusão à liberdade negra, além da quase inexistência histórica de mídias negras, ainda é branca a hegemonia de quem faz a imprensa. As organizações Jornalistas e Cia denunciam que, apesar dos inúmeros direitos conquistados pela população negra desde o fim do sistema escravagista, apenas 20,1% dos/as jornalistas brasileiros/as em atividade são negros/as⁵. É isso reflexo das restrições impostas, inclusive constitucionalmente, à escolarização de pessoas negras. Mas não só. É também a constatação do quão alijado foi o povo negro de estar em espaços de poder pelo fato de a formação do Brasil ter o racismo como elemento fundante (SANTOS, 2022).

Associadas às narrativas de o Ceará ter tido número irrisório de negros escravizados (daí o pioneirismo abolicionista) ou mesmo de sequer ter tido negros nesta

² Estudo elaborado para obtenção de grau de mestre em Antropologia. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/70776>. Acesso em: 28 jun. 2023.

³ Publicado 25 anos após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Tinha periodicidade quinzenal e teve apenas cinco números, sendo chamado de *O Mulato* a partir da terceira edição. Criado pelo jornalista Francisco de Paula Brito, era editado no anonimato. De acordo com Pinto (2010), as reportagens denunciavam a discriminação racial e eram escritas por negros livres.

⁴ As duas maiores mídias negras brasileiras hoje têm sede em São Paulo: o *Mundo Negro*, primeiro do Brasil, em operação desde 2001, e a *Alma Preta Jornalismo*, no ar desde 2015.

⁵ O Perfil Racial da Imprensa Brasileiras diz que 77,6% são brancos, 2,1% dos jornalistas são amarelos e apenas 0,2% são indígenas. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/confira-o-perfil-racial-da-imprensa-brasileira/>. Acesso em: 22 abr. 2023. Dados do Ceará ainda estão sendo depurados para uma pesquisa a partir deste perfil para identificar precisamente a representatividade negra local. O estado tem, no entanto, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica Aplicada (Ipece), 72,5% da população autodeclarada preta ou parda. Isso é cerca de 20 pontos percentuais a mais de negros e negros do que a média nacional (de 54%).

condição, ambas mitos (FERREIRA, 2020), essas questões expõem o quão desconsiderada é a capacidade de produção intelectual de negros/as. Mesmo o viés educador dos movimentos sociais, aqui notadamente dos movimentos negros (GOMES, 2017), dos quais derivam ou estão ligadas politicamente diversas mídias negras, e é forte traço da função social do jornalismo, nem isso é atribuído à imprensa negra, que segue ignorada nas matrizes curriculares dos cursos de Comunicação/Jornalismo. Ou figura por predileção pessoal de professores simpáticos ao tema, como ocorre na Universidade Federal do Ceará (UFC), com a disciplina *Comunicação e Decolonialidade*, ministrada pelo professor doutor Edgard Patrício na graduação e pós-graduação enquanto optativa e em periodicidade associada à demanda e à disponibilidade do docente.

É ainda possível cursar módulos em áreas nas quais o debate racial esteja mais consolidado, como Antropologia e Sociologia, que, na UFC e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), para citar espaços dos quais fiz ou faço parte, ofertam disciplinas obrigatórias e optativas sobre racismo, branquitude e questões das populações afro-brasileiras. Mesmo não tratando diretamente da atuação de mídias negras, essas áreas do conhecimento fornecem ferramentas para o acesso a informações sobre as plataformas e os movimentos que as originaram. Enquanto terminologias das Ciências Sociais têm consistente produção científica sobre racismo e decolonialidade, a Comunicação dispõe de apenas de cinco dos 209 grupos de pesquisa que estudam o assunto no Brasil com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nenhum deles no Ceará.

Tudo isso se impõe como fenômeno sobre o qual considero importante o debate. Por duas razões principais. Explico. Primeiro para compreendermos os contextos sociopolíticos de atuação das mídias negras, que não existem “só” para denunciar casos de racismo, no sentido restrito da concepção do termo. Existem também por questões políticas, partidárias, editoriais, representativas etc. Segundo: para contribuirmos com a construção de um olhar holístico — e honesto — da historiografia jornalística, insistentemente abreviada aos periódicos tradicionais, comandados por uma elite branca, ou ao protagonismo de um homem branco pela chegada da televisão ao país, em 1950, transformando essas duas questões em epítomes, quase dogmas, que invisibilizam a existência e a influência das mídias negras à formação do Brasil, como de fato deveria ser o patamar a elas atribuído.

De Sarará Ao Siará

Sem mídias negras de expressão e historicamente negando a própria descendência negra⁶, o Ceará ganha a primeira mídia negra profissional (ou seja, composta apenas por comunicólogas/os) em 2018. Acompanhado de três publicitárias negras (Jéssica Carneiro, Rayana Vasconcelos e Tatiana Lima) e um jornalista branco (Rafael Ayala) com experiência em empresas hegemônicas, participei, enquanto jornalista negro, da criação do portal de notícias *Ceará Criolo*⁷. E testemunhei a transformação de um desprezioso projeto de término de curso em um marco importante para o ecossistema da comunicação cearense.

Era agosto daquele 2018 e nós participávamos do curso *Comunicação e Igualdade Racial*, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce). Ao fim dos quase cinco meses de capacitações semanais, nosso compromisso era o de entregar um produto para promoção da igualdade racial. Analisamos, nós mesmos, nossos perfis profissionais e concluímos que tínhamos expertises distintas complementares: Jéssica dominava programação de websites; Rayana lidava com criação; Tatiana era diretora de arte; Rafael, assessor de comunicação; e eu tinha dez anos de experiência como repórter de redações de jornais e portais.

Diante dessa diversidade de saberes, propus nosso produto ser algo que dialogasse com a rotina produtiva de cada um. Assim, teríamos mais condições de entregar algo de qualidade dentro do prazo exíguo do qual dispúnhamos. Somente três semanas separaram o fim das aulas e da entrega do projeto. Surgiu daí a proposta de um portal alimentado por um coletivo de maioria negra, que publicasse notícias sobre pessoas negras, com textos produzidos para um público prioritário também negro e numa perspectiva positiva, na qual o protagonismo seja negro, não haja exploração de arquétipos pejorativos nem a publicação de notícias de caráter policialesco, pois reforçam estereótipos. A ideia era fazer isso considerando o caráter de utilidade pública dos textos e a prestação de serviço em um espaço digital cuja capilaridade é maior do que uma mídia impressa e a dinâmica dialoga com a relevância desse meio para o consumo contemporâneo de notícias, bem como nele dá-se forte disputa de narrativas racistas e antirracistas.

⁶ Inclusive com grandes empresas de comunicação disseminando a ideia de a origem do cearense ser nórdica (e não congo-angolana, de África, como provam registros históricos).

⁷ Portal foi lançado em 23 de outubro de 2018 e pode ser acessado no endereço: www.cearacriolo.com.br.

Não fazíamos ideia, dado nosso pouco letramento racial, mas o projeto germinava já fundamentado em três conceitos elementares: o da *hermenêutica negra* (MOREIRA, 2019) — ou seja: a perspectiva da pessoa negra como central para o processo de interpretação dos fatos e elaboração, inclusive escrita, a partir deles —; e outros dois sobre o que vem a ser a imprensa negra, a partir do que Pinto (2010, p. 19-20) diz serem “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse da população negra” e o que Araújo (2021) classifica de “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais”.

Definir o nome do portal foi o desafio seguinte. A sugestão veio de Tatiana Lima, que cantarolou “sarári criolo”⁸ e demonstrou o quão próxima aquela pronúncia estava de “*Ceará Criolo*” (na verdade, de “sarári criolo”, considerando a oralidade da cultura negroafricana, e aproximando a proposta da nossa geografia, já que “Siará”⁹ foi o nome originário do hoje Ceará). De pronto, captamos a chance de unir essa perspectiva ancestral com a escrita contemporânea do nosso lugar de origem e a resignificação do “criolo”, um termo enervado de racismo na nossa cultura por ser utilizado de forma pejorativa para referir-se a pessoas de pele escura (para outras culturas, e descobrimos isso depois, nada tinha de negativo).

Consensuamos que o *Ceará Criolo* seria um espaço de desconstrução do discurso estereotipado que as empresas de comunicação propagam sobre as pessoas negras serem violentas, viris, resistentes, incapazes intelectualmente, pobres etc. Nosso intuito era criar uma plataforma que agregasse ao combate à desigualdade racial midiática flagrante entre brancos e negros (SANTOS, 2019), ecossistema esse do qual, em decorrência do curso do Sindjorce, enfim nos demos conta de que éramos integrantes, pois estávamos todas e todos no mercado, em plena atividade, mas não nos furtávamos de enxergar o racismo por ele perpetuado. Podíamos não dispor, como não dispúnhamos, das ferramentas para nominar a estrutura que nos acossava — e, em paralelo, Fanon (2020, p. 31) nos ensinava que “falar é absolutamente existir para o outro”. Essa inquietude nos fez, então, elaborar:

Na contramão do discurso excludente e enervado de clichês da mídia tradicional, o portal *Ceará Criolo* garante à população negra um espaço qualificado de afirmação, visibilidade, debate honesto e inclusivo e de

⁸ Referência à canção *Olhos coloridos*, de Seu Jorge e imortalizada por Sandra de Sá.

⁹ Siará é termo indígena e significa “canto da jandaia”, espécie de papagaio cearense.

identificação. Um lugar de comunicação socialmente inclusiva, afetivamente sustentável e moralmente viável. Porque negros são seres humanos possíveis e ancestrais. E, por isso, queremos nos reconhecer no passado, no presente e no futuro! [Ceará Criolo, 2018, seção “Sobre Nós”].

Partindo dessas premissas, concluímos que o slogan seria “...comunicação ancestral com vista para o futuro_”. Diante do nosso desejo de usar a comunicação como indutora de dias melhores para o nosso povo, optamos pelo afrofuturismo enquanto referência estética e política do logotipo (Figura 1) e da logomarca (Figura 2). As duas peças foram produzidas por Rayana Vasconcelos e aprovadas pelo grupo por unanimidade, sem ressalvas.



Figura 1: Logotipo do portal Ceará Criolo, desenvolvido por Rayana Vasconcelos (2018)



Figura 2: Logomarca do portal Ceará Criolo, desenvolvido por Rayana Vasconcelos (2018)

Prática Ubuntu x Organograma Ocidental

A horizontalidade, como premissa da filosofia Ubuntu, o “sou porque nós somos” que viralizou na cultura ocidental, a interligação de todos os seres do planeta, foi também axioma criativo do CC, como passamos a chamar o portal. Para não repetirmos a fórmula da verticalização das empresas jornalísticas (na qual o chefe manda, o repórter obedece e muito do processo criativo se perde neste íterim), só tomávamos decisões em coletivo.

Por mais que a execução das tarefas fosse individual, a deliberação em grupo era importante para os assuntos abordados serem tão diversos quanto diversa é a população negra. “Afim, nós, negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis” (GONZALEZ, 2022, P. 25) e, enquanto CC, não queríamos reproduzir o perigo de uma história única (ADICHIE, 2019), aquela que nos contam sobre ser nosso povo uma raça inferior ante à ideologia racista de uma supremacia branca. Assim, o olhar de um complementava o do outro; a perspectiva de ilustração de uma ajudava na escrita da outra. O que não significava, entretanto, a não existência de um fluxo produtivo.

Desde o primeiro momento, em concomitância com a escolha do nome do portal, funções foram estabelecidas em conformidade com as expertises de cada um(a). Por serem publicitárias, Jéssica, Rayana e Tatiana responsabilizariam-se pela criação de ilustrações, infográficos e outros materiais visuais porventura necessários. Única a ter conhecimentos de programação web, Jéssica assumiu também a responsabilidade de reparar eventuais intercorrências. As funções de editor e repórter couberam a mim e a Rafael, com as tarefas de buscar pautas e escrevê-las (ou seja: a produção de caráter estritamente jornalístico, fosse ela *hard news* ou reportagens de fôlego, séries etc.) sempre — e obrigatoriamente — atrelando critérios de noticiabilidade (factualidade, relevância, notoriedade, fato inesperado, notabilidade e proximidade) ao protagonismo negro e afastando-se do tom denunciante e policialesco. Todas as demais postagens seriam artigos de cunho opinativo, escritos por quaisquer integrantes e editadas por mim, dada minha experiência em escrita e edição ser a maior do quinteto.

O indicativo principal era, de comum acordo: tudo, sem exceção, seria submetido à minha edição/revisão, como tentativa de garantir tanto uniformidade editorial quanto padrão de qualidade textual ao que seria oferecido ao leitor. Afim, éramos um coletivo adepto da boa técnica de escrita por defendermos o jornalismo profissional e diplomado. Quando o material era de minha autoria, Rafael Ayala assumia a editoria. No portal,

porém, o usuário acessaria somente a versão final, assinada pelo(a) autor(a), sem a revelação do editor.

Faço questão de destacar a existência desta rotina produtiva para dizer que: apesar dela e mesmo sendo ela semelhante ao que ocorre nas redações dos grandes jornais, não existia hierarquia entre nós. Palavra de ninguém era prevalente. Havia circularidade. As pautas eram discutidas e tinham, muitas vezes, a publicação adiada pela necessidade de maturação das palavras e perspectivas.

Nós divergíamos mesmo sendo comunicólogas(os) compromissadas(os) com outro fazer jornalístico; um jornalismo capaz não de aprisionar mas de emancipar sujeitos, já que “a cultura da opressão”, na qual todos estamos inseridos, “é produto da Ação Direta do Capital” (OLIVEIRA, 2017, p. 183). Apesar de o que defendíamos ser um jornalismo dado às subjetividades, cuja pauta era arma de combate ou “uma tecnologia à disposição de um agir” (MORAES, 2022, p. 10), nossos prismas eram distintos. E isso era ótimo! Suscitava discussões; nos fazia buscar conceitos e conhecer argumentos para além dos nossos, o que invariavelmente melhorava a escrita e o produto final.

46

Expectativas, Fases e Periodicidades

Os elementos oferecidos pelo curso do Sindjorce nos permitiram perceber o quão difícil seria manter um portal negro e antirracista no Ceará, pelo contexto social e político aqui já exposto de negação e invisibilização das pessoas negras. Talvez por isso nenhum de nós projetou uma sobrevivência a longo prazo para o projeto e viu nele “apenas” o desfecho de uma formação. Pensávamos, *todes*, que seria uma experiência de semanas. Um mês, no máximo. Quando o endereço foi ao ar, percebemos, de imediato, que o terreno no qual havíamos pisado era nobre demais para abandonarmos, tamanha foi a positividade de um retorno imediato que furou as nossas bolhas.

Decidimos, então, manter o portal mesmo após o curso, especialmente depois de o CC ter sido eleito o melhor produto de comunicação do Ceará para promoção da igualdade racial de 2018. Concedido pelo Sindjorce em 20 de novembro daquele ano, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra¹⁰, o prêmio pavimentou o caminho para outros e mostrou um nicho de mercado inimaginável (pelo menos no tocante ao público leitor,

¹⁰ Concebida em 1971, data foi instituída por força de lei só em 2011. Faz referência ao maior líder negro da história brasileira e visa enaltecer a importância do povo negro.

porque para nós, assim como para todas as mídias negras da história deste país, tornar esse tipo de jornalismo um modelo de negócio sustentável é não só um desafio como torna-se o fiel da balança para essas iniciativas definharem e deixarem de existir).

Logo, descobrimos que o estudo *Mapeamento da Mídia Negra do Brasil*, do Fórum Permanente pela Igualdade Racial¹¹, apontava o CC como o único portal negro e antirracista criado no Ceará em 2018. E que, além do nosso projeto, apenas mais uma iniciativa havia sido localizada no Estado. Tratava-se do *Blog Negro Nicolau*, em operação desde 2011, com incidência no Cariri cearense e mantido por um professor. Sem caráter de jornalismo profissional, portanto, embora cumpra importante papel para a região.

Saber, por exemplo, que o marco de nascimento do *Ceará Criolo* foi o ano no qual o Brasil mais registrou surgimento de mídias negras desde 1965, no total de 15, e nenhum outro veículo fazia no nosso Estado o que nos propúnhamos, consolidou o desejo não só de dar continuidade às publicações como de ampliar nossa presença digital. Então, a despeito do notório saber da prevalência dos discursos de ódio na internet, caracterizados por manifestações para “humilhar uma pessoa ou grupo social em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (TRINDADE, 2022, p. 17), nós levamos o *Ceará Criolo* às principais redes sociais.

Isso alavancou ainda mais o alcance das publicações, que já de início nos levaram a 25 mil acessos mensais no portal e, um ano e meio depois, a partir de 2021, sem patrocínio de posts e apenas com o uso de novas ferramentas de produção de conteúdo dentro do painel de controle do próprio portal, ultrapassou os 65 mil acessos mensais. Além do mais, isso reforçou nosso perfil de produtores do que Borges (2019) chama de *etnocomunicação*, por compreendermos nossa perspectiva negra como cada vez mais a espinha dorsal de toda as etapas da produção noticiosa, e, assim, analisarmos da melhor forma o modo como o usuário se comporta com o que oferecíamos, tendo na raça a determinante primordial.

Assim, divido a produtividade do portal *Ceará Criolo* em três períodos: um de cunho mais opinativo e adepto ao *hard news*, no primeiro ano de atuação, como forma de demarcação de lugar no debate sobre raça e demonstração de “para que viemos”; outro de grandes reportagens e entrevistas, com vasta produção autoral, entre o fim de 2019 e

¹¹ Disponível em: <http://fopir.org.br/fopir-lanca-mapeamento-da-midia-negra-no-brasil/3091>. Acesso em: 22 abr. 2023.

o começo de 2021; e um terceiro momento, que se estende ao tempo presente, no qual o CC tem outra configuração (sobre a qual discorro adiante) e oferece ao usuário um híbrido de notícias próprias e aproveitamento de releases enviados por assessorias de imprensa, relação essa construída ao longo dos anos — fruto também da mudança, a princípio, latente e, depois, explícita no perfil do leitor, que deixou de ser de maioria nordestina, sobretudo de Fortaleza, e passou a ser predominantemente de São Paulo (SP).

Independente do período em questão, porém, o intuito era manter o portal atualizado numa periodicidade que variava entre diária e semanal, a depender de nossas demandas fora do coletivo. Porque ninguém se dedicava somente ao CC e o trabalho era voluntário. Era isso ou o projeto morrer, visto que por quase três anos o projeto não foi monetizado devido a divergências internas sobre o assunto.

Então, como dizíamos, “cada um tinha seu corre” — configuração essa que constatei na minha pesquisa de mestrado ser comum entre quem faz parte de mídia negra no Brasil (BRITO, 2022). Diante das tantas incertezas desta imprensa (financeiras, principalmente), era quase regra (senão totalidade) o/a jornalista ter um emprego comercial e colaborar com o projeto em paralelo, em jornadas duplas (ou até mesmo triplas) não remuneradas. Atestei que são diversas as razões pelas quais estas pessoas produziam para estas plataformas: havia quem queria combater o racismo, mas também quem agia pela convicção política de ser “de esquerda”. Ou por entender aquilo como militância. Ou por não se identificar com a mídia tradicional, sentindo-se nela (e por ela) violentado(a) ou mesmo cúmplice de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) da qual via a si própria/o, negra/o, como vítima etc.

Linha Editorial, Referências Pessoais e Produção Seriada

Alimentar o portal, mesmo que, de início, com conteúdos somente para efeito de conclusão do curso do Sindjorce, nos apresentou a teorias, autoras negras e autores negros até então anônimos. Um mundo se descortinou para nós cinco, embora o letramento racial não estivesse no mesmo nível para *todes*, e, no meu caso, modificou por completo não apenas meu hábito de leitura como também meu jeito de enxergar o mundo e as coisas dele que me atravessavam.

Foi a linha editorial do *Ceará Criolo*, pautada por/para/sobre pessoas negras, sem explorações sanguinolentas e retratando sempre o protagonismo de pretos e

pardos¹², que conheci o conceito de racismo defendido por Almeida (2019) — e hoje questionado por Sodré (2023), que o entende agora como institucional e intersubjetivo em vez de estrutural. Deu-se também pelo portal meu encontro com a perspectiva interseccional de Crenshaw (2020) para compreender que a mulher preta está na base da pirâmide social por sofrer três opressões: de raça (por ser negra), de gênero (por ser mulher) e de classe (por ser pobre).

Graças ao CC repercutir só teorias e produções científicas de pessoas negras, tive a chance de conhecer a centralidade do debate acerca do lugar de fala que todos nós, negros ou não, temos e o quão fundamental é dele fazermos uso no debate sobre raça, pois a luta antirracista não é nem pode ser exclusividade do povo negro (RIBEIRO, 2020). Sem o portal, eu poderia sequer saber dos conceitos de Xavier (2021) e Gomes (2020) de como a beleza negra foi/é desfavorecida e demonizada. Do cabelo ao nariz; dos lábios à tez.

Por falar em pele, foi o *Ceará Criolo* quem me mostrou haver negros como eu, de pele não escura e de classe média que também sofrem racismo porque ascensão social e poder aquisitivo não blindam preto de racismo, assim como o movimento negro não deve, em nome de um pseudopuritanismo racial, abrir mão do capital político da população parda e que, como eu, também sofre preconceito (CARNEIRO, 2011). Nem por isso também pode cair na armadilha de mobilizar este mesmo argumento para justificar uma ideologia colorista de sermos miscigenados — e, portanto, iguais em direitos e possibilidades (DEVULSKY, 2021). Ou mesmo ignorar o papel que assume o pardo no debate sobre o Brasil, que oscila entre uma identidade negra e uma nacional (MUNANGA, 2020) no contexto de diáspora dos afrodescendentes filhos do Atlântico Negro (GILROY, 2012).

Implícita ou explicitamente, pelo meu intermédio ou dos/as demais componentes do coletivo, tudo isso virou matéria jornalística ou artigo de opinião no CC em algum momento. Porque era impossível ler “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14) e fazer de conta que não são as palavras (a língua, portanto) a matéria-prima do jornalismo. Assim como era inevitável escrever para o CC sobre serem as línguas a

¹² A classificação racial do Brasil considera a população negra como sendo formada por pessoas pretas (de pele escura) e pardas (de pele mais clara).

base do racismo (NASCIMENTO, 2019) e insistir na colonialidade do nosso falar/redigir em um português que é cúmplice do colonialismo.

Para nós, a escrita do *Ceará Criolo* era tal qual transgressão e cura, nos moldes do que hooks¹³ (2017) teoriza quando se refere à educação e ao amor. Porque ali, afinal, mesmo diante de tantas dificuldades, ou exatamente por isso, o que nós escrevíamos era sobre resistir pelo poder transformador da informação. Sobre amor à nossa pertença racial, aos nossos antepassados, a um futuro bom (um afrofuturo). Era escrever sobre ser negro(a) compreendendo que “quando trabalho com palavras, entro num espaço que está além da raça” (HOOKS, 2022, p. 286). E, com isso, ver nascer na gente, em mim, o mesmo arcabouço teórico oferecido ao leitor. Oferta essa que nos mobilizou sobremaneira, acima de tudo quando da produção dos especiais.

Foi na elaboração das reportagens seriadas que mais nos desafiamos. Colocamos três delas “na rua”: uma em 20 de novembro de 2018, com menos de um mês de existência do portal, para mostrar que *O Ceará tem preto, sim* e na qual mapeamos, de forma inédita na imprensa cearense, as 85 Comunidades Remanescentes de Quilombo do Ceará; outra, em 5 de julho de 2019, chamada *Quilombo acadêmico*, para enaltecer a presença negra na universidade; e a mais recente, em 20 de outubro de 2019: *Vidas Negras Importam*, sobre saúde mental e prática suicida. Em todas, da primeira reunião de pauta à publicação da versão final do último texto, tudo tinha como prioridade o protagonismo negro.

As temáticas precisavam ter o povo negro como foco; as personagens tinham que ser negras, todas elas; os/as estudiosos/as também deveriam ser negros/as; qualquer que fosse o traço das ilustrações, ele deveria dialogar com a cultura negra ou remeter a temas dos movimentos negros; e, principalmente, a linguagem tinha de ser a mais escura possível: sem expressões datadas pelo racismo, em respeito às diversidades identitárias e alinhada às terminologias estabelecidas pelos arrojos sociais.

Sem dúvidas, *Vidas Negras Importam* foi o especial que mais nos exigiu atenção e energia. Primeiro pela temática. O suicídio ainda ser tratado enquanto tabu no

¹³ N. do. E: Pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins (1952-2021), intelectual feminista mundialmente reconhecida, *bell hooks*, grafado em letras minúsculas, foi criado devido ao posicionamento político da autora. Segundo ela, o pseudônimo teria como princípio uma recusa ao egoísmo intelectual. O objetivo era prestar mais atenção às ideias do que ao nome da autora. Em respeito ao objetivo da pensadora e para não fazer exatamente o oposto — ou seja, chamar mais a atenção para o nome —, mantivemos a grafia minúscula em todas as citações à autora no dossiê, exceto no início de frases e nas citações da ABNT entre parênteses.

jornalismo e não como um problema de saúde pública, com redações tendo ordens expressas da não publicação de notícias a respeito do assunto, aumentava a responsabilidade da decisão de tratar do tema. Este argumento, inclusive, foi mobilizado por uma das fontes para recusar-se a nos conceder entrevista. “Vocês vão estimular outras pessoas a se matar e eu não quero fazer parte disso”, alegou, antes de desligar. Ledo engano.

Ao fim de 14 textos, entre grandes reportagens e artigos de opinião, publicamos um especial não sobre morte. Já no primeiro *brainstorming*, a ideia era de que precisávamos falar sobre vida. Sobre as saídas para evitar o suicídio de uma população — a negra — que aquele material denunciava como sendo 85% das vítimas no Ceará. Não bastasse o projeto de estado genocida contra o povo negro há séculos em curso, nossa gente também tirava a própria vida. Nós, então, contribuiríamos para o debate a partir dos relatos de negros/as que haviam buscado auxílio especializado e das análises de profissionais da psicologia, da psiquiatria e de gestores/as dos serviços públicos os quais lidavam com uma estatística tão alarmante. Um dado com raça. A negra. A nossa!

Sem sequer citar o termo suicídio, o especial *Vidas Negras Importam* foi um dos vencedores do I Prêmio MPCE de Jornalismo, concedido pelo Ministério Público do Ceará, mesmo tendo como concorrentes portais de grandes redações, que dispõem de estrutura, pessoal e recursos financeiros, além de terem em seus quadros centenas de profissionais renomados e nacionalmente condecorados, muitos dos quais pagos só para produzirem reportagens. Realidade diametralmente oposta aos nossos malabarismos de toda ordem.

Cinco Anos Depois, O Fim?

No agora em que escrevo, aos fins de abril de 2023, o portal e coletivo *Ceará Criolo* atravessa, talvez, sua pior fase. Por isso, os verbos utilizados até aqui não estão no tempo presente. Recorri ao passado até aqui de forma intencional, para só neste momento expor a atual — e real — conjuntura da plataforma, que em nada faz jus aos ideais de resistência e transformação social que a originaram, lá em 2018.

Com quase cinco anos de existência, o CC está com diferentes configurações de ordem produtiva e de como se compõe. Publica hoje uma irrisória quantidade de textos de autoria própria, tem em 95% do que leva ao ar material disponibilizado por assessorias de

comunicação, não trabalha o fator periodicidade e praticamente abdicou da presença nas redes sociais. Apesar de os perfis do Instagram e Twitter e a página do Facebook ainda existirem, atualizações não são feitas ou acontecem de forma descompassada. Além disso, o coletivo/portal sofreu deserções. Das cinco pessoas que o integravam de início e das várias outras que deram contribuições pontuais nesta primeira meia década, somente duas permaneceram: Rafael e eu. Até sermos uma dupla, houve quem saiu por preferir contribuir com a luta em trincheiras outras, quem criou sua própria mídia ou não mais viu a si num projeto cuja monetização era/é precária. E assim o foi/é não por falta de esforço.

Desde 2021, quando se pacificou internamente ser justo e necessário monetizar o capital sociopolítico do CC, incontáveis foram as buscas, por conta própria, por anunciantes, patrocinadores e parceiros. Mas quem investe em jornalismo antirracista na terra do mito da inexistência negra? E mais: se não há negros, não há racismo; logo, para que serve o antirracismo? Falar de uma fragilidade branca que apoia o racismo e que, mais do que não sermos racistas, é urgente sermos antirracistas (DIANGELO, 2020) soa a esses pretensos parceiros quase como uma ofensa pessoal, pois vivemos a era do daltonismo racial em um país no qual pratica-se racismo sem que racistas existam, embora “de um ponto de vista global, o racismo está historicamente ligado à formação das sociedades contemporâneas” (BONILLA-SILVA, 2020, P. 13).

Nem mesmo nossa tentativa de financiamento coletivo virtual, de fazer dos leitores parte da sustentabilidade financeira do *Ceará Criolo*, foi exitosa. Na verdade, só escancarou o mito da democracia racial, elaborado na década de 1930, ainda impregnado ao debate sobre relações raciais por pregar o racismo como algo irreal. Mesmo assim, não posso dizer que nesses cinco anos só tivemos prejuízos com a manutenção do CC ao quitarmos taxas periódicas de registro de marca, hospedagem em provedores de internet e compras de domínio. Convertemos sim alguns recursos. E três parcerias são responsáveis por isso.

A primeira delas deu-se com a Black AdNet, uma rede nacional de mídias negras e influenciadores negros que viabiliza junto a grandes marcas a veiculação de anúncios, publicitários e postagens pagas em sites e redes sociais. Derivaram daí — entre o fim de 2021 e o começo de 2023 — sociedades com Avon, TIM e O Boticário, além de convites do Nubank e Carrefour, dos quais declinamos diante dos episódios racistas

envolvendo as duas empresas¹⁴. Nenhum desses modelos de negócio, porém, nos foi rentável. O retorno quase sempre não passava de notas fiscais de dois dígitos.

As demais parcerias deram-se com o Google, tendo sido uma delas impossibilitada pela incompatibilidade entre as exigências do programa, descobertas somente a posteriori do início dos trabalhos, e o que era possível oferecer diante do número irrisório de dois membros com os quais o *Ceará Criolo* podia contar à época (2022). Dessa iniciativa, intitulada *GNI Startups Lab Brasil*, para a qual fomos escolhidos numa seleção nacional de projetos, nos vimos forçados a desistir, abrindo mão, assim, de receber R\$ 100 mil, caso tivéssemos concluído as ações (de cinco meses). Isso informa da dificuldade do modelo que uma mídia negra, antirracista e independente tem de estar até em espaços pensados e criados para o fomento dela própria.

No outro projeto, *Creators*, tínhamos previsão de participar de um ciclo remunerado por produção de conteúdos e fomos convidados a participar de outras duas rodadas. As três temporadas resultaram em cerca de R\$ 45 mil em um ano e meio de vigência dos contratos, o que representava R\$ 2,5 mil mensais igualmente divididos entre os três membros restantes do CC. Média de R\$ 833 para cada.

53

Considerações Finais

Em resposta a produções próprias ou aos poucos conteúdos patrocinados, o *Ceará Criolo* colecionou nesta meia primeira década de vida, desde o primeiro dia até agora, um relicário de depoimentos valorosos. Foram/são recorrentes os testemunhos de leitores e seguidores que se identifica(ra)m com alguma história narrada em reportagem/postagem ou mesmo de gente que, devido a um texto por nós publicado, descobriu familiares negros ou quilombolas noutras cidades.

Situações assim suscitam esperanças de o projeto não acabar. Não sabemos, agora somente eu e Rafael (mas mais Rafael do que eu, é verdade), até quando. Entretanto, ao fim e ao cabo, para além da utopia de um mundo mais justo, é essa devolutiva do leitor que não nos deixa desistir. É nesse tipo de experiência que a gente se fia e sente como as mídias negras rompem, sobretudo, com o que ouvi Xico Sá tipificar de

¹⁴ Em outubro de 2020, a cofundadora da Nubank, Cristina Junqueira, afirmou ter "dificuldade de encontrar candidatos negros adequados para as exigências das vagas na empresa". Em novembro do mesmo ano, Alberto Freitas, um homem negro, foi espancado e morto por asfixia por seguranças de uma loja Carrefour em Porto Alegre (RS).

“jornalismo hereditário”, aquele feito pelas mesmas famílias e que parasita corpos negros desde 1808, quando o primeiro jornal, burguês, circulou no Brasil, e diuturnamente nos vilipêndia.

Fazer parte de uma plataforma como o CC é viver na prática a possibilidade de posicionar-me enquanto sujeito subalternizado, por mais que o mundo me imponha que não devo nem posso falar justo pela subalternização a mim compulsoriamente justaposta (SPIVAK, 2010). É evitar que a nossa gente seja submetida ao monopólio de ser retratada só, e somente só, a partir da excepcionalidade, como se não houvesse potência e beleza no que não é tido como sujeito universal.

Compor um portal preto é se colocar como parte, por menor que seja, da grande luta pelo fim da branquitude, essa pertença étnico-racial atribuída ao branco e que a ele garante a propriedade de privilégios simbólicos e materiais (CARDOSO, 2017) diante dos demais indivíduos de uma sociedade. É compreender-se como ponto de inflexão por provar como o olhar jornalístico de respeito às subjetividades é tão exequível para pessoas negras quanto o é para pessoas brancas. É que insistir nessa subversão força a grande mídia a abandonar o “jornalismo de efeméride”, aquilo que chamo de reportagens de cunho positivo escritas apenas em datas comemorativas do tipo 20 de novembro, para coberturas de temas de real interesse do povo negro.

Sentimos isso de forma muito explícita nas eleições municipais de 2020, quando o CC foi o único portal do Ceará a denunciar candidatos brancos cuja autodeclaração racial misteriosamente mudou para preto/pardo (ou vice-versa) de um pleito para o outro, bem como ignoravam o tema raça nos seus planos de governo à Prefeitura de Fortaleza, e, diante da grande repercussão do material principalmente nas redes sociais, a imprensa convencional viu-se forçada a fazer o mesmo.

Viver isso foi como produzir fagulhas criativas (DAVIS, 2016) e ter a chance de confrontar o discurso colonial branco para, de pronto e de maneira intencional enaltecer a negritude como modo de viver além do biológico. Porque “é um despertar, e um despertar da dignidade. É um rechaço, e um rechaço da opressão. É um combate, e um combate contra a desigualdade” (CÉSAIRE, 2022, p. 216). E deve-se fazer isso desde o chão do terreiro. Do tambor e do pensar nagô, que produzem filosofia negra (SODRÉ, 2017).

“O lixo vai falar, e numa boa” (GONZÁLEZ, 2020, p. 78) me parece a máxima que melhor exprime a exclusão imposta às mídias negras e mais nos representa enquanto categoria que resiste pelas palavras, dado sermos nós, pessoas negras, aquelas as quais,

o hospício, a repressão policial e a vida precária. Mas acredito ser por delas, pelas palavras, que vamos, ao menos no *ethos* jornalístico, conseguir desafiar um acordo tácito há décadas diagnosticado como “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2022) e que julgo também presente na rotina de produção noticiosa, mas ainda carece de estudos, tamanha a insuficiência de grupos de pesquisa formalmente instituídos para uma produção científica que correlacione branquitude e jornalismo.

O Ceará, por exemplo, não dispõe de nenhum fórum sobre o assunto. A preço de hoje, o máximo que existe é um grupo de alunos que se autointitula *Retomada* e de maneira esporádica trata a questão. Não creio, contudo, ser fruto do acaso a relação entre todas as grandes redações brasileiras terem como gestores exclusivamente pessoas brancas¹⁵ e o racismo engendrado pelo jornalismo brasileiro, especificamente o antinegro, com o qual as empresas de comunicação (de/por/para pessoas brancas) nos bombardeiam diariamente.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, V. T. **O que é a imprensa negra**: diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude**. São Paulo : Companhia das Letras, 2022.

BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem racistas**: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BORGES, R. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORRÊA, L. G. (org.). **Vozes negras em Comunicação**: mídias, racismos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRITO, B. C. **Tudo o que nós tem é nós**: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro. Tese/Dissertação (Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia) -

¹⁵ Levantamento feito pelo Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <https://bit.ly/3PHvTxE>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UFC e Unilab, Fortaleza, 2022.

CARDOSO, L.; MÜLLER, T. M. P. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, A. **Textos escolhidos**: A tragédia do rei Christophe; Discurso sobre o colonialismo; Discurso sobre a negritude. Tradução de Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. Tradução de Paula Granato e Gregório Benevides. In: MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. **Corpos em Aliança**: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIANGELO, R. J. **Não basta não ser racista**: sejamos antirracistas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, H. Negros e negras cearenses, afirmo sua existência! **Ceará Criolo**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NSBqjY>. Acesso em: 23 abr. 2023.

GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. rev. amp.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática libertadora. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

- HOOKS, B. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Elefante, 2022.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MOREIRA, A. J. **Pensando como um negro**: ensaio de hermenêutica jurídica. São Paulo: Contracorrente, 2019.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. rev. amp.; 2. reim. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- OLIVEIRA, D. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.
- PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- SANTOS, T. V. A. **Desigualdade racial midiática**: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.
- SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- TRINDADE, L. V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- XAVIER, G. **História social da beleza negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

Submissão: 26 de abr. 2023

Aceite: 21 de jun. 2023.

Carta para ELAS: um estudo sobre práticas de comunicação não-hegemônica para mídia sonora

Paula Gorini Oliveira¹

Resumo

Este trabalho, de caráter ensaístico, tem por objetivo compartilhar uma experiência de observação participante na produção do podcast experimental *Rádio-Carta Mulher* (RCM), produzido com cinco mulheres atingidas pelo sistema prisional, em 2022. Em formato experimental, o podcast tem como foco a comunicação de mulheres que foram estigmatizadas e socialmente excluídas por suas passagens pelo cárcere. Neste ensaio será apresentada a metodologia epistolar como forma de acessar narrativas de histórias de vidas, e do podcast RCM como prática de comunicação não-hegemônica. E, também, será articulado um debate com base em autores decoloniais para pensar as especificidades de mulheres estigmatizadas por um sistema de produção de morte, que é o sistema prisional.

58

Letters to HER: a study about practices of non-hegemonic communication in audio media

Abstract

This essay article aims to share an experience of participant observation in the production of the experimental podcast *Rádio-Carta Mulher* (RCM). In the podcast, which was produced in 2022, five women who have lived in the prison system were interviewed. In an experimental format, the podcast focuses on facilitating communication among women who have been stigmatized and socially excluded due to their experiences in prison. This scientific essay presents the epistolary methodology as a means to access life narrative stories. Additionally, the RCM podcast is presented as a practice of non-hegemonic communication. Finally, a debate informed by decolonial researchers is engaged to examine the specific challenges faced by women stigmatized within the death-producing system of the prison system.

Keywords: Non-hegemonic practices of communication. Epistolary methodology. Women affected by the criminal justice system.

¹ Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ), na Linha de Pesquisa de Tecnologias de Comunicação e Cultura. Mestre pelo mesmo programa. Pesquisadora associada ao grupo Trama (Comunicação, Arte e Redes Sociotécnicas/UERJ). E-mail: paulagorini@gmail.com.

Introdução

“Apenas a matéria vida era tão fina”
(Caetano Veloso)

Trabalhar com histórias de vidas é, sem dúvida, um desafio que atravessa muitos profissionais do jornalismo que se dedicam a documentar perfil de pessoas, famosas ou não. Isto porque a narrativa biográfica, que trata da vida de cada um, por mais comum que possa parecer aos olhos de quem enxerga de longe, é a preciosidade maior para quem a vive de perto, de dentro. Sofrida e triste, alegre e próspera, vidas são matérias finas, não apenas no sentido de recursos de onde se produz mais vida, cultura, ou arte, mas principalmente pela sua delicadeza e vulnerabilidade diante daquilo que nos escapa, do que não podemos conter. Caetano Veloso escreveu essa música, Cajuína, para seu amigo, o poeta e compositor Torquato Neto, que se suicidou. Caetano sabia o que queria evocar com a poesia de seus versos, a matéria da vida, fina.

Como jornalista, atravessada pelas experiências de arte, cultura e dos movimentos sociais em minha formação, sempre tive um grande desejo de conhecer e me aprofundar em histórias de vidas. Durante minha graduação, fui estagiária do Núcleo de Comunicação Comunitária da Facha (Faculdades Hélio Alonso), e foi quando produzimos um vídeo-carta chamado *Mãos à Arte*. É nele que esta experiência que aqui compartilho começa, há 20 anos, em 2003. Como repórter da *TV Comunitária*, fiz parte da equipe que foi até a penitenciária feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, fazer o registro documental da inauguração da cooperativa de Artesanato Mãos à Arte. Foi lá que conheci Adriana, Mila e Valéria, três das cinco protagonistas do podcast *Rádio-Carta Mulher* (RCM), trabalho em áudio que será aqui debatido como relato de experiência.

Na ocasião, Adriana Galdino, que tinha o apelido de Mau (herança de outros tempos), pediu para que a gravássemos lendo uma carta ao Gugu (o ex-apresentador Augusto Liberato). Assim o fizemos e, para nossa surpresa, ouvimos uma leitura de carta com conteúdos de sonhos, dores, memórias, esperança. Uma carta que fabulava ali, com esse destinatário Gugu, quase fictício, mundos e futuros outros para Adriana e seu filho. Histórias de vidas. Ouvir Adriana lendo sua carta ao Gugu trouxe, 20 anos mais tarde, uma referência e inspiração para desenvolver a metodologia de escrita de cartas como

meio de acessar narrativas de histórias de vidas na produção de mídia sonora, a metodologia que será aqui apresentada.

Este ensaio pretende compartilhar um relato de experiência a partir do podcast *Rádio-Carta Mulher*² (RCM/2022), realizado com cinco mulheres atingidas pelo sistema prisional. Um trabalho experimental produzido com Fundo de Apoio à Cultura Carioca (Foca-2021), que teve seu lançamento em julho de 2022, e pode ser acessado gratuitamente nas plataformas digitais Spotify³ e YouTube⁴. Nele, cada mulher convidada é uma protagonista, cada episódio é sobre uma mulher: Adriana Galdino, Angela Rios, Bianca Kalutor, Marilda Mila e Valéria Mello são as protagonistas. ELAS registram suas histórias de vidas através de cartas que escreveram para outras mulheres, cartas produzidas para a realização do podcast. Além da apresentação online, o lançamento contou também com uma exposição sonora (durante um mês), no Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica, onde os áudios podiam ser ouvidos em autofalantes, dispostos na sala de exibição, em fones intimistas, ou, ainda, na opção em Libras, em uma televisão.

Aqui também pretende-se articular o debate decolonial na inteiração com as práticas de comunicação, com especial enfoque para a problemática de mulheres socialmente estigmatizadas, e uma reflexão crítica sobre o sistema prisional e sobre estruturas que reproduzem exclusões sistemáticas, ou sistemas de produção de morte, como veremos. A contrapelo e em contraponto com aquilo que acreditamos como sistemas de produção de vida, como na mediação de narrativas de histórias de vidas em práticas de comunicação alternativas aos modelos hegemônicos de comunicação⁵. Neste contexto, o podcast experimental será abordado como uma prática de comunicação não-hegemônica, em que a comunicação é exercida como direito fundamental, constitucionalmente garantido, e que alcança camadas de vozes historicamente silenciadas.

Em termos metodológicos, o trabalho irá observar a escrita de cartas como metodologia (epistolar) para acessar narrativas de histórias de vidas. As cartas que acessam o íntimo, o particular e o afetivo serão observadas como meios de preservar o

² Vale notar que participei como proponente e produtora do projeto selecionado e lançado pelo FOCA-2021.

³ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0O5OBMw3JENFEmhclmGdNL>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/@radio-cartamulher5582/videos>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁵ Para Mauro Wolf, teórico da comunicação, a comunicação hegemônica está presente, principalmente, nos modelos de comunicação verticalizada, como os chamados *mass media*, que censuram certos temas, não legitimam opiniões alternativas ou reforçam relações de poder (WOLF, 2003).

protagonismo das mulheres sobre suas próprias histórias. Em uma tomada de posição de pesquisadora implicada (já que este relato é também sobre uma experiência pessoal de trabalho, não apenas uma observação de pesquisadora distanciada), procuro observar nas cartas formas de escrever em que, ao mesmo tempo que se narra uma história, está também se criando e re-criando biografias. Um olhar de atenção e cuidado com essa matéria-vida fina. Observar e registrar o processo metodológico epistolar, assim, é uma aposta em metodologias que diversifiquem as práticas de comunicação, criando alternativas ao que está estabelecido como grande mídia.

As cartas

A opção metodológica de uso de cartas começou de maneira intuitiva, foi construída ao longo do processo de produção do podcast RCM, junto com ELAS, e segue como uma pesquisa em andamento. A premissa dessa metodologia é seu funcionamento como uma tecnologia de acesso a narrativas de histórias de vidas, através do afeto. Dos vínculos afetivos que se apresentam na escrita de uma carta. Para quem escrevemos quando escrevemos uma carta? O que da nossa vida queremos compartilhar? Quem são nossas destinatárias? No caso do podcast, foi pedido que a destinatária fosse uma mulher, que poderia estar viva ou não, mas que existisse. Durante o processo de produção do podcast, foi observado que a escrita de cartas era também uma forma de acessar memórias e histórias das protagonistas. E, levando em conta a proposta de uma escrita livre, as cartas articulam criativamente processos de fabulação e de ficção de si.

Sobre a fabulação, entendemos que esta não se dá apenas no processo de “invenção” de seres e personagens da escrita literária, como também está presente nas próprias narrativas de si, que nada mais são do que a corporificação de nossas próprias perguntas, nossas próprias constatações ou de nosso próprio fluxo de pensamento. Fabulamos mesmo quando nos retemos à memória de acontecimentos, pois nosso imaginário produz ficções no momento mesmo que vivemos o acontecido, agregando camadas de sensações, que passam a configurar também a memória do vivido. Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997), ao fazerem o cruzamento entre filosofia, arte e ciência, atribuem à experiência das artes um bloco de sensações, *afectos* e *perceptos*, que não são apenas afetos e percepções, mas um composto que atravessa a sensorialidade humana, sempre em transição de si para alguma alteridade que lhe confronta.

Conjugando com a autora Mariana Pimentel (2007), que trabalha com o conceito de *fabulação* com base em Deleuze e Guattari, a relação entre memória, afectos e perceptos fala também de uma alteridade criada a partir da singularidade das histórias narradas. São formas de relatar o passado, registro de memórias, evidências de uma criatividade posta em ação, rompendo qualquer ideia de pureza relativa a essa história: fabular invoca, junto ao ato de narrar, o ato de criar. A fabulação, assim, é uma forma de evidenciar a complexidade do mundo contemporâneo em que vivemos e sua diversidade de pontos de vistas.

Nesse mesmo caminho de pensamento está a observação sobre as narrativas de histórias de vidas. Marcia Moraes e Alexandra C. Tsallis (2016) falam sobre “contar histórias” como prática de escrita acadêmica, com base na metodologia do *escreverCom*, uma forma de ativar sensivelmente descrições de campo, em um envolvimento afetivo entre quem pesquisa e com quem se pesquisa. As autoras tomam por base outras autoras — Donna Haraway, Josselyn Conti e Chimamanda Adichie⁶ — para argumentar que *escreverCom* é um posicionamento político diante do fazer científico. Formas de produção acadêmica em que não há a predominância de um “deus observador externo”, nem um corte cirúrgico que separa narrativas em estudos de casos, nem modelos únicos de história que tendem a compactar histórias de vidas em moldes pré-formatados de tamanhos únicos. É dessa forma que Moraes e Tsallis (2016) nos chamam a atenção para a presença do feminino nas ciências, um fazer científico que não é descorporificado. Ou, como dizem as autoras: “O feminino na ciência se faz com a alegoria do laço, do vínculo. Mais do que afirmar a separação entre sujeito e objeto, o que está em cena é o vínculo, a conexão, o afetar e ser afetado no encontro com a alteridade” (MORAES; TSALLIS, 2016, p. 48).

Assim, para desenvolver este tópico sobre a metodologia epistolar, proponho um exercício de costurar experiência prática, vivida e corporificada na relação de troca com as próprias protagonistas, mescladas com impressões sensíveis, subjetivas, da autora que aqui relata. Tal metodologia é aqui compreendida intuitivamente a partir da experiência prática, a escrita de cartas como meio de acessar um sensível e dizível em narrativas de histórias vidas. É também inspirada pela tradição da Crítica Textual no que

⁶ Vale notar que essas autoras estão sendo citadas apenas como parte da argumentação de Moraes e Tsallis, por isso a referência é indireta. De qualquer jeito, me pareceu pertinente incluir seus nomes para fundamentar o argumento do *EscreverCom* como posicionamento político diante da pesquisa científica.

tange à epistolografia, que seria o estudo de cartas trocadas entre autores (de diversos campos, da filosofia à literatura), que revelam aspectos sensíveis sobre um determinado contexto social, histórico e político (COSTA; SÁ; BARBOSA, 2020). Começaremos com as cartas⁷, com o elemento da experiência, uma apresentação das histórias de vidas, para depois refletirmos sobre essa experiência junto ao debate decolonial e enquanto jornalismo íntimo e pessoal, como mídia sonora.

Para começar, vamos olhar para um trecho da carta de Adriana Galdino, dessa vez escrita em 2022, para sua amiga Rosinha:

De: Adriana
Para: Rosinha

Meu nome é Adriana Galdino Gomes, mais conhecida como a Mau. Hoje tenho 51 anos de idade. Assim que eu nasci fui abandonada pela minha mãe e fui criada em um colégio interno. Quando completei 18 anos, tive que sair de lá. Aí começou a minha trajetória de vida. Com 19 anos, comecei meus primeiros furtos para sobreviver e logo em seguida fui para a prisão. Lá conheci diversas pessoas, umas boas, outras ruins e tive que vestir uma capa para sobreviver, porque lá só sobrevivem os fortes. [...] ali é a verdadeira escola da vida. [...] Foram muitas noites intermináveis e eu só chorava, no auge da minha dor nada me consolava. Onde foi choro, hoje é alegria. Onde foi perda, hoje é conquista. Onde teve luto, hoje, existe vida. [...] Dedico essa carta à minha musa inspiradora Rosa Maria Amália, ou melhor, Rosinha, gratidão a Deus por tudo! (GOMES, 2022).

A metodologia de escrita de carta, na produção do podcast RCM, se estruturou a partir de uma proposta simples: cada mulher deveria escrever uma carta para uma outra mulher, a sua escolha. Essa destinatária poderia estar viva ou já ter morrido, poderia ser alguém próximo, ou não, mas deveria ser alguém que tivesse marcado sua trajetória. Alguém para quem elas tivessem o desejo de contar sobre suas vidas. Adriana escolheu uma pessoa que ela conheceu quando estava na prisão, que acreditou nela e em sua reinserção social, e a ajudou a conseguir emprego e seguir com sua vida, após o tempo cumprido na prisão.

Angela Rios escreveu a carta para sua avó, que já havia morrido quando ela foi presa, com quem ela possui forte vínculo afetivo. Angela escreve como se contasse à avó o que aconteceu com ela.

⁷ As cartas apresentadas tentam manter ao máximo a grafia e estilo de texto das protagonistas, por isso optamos por não corrigir erros de concordância, nem a supressão de sílabas ou letras, nas transcrições.

De: Angela

Para: Vovó

Já faz um tempo que não lhe escrevo, mas estou aqui sentada na velha poltrona para lhe contar o que me aconteceu, e é com muita dor no meu coração e fragilidade. Aquela mulher advogada forte sumiu, e agora estou me reinventando. [...] É, vó, meu mundo caiu. [...] Passava os dias, às vezes conversava com as colegas, e na maior parte, só calada nos meus pensamentos e lembranças da minha vida e no que perdi. Mas todas as semanas minha alegria chegava com as cartas da mamãe e do meu irmão, e eu as respondia... e pior, sempre mentindo, “é minha mãe, estou bem”. [...] E nesse horror, vó, vivi 5 meses e 9 dias, uma eternidade, marcados com dor, desrespeito, humilhações, vergonha, a perda da minha dignidade, da minha palavra, do meu caráter (RIOS, 2022).

Um aspecto importante da proposta de escrita de cartas era ter atenção na destinatária escolhida, pois isso muda a forma como nos comunicamos, a depender de para quem estamos falando. Na carta para sua avó, Angela fala sobre cartas escritas para sua mãe, quando estava presa. As cartas são o principal meio de comunicação dentro da prisão, com quem está do lado de fora.

Cartas, para autores de estudos epistolares, são como conversas entre pessoas que se encontram ausentes (COSTA; SÁ; BARBOSA, 2020). Também são testemunhos de relações pessoais, sociais e culturais de um certo tempo. Cartas são referências históricas, filosóficas, artísticas: documentos de legitimidade e autenticidade sobre acontecimentos, personagens, fatos, biografias. Como em diálogos íntimos, a escrita de carta como metodologia torna evidente seu caráter autobiográfico. História, memória e fabulação tornam-se parte de uma mesmo desenrolar narrativo, que acessa emoções e afirma a vida como potência.

As cartas são também dispositivos fabulatórios potentes, uma vez que confundem realidade e ficção. É como vemos em Bianca Kalutor, na carta de Natal fictícia para sua mãe:

De: Bianca

Para: Mamãe

Querida mamãe, você na certa vai achar estranho eu estar te enviando essa carta no dia de hoje, 25 de dezembro. Porque na certa você não *tava* esperando que eu te enviasse qualquer uma solicitação de ajuda ou de apoio, porque você, mãe, você me vê como uma pessoa mais forte, como uma pessoa mais distinta, mais livre. Eu sou a pessoa que você admira, que você ama. Mas, querida mamãe, você se esforça tanto pra me manter distante, distante das coisas ruins. E hoje eu percebi que essas coisas ruins são as que mais necessitam um ser humano. [...] Me

sinto livre, mamãe, graças a você. Então, eu quero que este ano, este natal, este ano novo, você comemore ele comigo. Porque não é pela data comemorativa e sim pelo simples fato de que eu [es]taria retirando você do conselho da família, da mentira da família chamada Natal, Ano Novo (KALUTOR, 2022).

Bianca, em sua carta, não fala sobre sua experiência de presídio, mas sim sobre sua experiência como mulher transsexual, que foi expulsa do círculo familiar e da intimidade e cuidado afetivo materno. Esta, como ela conta em sua autodescrição⁸, é só a primeira das exclusões que sofre uma mulher trans.

As cartas também servem como meios de produção de subjetividades que escapam aos estereótipos socialmente impostos pelas marcas do sistema penitenciário, no caso do RCM, narrativas que têm por base a liberdade e a maleabilidade da escrita criativa. Escrever se torna um ato produtivo e imaginativo que pode refletir na própria forma como nos vemos e nos colocamos no mundo.

A ideia da escrita de cartas é também de acessar memórias e histórias das protagonistas e criar pontos de contato entre quem fala — e fala sobre si — no encontro com os ouvidos de quem vai ouvir suas histórias. Como nas memórias dos encontros de Valéria Mello com Marielle Franco, que começaram na prisão.

De: Valéria
Para: Marielle

Lembra quando te conheci? Você já enraizada contra as impunidades no tratamento draconiano praticado no complexo chamado Gericinó contra nós mulheres. As inúmeras visitas que você nos proporcionava, a cada carta que recebia relatando abuso de autoridades, escrita pela nossa família ou por nós mesmas. [...] A cada encontro, você regava-me de conhecimento, e me ensinava o modo operante no combate ao racismo, homofobia, homicídios... E tudo que exclui pessoas, causando essa separação de castas. Percebi que, já dentro do cárcere, você me plantou. E naquelas conversas, você me regava. E, assim, de semente em semente, juntamos forças no combate ao fascismo, à omissão dos que são pagos pelo povo para cuidar do povo. Seguindo na mesma direção, nos juntamos às inúmeras manifestações e atos, o grito, o barulho dizendo: “somos mulheres e temos voz!” (MELLO, 2022).

⁸ Como proposta de comunicação acessível, foi produzido um episódio extra, com uma autodescrição de cada protagonista, com inspiração na ferramenta de Audiodescrição (AD), que consiste na tradução semiótica de imagens para texto. Por motivo de limite de tamanho e dos objetivos, a análise deste conteúdo não foi incluída neste trabalho.

Valéria busca na inspiração que Marielle deixou no mundo as forças para lutar contra o silenciamento, não apenas o seu próprio, como o de outras mulheres. Valéria, assim como Marielle, é uma mulher negra, lésbica, moradora de periferia e ativista. Sua história de vida é atravessada por silenciamentos que atingem mais diretamente às mulheres negras. O estigma da prisão vem a reforçar ainda mais o sistema de silenciamento que atravessa o corpo de Valéria. Como nas máscaras de silenciamento, discutidas em Grada Kilomba (2019), como formas de perpetuar a violência sobre os corpos negros.

Mila, que foi uma liderança dentro da Penitenciária Talavera Bruce, também lutou pelo direito das mulheres internas ao sistema prisional para trazer novo sentido às suas vidas diante da falta de perspectivas locais. Mobilizou o diretor do presídio na época, se juntou com outras companheiras, e conseguiu um espaço de trabalho, equipamentos e materiais para investir o tempo em conhecer (ensinar e aprender) novas técnicas de trabalho, uma profissão. Ela é fundadora da cooperativa de artesanato Mãos à Arte.

Assim ela conta na carta para sua tia Diva, que já morreu:

De: Mila
Para: Tia Diva

Oi, tia Diva! Hoje venho aqui para te agradecer pela mulher que me tornei! Pois foi em você que me inspirei, pelos dias que tive o prazer em passar na sua companhia. Nossos passeios, os lugares que você me apresentou! [...] Sabe, tia, passei por lugares e conheci pessoas, lugares esses sombrios, aonde se chora, sofre, e ninguém vê. Fui do luxo ao lixo... e entendi na vida que quando você passa pelo cárcere, você não vale mais nada. [...] Pois a gente paga o que deve pra justiça, mas pra sociedade nossa cadeia é perpétua. Tia, fiz muitas obras de arte lindas, de lixo reciclável, e vendia tudo por um bom preço. E, hoje, lutei muito pra conseguir um lugar pra trabalhar... Porque depois que passamos pelo cárcere, perdemos a cidadania. Ressocialização e reinserção não existe[m], é UTOPIA! Ainda estou juntando os pedaços e tentando reconstruir-me, e voltar a ser EU, Mila. Ainda que faltando muitos pedaços! (MILA, 2022).

Mila fala de uma mulher forte que a inspirou também em perseguir seus sonhos, em se afirmar com coragem diante da vida. Ela conta na carta para a tia sobre a cooperativa que fundou, lá onde nos conhecemos em 2003, e que, de certa forma, é onde sou atravessada em minha própria biografia pelo sistema prisional.

Na perspectiva deste ensaio, a escrita de cartas para acessar narrativas de histórias de vidas aposta no entendimento de comunicação como vínculo. No campo

epistemológico da Comunicação, é Muniz Sodré (2014) quem afirma a comunicação não apenas como meio de troca de informações, mas sim como processos de vinculação, de partilhar um comum colocado em ação. E vínculo aqui pressupõe também relação. Em artigo produzido sobre a escrita de cartas com fins metodológicos, Danise Grangeiro e Tiago Ribeiro (2021) trocam cartas escritas como forma de cartografar vidas, eles dizem: “Narrar histórias é pluralizar o mundo, é convidar a perceber a força, a resistência e a potência das narrativas invisíveis, silenciadas e minúsculas.” (*ibid.*, p. 425).

O debate decolonial a partir d’ELAS

O que ELAS têm em comum? Adriana, Angela, Bianca, Mila e Valéria são mulheres que vivenciaram o cárcere, são atingidas pelo sistema prisional e de justiça. Cada uma com sua história particular, com sua singularidade, e, ainda assim, todas estigmatizadas por suas experiências prisionais. Em suas histórias de vidas, ELAS contam sobre a experiência da prisão, a violência, os estigmas sociais que deixaram marcas em suas trajetórias. E essa é uma forma de olhar para o sistema prisional atravessado por conceitos, e pré-conceitos.

Sobre estigma, o antropólogo Erving Goffman (2004) fala:

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo — as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Sendo os estigmas referências de atributos profundamente depreciativos, estas marcas interferem diretamente na construção de identidades sociais, que possibilitam, ou reforçam, sistemas de exclusão. Ao tornar públicas as narrativas de histórias de vidas de mulheres socialmente estigmatizadas, pretende-se também, em senso coletivo e amplo, sensibilizar a sociedade no que concerne à reprodução de estereótipos sobre a população que vive em restrição de liberdade. Fora do presídio, as narrativas da mídia hegemônica

pouco falam sobre as pessoas que vivem em situação de cárcere, são os crimes cometidos que marcam suas subjetividades.

Mulheres que vivenciaram o cárcere carregam estigmas sociais que são como marcas que as distinguem de maneira negativada em suas subjetividades, fazendo com que não se veja mais a mulher por trás da marca da prisão, apenas o crime que, por vezes, nem cometeram. Goffman (2004) fala, ainda, sobre estigma na relação com a construção da identidade social, no que seria uma relação conflitante entre identidade social virtual versus identidade social real. Nesta provocação, entram em conflito os atributos não desejáveis e estereotipados, que formam a identidade social virtual, e que reforçam práticas de exclusão, em relação ao que seria a identidade social real, que traria à tona processos históricos e sociais na produção subjetiva. Através das narrativas de histórias vidas protagonizadas pelas próprias mulheres que vivenciaram e narram suas histórias, pode-se observar um confronto entre estereótipos criados narrativamente no senso comum e o humano que nos encontra, nos escapa, e nos põe em xeque em nossas incertezas. Um confronto com o outro, a alteridade.

Trabalhar com narrativas de histórias de vidas de mulheres socialmente estigmatizadas é também uma forma de reafirmar a vida em um sistema que reflete a morte, que é o sistema prisional. Em conformidade com as estruturas sociais desiguais em que nos constituímos coletivamente, há sistemas que reforçam a exclusão e a produção de morte. Sistemas que contribuem para a invisibilidade de pessoas que vivem sob a égide do estigma social, não importando mais quem são, e sim quais marcas nelas foram deixadas. O sistema que pretendemos olhar mais de perto, na elaboração ou reforço da ideia de que este seria um sistema que trabalha com produção de morte, é o sistema prisional.

Achille Mbembe, autor de *Necropolítica* (2018), se baseia no conceito de biopoder de Michel Foucault, que diz respeito a relações de poder que determinam quem pode viver e quem deve morrer, e faz isso com base em uma leitura racial. Ao propor pensar soberania e estado de exceção e da perda de humanidade, não apenas a partir da guerra e do nazismo nas sociedades modernas, como também nos sistemas coloniais e escravocratas, Mbembe aprofunda a crítica sobre os sistemas de mortes, entendendo morte não apenas como o fim da vida, mas também como assujeitamento da pessoa em vida. O sistema prisional possui em sua herança histórica colonial as bases de sociedade escravocrata, que reproduz ainda hoje relações de poder e de morte com aqueles que são

tidos como indesejáveis a uma sociedade. Conhecer histórias de vidas aproxima o humano daquilo que lhe é mais caro, a própria vida.

Ao voltar o olhar deste artigo para o objeto analisado, o podcast RCM, há também uma tomada de posição em relação à perspectiva de gênero. Falar com mulheres, sobre narrativas de histórias de vidas de mulheres, é ser afetada por uma estrutura social desigual no que diz respeito às condições de gênero. E para ir além do gênero, é falar sobre interseccionalidade, que, como dizem Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), é uma ferramenta de análise para fenômenos sociais que leva em conta não apenas o gênero, como também raça, classe social, sexualidade. Que entende que nossa sociedade é constituída por múltiplas camadas (inclusive de opressões) e que a perspectiva única ou linear não dá conta dessa estrutura:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020, p. 18).

69

No caso do RCM, há uma mulher trans e duas homossexuais, e, entre as cinco protagonistas, três são negras. Suas histórias de vidas, tal como apresentadas nos fragmentos de cartas, refletem as exclusões pelas quais passam. E existe um sistema de opressão que opera sobre todas, o fato de terem vivenciado o cárcere. Opera exclusões sobre seus corpos e subjetividades. Todas convivem com o medo de voltar para a prisão, todas relatam experiências da repetição de exclusões depois de terem vivido o cárcere. Seja pela perspectiva da (falta de) moradia, do trabalho, ou de laços afetivos. Vivem hoje em liberdade, mas *co-vivem* em um sistema que reiteradamente as marginaliza. As autoras complementam:

O domínio interpessoal do poder refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito (*ibid.*, p. 27)

O domínio interpessoal está associado a outros domínios: estrutural, cultural, de disciplina. A perspectiva interseccional reflete, em última instância, sobre um mundo contemporâneo que já entendemos como complexo, que acolhe diversidades culturais, sociais, existenciais. E se a raiz do prefixo inter é “entre”, podemos então entender que essas “seções”, camadas, estão relacionadas entre si.

Enfim, para encaminhar este item, uma última reflexão está sobre o próprio entendimento de comunicação no projeto RCM, que se encontra amparado por práticas de comunicação ditas alternativas, participativas, ou comunitárias. Nessa perspectiva, há uma aposta no comunicar como agência no social, de fazer chegar esta estrutura comunicativa às pessoas que estão socialmente excluídas dos processos comunicativos. Ou, o que seria na perspectiva de Sodré (2014), a comunicação como produção de um comum, o que leva ao entendimento de comunicação não apenas como transmissão de mensagens, ou comunicação intersubjetiva, mas como um laço invisível e irrepresentável construído por efeitos de afecção, a vinculação como coesão social.

E, seguindo nessa mesma direção, seria pensar a agência da comunicação no social pela possibilidade de falar. *Falar* aqui muito ancorado no que trata Djamila Ribeiro (2017), em que a fala ultrapassa o gesto de articulação mecânica vocal e reflete sobre lugares sociais. No caso, refletimos, a partir da experiência do podcast RCM, na fala de mulheres socialmente estigmatizadas. E também como o entende Paul Preciado (2014), que evoca os corpos como *parlantes*, carregadores de sentidos, performativos, produtores de discursividades políticas. Então, trazer a comunicação dessas mulheres, tendo elas próprias como protagonistas de suas próprias histórias de vidas, é uma forma de comunicar à sociedade que existem corpos e vidas reais por trás das narrativas hegemônicas sobre cárcere e sistema prisional. E conhecer histórias reais possibilita a criação de pontes de identificação, alças sensórias, empatia.

E nisso voltamos ao conceito de histórias de vidas e vamos olhar um pouco mais de perto para a mídia podcast.

Podcast, jornalismo íntimo e pessoal

Rádio-Carta Mulher é um programa de podcast, mídia digital que tem ganhado cada vez mais espaço de produção, de divulgação e de adesão do público em nossos tempos. Em formato sonoro, o podcast lembra o antigo radinho que acompanhava as

pessoas em seus afazeres diários. O rádio, a partir de programas de música, notícias ou locuções de jogos de futebol, construiu uma história afetiva que é resgatada principalmente a partir da segunda década dos anos 2000 com a explosão do podcast.

Autores da área discutem a relação entre rádio e podcast como meios distintos, que não devem ser confundidos, mas também é inegável sua relação direta, quase uma herança, do rádio sobre o podcast, pelo menos num primeiro momento. Dentre as diferenças, o que se destaca são os meios de produção, principalmente pelo fato de o rádio estar atrelado a concessões públicas e ao uso de ondas radiofônicas, o que não acontece com o podcast. Este último, assim, tem mais liberdade para criação de programas e conteúdos, e revela uma experiência diferenciada do público que adere ao seu uso. É o que diz Richard Berry (2020), em entrevista a Marcelo Kischinhevsky:

Eu penso que chamar podcasts de rádio é reduutivo e encerra as discussões sobre o que estamos realmente ouvindo. O rádio é um meio dispersivo, nós o ouvimos enquanto fazemos outras coisas, mas pesquisas mostram que as pessoas gostam de se concentrar nos podcasts; [...] Penso que isso significa que os ouvintes estão mais próximos e mais conectados aos podcasts que ouvem. Eles prestam mais atenção e acho que isso abre oportunidades para os produtores fazerem coisas diferentes (KISCHINHEVSKY, 2020, p. 201).

71

O podcast carrega em si a influência do rádio, porém, além dos modos de produção, há diferenças também na forma de recepção. O podcast é considerado por alguns autores como um meio de comunicação de massa, e nisto serão analisados de forma muito similar ao rádio, mas há aqueles que preferem incluí-lo no campo de produção de mídias digitais, o que leva a experiências mais próximas das plataformas digitais do tipo *on demand*, em que o usuário escolhe o quê, como e onde ouvir (HERSCHMANN; KISCHINHEVSKY, 2008). Em seu caráter digital, usualmente disponível em smartphones, que possui características de mídia locativa⁹, o podcast torna-se um companheiro para todas as horas, que você carrega no bolso, com um fone de ouvido, e escuta os mais diversos conteúdos enquanto se desloca para o trabalho na rua, por exemplo, ou enquanto faxina a casa. E, também, se desenvolve para além da herança da programação de rádio, aglutinando então outros modelos e conteúdos de comunicação, numa mesma mídia sonora digital.

⁹ Segundo o autor André Lemos, as mídias locativas estão diretamente conectadas com o desenvolvimento de tecnologias móveis, como o GPS, que conecta dispositivos digitais com um lugar específico (LEMOS, 2008).

Nessa mesma visada, de mídia sonora companheira e locativa, e na relação que se estabelece entre produtor e público ouvinte, a autora norte-americana Mia Lindgren (2020) fala sobre o uso cada vez mais recorrente do que ela chama de *jornalismo narrativo pessoal*, que tem por base a contação de histórias de vidas em mídias sonoras. E ela fala, justamente, sobre como a voz que chega através de fones de ouvidos cria uma relação de afetividade e intimidade entre produtor e receptor. Ela diz:

A contação de histórias do rádio e dos podcasts está perfeitamente posicionada para explorar experiências pessoais vividas. Diferentemente de histórias produzidas para as telas, em que emoções são representadas de forma visual, histórias em áudio (prontamente disponíveis em smartphones) exploram nossas vidas por meio de sons e da palavra falada, sussurradas intimamente em nossos ouvidos. O espaço personalizado de escuta criado por fones de ouvido acomoda ainda mais o vínculo criado entre as vozes na história e o ouvinte (LINDGREN, 2020, p. 114).

Este tipo de experiência intimista e imersiva, proporcionada pelo uso de fones de ouvido, aproxima ouvinte e produtor em uma intimidade mediada tecnologicamente. Partindo da ideia do podcast como uma mídia que acompanha o usuário em seu dia a dia, e da experiência do podcast com uma atenção menos dispersiva que a do rádio, Lindgren (2020) nos apresenta uma pista sensível, em termos de conteúdo, do que estamos tratando como contação de histórias.

Numa ruptura com a ideia de imparcialidade e objetividade jornalística, o jornalismo narrativo pessoal poderia remeter, historicamente, ao jornalismo literário norte-americano dos anos de 1960, em figuras como Truman Capote e Hunter Thompson, em que o valor de notícia não é seu grau de ineditismo ou relevância social, mas sim um valor autoral (do escritor-jornalista) e pessoal (uma história de vida real). Em ambos, de 1960 e de hoje, existe um valor humano, um processo de identificação que se dá pela relação entre produtor e receptor de conteúdo: “A voz é a chave íntima para os corações da audiência. Ao ouvir experiências pessoais detalhadas dos ‘outros’, o ouvinte se conecta com as pessoas com quem compartilha as histórias” (LINDGREN, 2020, p. 118).

E de volta à perspectiva de comunicação como processo de vinculação (que nesta análise se dá pelas narrativas de histórias de vida), Lindgren (2020) fala a respeito do estudo de Lene Bech Sillesen sobre o jornalismo e o poder das emoções, com foco na construção de conexões de empatia entre as pessoas da história e o público. Este estudo

demonstra que “o cérebro humano é estruturado para empatia e a resposta empática aumenta conforme aprendemos mais um sobre o outro” (*ibid.*, p. 118). Ela complementa:

A explicação dos pesquisadores, em síntese, é que nos identificamos com a dor dos outros e, de certa forma, “nossos cérebros entrelaçam nossas próprias experiências com as dos outros” (SILLESEN; IP; UBERTI, 2015). Isso é relevante para entendermos como a narrativa pessoal está impulsionando o atual ressurgimento no rádio e no áudio. Ao apresentar histórias que ilustram vidas interiores, ouvintes podem relacioná-las à sua própria experiência e atingir discernimento e compreensão enquanto escutam, como argumenta Harrington (1997). Este tipo de narrativa íntima e pessoal cria uma plataforma em que o público pode aprender sobre si mesmo ao ouvir sobre outros lutando com desafios emocionais (LINDGREN, 2020, p. 119).

Dessa forma, podemos desenhar um caminho de construção do podcast RCM dentro do que seria uma prática de comunicação alternativa aos processos hegemônicos. Um jornalismo íntimo e pessoal, afinado com perspectivas de criação de empatia pelo próprio vínculo que se estabelece em narrativas de histórias de vidas. Nos termos de Sodré (2014), a comunicação como um processo de vinculação permite a conexão, a feitura de pontes, o atravessamento de muros. A comunicação ganha qualidade de relação e troca.

73

Considerações Finais

Em 2003, quando entrei na penitenciária Talavera Bruce pela primeira vez, o que mais ouvi nas entrevistas das mulheres artesãs foi sobre a comunicação dentro-fora do presídio. Tanto em relação ao que elas estavam lá produzindo, os artesanatos (dentro) que seriam vendidos em exposições fora da prisão, como da comunicação propriamente dita, a mensagem que elas queriam passar para as pessoas que iam escutá-las¹⁰. A mensagem era para não as verem como “ociosas”, para “construir mais galpões [de artesanato], em vez de construir cadeias e cadeados”, que as pessoas as conhecessem pelo que elas eram “e não o que a imprensa conta” (2003). Olhando em retrospectiva, a partir do projeto RCM, este é um ciclo que se fecha.

Este ensaio tentou demonstrar, por meio de um relato de experiência, alternativas não-hegemônicas para práticas de comunicação. Em um texto que costura a análise

¹⁰ As falas aqui citadas estão disponíveis no Vídeo-carta Mãos à Arte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V5GGfDe07PA&t=1143s> Acesso em: 10 jun. 2023.

sobre a metodologia epistolar, com notas de observação participante e o debate teórico decolonial, foi evocada a valorização das narrativas de histórias de vidas como contraponto a sistemas de produção de morte, como o sistema prisional. Assim, pudemos ter contato com aquilo que é inspirado por Caetano Veloso, logo na abertura deste trabalho, a *matéria-vida fina*.

Referências

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, R. F.; DE SÁ, J. D. F.; BARBOSA, L. D. S. Análise pragmático-discursiva de cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

GRANGEIRO, D.; RIBEIRO, T. A experiência epistolar de investigadores narrativos: conversando e cartografando vidas, biografias e existências. **Pontos de Interrogação, Revista de Crítica Textual**. Alagoinhas: Universidade do Estado da Bahia (Uneb), 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GORINI, P. Coletivo em Silêncio: o encontro que cria um corpo político e produz vida. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, p. 525-539, 2021.

HERSCHMANN, M.; KISCHINHEVSKY, M. A “geração podcasting” e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 37, dez. 2008.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

KISCHINHEVSKY, M. Richard Berry: “O Rádio está aprendendo muito com o podcasting”. Entrevista: Richard Berry. **Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, v. 11, n. 1, p. 200-204, jan./abr. 2020.

LEMOS, A. **Mídias locativas e territórios informacionais**. Salvador: UFBA, 2007.

LINDGREN, M. Jornalismo narrativo pessoal e podcasting. Tradução de Gustavo Ferreira. **Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, v. 11, n.01, p. 112-136, jan./abr. 2020.

MÃOS à arte. Coordenador: Nailton de Agostinho. Reportagem/edição: Paula Gorini e Uirá Costa. Entrevistas: Adriana, Carla M., Carla P., Daniela, Lila, Lotta, Mila, Simone, Valéria. Produção: Espaço Facha Comunitário/ NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária). Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), 2003. 1 DVD (15:46 min).

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, M.; TSALLIS, A. C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 39-50, Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.

PIMENTEL, M. R. Da memória à fabulação: por uma serialização do passado. **Gândara (PUC-Rio)**, v. 2, p. 215-223, 2007.

PRECIADO, B. P. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SODRÉ, M. **A ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOLF, M. **Mass media**: contextos e paradigmas. Novas tendências. Efeitos a longo prazo. O newsmaking. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

VELOSO, C.. Cajuína. Cinema transcendental. *Mídia Digital* (2:46)

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 21 de jun. 2023.

Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo

Jorge Kanehide Ijuim¹

Resumo

Os modelos jornalísticos em prática em nosso país comportam heranças da racionalidade moderna, com suas elaborações que lhe são caras como verdade, neutralidade, imparcialidade e objetividade. Tais modelos incorporam uma visão eurocêntrica/nortecêntrica não apenas nas técnicas, como também nos aspectos éticos e estéticos. Neste artigo, de caráter ensaístico, trago ao debate a emergência de decolonizar o Jornalismo e, para tanto, proponho os seguintes pontos de discussão: 1) a colonização e a colonialidade da América com a imposição de mecanismos de ser, de saber e de poder; 2) as implicações da colonialidade no pensar e no fazer jornalísticos, que carregam estigmas, reforçam preconceitos, que desumanizam o Jornalismo; e 3) algumas possibilidades para a decolonização do Jornalismo. A construção de argumentações para este trabalho partem de uma revisão bibliográfica, do Jornalismo e dos estudos decoloniais, e observação crítica de coberturas dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos decoloniais. Humanização.

76

Notes on the emergence of decolonizing Journalism

Abstract

The journalistic models practiced in our country encompass legacies of modern rationality, with its esteemed principles such as truth, neutrality, impartiality, and objectivity. These models not only incorporate Eurocentric/Northcentric techniques but also reflect ethical and aesthetic aspects influenced by such perspectives. This essay aims to contribute to the scholarly discourse on the emergence of decolonizing Journalism by proposing the following points of discussion: 1) the colonization and coloniality of America, involving the imposition of mechanisms of existence, knowledge, and power; 2) the implications of coloniality on journalistic thinking and practice, which perpetuate stigmas, reinforce prejudices, and dehumanize Journalism; and 3) potential avenues for the decolonization of Journalism. The construction of arguments in this paper is based on a bibliographic review of Journalism and decolonial studies, as well as critical observations of media coverage.

Keywords: Journalism. Decolonial studies. Humanization.

¹ Jornalista, doutorado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra/PT, professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/USC).

Introdução — textos e contextos

Episódio 1 - Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre – G1 RS 20/11/2020²

Episódio 2 - PMs são afastados após policial pisar em pescoço de mulher negra em SP - Bom Dia Brasil – 13/07/2020³

O que estes episódios sinalizam? Racismo estrutural, naturalização da violência, desigualdade social, controle social, abuso de autoridade, direitos humanos. São múltiplas as possibilidades de análise destes casos. Em minhas pesquisas recentes tenho me dedicado a compreender as relações entre Jornalismo e Direitos Humanos, com especial atenção aos conflitos sociais causados pelo desrespeito à dignidade humana às populações minorizadas, como os povos originários, negros, pessoas em situação de rua. Também são minhas preocupações as tensões causadas pelas violações de direitos, como a violência contra a mulher, à criança e ao adolescente, às pessoas LGBTQIAP+.

Ao analisar coberturas jornalísticas de tantos casos, está cada vez mais evidente que a humanização do Jornalismo tem uma dependência crucial: Para humanizar o Jornalismo, há que se humanizar o jornalista. Tratar desta problemática consiste num grande desafio:

- Como pensa um jornalista? Como lê uma pauta? O que se leva em conta no trabalho de apuração, escolha de fontes, seleção de dados, argumentos, para então redigir?
- Que modelos jornalísticos são mais recorrentes em sua práxis? Tem consciência sobre modelos, políticas, linhas editoriais? A que ou a quem serve?
- Qual sua percepção sobre cidadania e Direitos Humanos?
- Em que medida um paradigma colonial (e colonizador) ainda pesa em nossa sociedade e, por consequência, em nossos fazeres?
- Há alternativas para um jornalismo decolonizado e humanizador?

² G1. "Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre". G1. Publicado em 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NGANtw>. Acesso em: 2 jun. 2023.

³ Globo Play. PMs são afastados após policial pisar em pescoço de mulher negra em SP. Globo Play. Publicado em 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NGIHDm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Algumas dessas inquietações permeiam o presente texto. Parto da suspeita de que as heranças eurocêntricas/nortecêntricas⁴ têm determinado uma forma de pensar colonizada e, por consequência, uma prática apreendida do colonizador. Ao concordar com Alberto Dines (2009), a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade. Assim, muitos de seus profissionais pensam e atuam por esse mesmo paradigma. Cabe, por isso mesmo, uma atitude de desconstrução para a melhor reflexão.

A descoberta da América

Em *A conquista da América* (TODOROV, 1999), o pensador búlgaro-francês Tzvetan Todorov discute sua noção de alteridade, a partir do que acredita ter sido o primeiro encontro do europeu com o *Outro*. Mais que isso, inspira um debate sobre o termo (e o sentido que carrega) “descobrimento”. O descobrimento da América é exortado e festejado como se os povos avistados por Colombo não existissem, não tivessem sua cultura ou história próprias. Daí sua provocação a partir do próprio título da obra: conquista, em vez de descobrimento. Bom lembrar que o feito de Cabral também é comemorado como o “descobrimento do Brasil” e, não por acaso, em sua crítica à colonização, Darcy Ribeiro (1995) ironicamente grafou sobre o fato como o “achamento do Brasil”.

O paradigma da *descoberta* tornou-se pretexto e justificativa para a ocupação, a exploração e a dominação não só das terras, mas dos corpos dos povos da América — a *conquista*. O pensador peruano Anibal Quijano frisa que o encontro do europeu com os americanos configurou o capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder mundial. “Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial” (QUIJANO, 2005, n.p.).

Para o autor, a América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de *poder* de vocação mundial — a primeira identidade da modernidade. Tal identidade advém de dois eixos fundamentais: a) a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados (raça), que supunha ao colonizado uma situação de inferioridade com relação a outros; e b) a articulação de todas as formas históricas de

⁴ Porque também supõe a forte influência de correntes de pensamento norte-americano.

controle do trabalho, de seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial. Com isso, a ideia de raça, como uma categoria mental, estabeleceu hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, que legitimou noções e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Ao implantar uma estrutura de servidão, como controle do trabalho e de seus produtos, a Europa e o europeu se instalaram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, n.p.).

Na mesma linha de raciocínio, Nelson Maldonado-Torres também evidencia esta colonialidade do *poder* denunciada pelo colega peruano. Em sua *Análítica da colonialidade*, argumenta que a modernidade operou uma revolução nos sentidos ontológico (poder), ético (ser) e epistemológico (saber) (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Evidentemente, estes três aspectos são imbricados, inter-relacionados.

Para o pensador porto-riquenho, o paradigma da “descoberta”, já mencionado, representa uma catástrofe metafísica que inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade. Se os territórios indígenas são apresentados como “descobertos”, a colonização é representada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio de ajudar o *primitivo* e *sub-humano* a se tornar disciplinado. Por uma lógica global de desumanização, a colonialidade moderna inspirou uma cadeia de seres, um dualismo maniqueísta pelo qual o colonizador é identificado como bom e justo e o colonizado como mal e violento (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Por isso, o autor assevera que, para manter a ordem e a paz, o colonizador implantou um paradigma de guerra. “Primeiro vem a guerra brutal: mortos, corpos despedaçados, estuprados e mutilados, sujeitos subjugados, ancestrais desrespeitados, terras tomadas, rios de água viscosa e vermelha” (MALDONADO-TORRES, 2020, n.p.). Acrescenta que, ao colonizador, os ideais elevados de progresso, razão e civilização justificam a aventura (*ibid.*, 2020, n.p.). Uma aventura que traz como consequência a naturalização da violência.

Esta lógica de desumanização propiciou uma atmosfera para se formular compreensões equivocadas com relação a diferenças biológicas, como gênero e cor de pele, que culminaram em tratamentos desiguais ao longo da história contemporânea. No século XVIII, o sueco Carl Nilsson Linnæus denominou o *homo sapiens* — “*homo*” (gênero), e “*sapiens*” (espécie) — ou “homem sábio”. O biólogo elencou características desse *homo sapiens* como a capacidade de raciocínio abstrato, linguagem, introspecção,

autoconsciência e racionalidade (LINNÆUS, 1735 *apud* FORATTINI, 2000). Mesmo acreditando partir do princípio de igualdade, Linnæus estabeleceu categorias para o *homo sapiens*, com generalizações tanto de aspectos físicos como de comportamento e traduzida em hierarquização: 1) Americano (*Homo sapiens americanus*): vermelho, mau temperamento, subjugável; 2) Europeu (*europaeus*): branco, sério, forte; 3) Asiático (*asiaticus*): amarelo, melancólico, ganancioso; 4) Africano (*Homo sapiens afer*): preto, impassível, preguiçoso. E haveria ainda uma quinta categoria sem definição geográfica: a “Monstruosa” (*Homo sapiens monstrosus*), na qual incluía grupos como os patagônicos da América do Sul, *flatheads* canadenses e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas anteriores (LINNÆUS, 1735 *apud* SANTOS *et al.*, 2010).

O colapso radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade reduziu o ser colonizado ao *ser* primitivo, selvagem, servil, ao *ser* destinado à dominação, exploração e, mesmo assim, deveria ser dócil e grato. Quijano lembra que os colonizadores encontraram na América um grande número de povos, cada qual com sua própria história, linguagem, produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados em suas épocas, como astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas. E trezentos anos mais tarde foram reduzidos a uma única identidade: *índios*. O mesmo sucedeu com os povos escravizados trazidos da África, como os achantes, iorubas, zulus, congos, becongos. No lapso de três séculos, não passam de, simplesmente, *negros*. Todos foram despojados de suas próprias singulares e identidades históricas (QUIJANO, 2005, n.p.). Vale lembrar que em nosso país, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁵, há registro de 305 etnias entre os povos originários. Dessa pluralidade e singularidades, em tantos ambientes são homogeneizados como *índios*.

A colonialidade do *poder* e do *ser* aliam-se à colonialidade do *saber*. Implica um padrão cognitivo, uma perspectiva de conhecimento pela qual o não-europeu era o passado e, desse modo, inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005, n.p.). Nesse sentido, Santos (2010) acentua que a ciência moderna adquiriu o status de modelo único de conhecimento, que representou um combate ideológico contra o irracionalismo — um desprezo a qualquer outra forma de saber. Munidos dos instrumentos dessa ciência moderna (metodologia e objetividade), o europeu considerava que o sujeito colonizado —

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

o *condenado da terra*, como dizia Frantz Fanon (2022) — era localizado fora do espaço e do tempo humano. Não poderiam assumir a posição de produtores de conhecimento por não terem objetividade (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Por essas razões, o autor porto-riquenho, em diálogo com Fanon, assegura que “a colonialidade do poder, do ser e do saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado” (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Retomando os dois episódios destacados no início deste texto, temos a noção perturbadora do peso da colonialidade em nosso país. Mais de cinco séculos após o “achamento do Brasil”, os reflexos da colonialidade do *poder*, do *ser* e do *saber* vigoram em nossa sociedade, “liberta” do colonizador (descolonizada), porém não decolonizada. Os dois personagens são pessoas empobrecidas, negras, que foram agredidas com violência, sem condições de reação. Deveriam ser dóceis e gratas?

Por quê? Ao recorrer a Jahn (2000), Maldonado-Torres argumenta que “a descoberta das Américas envolveu um colapso do edifício da intersubjetividade e da alteridade e uma distorção do significado de humanidade” (JAHN *apud* MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Na *Analítica* realizada pelo porto-riquenho, esta lógica de desumanização, que se tornou global, foi capaz de existir até mesmo na ausência das colônias formais. Na mesma mirada, Anibal Quijano assegura que “o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também dos educados sob a sua hegemonia” (QUIJANO, 2010, p. 75). Em palavras mais diretas, nossa sociedade — formada por este pensamento hegemônico — mantém vários dos mecanismos de *poder*, de *ser* e de *saber* impostos pelos colonizadores.

Ainda que a sociedade brasileira tenha avançado para alcançar um melhor nível de dignidade humana, especialmente com a Constituição Federal de 1988, as ameaças de retrocessos são incessantes. Os quatro anos de um governo de extrema-direita são exemplo de intimidações e destruição de políticas públicas. Nesse período, não foram demarcados territórios destinados aos povos originários, como também houve descaso em questões sanitárias, no desmatamento, exploração da mineração em territórios indígenas, na violência contra as populações minorizadas, entre tantas outras questões cruciais.

Por estas razões, nos parece imperioso investir no que pensadores latino-americanos têm chamado de “giro decolonial”. Por meio de dez teses, Maldonado-Torres expressa alternativas para superar a descolonização para alcançar a decolonização. Entre as várias recomendações, quero salientar a emergência da transformação radical do saber, do ser e do poder. “A identidade e a atividade humana (subjetividade) produzem e se desenvolvem dentro de contextos que têm funcionamentos precisos de poder, noções de ser e concepções de conhecimento” (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.). Por isso mesmo, é relevante refletir sobre o sentido dos conceitos e a qualidade da experiência vivida (ser), sobre o que constitui o conhecimento ou pontos de vista válidos (saber) e sobre o que representa a ordem econômica e política (poder). Para o autor, um projeto decolonial requer atitude do colonizado como pensador, criador e ativista. Também exige a formação de comunidades que se juntem à luta pela decolonização como projeto inacabado (*ibid.*, 2018, n.p.).

Portanto, este giro decolonial deve abarcar muitos segmentos da sociedade, inclusive o Jornalismo e os jornalistas. Para tanto, antes convém examinar alguns postulados que têm regido o jornalismo para buscar uma melhor compreensão.

Desconstruir para compreender

O jornalismo como o conhecemos, pode ser entendido como produto e produtor da modernidade. Ao mesmo tempo que o movimento modernista proporcionou condições materiais para o seu desenvolvimento, a imprensa — e seu produto, o jornalismo — impulsionou a modernidade. As bases dos modelos em prática foram estabelecidas desde o século XVII, mas se institucionalizou como *imprensa* no século XIX, quando se transformou em empresa de comunicação. Ao assimilar uma perspectiva cartesiana, que entende o conhecimento como *universal, neutro, objetivo* e, portanto, ao alcance da *razão*, o jornalismo incorporou métodos e procedimentos análogos à ciência. Como sublinha Cremilda Medina, essa configuração aconteceu sob a predominância do pensamento positivista, e tais princípios operaram tanto nas práticas científicas como nos fazeres comunicacionais (MEDINA, 2008).

As tecnologias e os efeitos da globalização proporcionam mudanças com novas plataformas de informação ou nos modos de negócios, mas os modelos jornalísticos, em sua essência, persistem. Portanto, quando menciono modelos jornalísticos, refiro-me à

chamada “imprensa de referência”. Segundo Márcia Franz Amaral, esta desenvolveu-se a partir de uma matriz racional iluminista, especialmente de corte liberal. Conforme interpreta a autora, por esta raiz liberal, o jornal seria o órgão de informação e expressão da classe política, cujo objeto central seria a coisa pública, o que interessa ao cidadão (AMARAL, 2004, 2005).

Neste cenário, o jornalismo inspirou algumas finalidades para descrever a realidade social. Pela corrente europeia, especialmente dos países mediterrânicos, a atividade orienta socialmente o público visando a formação da opinião (HUDEC, 1980). Já a corrente norte-americana advém dos ideais de imprensa livre e direito à informação, inspirados pelos jornais políticos londrinos do século XVIII (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Estes preceitos têm guiado o fazer jornalístico e convergem com as reflexões do norte-americano Robert Merton (1970), que apontam a preocupação com a *formação de opinião*, identificada com a sociologia do conhecimento, da tradição europeia; e o *direito à informação*, associado à sociologia da opinião e da comunicação de massa, da tradição estadunidense. Seja por um ou outro caminho, estas finalidades ajudaram a forjar o fazer jornalístico na maioria dos países industrializados, inclusive no Brasil. Em momentos distintos, nossa imprensa recebeu influências dos dois sistemas constituídos no norte global.

A metodologia e a objetividade, supostamente exclusiva do europeu, como citou Maldonado-Torres, decorre da crença dos modernistas de que seria necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. A relação sujeito/objeto, que demarca a ciência moderna, sugere o distanciamento entre o sujeito observador e o objeto observado — herança de Descartes. A crença dos cientistas era de que esse cuidado evitaria a interferência do pesquisador no objeto a ser conhecido. Daí surgir o termo e a noção de *objetividade* como método e postulado consagrado pelo pensamento moderno. Conjugados a este princípio, alegadamente, a investigação alcançaria imparcialidade e neutralidade (SANTOS, 2010). A objetividade jornalística decorre dessa mesma visada, que supõe nesta postura a garantia de alcançar verdade, neutralidade, imparcialidade.

Tais postulados, evidentemente, não podem ser desprezados, mas devem ser problematizados. Para Medina (2008), a contribuição pragmática desses preceitos é incontestável. Ao questionar como seriam as notícias se encontrássemos na mídia apenas discursos abstratos, opiniões difusas, argumentos imprecisos, a autora enfatiza:

A reportagem jornalística recupera a experiência humana e traz a cena viva em contraponto à abstração das ideias ou a vã erudição. Ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço do real concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade (MEDINA, 2008, p. 26).

Ao caminhar por estas pistas, podemos inferir que o jornalismo adquire a potência de cumprir um de seus compromissos mais relevantes: a busca da verdade. Tal compromisso se tornou princípio deontológico e está expresso em códigos da categoria do Brasil e de vários países. Wilson Gomes realça que “o jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro” (GOMES, 2009, p. 11). O autor, no entanto, ressalva a importância de não se deixar levar por um realismo ingênuo.

Do acontecimento ao fato há caminhos complexos para se chegar a uma notícia. Há a participação de pessoas — as que são foco das ações, as entrevistadas, as que fazem declarações, as que fornecem dados e as que organizam informações. Há pessoas e organismos que fazem a mediação deste processo, com seus métodos, suas rotinas, seus pontos de vista. A retórica jornalística recorre a abordagens, enquadramentos — seleção e saliência de aspectos da realidade pelo jornalista na sua observação de mundo. O narrador explora intencionalmente recursos linguísticos e extralinguísticos para produzir efeitos de real. Portanto, como costuma ressaltar Luiz Gonzaga Motta, “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênuo, muito menos a narrativa jornalística” (MOTTA, 2008, p. 155). Por isso mesmo, podemos inferir que a objetividade, enquanto método, propicia sim a potência para a produção de relatos verazes, notícias como versões verossímeis da realidade, mas não necessariamente revelam a verdade. Por outro lado, se toda narrativa carrega propósitos e intenções, devemos ponderar que não é possível a *neutralidade* exortada e exaltada por várias empresas de comunicação.

Cabe ainda debater um aspecto fundamental sobre a objetividade. Assimilada da ciência moderna, a questão da objetividade causa alguns mal-entendidos nas rotinas jornalísticas. No senso comum das salas de redação (e de algumas salas de aula), é entendida como antônimo da subjetividade. O suposto distanciamento entre o jornalista-observador e o fato-objeto observado não impede que pontos de vista, história, formação, orientação da linha editorial, entre outros fatores, interfiram na produção da notícia. Sobre esse aspecto, Adelmo Genro Filho esclarece que o jornalismo faz a mediação dos significados e da cultura como conteúdos interiorizados na subjetividade dos indivíduos.

Elabora uma representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor. Para o pensador gaúcho, o processo de significação produzido pelo jornalismo se dá por duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento e; 2) as relações e significações que são constituídas na sua produção e comunicação (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

Concordando com o autor, devo esclarecer, portanto, que considero subjetividade por uma perspectiva sócio-histórica. Para Leontiev (1983), subjetividade é uma propriedade do sujeito ativo, um fator que torna o sujeito único, singular. Cada jornalista dispõe da sua subjetividade, como cada personagem, entrevistado, qualquer grupo social envolvido em sua reportagem carrega a sua subjetividade. O jornalista, em sua rotina, deverá contar com a objetividade para a melhor apuração possível, e deverá contar com a sua subjetividade para compreender e respeitar a subjetividade do Outro — um jogo de intersubjetividades.

Decolonizar o pensamento...

... para decolonizar os fazeres

Na introdução deste texto, expressei algumas preocupações por meio de indagações: Como pensa um jornalista? Como lê uma pauta? O que leva em conta no trabalho de apuração, escolha de fontes, seleção de dados, argumentos, para então redigir? A partir desta — as demais são decorrentes — vamos observar algumas matérias jornalísticas que poderão ilustrar minhas inquietudes iniciais.

Desde os anos 1990, tenho lançado o olhar para as narrativas jornalísticas no esforço para compreender o que poderia constituir um jornalismo humanizado. Como já escrevi anteriormente, entendo como jornalismo humanizado aquele em que o ser humano seja o ponto de partida e de chegada. Para tanto, o jornalista, em sua relação com o mundo, por um processo de reflexão constante e um esforço para amadurecimento, procura esvaziar-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Recorre a uma racionalidade criativa, mas também a uma emoção solidária, assumindo uma postura de humildade para sentir as dores do mundo (DINES, 2009), de empatia, de solidariedade às dores do Outro (MEDINA, 1998). Assim, seu trabalho procura respeitar as diferenças de qualquer natureza, empenha-se para evitar julgamentos, preconceitos e estereótipos. Sua narrativa pode adquirir

caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (IJUIM, 2012, 2017).

Nessa trajetória, imaginava encontrar boas reportagens que ilustrassem os caminhos para as narrativas humanizadas — e humanizadoras. Deparei-me, no entanto, com textos como este:

Cíntia Nascimento Silva cobra R\$ 15 pelos 110 quilos de gordura espalhados por um corpo flácido e um rosto melancólico. Espreme-se com seus clientes num quatinho de dois metros quadrados na Casa das Delícias. É analfabeta, nascida no interior, faz o que faz para sustentar a filha de nove anos, sua razão de viver (Especial Filhos da Mãe. Correio Braziliense. Brasília, 31 ago. 2005).

No caderno especial que tinha o propósito de apresentar um retrato da situação dos filhos de trabalhadoras do sexo no centro-oeste brasileiro, acabou por produzir um discurso infeliz que discrimina, reafirma estereótipos e reforça estigmas. A matéria, tecnicamente, é bem escrita; recorre a figuras retóricas, descreve a personagem e o ambiente, situa o leitor no tempo e no espaço — efeitos de real e efeitos poéticos. Observação objetiva que resultou num texto objetivo. Mas a carga de preconceito no olhar e no expressar é inegável. Quem é Cintia Nascimento da Silva? Uma *Homo sapiens monstrosus* da classificação de Linnæus? Repórter e editores tiveram com o Outro-Cintia uma relação “eu-isso”, não uma relação “eu-tu”, como nos ensina Martin Buber (1977). Enfim, exemplos como este me fizeram acreditar que “ter uma boa pena” — como costumam dizer os portugueses — não é suficiente se não houver respeito à dignidade humana. Desumaniza a personagem e desumaniza o jornalismo.

Em sua dissertação, Moema Guedes Urquiza (2017) discorre sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística. Ao examinar o tratamento atribuído às comunidades indígenas diante dos conflitos de terras, em Mato Grosso do Sul, identificou o tom e as intencionalidades das narrativas sobre o tema. Sobre a reportagem *Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado*, por exemplo, constata que a construção da chamada, as palavras escolhidas são formas acusatórias de que são eles — os indígenas — os responsáveis pelo clima de tensão que vive o Estado. Em sua análise,

Na raiz da palavra “invadem”/invasão, estão ideias como “ataque”, “assalto”, “tomada agressiva/à força”. Da mesma forma, a ideia de “tensão” remete para “crise”, “conflito”, “intensidade”. Pois bem: se invadem mais 12 fazendas, a consequência será a criação de um novo foco de tensão. O título da reportagem conseguiu, numa só frase, responsabilizar os indígenas por todo um passado de crises, tensões, ataques, assaltos, violências na disputa pela terra em Mato Grosso do Sul (URQUIZA, 2017).

Além de observar essa postura acusatória da imprensa regional para demarcar o “lugar do indígena”, a pesquisadora evidenciou, com apoio de Martin-Barbero (1997), o processo de enculturação e de silenciamento das diferenças. Em outros termos: o ato de silenciar e censurar as culturas populares em nome de uma unidade — a ordem, a normalidade estabelecida.

Ora, a postura de setores conservadores da imprensa no embate entre indígenas e ruralistas, via de regra, tem sido de naturalizar o lugar do *condenado da terra* — fixos, como se estivessem no inferno (FANON, 2022). A objetividade jornalística, nesses casos, rende-se ao que venho chamando de critério de noticiabilidade da “ordem e progresso”⁶. Ou seja, os interesses financeiros de uma elite política e econômica se sobrepõem ao direito à dignidade humana.

O pesquisador Marivaldo Silva Lima, em sua dissertação, investigou os conflitos causados pela instalação da base de lançamento de foguetes em Alcântara (MA), na década de 1980. Mais especificamente, seu recorte foi a cobertura jornalística após a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre EUA e Brasil, em 2019, em pleno governo Bolsonaro. A região foi historicamente ocupada por comunidades quilombolas, nem todas com títulos de propriedade homologados. Para a instalação da base, várias comunidades foram realocadas de forma compulsória para outras áreas, o que causou transtornos no modo de vida, além da desmobilização daqueles grupos sociais. Com a assinatura do “acordo”, o projeto previa a ampliação da base e, como consequência, a realocação de mais famílias para outras terras.

Ao analisar a cobertura sobre a assinatura do acordo, encontrou três principais linhas de enquadramento: econômico, político e social. O foco da abordagem econômica foi o destaque para as altas cifras que o país deve arrecadar com a abertura da base para exploração dos EUA e outros países. No aspecto político, a ênfase mais recorrente foi o

⁶ Mais que o dístico da bandeira nacional, refiro-me ao lema positivista que defende a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos - modernização, desenvolvimento, crescimento.

fortalecimento das relações do Brasil com o país norte-americano. No campo social, uma pequena quantidade do material analisado referiu-se aos conflitos causados pela implantação e pela ampliação da Base de Alcântara, na maioria das vezes de maneira superficial. Em todas as situações, as vozes de quilombolas ou seus representantes foram pouco ouvidas. Tampouco a contextualização sobre seus modos de vida, suas culturas, suas visões de mundo.

Em conclusão, os jornais apresentaram abordagens quase sempre pela exaltação de aspectos econômicos e políticos em detrimento de argumentos sociais. Por outro lado, não contestaram os argumentos centrais dessas construções discursivas. Em outros termos, a mídia impressa *mainstream* executa uma cobertura de viés governamentista que empobrece o debate público sobre o tema e contribui significativamente para a invisibilidade quilombola.

Mais uma vez, pode-se observar a primazia da objetividade jornalística em prol do desenvolvimentismo e em desfavor de populações subalternizadas. Uma objetividade “seletiva” que não percebe as subjetividades de populações que têm história, cultura, direitos. Direito à dignidade humana. Neste caso, são comunidades *condenadas da terra* duas vezes: seus antepassados já foram aviltados ao serem escravizados e trazidos ao país como “produtos comercializáveis”; refugiados e reorganizados em quilombos, agora são realocados compulsoriamente ao bel prazer dos interesses políticos e econômicos.

Nestes três cenários aqui apresentados, repórteres e editores são responsáveis pela formulação das pautas, pela escolha das fontes, pela seleção de dados, pela adoção de abordagens, pela redação e publicação de material jornalístico. O que os leva a assumir essa postura preconceituosa, que não reconhece e despreza o Outro, que se omite diante de conflitos sociais? O fazer é consequência do pensar e, se é assim, para decolonizar o fazer jornalístico, há que se decolonizar o pensamento. Há saídas?

Possibilidades para decolonizar o Jornalismo

Decolonizar o pensamento jornalístico — e do jornalista — requer um postura diante do mundo, uma atitude. Por isso, convém retomar um pensamento potente de Maldonado-Torres já apontado anteriormente: um projeto decolonial requer atitude do colonizado (condenado) como pensador, criador e ativista. Também exige a formação de

comunidades que se juntem à luta pela decolonização como projeto inacabado (MALDONADO-TORRES, 2018, n.p.).

Sim, atitude como pensador, criador e ativista. Em seus textos sobre as Narrativas da contemporaneidade, desde o final dos anos 1990, a pesquisadora Cremilda Medina assinala que, em sua rotina, o comunicador se depara com três desafios: *técnico*, *ético* e *estético*. Em meus esforços para interpretar esta argumentação, tenho afirmado: pela dimensão *técnica*, temos a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à melhor apuração e precisão. Pelas técnicas, cada vez mais aprimoradas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e de compreensão dos fenômenos sociais complexos. No sentido *ético* — a âncora do fazer jornalístico — encontramos o campo que permite a elevação do nível de consciência e a ampliação da visão de mundo. Do ponto de vista *estético*, associado ao sensível, nos é exigida a sintonia e a cumplicidade às dores do Outro — solidariedade.

Com essa reflexão sempre presente, deparei-me com apontamentos relevantes de Gislene Silva (2005) sobre os critérios de noticiabilidade — instrumento e estratégia consagrados nas salas de redação. Ao estabelecer instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade, a autora aponta um em particular que chama a atenção:

[...] visão dos fatos, a partir de *fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo*, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções (SILVA, 2005, p. 96, grifos meus).

Ao empreender no amadurecimento desta ideia-chave, cheguei ao que estou chamando de *componente ético-epistemológico*. *Ética* enquanto reflexão permanente que permita a elevação da consciência e a ampliação da visão de mundo; e, se concordarmos que o jornalismo é uma forma social de conhecimento (PARK, 2008; MEDITSCH, 1992), *epistemológico* nos remete ao que, como e para que conhecemos (BOMBASSARO, 1992). Este componente ético-epistemológico estipula o que visualizamos como pauta e como a lemos, assim como quais são as fontes, que perguntas fazemos a elas, quais conhecimentos produzimos em nossas notícias. Este componente ético-epistemológico, inerente a cada profissional, precisa ser decolonizado de modo a nos fazer reconhecer, perceber e incorporar as múltiplas possibilidades de pensar e fazer jornalismo. Esta ideia-chave não está pronta e talvez seja interessante que a vejamos como um projeto

inacabado, porque estará sempre em movimento, em aperfeiçoamento. Mas tenho, desde já, algumas pistas a seguir:

Objetividade – O postulado consagrado pela ciência e pelo jornalismo não pode ser descartado, mas a objetividade não pode ser excludente, como bem explicita Fabiana Moraes (2022). As abordagens, os enquadramentos jornalísticos não podem contribuir para a naturalização das diferenças, das hierarquias de humanidades, da violência, da morte. Por esta razão, um jornalismo de subjetividade, como nomeia a própria autora, supõe olhares com a interseccionalidade que a vida real nos exige. Ver, reconhecer, respeitar e se comunicar com o Outro, o diferente.

Pensar e agir – A atitude de pensar nos induz a revisitar Paulo Freire. A capacidade de agir e refletir, um dos pontos primordiais da dialética marxista, implica a consciência do ser de não apenas estar *no* mundo, mas estar *com* o mundo. “É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (FREIRE, 1983, p. 16). Esta capacidade de reflexão pode levar a um real compromisso do profissional com a sociedade.

Empatia – Como uma disposição de colocar-se no lugar do Outro e poder caminhar para a solidariedade. Para tanto, há que se reconhecer e se comunicar com cada pessoa, numa relação de EU-TU e não EU-ISSO (BUBER, 1977). Este reconhecimento não deve ser somente pelas igualdades, mas também pelas diferenças. “Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1995).

Ativismo – O ativismo sugerido por Maldonado-Torres também é defendido por Moraes (2022) como a necessidade de um jornalismo posicionado — nenhuma narrativa é ingênua. Para pensar em um jornalismo posicionado, mais uma vez recorro a Paulo Freire, em seu texto primoroso sobre o Compromisso do profissional com a sociedade: “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados” (FREIRE, 1983, p. 19).

Tal engajamento, que é um ato corajoso, decidido e consciente, o impede que seja neutro. E complementa o autor: “A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente

aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso... o verdadeiro compromisso é a solidariedade” (FREIRE, 1983, p. 19).

Como já assinalei, estas são algumas pistas, algumas frentes que podem e devem ser exploradas. Como um projeto inacabado, merece aprofundamento em futuras oportunidades. Por fim, vale mencionar o pensamento de Erik Torrico Vilanueva (2022), que defende a decolonização da comunicação por um duplo movimento: no por um lado, liberá-lo conceitualmente, já que a ideia predominante ainda é reduzida à transmissão de fatos, mediado por tecnologias; por outro, recuperar na prática e no sentido mais amplo a sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora.

Referências

- AMARAL, M. F. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6253>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- AMARAL, M. F. Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (E-Compós)**. Agosto de 2005 – 24, pp. 1-24. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/44/44>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia**: como se produz o conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- BUBER, M. **Eu e tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- CORREIO BRAZILIENSE. Especial Filhos da Mãe, Brasília, 31 ago. 2005.
- DINES, A. **O papel do jornal**: e a profissão de jornalista. 9 ed. São Paulo: Summus, 2009.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FORATTINI, O. P. **O ser e ser humano**. São Paulo: Edusp, 2000.
- FREIRE, P. O Compromisso do profissional com a sociedade. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

HUDEEC, V. **O que é jornalismo?** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CGsKXp>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, 31 (78): 235-243, setembro-dezembro 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qYYTqI>. Acesso em 7 jun 2023.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEONTIEV, A. **Actividade, consciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación, 1983.

LIMA, M. S. **Alcântara vai para o espaço**: o discurso da mídia jornalística impressa sobre os conflitos entre comunidades quilombolas e a base de lançamento de foguetes em Alcântara – Maranhão. 2020. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis/SC, 2020. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0157-D.pdf> . Acesso em: 9 mai. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento adrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Apuntes sobre la colonialidad de la paz. **Fundación Frantz Fanon**. 4 de junio de 2020. Disponível em: <https://fondation-frantzfanon.com/notes-on-the-coloniality-of-peace/> Acesso em: 6 mai. 2023.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, C. Narrativas do humano ser. in: MEDINA, C.; GRECO, M. (org.) **Planeta inquieto**: Direito ao século XXI. São Paulo: ECA/USP, 1998, p. 193-199.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Eufsc, 1992.

MERTON, R. K. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOTTA, L. G. Análise da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, C. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: Um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**: Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. setembro 2005. pp. 227-278. Disponível em: <https://bit.ly/3XkFJHN>. Acesso em: 4 mai. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B.S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina CES nº 35. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf> . Acesso em 11 mai. 2023.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. J. S. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, Maringá, v.15, n.3, p.124-4, maio-jun., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2023.

SILVA, G. Para pensar os critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 96-107, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091> . Acesso em: 11 mai. 2023.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORRICO VILLANUEVA, E. **Comunicación (re)humanizadora**: Ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

URQUIZA, M. G. O lugar do Outro na narrativa jornalística. 2017. 81 páginas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3199>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Submissão: 17 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.

Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade

Dayana K. Melo da Silva¹
Carlos Eduardo Souza Aguiar²

Resumo

Ao disseminar a visão de mundo ocidental, o jornalismo teve um papel decisivo na consolidação da modernidade, configurando-se como um instrumento da colonialidade do poder. Assim, no esforço decolonial, a reconfiguração das práticas jornalísticas pode oferecer brechas potentes contra o sistema-mundo moderno. O objetivo deste artigo é refletir sobre a fertilidade da abordagem interseccional no jornalismo com viés decolonial, por meio da análise das iniciativas *Portal Geledés* e *Nós, mulheres da periferia*. Os elementos que emergem dessa reflexão sugerem que, para romper com a lógica da colonialidade e suas estruturas de poder e opressão, é fundamental que o jornalismo decolonial incorpore a perspectiva interseccional.

Palavras-chave: Jornalismo. Decolonialidade. Interseccionalidade.

94

Decolonial Journalism and the question concerning the Intersectionality

Abstract

The role of journalism in the consolidation of modernity was decisive in disseminating the Western worldview, becoming an instrument of the coloniality of power. Thus, in the decolonial effort, the reconfiguration of journalistic practices can offer potent opportunities against the modern world-system. The objective of this article is to reflect on the efficacy of the intersectional approach in decolonial journalism through the analysis of the journalistic initiatives *Portal Geledés* and *Nós, mulheres da periferia* (We, Women from the Periphery). It is concluded that, in order to challenge the logic of coloniality and its structures of power and oppression, incorporating the intersectional perspective is fundamental for decolonial journalism.

Keywords: Journalism. Decoloniality. Intersectionality

¹ Doutora em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité. Pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). E-mail: dayanamelo@usp.br.

² Doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité. É professor contratado do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, professor da Fapcom e realiza estágio pós-doutoral na UFRJ. E-mail: carlos.aguiar@usp.br.

Introdução

Pensar na decolonização do jornalismo é confrontar um paradoxo insuperável. Inegavelmente, as práticas jornalísticas se apresentam como ferramentas decisivas da colonialidade do poder, ao colaborarem na interiorização da dominação colonial, papel que continua a ser exercido na contemporaneidade, sobretudo graças aos avanços tecnológicos que pressionam cada vez mais as práticas jornalísticas a um reducionismo funcional, difundindo na estrutura e no conteúdo a visão de mundo colonial. No entanto, o esforço decolonial não pode, simplesmente, rejeitar as ferramentas da colonialidade. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, apresenta-se como mais fértil a ideia de reapropriação dessas mesmas práticas. Trata-se de um esforço de minar a visão única de mundo e reafirmar as diversas localidades, perspectivas e diversidades, muitas vezes aproveitando das novas possibilidades abertas pelo avanço tecnológico (SILVA; AGUIAR, 2020).

A reconfiguração das práticas jornalísticas, portanto, pode oferecer brechas potentes contra o sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal (GROSFOGUEL, 2008). São diversas iniciativas que vão nessa direção e que trazem à baila vozes e perspectivas até então marginalizadas. Assim, a incorporação da abordagem interseccional pode servir como elemento analítico potente na compreensão dessas iniciativas, ao chamar nossa atenção para as diferentes experiências de opressão às quais as populações subalternizadas são submetidas (COLLINS; BILGE, 2020). Portanto, mais importante do que direcionar nossa atenção às saudáveis inclinações do jornalismo tradicional em “dar voz” às experiências e perspectivas diversas, é fundamental estarmos atentos a iniciativas que nascem à margem das grandes corporações e que são organizados pelos próprios subalternizados.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a fertilidade da abordagem interseccional no jornalismo com viés decolonial. Para tanto, o artigo desdobra-se em três movimentos complementares: a reconstrução do papel do jornalismo e da comunicação em geral como instrumentos da colonialidade do poder; uma reflexão sobre a relevância do giro decolonial no jornalismo; e, por fim, um mapeamento de iniciativas que se situam na interface entre práticas jornalísticas decoloniais e interseccionais. Foram analisados o *Portal Geledés*, plataforma criada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, e o *Nós, mulheres da periferia*. Concluímos que levar em conta essas brechas e movimentos de resistência que buscam atribuir outros significados ao jornalismo é fundamental no esforço

decolonial. Além disso, para romper com a lógica da colonialidade e suas estruturas de poder e opressão, é fundamental que o jornalismo decolonial incorpore a perspectiva interseccional.

Jornalismo e a colonialidade do poder

A mobilização do conceito de colonialidade (QUIJANO, 1992) nos estudos de jornalismo representa a abertura de uma perspectiva fértil na compreensão do processo de consolidação do sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal (GROSFOGUEL, 2008). O jornalismo se apresentou na modernidade como uma ferramenta decisiva da colonialidade do poder para a consolidação da visão de mundo ocidental.

Diferente do conceito de colonialismo, que se refere a um determinado período histórico e à ideologia que justifica a dominação colonial, o conceito de colonialidade remete, antes, a um processo de dominação que perpetua o colonialismo e suas formações sociais para além do período histórico, chamando atenção para o legado contínuo do colonialismo na forma de múltiplas discriminações. Central nesse processo é uma certa relação com o saber e com o conhecimento que é baseada nos princípios da racionalidade europeia que destrói e condena outras formas de saberes. No limite, a colonialidade é a interiorização da dominação colonial, ainda que as administrações coloniais propriamente ditas tenham acabado:

A colonialidade refere-se, antes, às relações de poder e às concepções de ser e saber que produzem um mundo diferenciado entre sujeitos legitimamente humanos e outros considerados não apenas como explorados ou dependentes, mas fundamentalmente como dispensáveis, sem valor, ou com detonações negativas ou exóticas nas diferentes ordens da vida social (MALDONADO-TORRES, 2011, p. 685, tradução nossa).

A colonialidade é um processo profundo e duradouro, um padrão de poder com base na naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a perpetuação do eurocentrismo. Eis por que a colonialidade é o lado obscuro da modernidade (MIGNOLO, 2017), sobretudo em razão da ininterrupção da reprodução de relações de dominação colonial: “O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que

existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto” (QUIJANO, 2005, p. 124).

O desenvolvimento dos meios modernos de comunicação de massa e a própria ascensão do jornalismo exercem um papel central nessa interiorização da dominação colonial. As mídias — como o cinema, o rádio e a televisão — podem ser interpretadas como instrumentos de disseminação da visão de mundo colonialista (DORFMAN; MATTELART, 1980), reproduzindo a lógica da divisão internacional do trabalho no campo da cultura de massa, em torno da imagem de um centro emissor e de uma periferia receptora. A prática jornalística e seus produtos também se inserem, tradicionalmente, no interior dessa lógica de interiorização da dominação e como ferramenta de consolidação do poder colonial (LIMA, 2022).

Saindo desse aspecto mais instrumental, até o próprio entendimento do que é comunicação foi contaminado pela colonialidade. Segundo Erick Torrico, a ideia de comunicação é reduzida a recurso instrumental essencialmente tecnológico, ou seja, um processo de transmissão de conteúdos informativos que cumpre certas funções de controle social por meio da busca de determinados efeitos em receptores passivos que acabam sendo objetificados, concepção que é convertida em padrão canônico:

A concepção presente nele considera a comunicação como um instrumento através do qual um emissor ativo pode atingir seus objetivos de controle — e, portanto, de poder — sobre um, vários ou muitos receptores passivos ou meramente reativos, utilizando para isso, quase sempre, meios tecnológicos que canalizam e distribuem as mensagens (TORRICO, 2019, p. 94).

Como consequência desse entendimento do que é a comunicação, descrita por Torrico (2019, p. 95) como comunicação ocidental, “está implícita a hierarquia colonial de pessoas e povos”. Assim, trata-se de uma aceitação tácita de que o emissor é o colonizador e o receptor é o colonizado, e que a partir dessa relação de imposição mecânica, perpetua-se o colonialismo, provocando a desumanização e a incomunicação dos povos não europeus.

Independente do conteúdo transmitido, a comunicação, porque essencialmente tecnológica, difunde acima de tudo a racionalidade ocidental. Não qualquer tipo de racionalidade, mas aquela específica da técnica, uma racionalidade com vistas a fins. Inserida na lógica do capitalismo, essa racionalidade se torna um apêndice a serviço exclusivo do desempenho econômico, da eficiência produtiva, da lucratividade e, no limite,

da colonialidade. Assim, se a comunicação é tecnologicamente mediada, independe do conteúdo transmitido, difunde-se uma certa visão de mundo, que é eurocêntrica:

Hoje, é o próprio acontecimento da realização tecnológica, o seu acabamento histórico como ápice da racionalidade ocidental, pressionado pela energia da informação enquanto eficiente operadora da economia financeira, que revela a natureza organizativa da comunicação (SODRÉ, 2014, p. 13).

Não é exatamente o conteúdo do jornalismo que é manipulador ou alienante, mas a racionalidade técnica imbuída em toda essa produção, que ratifica a lógica da dominação. Por isso, a ideologia, que é a própria colonialidade, não é apenas transmitida pelos meios de comunicação, mas está na engrenagem tecnológica e na sua práxis. O chamado receptor não escolhe ou deseja nada. O seu gosto já está programado pelo polo da produção, um gosto que é acima de tudo colonial e que intensifica a assimilação cultural. Daí o papel decisivo do jornalismo e dos meios de comunicação no controle do imaginário dos dominados.

98

O giro decolonial no jornalismo

Giro decolonial refere-se a um movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade. Essa formulação, proposta pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2011), torna-se um chamado de resistência cada vez mais urgente diante da complexidade do mundo atual, no qual a prática jornalística está cada vez mais atravessada pela dimensão tecnológica e pela lógica do capitalismo tardio.

Como um movimento de resistência contra o sistema moderno-colonial gerador de múltiplas crises, o giro decolonial abarca igualmente a dimensão epistemológica, alcançando, desse modo, o debate teórico do jornalismo. Torrico (2018, 2019, 2022), um dos acadêmicos mais engajados no esforço de decolonização da comunicação, identifica o campo epistemológico como o lugar privilegiado para o empreendimento de desconstrução. Decolonizar o jornalismo é, antes de tudo, decolonizar a comunicação, buscando ir além da dimensão instrumental que interpreta a comunicação jornalística como ferramenta de disseminação da visão de mundo colonial/moderna/ocidental. É por meio dessa empreitada decolonial que práticas comunicacionais insurgentes ganham um significado social ainda mais importante.

Ao conceber uma comunicação decolonial, Torrico sugere que a tecnologia seja colocada em suspeição, pois é essa dimensão que acaba reduzindo a comunicação a uma ferramenta da colonialidade. Para o autor, a tecnologia corrompe a comunicação por ser uma dimensão inerente à própria colonialidade. O desenvolvimento tecnológico sustenta e mantém a hierarquia e o unilateralismo. Além disso, por conta de sua essência (HEIDEGGER, 2007; MBEMBE, 2020), o viés da tecnologia é a conquista do mundo externo, ao adquirir domínio sobre a natureza, e do mundo da interioridade humana, ao dominar a atenção pelas novas tecnologias de comunicação. Desse ponto de vista, as tecnologias digitais, que impactam cada vez mais a prática jornalística, não representam uma ruptura com as tecnologias analógicas, mesmo diante das promessas presentes no imaginário das revoluções tecnológicas dos últimos anos:

Pouco mais de um quarto de século depois do início da última vaga de implementação tecnológica, é evidente que se produziram múltiplas mudanças no âmbito da transterritorialidade, imediatismo, fidelidade e interconectividade das comunicações, mas também deve ficar claro que tudo isso se inseriu em velhas estruturas nacionais de desigualdade socioeconômica — especialmente no Sul do mundo —, em um quadro de relações internacionais desiguais e, o que é mais grave, em uma lógica de desenvolvimento e acumulação sem fim que não simpatiza com o finitude do tempo do planeta (TORRICO, 2022, p. 99, tradução nossa).

99

A ascensão da cultura das redes sociais digitais e a consolidação da inteligência artificial no cotidiano da prática jornalística aprofundam e dramatizam ainda mais o viés da colonialidade. Essas novas tecnologias operam na lógica do extrativismo — dos dados, da atenção, da força de trabalho — o que representa, não uma ruptura com o padrão tecnológico da colonialidade do poder, mas o surgimento de uma nova era de apropriação colonial (COULDRY; MEJIAS, 2019), ou seja, representa o aprofundamento da mesma lógica que vigora desde o fim do colonialismo. O processo é sempre o mesmo, extrair e despossuir recursos para o bem de poucos, seja no colonialismo histórico, seja nas diferentes fases da colonialidade.

Por conta dessa suspeição, rejeita-se o que o Torrico denomina como comunicação centrada, que consiste em uma abordagem mecânica da comunicação na qual uma força persuasiva incidiria necessariamente no âmbito da recepção:

Comunicar, em outras palavras, torna-se transmitir, ordenar, instruir ou direcionar, fazendo com que o seu outro sentido possível, relacionado à criação de tecido social e à construção de comunidade e consenso, dê lugar à reprodução de hierarquias e desigualdades entre emissores e

receptores, seja na realidade local ou nacional, bem como nas relações entre países. Corporificada dessa forma, espera-se apenas que a comunicação, com seu possível conhecimento, a Comunicação, com suas implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas modernizadoras, reproduza essa desfiguração utilitarista comandada, no fundo, por uma polaridade estrutural finalista: a preservação ou eventual ajuste da ordem social instaurada pelo capital (TORRICO, 2019, p. 96).

Em sua proposta decolonial da comunicação, Torrico não busca encontrar brechas no interior do sistema econômico/comunicacional, mas de desestruturar a própria lógica colonial por meio da noção de subalternidade. O pressuposto de fundo é que a condição colonial implica a negação de humanidade dos povos não europeus, implementando uma situação de in-comunicação. Assim, o conceito de subalternidade permite pensar de forma crítica e orientada para a libertação, ao impulsionar o pensamento na intersecção de submissões, tais como as baseadas em raça, gênero, classe, sexualidade, idade, localidade etc. Eis a razão pela qual a batalha decolonial na comunicação é travada no campo epistemológico, afinal, “é aí que devem ser removidas as restrições que tornam a comunicação um puro instrumento de poder, convertendo seu estudo, a Comunicação, em uma disciplina aplicada e útil apenas para tentar garantir a eficácia dos emissores corporativos” (TORRICO, 2019, p. 100-101). O afastamento da dimensão tecnológica se justifica pela perspectiva decolonial, pois considera-se a comunicação como um processo dialógico e convivial.

Na concepção dos pensadores críticos da América Latina, a comunicação é um processo constitutivo do humano e do social, preexiste aos meios que a transmitem ou amplificam e supõe a construção de um com-saber (um “conhecimento com o outro”) em uma relação recíproca de natureza dialógica e convivial que deve ser realizada dentro de uma estrutura de direitos (TORRICO, 2019, p. 101).

A proposta de Torrico é de uma comunicação ex-cêntrica, isto é, afastada do centrado. Essa atitude deve ser prosseguida e aprofundada, pois é fundamental para a humanização da comunicação e afirmação libertadora da alteridade ocultada pela dominação: “A comunicação, como processo humano e social básico e como prática cotidiana, deve resgatar seu sentido libertador em todas as suas manifestações. Sua compreensão decolonizada é, evidentemente, condição necessária para isso” (TORRICO, 2022, p. 81, tradução nossa).

A Comunicação decolonial se caracteriza pelo que Torrico define de tripla alter/n/atividade. Ou seja, pelo direito de uma alteridade alternativa epistemológico-teórica

(alternativa); pelo reconhecimento do caráter local-nativo historicizado dessa alteridade (alter/nativa); e, enfim, pela proposta de alteração do *status quo* (alter/nativa). Espera-se, por meio desse tripé, resgatar a dimensão dialógica, democratizante e humanizadora da comunicação, que sempre existiu e resiste, apesar da epistemologia da comunicação ocidental resumir o fenômeno àqueles atrelados a dispositivos mecânicos: “Como perspectiva transformadora, a descolonização da Comunicação supõe um novo caminho utópico na luta contra a segregação epistêmica e cujo propósito é restabelecer a comunicação que humaniza” (TORRICO, 2022, p. 153, tradução nossa).

Esse novo caminho, sugerido por Torrico, já está sendo trilhado no Brasil há bastante tempo, por meio de diversas práticas que poderíamos denominar, seguindo as reflexões de Antônio Bispo dos Santos (2023), como contracoloniais. Essas práticas, muitas delas enraizadas na oralidade, são vivenciadas pelas populações subalternizadas, como indígenas, quilombolas e moradores de periferias, e sempre estiveram à margem da comunicação hegemônica, cujo projeto colonial busca apagar seu conhecimento. O desafio contemporâneo, em face de um mundo marcado por múltiplas crises sistêmicas, é ampliar essas práticas, buscando confluências entre diversas epistemologias, sem rejeitar definitivamente as ferramentas da colonialidade, como o jornalismo, evitando assim cair em uma dicotomia binária que é, por excelência, colonial. O objetivo é buscar confluências dentro do que Bispo dos Santos (2023) chama de pensamento fronteiro, que também se manifesta como formas de resistência. Eis uma abordagem absolutamente salutar para as práticas jornalísticas.

Acrescenta-se que, no que diz respeito à comunicação, a decolonialidade instiga também a superação de certa “arrogância” impregnada na própria prática jornalística — fundamentada no pensamento ocidental-moderno — e no olhar que ela evoca, que separa o mundo em sujeitos e objetos, estabelecendo uma relação assimétrica da qual subjaz as figuras que podem falar e pensar e aquelas de quem se fala ou sobre quem se pensa. Elucidar essas assimetrias, estabelecidas através do projeto colonial, é importante tarefa para que se possa conjurar outros mundos simbólicos possíveis, entre eles o jornalismo (LIMA, 2022, p. 84-85).

De acordo com essa perspectiva decolonial da comunicação, o elemento tecnológico desempenha um papel paradoxal. Ao mesmo tempo em que ele aprofunda a colonialidade do poder ao transformar os povos marginalizados em fonte de energia e/ou receptores (consumidores) passivos, as tecnologias podem facilitar o processo de tomada

da palavra e da emergência de confluências contracoloniais, conforme exploramos neste artigo.

Mapeamento de práticas jornalísticas decoloniais e seu viés interseccional

Sendo o pensamento decolonial um pensamento de ruptura com a episteme e práxis ocidental/moderna, ele também busca romper com a visão de mundo dessa sociedade, fundamentada em estruturas racistas, sexistas, classistas, heterossexistas, entre outras. Na condição de produto da modernidade, o jornalismo e o que entendemos como valor-notícia foram fatores a mais de sustentação de tais estruturas e propagação de ideologias. Contudo, se conforme argumenta Michel Foucault (1976, p. 76), “lá onde há poder, há resistência”, é possível observar ao longo da história o surgimento de veículos de imprensa que vão de encontro a essa lógica — a exemplo do *Nzinga Informativo*, fruto do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, e que circulou de 1985 a 1989, abordando de maneira inédita temáticas que interrelacionavam raça e gênero (RIOS; FREITAS, 2018).

É certo que o contexto de luta pela redemocratização e surgimento de um pensamento feminista negro brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, com os trabalhos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, apenas para citar alguns poucos exemplos, contribuíram com esse processo (HOLLANDA; COSTA, 2019). O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação também atuou como facilitador dessas pautas, oferecendo a esses grupos a possibilidade de produzir e fazer circular suas próprias narrativas, revelando, assim, o paradoxo anteriormente mencionado, no qual a tecnologia, ao mesmo tempo em que aprofunda a exploração e submissão, permite a emergência de pequenas brechas.

Diante desses apontamentos, a questão que se coloca é: é possível falar de um jornalismo decolonial sem incorporar, simultaneamente, uma abordagem interseccional? Em outras palavras, é possível romper com a lógica ocidental/moderna e suas estruturas de poder e opressão sem inverter as relações de centro/margem, base/topo e, finalmente, ouvir a voz daquelas e daqueles que sempre foram tratados como refugio do projeto colonial/ocidental/moderno? Antes de buscar responder a essas perguntas, é preciso lembrar que a interseccionalidade se baseia no entendimento de que as mulheres negras experienciam opressões resultantes da interação entre o racismo e o sexismo (CRENSHAW, 1989), adquirindo atualmente outras dimensões que dizem respeito às

formas pelas quais a opressão se manifesta por meio de múltiplos aspectos da identidade (RISAM, 2015).

Outro fator de destaque é o pioneirismo do pensamento feminista negro brasileiro no entendimento da experiência interseccional. Mesmo antes de ser elaborado por Kimberlé Crenshaw em um texto de 1989 intitulado *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista), já se encontrava uma base teórica para o conceito de interseccionalidade em trabalhos como *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, apresentado por Lélia Gonzalez em um congresso realizado em 1979 na Universidade da Califórnia, no qual a autora afirma que: “Ser negra e mulher no Brasil é ser submetida a uma tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais alto nível de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Nesta pesquisa, realizamos o mapeamento e observação de dois veículos jornalísticos que, em nossa análise, situam-se nessa interface entre práticas jornalísticas decoloniais e interseccionais. Esses veículos são o *Portal Geledés*, uma plataforma criada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, e o *Nós, mulheres da periferia*. Ambos são exemplos de veículos jornalísticos surgidos no contexto atual das tecnologias digitais e em rede, mas que possuem em sua essência um ímpeto anterior de contestação e insurgência contra as estruturas de poder modernas/ocidentais/coloniais.

Portal Geledés

O *Portal Geledés* é um produto jornalístico desenvolvido pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra. Criado em abril de 1988, o Instituto se apresenta como uma “organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral”, e explica que o termo Geledé originalmente significa “uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade”³.

³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Tendo como uma das suas fundadoras a pensadora e ativista brasileira Sueli Carneiro, o Geledés emerge em um contexto de redemocratização do país, interligando questões raciais a questões de gênero. Nesse sentido, a problemática da mulher negra assume um papel central, promovendo discussões tanto sobre as experiências diárias dessas mulheres, que representam a base da nossa pirâmide social, quanto sobre a importância de desenvolver políticas públicas específicas para atendê-las, garantindo a elas as mesmas oportunidades oferecidas a outros grupos sociais.

Tais temáticas, assim como o combate à homofobia, lesbofobia e preconceitos regionais, de credo e classe social, entre outros, são abordadas em projetos e ações específicas, bem como por meio de narrativas jornalísticas inseridas no Portal, descrito como um:

[...] espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente, e de seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade. É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõe o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade⁴.

No Portal, é possível observar que narrativas de denúncia, como aquelas que abordam casos de racismo vivenciados por pessoas negras⁵, não anulam o lugar de destaque dado a narrativas sobre o papel de personalidades negras na academia e na arte, bem como a narrativas históricas sobre a população negra no Brasil, nos oferecendo uma outra perspectiva acerca da nossa formação enquanto sociedade para além da perspectiva ocidental/moderna. Essa simples viragem, ou mudança naquilo que é entendido como valor-notícia, já é em si um elemento decolonial do jornalismo praticado pelo *Portal Geledés*, que agrega a isso a centralidade das vivências e falas de pessoas negras, sobretudo de mulheres, mostrando como não existe decolonialidade sem interseccionalidade.

⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/questao-racial/casos-de-racismo/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Nós, mulheres da periferia

Criado em 2014, o site *Nós, mulheres da periferia* já nasce em sinergia com o ambiente tecnológico atual, tendo como objetivo “contribuir para a construção de narrativas jornalísticas mais humanas e contextualizadas, dialogando com a tríplice raça, classe e território, tendo a periferia de São Paulo como contexto”⁶. Na condição de uma empresa jornalística fundada e gerida por mulheres periféricas majoritariamente negras, além das categorias de raça, classe e gênero, o grupo aborda uma outra categoria de diferença a ser investigada com base em uma abordagem decolonial e interseccional, que é a categoria de território, no sentido do lugar no qual se nasce, habita e transita, mas também no sentido do corpo inserido nesse lugar do qual e com o qual se fala, conforme evidenciado no próprio manifesto do grupo:

[...] Em uma sociedade pautada pelo padrão da heteronormatividade — onde homens brancos cis e héteros são os detentores do poder — nascer e tornar-se mulher é estar inevitavelmente à margem. Periferia é enfrentamento. / Diante do racismo estrutural e institucional, a mulher negra é periférica em qualquer endereço. Um corpo negro carrega memórias ancestrais de um passado que insiste em se atualizar, ainda que desde sempre combatido. Periferia é resistência. / Na ordem global onde 99% da população disputa recursos contra 1% de privilegiados, periferia é condição socioeconômica. Se opor a toda injustiça e desrespeito aos direitos humanos essenciais é necessidade de sobrevivência. Periferia é consciência. / Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular. / *Nós, mulheres da periferia* estamos em todos os espaços. Ultrapassamos e destruimos fronteiras. Somos diáspora. Somos ponte em qualquer rio. Estamos em travessia, em movimento⁷.

É nesse sentido que, além de pautar jornalisticamente esses territórios e corpos periféricos por meio de práticas por nós interpretadas como decoloniais e interseccionais, o *Nós, mulheres da periferia* também desenvolve atividades nesses territórios, contribuindo com a formação dos seus moradores, sobretudo das mulheres, a exemplo do projeto *Desconstruindo Estereótipos*, criado em 2015 com o objetivo de compreender como as participantes do projeto se sentiam representadas pela mídia. O projeto gerou

⁶ Disponível em: <https://nosmulheresdapерифeria.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁷ Disponível em: <https://nosmulheresdapерифeria.com.br/manifesto/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

uma exposição multimídia intitulada *Quem somos [POR NÓS]*⁸ e um documentário intitulado *Nós, Carolinas*⁹.

Além de reportagens diárias sobre temáticas variadas, mas sempre com ênfase nas identidades de mulheres negras e periféricas, o site traz uma editoria intitulada *Histórias*, que conta as vivências de mulheres negras célebres e anônimas com base nas percepções dessas próprias mulheres. O site também conta com editorias sobre reportagens especiais, dicas culturais e colunistas que abordam em seus textos questões políticas, econômicas, ambientais, educacionais, entre outras.

Com isso, podemos observar por meio deste estudo exploratório de caráter descritivo e qualitativo é que, conforme afirmamos acima, os dois veículos jornalísticos analisados se tratam de brechas, insurgências diante de um modelo jornalístico colonial/ocidental/moderno. Todavia, isso não diminui a potência desses veículos e a capacidade deles de atuarem no debate público, invertendo a lógica colonial ao colocarem ênfase nas vivências de pessoas negras, sobretudo das mulheres negras, e nos territórios por elas habitados, construindo narrativas que são ao mesmo tempo decolonias e interseccionais.

106

Considerações finais

Essa aproximação entre o pensamento decolonial e a abordagem interseccional já está presente em estudos que buscam romper com a lógica colonial, porém, é importante destacar que cada uma dessas noções possui suas especificidades. Assim, conforme afirma Patricia Hill Collins, Kleber Aparecido da Silva e Maria Carmen Aires Gomes (2021, p. 329, tradução nossa), “a interseccionalidade foca mais nas conexões entre sistemas particulares de poder, enquanto a decolonialidade se concentra nos mecanismos pelos quais as relações neocoloniais contemporâneas podem ser resistidas e substituídas”.

Daí a importância de incluir essas duas noções dentro de uma perspectiva crítica da opressão mais ampla, de modo a desafiar as estruturas de poder dominantes ao mesmo tempo em que se reconhece a multiplicidade de opressões experienciadas por

⁸ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-mulheres-da-periferia-inaugura-exposicao-quem-somos-por-nos/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁹ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/documentario-sobre-mulheres-da-periferia-estreia-no-dia-8-de-marco/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

peças e grupos minorizados e subalternizados. Nesse sentido, destacamos que uma prática jornalística decolonial é aquela que inverte a lógica do valor-notícia, trazendo a narrativa de pretos, pardos, indígenas, pobres, mulheres cis e trans, entre outras, outros e *outras*, para o centro do debate. Ela é executada pelos próprios minorizados e subalternizados e sua transformação se dá não apenas na esfera do conteúdo, mas também da estrutura.

Assim, conforme evidenciado neste artigo, o jornalismo e os meios de comunicação de modo geral desempenharam um papel central na reprodução da dominação colonial e no controle do imaginário dos dominados, perpetuando uma visão de mundo eurocêntrica. No entanto, é necessário ressaltar que o aqui chamado giro decolonial no/do jornalismo propõe uma transformação profunda no modelo jornalístico dominante, desafiando a visão instrumental da prática jornalística e buscando uma reconfiguração da relação entre tecnologia, comunicação e poder. Sendo o *Portal Geledés* e o *Nós, mulheres da periferia* dois exemplos notáveis dessa transformação por também considerarem as identidades interseccionais e as diferentes formas de opressão que enfrentam.

107

Referências

COLLINS, P.; Hill; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, P. H.; SILVA, K. A.; GOMES, M. C. A. Intersectionality, epistemic oppression and resistance: an interview with Patrícia Hill Collins. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, p. 328–337, 2021.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford, California: Stanford University Press, 2019.

CRENSHAW, K.. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *In: **Feminism in the Law: Theory, Practice, and Criticism***. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.

DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2020.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiæ studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HOLLANDA, H. B.; COSTA, A. O. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LIMA, V. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. *In*: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Editora Unifap, 2022.

MALDONADO-TORRES, N. El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. *In*: BOHORQUEZ, C. L.; DUSSEL, E.; MENDIETA, E. (org.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y latino (1300-2000)**: historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI, 2011.

MBEMBE, A. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

RIOS, F.; FREITAS, V. G. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, n. 1, p. 25-45, 2018.

RISAM, R. Beyond the Margins: Intersectionality and Digital Humanities. **Digital Humanities Quarterly**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1–14, 2015. DOI: 10.1017/9781641890519.003.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, D. K. M; AGUIAR, C. E. S. Os paradoxos da Comunicação ante o Antropoceno. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 2, p. 12–32, 2020.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. 1ª edição ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORRICO, E. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 15, n. 28, 2018.

TORRICO, E. Para uma Comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 89–107, 2019.

TORRICO, E. **Comunicación (re)humanizadora**: ruta decolonial. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 16 de jun. 2023.

Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano

Anna Júlia Carlos da Silva¹
Reges Schwaab²

Resumo

Este artigo teórico-reflexivo apresenta perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para conceber um jornalismo outro no contexto da América Latina. Estabelecendo um diálogo entre a abordagem jornalística socioambiental e o pensamento latino-americano, sobretudo com as correntes crítico-utópica e decolonial, a discussão evidencia semelhanças e potencialidades existentes nesse enlace epistemológico que possibilitam tensionar atualizações teóricas e práticas no campo do jornalismo. Constatamos que essas perspectivas, com orientações não-hegemônicas, plurais e transformadoras, permitem prospectar caminhos alternativos para (re)contar o nosso tempo, desde a América Latina e a partir do que demandam as urgências de seu território e de seus sujeitos.

Palavras-chave: Jornalismo. Meio ambiente. Decolonialidade.

Socio-environmental and decolonial perspectives as horizons for another journalism in the Latin American Context

Abstract

This theoretical-reflective article presents socio-environmental and decolonial perspectives as horizons to conceive another journalism in the context of Latin America. Establishing a dialogue between socio-environmental journalistic approach and Latin American thought, particularly with critical-utopian and decolonial currents, the discussion highlights similarities and potentialities within this epistemological linkage that enable theoretical and practical updates in the field of journalism. We find that these perspectives, with non-hegemonic, plural, and transformative orientations, allow for alternative paths to (re)tell our time, from Latin America and based on the demands of its territory and its subjects.

Keywords: Journalism. Environment. Decoloniality.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Jornalismo pela mesma Instituição. Bolsista financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora discente do "milpa - laboratório de reportagem" (CNPq/UFSM). E-mail: annajuliacarlos@outlook.com.

² Professor na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Atua no Programa de Pós-graduação em Comunicação e no Departamento de Ciências da Comunicação (Campus Frederico Westphalen). Doutor em Comunicação e Informação. Coordena o "milpa - laboratório de reportagem" (CNPq/UFSM). E-mail: reges.ts@gmail.com.

Introdução

A pauta (socio)ambiental alcança, na contemporaneidade, o ápice de sua conjuntura emergencial, cujo ponto culminante é a Amazônia. Reiteradamente, sob a lupa da ciência, a questão é ampliada por revistas científicas de prestígio global. A *Nature* (2023) tem evidenciado o estado de ameaça e risco substancial da área florestal, principalmente em território brasileiro. Simultaneamente, a *Science* (2023, n.p., tradução nossa) avalia a Amazônia como “um componente crítico do sistema climático da Terra, cujo destino está embutido no da maior emergência planetária”³. É nesse contexto de elevada eminência do tema na ciência, bem como da relevância de sua cobertura no jornalismo, que propomos um olhar que tome a sua real e transversal dimensão, em ambos os campos.

A Amazônia é a mais extensa floresta tropical do mundo (NATURE, 2023), compreendendo nove dos 12 países da América do Sul, como Guiana, Guiana Francesa e Suriname, e, principalmente Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Apesar de seu extenso território, o que vemos atualmente é que os biomas “amazônicos estão sendo degradados pela atividade humana em um ritmo muito acima de qualquer parâmetro conhecido, colocando em risco vastas reservas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos globalmente importantes”⁴ (SCIENCE, 2023, n.p., tradução nossa). A revista *Science* (2023) sublinha que tal cenário emerge de causas antropogênicas — isto é, relativas à ação dos humanos no meio ambiente — e que possui, ao mesmo tempo, consequências múltiplas e catastróficas para a humanidade.

Imperiosamente, de forma progressiva e em diferentes e desiguais proporções, esse quadro afeta a todos, humanos e não humanos. Portanto, cabe ao jornalismo acompanhar e, mesmo, de seu lugar, oferecer interpretações sobre essas transformações, atualizando os seus próprios sistemas de pensar e de fazer a profissão, de modo a buscar dar conta da realidade que se configura nesse espaço e tempo emergentes. Em tal cenário, o Jornalismo Ambiental (JA) ocupa um papel preponderante. Na pesquisa⁵ que origina o presente texto, acreditamos que essa abordagem jornalística

³ No original: “a critical component of the Earth climate system whose fate is embedded within that of the larger planetary emergency”.

⁴ No original: “Amazonian environments are being degraded by human industrial activities at a pace far above anything previously known, imperiling its vast biodiversity reserves and globally important ecosystem services”.

⁵ O presente trabalho é resultado parcial de pesquisa de mestrado, em andamento, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (Capes) — Código de

aparece como um sério convite ao tensionamento de práticas e de discursos do campo jornalístico.

Promovendo um encontro epistemológico que nos parece pertinente para retratar esta temática, propomos apontamentos teórico-reflexivos que relacionam o Jornalismo Socioambiental ao pensamento latino-americano, principalmente em suas correntes crítico-utópica e decolonial. Buscamos explorar esse enlace em suas semelhanças e suas potencialidades de atualizar o campo do jornalismo. Vemos, sobretudo na perspectiva decolonial, uma abordagem singular, atenta e pertinente para pensar as emergências socioambientais contemporâneas. A seguir, apresentamos a abordagem socioambiental no jornalismo para, posteriormente, estabelecer um diálogo com o pensamento latino-americano, apresentando, por fim, as proposições finais do texto.

A abordagem socioambiental no Jornalismo

No Brasil, o Jornalismo Ambiental foi consolidado nas últimas décadas do século XX, articulado ao Jornalismo Científico (BELMONTE, 2017). Entretanto, ainda que esse ponto continue ecoando, recentemente passamos a compreender que o JA possui uma concepção, em verdade, independente, que se baseia na pluralidade e que transcende uma cobertura factual, programada ou absolutamente centrada nos assuntos do meio ambiente (GIRARDI *et al.*, 2012). Muito além, o Jornalismo Ambiental preza por uma *prática complexa*, uma *transversalidade temática* — bem como reclama o próprio tema que envolve —, além de uma *potencialidade transformadora*, que funde a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que compõem as emergências do nosso tempo (GIRARDI *et al.*, 2012).

Dentre as razões para a *prática* ser percebida como *complexa*, podemos destacar sua essência especializada, pois “o que movimenta a defesa da abordagem do ambiental pelo Jornalismo é a mesma essência que perpassa a reflexão sobre o *bom Jornalismo*, feito com vigor, ética e manejo apurado da informação, esteticamente bem composto e ciente do papel social que um trabalho rigoroso vem a cumprir” (SCHWAAB,

2018, p. 70, grifo do autor). Para Schwaab (2018), esse tipo de produção jornalística envolve esforços singulares de embasamento, observação, pesquisa, método e escritura.

Na contemporaneidade, o campo jornalístico vive um período de crise de credibilidade, imerso em disputas que caracterizam um movimento forte de desinformação e circulação de informação fraudulenta. Assim, necessita, reiteradamente, reafirmar a sua legitimidade e a sua ação criteriosa no trabalho com a informação. Nesse mesmo contexto, pensamos que propor abordagens pautadas por saberes e por práticas guiadas pela pluralidade, e autorizadas por uma condição especializada e aprofundada, aparecem como pistas sobre como manter a confiabilidade na profissão e nos produtos jornalísticos.

Nessa visão, o fazer jornalístico não se comporta como fechado ou generalista. Entretanto, determinadas marcas podem auxiliar em sua compreensão. Nesse sentido, os pressupostos do JA, sintetizados por Girardi, Loose e Silva (2018, p. 54) ao longo de mais de dez anos, são salutares:

- 1) Ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências, assim como das articulações dos diferentes campos sociais;
- 2) Pluralidade de vozes com o intuito de romper com a lógica de construção baseada no pensamento único e dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes;
- 3) Assimilação do saber ambiental, que envolve de uma nova abordagem para a prática jornalística [...];
- 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor — além de ser frequente, a produção jornalística ambiental deve permitir que as pessoas se sintam pertencentes a esse problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto;
- 5) Comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, e indiquem soluções, saídas;
- 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento — o JA tem como missão colaborar para transformar o pensamento diante das injustiças e desigualdades ambientais que nos cercam.

Na proposição das autoras, podemos vislumbrar a *transversalidade temática*. Devido a esse conjunto de elementos, aqui tomamos o Jornalismo Ambiental como sinônimo de Jornalismo Socioambiental. O transversal, por sua vez, está na base do que compreendemos como o “sócio/social” da abordagem: no JA, nenhuma questão é explicada sem interligação com outra(s). A proposta sustenta que

Não há concepção humana ou ecológica que permita fechar os olhos aos danos que modificam a vida no planeta em escala jamais vista, impossível de ser pensada de forma fragmentada ao enfrentarmos o cenário que a humanidade costura em sua agricultura e seus modos de produção de alimentos, na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de

exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações, nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças (SCHWAAB, 2018, p. 70).

Em tal configuração de jornalismo, para além dos atributos tipicamente profissionais do campo, os valores declaradamente se misturam às práticas. Para o debate aqui levantado, cidadania, justiça e bem-comum têm grande relevo. E, invariavelmente, perpassam diversas temáticas, tais como saúde, educação, história, poder, legislação, sobrevivência, diversidade e respeito (SCHWAAB, 2018). Assim, o JA se configura como um jornalismo outro, que extrapola o que é marca de modelos tradicionais e hegemônicos/dominantes do campo.

Para alcançar o *potencial transformador* da abordagem, o profissional deve ultrapassar um lugar simplesmente funcional, assumindo a promoção de uma compreensão orgânica, plural e de base ecológica, além das consequências imediatas perceptíveis diante dos múltiplos desafios socioambientais (BELMONTE, 2017). Nesse ponto, cabe diferenciar o jornalismo de/sobre meio ambiente da proposta do Jornalismo Ambiental, “entendendo que a mera cobertura de temas ambientais, sem a adoção da episteme ambiental, de uma visão ecológica e do comprometimento do jornalista com o cuidado à vida, não correspondem à prática consciente e transformadora que caracteriza o JA” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 328). Essa prática especializada, segundo Loose e Girardi (2021), alerta acerca da crise ambiental e das alternativas que desvelam modos diferentes de viver.

Considerando o exposto até aqui, podemos constatar que essa compreensão de jornalismo tem como horizonte formas outras de pensar e de fazer a profissão. Mirar no JA em busca de pistas para formular saberes e práticas distintas para o campo é muito oportuno, haja vista a sua preponderância no contexto contemporâneo emergente e o seu potencial de credibilidade que, apesar de suas características evidentemente não-hegemônicas, parece singularmente resistir.

Ainda que determinados aspectos da abordagem ambiental não sejam pacificamente aceitos por todos (SCHWAAB, 2018), acreditamos que esse é um reflexo inevitável quando a proposta é configurar ou retirar da sombra pensamentos e fazeres que se afastam de ideais hegemônicos. Um jornalismo que encontra nas pautas

socioambientais emergentes modos de (re)contar a realidade latino-americana, ressalta a necessidade de uma prática embasada em saberes plurais e comprometidos.

Diálogo com o pensamento latino-americano

Mas o Jornalismo Socioambiental é utópico? Quanto a isso, propomos uma reflexão: os discursos que atribuem significações negativas para a utopia provavelmente são os mesmos que operam sentidos contraproducentes tradicionalmente forjados à própria América Latina. A seguir, introduzimos essa discussão como um preâmbulo para este momento que versa sobre os possíveis diálogos entre o jornalismo e o pensamento teórico latino-americano, considerando a perspectiva crítico-utópica e, posteriormente, decolonial, com destaque às tramas socioambientais⁶.

Torrigo (2022) argumenta que, na América Latina, as Ciências Sociais possuem uma episteme própria, nomeada, justamente, como corrente crítico-utópica. Esse pensamento emerge como uma alternativa singular para compreender a realidade e os sujeitos da região, com conceituações que se inserem nas particularidades de suas problemáticas históricas e com interpretações realizadas desde o seu espaço geográfico (TORRICO, 2022). Identificamos nesse espaço teórico possibilidades para criar modos de compreensão mais complexos, múltiplos e territorialmente orientados, capazes de traduzir melhor o cenário latino-americano.

Nessa corrente epistêmica, a crítica significa, segundo Torrigo (2022, p. 68, tradução nossa), “ser e estar insatisfeito com o que existe, com o real, e expor suas insuficiências e suas consequências negativas, posição a partir da qual ao mesmo tempo é possível imaginar outra forma melhor, desejável mas alcançável, dessa realidade submetida à observação”⁷. Já a utopia, cita, “não é algo que não acontece e não pode acontecer, mas, simplesmente, aquilo que o *establishment* não quer que aconteça; algo

⁶ Para efeito deste estudo, acentuamos nas perspectivas os aspectos que se aproximam do tema deste artigo e que, portanto, conseguimos dar conta nesta modalidade de produção acadêmica e em nossos lugares de pesquisadores e jornalistas. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Jornalismo e, especialmente, o pensamento crítico-utópico e a perspectiva decolonial, ainda que ofereçam pistas indispensáveis para que possamos alcançar as compreensões que propomos nesta investigação, constituem uma rede de saberes complexos, profundos e multidimensionais, que contemplam o nosso foco, mas também avançam para além do que estamos ressaltando.

⁷ No original: “ser y estar inconforme con lo que hay, con lo real, y poner al descubierto sus insuficiencias y sus consecuencias negativas, posición desde la que al mismo tiempo es posible avizorar otra forma mejor, deseable pero alcanzable, de esa realidad sometida a observación”.

impossível hoje, mas perfeitamente realizável; melhor ainda, algo que é idealmente necessário no futuro”⁸ (PASQUALI, 1977, p. 414, grifo do autor, *apud* TORRICO, 2022, p. 68, tradução nossa). Portanto, se o Jornalismo Socioambiental é percebido como utópico, de antemão tomamos como vencidos os sentidos negativos para a palavra, afinal, é permitido e, quiçá, desejável, que a utopia faça parte do pensamento latino-americano.

A corrente teórica crítico-utópica é definida pelo autor como uma alternativa outra, em confronto com as epistemes hegemônicas universalistas que, ainda que se apresentem como as únicas formas válidas de produzir conhecimento, parecem insuficientes para a compreensão das realidades da América Latina. Torrico (2022, p. 25, tradução nossa) descreve que “a orientação para a subversão do estabelecido é, sem dúvida, o traço distintivo persistente do pensamento latino-americano, movimento atribuível à já anotada condição subalter(n)izada da região em sua constituição e desenvolvimento”⁹. Podemos aqui, frisar pontos de convergência entre a teoria e o que descrevemos como Jornalismo Socioambiental, não somente devido às aproximações geográficas — visto que ambos estão concentrados no contexto latino-americano, o primeiro pela origem, o segundo pela Amazônia —, mas principalmente por conta do panorama não-hegemônico e plural que incitam.

As ideias pioneiras do pensamento teórico crítico nas Ciências Sociais da região despontaram ao longo das chamadas décadas rebeldes, entre 1960 e 1970, com destaques para a Teoria da Dependência do brasileiro Fernando Henrique Cardoso e do chileno Enzo Faletto; da Teologia da Libertação do peruano Gustavo Gutiérrez; da Pedagogia do Oprimido do brasileiro Paulo Freire; da Filosofia da Libertação do argentino Enrique Dussel; e da Comunicologia da Libertação do boliviano Luis Ramiro Beltrán (TORRICO, 2022). Desse quadro, destacamos as precursoras e potentes fundamentações de Enrique Dussel, que nos possibilitam vislumbrar a história da América Latina como relacionada à sua conjuntura emergencial contemporânea e enredada à linguagem que (con)forma os seus sujeitos.

A América Latina, conforme Dussel (1993), é considerada a primeira *periferia* da Europa — *centro* mundial —, o que implica compreender que tal território sofreu

⁸ No original: “No es algo que no sucede y no puede suceder, sino, simplemente, aquello que el establishment no quiere que suceda; algo imposible hoy, pero perfectamente realizable; mejor aún, algo que resulta idealmente necesario en el futuro”.

⁹ No original: “La orientación hacia la subversión de lo establecido es, sin duda, el rasgo distintivo persistente del pensamiento latinoamericano, movimiento atribuible a la ya anotada condición subalter(n)izada de la región en su constitución y desarrollo”.

globalmente, desde a origem, com um processo de modernização — isto é, de espoliação de sujeitos e de exploração de terras sob a justificativa de desenvolvimento —, que inevitavelmente forjou a discursividade e a subjetividade modernas. Logo, por meio de elementos como a linguagem e a memória, esse quadro se sustenta até hoje (*ibid.*, 1998).

Recuperamos Torrico (2022) para pontuar que essa discussão permanece atual, traduzida principalmente pelo conceito de colonialidade, que reconhece no contexto recente diversas manifestações do passado colonial. Para esse autor, a colonialidade se implementa como a presença de uma subjetividade externa ao território, que segue continuamente reproduzindo assimetrias locais e globais, condicionando o ser, o saber, o fazer e a natureza.

Processos como esses, em regiões subalternizadas, como é o caso da América Latina, costumam originar exclusões físicas e discursivas, caracterizadas pela dominação, opressão e, mesmo, morte de sujeitos e vozes minoritárias. Para Dussel (1998), são nítidos os efeitos insuportáveis que esse contexto gera, ao passo que é necessário se manifestar diante do risco que tais consequências trazem à existência da maior parte dos sujeitos latino-americanos e seus modos de vida. No final dos anos 1990, o autor já descrevia um cenário análogo ao do momento presente: principalmente nos territórios que passaram por processos de violenta exploração, há uma constante diminuição das possibilidades de vida e de participação política e discursiva da maioria dos povos e, acrescentamos nós, a desconsideração das distintas formas de vida não-humanas.

Dussel é um dos autores que permanece, simultaneamente, clássico e contemporâneo, ao passo que além de ser um dos protagonistas do pensamento crítico-utópico, também é partícipe da nova rede de pesquisadores que têm trabalhado na renovação dessa perspectiva. Como fundamenta Torrico (2022), essa abordagem aparece como uma forma de erguer uma especialidade na episteme regional e provocar, também, um horizonte de decolonialidade.

Perspectiva decolonial e prática jornalística

Os estudos do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade despontaram com o peruano Aníbal Quijano, na década de 1990, seguido pelo venezuelano Edgardo Lander, pelo colombiano Santiago Castro-Gómez, pelos porto-riquenhos Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, pelas argentinas Zulma Palermo e Maria

Lugones, dentre outros pesquisadores (WALSH; MIGNOLO, 2018). Nesta produção, optamos por dar foco às contribuições elaboradas pela estadunidense imigrante no Equador Catherine Walsh (2018) e pelo argentino Walter Mignolo (2018), também integrantes do grupo.

Walsh (2018) explica que, com a colonialidade, emergiu a resistência e a recusa, traduzidas na decolonialidade, que propõe a construção de posicionamentos radicalmente distintos das imposições hegemônicas. Tal perspectiva, além de denotar formas outras de pensar, saber, ser e fazer, busca desestabilizar “estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que continuam a controlar a vida, o conhecimento, a espiritualidade e o pensamento, estruturas que são claramente entrelaçadas e constitutivas do capitalismo global e da modernidade ocidental”¹⁰ (*ibid.*, 2018, p. 17, tradução nossa). Desse modo, segundo a autora, a decolonialidade é construída na criação da esperança e no avanço de projetos de vida planetária, que resistem aos projetos de extermínio e extrativismo contemporâneos.

Na América Latina, Walsh (2018) destaca que a perspectiva decolonial continua a tecer ações de insurgência e resistência contra, principalmente, os novos e constantes padrões de dominação do capitalismo global. As lutas na região são impulsionadas, organizadas e orientadas, segundo a autora, em combate, sobretudo, à dinâmica da acumulação de capital global, o que inclui projetos mega transnacionais, atividades de extração, contaminação da água e da terra, desterritorialização, violência e morte.

Para Walsh (2018), uma variedade crescente de práticas insurgentes emerge no espaço latino-americano, em defesa da vida, do território e da água e contra a imposição e expansão de projetos extrativistas e de mercantilização da natureza. Nesse sentido, centralizando a discussão ambiental, Mignolo (2018, p. 159, tradução nossa) descreve:

Extrativismo, posse e despojamento têm uma longa história na formação e transformação da mcp [matriz colonial de poder]. Do século XVI ao décimo nono, o extrativismo teve como alvo o ouro do Novo Mundo, explorando e escravizando povos indígenas e africanos. Após a Revolução Industrial, o extrativismo se concentrou nos recursos naturais necessários para alimentar as máquinas. E desde a segunda metade do

¹⁰ No original: “hierarchical structures of race, gender, heteropatriarchy, and class that continue to control life, knowledge, spirituality, and thought, structures that are clearly intertwined with and constitutive of global capitalism and Western modernity”.

século XX até o presente, o extrativismo alimentou a chamada Quarta Revolução Industrial (Tecnológica)¹¹.

Em nossa reflexão, a perspectiva decolonial mostra-se alternativa potente e pertinente, enraizada nas questões do nosso tempo, especialmente se entendemos o contexto socioambiental como resultante, dentre outros fatores, do histórico de superexploração da natureza, que devastou regiões subalternizadas como a América Latina. Observamos, por esse prisma, um modo de desvelar o passado comum aos países do território, marcado pelo extrativismo, que manifesta impactos de todos os tipos na contemporaneidade, compondo um dos cerne do desenvolvimento do sistema moderno-capitalista. Suas consequências, por óbvio, se estendem ao campo jornalístico, quando ele se aproxima da mesma matriz de pensamento que origina a devastação.

O diálogo entre a perspectiva Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade e a Comunicação/Jornalismo é relativamente recente. Os últimos três anos constituem um período de aumento de produções acadêmicas nesse entremeio, o que tem resultado na construção de uma teorização que amadurece progressivamente. Dentre os grupos que atuam nessa interface, identificamos o *Travessia* - Centro de Estudos e Pesquisa do Sul Global, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e o *GPJA* - Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para Lima (2022), do primeiro grupo, a prática jornalística serviu como ferramenta para a consolidação do poder no contexto moderno-capitalista, a partir da sustentação de conceitos, narrativas e imaginários que fazem parte dessa crise global que atinge também a produção de conteúdo e o próprio mercado de periódicos. Considerando esse contexto, percebe “o pensamento decolonial como marco analítico para abordar as possibilidades de transformação na prática jornalística, apontando a decolonialidade como uma postura epistêmica fértil para a construção de iniciativas inovadoras em jornalismo” (LIMA, 2022, p. 72). Para a autora, há, na perspectiva decolonial, a possibilidade de pensar outras formas possíveis de fazer jornalismo, a partir de olhares mais livres e plurais, que contemplem aspectos e grupos historicamente marginalizados.

¹¹ No original: “Extractivism, possession, and dispossession have a long history in the formation and transformation of the cmp. From the sixteenth century through the nineteenth, extractivism targeted New World gold, exploiting and enslaving Indigenous and African peoples. After the Industrial Revolution, extractivism concentrated on those natural resources needed to feed the machines. And from the second half of the twentieth century to the present, extractivism has fueled the so-called Fourth Industrial (Technological) Revolution”.

Lima (2022) ressalta, todavia, que essa (re)construção prática demanda uma mudança de atitude epistemológica, ao passo que discutir possíveis inovações e insurgências na prática jornalística implica, dentre outros pontos, observar e analisar a estruturação teórica do próprio jornalismo. Em perspectivas como essa, prática e teoria não estão descoladas. Walsh e Mignolo (2018, p. 7, tradução nossa) entendem a teoria como fazer e o fazer como pensar, de modo que questionam: “Você não está fazendo algo quando teoriza ou analisa conceitos? Fazer algo não é práxis? E da práxis — entendida como pensamento-reflexão-ação, e pensamento-reflexão sobre essa ação — não construímos também a teoria e teorizamos o pensamento?”¹². Nesse sentido, defendem que é preciso desobedecer a imposição de que a teoria vem antes da prática ou que é possível se envolver em uma prática sem teoria.

No segundo grupo, Loose e Girardi (2021), introdutoriamente, delineiam a dominação do ambiente como algo que se mostra fundamental na manutenção da colonialidade, compreendida como diretamente relacionada ao capitalismo moderno. As autoras ressaltam: “Apesar de todos os indícios e previsões de que já chegamos em um ponto com impactos irreversíveis para a manutenção da vida, o modelo hegemônico insiste em avançar com o mesmo projeto extrativista e degradador do passado” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 324), que extrapola os limites por intermédio de uma exploração orientada pelo crescimento econômico a qualquer custo.

Observando a América Latina, Loose e Girardi (2021, p. 325) descrevem que as elites do Sul do planeta, na tentativa de viver como o Norte, acabam por emular o modelo ecodestrutivo e insustentável criado por ele, “reproduzindo a lógica da colonialidade internamente, o que faz com que sujeitos mais vulneráveis se tornem subservientes e recursos naturais do próprio território passem a ser explorados em favor de uma minoria”. Nessa perspectiva, destacam que a crítica colonial traduz um chamado à construção de olhares mais heterogêneos, plurais, cooperativos e dialógicos sobre o planeta.

A lógica do pensamento moderno-capitalista também se escora em uma relação de dependência bilateral com o jornalismo tradicional, afinal, os discursos dominantes sustentam o campo ao mesmo tempo em que o campo assegura determinadas dinâmicas de dominação por meio desses discursos. Contudo, ainda que esse tipo de jornalismo

¹² No original: “Are you not doing something when you theorize or analyze concepts? Isn't doing something praxis? And from praxis – understood as thought-reflection-action, and thought-reflection on this action – do we not also construct theory and theorize thought?”

acabe atuando como ferramenta a favor do capital e do sistema colonial, outras formas divergentes, críticas e plurais podem e devem existir (LOOSE; GIRARDI, 2021). Para o Jornalismo Ambiental, o modo de atuar do jornalismo hegemônico é considerado insuficiente, redutor e comprimido pela fragmentação, simplificação e seleção de fontes padrão; e como resposta contrária, a sua prática não-hegemônica intenciona “desconstruir a epistemologia moderna, tentando dar visibilidade aos saberes e sujeitos não reconhecidos pelo pensamento técnico-científico e propondo um fazer jornalístico em prol da vida” (LOOSE; GIRARDI, 2021, p. 329).

A retórica da modernidade ainda é preponderante, resultando em um modo de vida que Brand e Wissen (2021) classificam como “imperial”, traduzido na intensa e extensiva exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. Esse modo de vida acaba por camuflar os danos quando orienta os mercados em sua faceta “verde”, do consumo “sem culpa”. Todavia, segue sendo consumo, e segue trazendo consequências globais. A perspectiva moderna resulta em um ordenamento perverso, uma realidade que se mantém, segundo Loose e Girardi (2021), porque consegue renovar os seus mecanismos de dominação e de exploração por meio de discursos atualizados que, em verdade, apenas se reformatam de modo a orientar novas e contínuas formas de colonização. Esse é um dos pontos que destacam o lugar do jornalismo nesse contexto, afinal, o campo existe como um dos mais privilegiados espaços de produção e circulação de discursos verbais e não-verbais da sociedade e, como definem Girardi *et al.* (2012), um dos papéis do jornalista ambiental é justamente o de buscar as inter-relações esquecidas nos diversos discursos. Logo, é também no campo discursivo que podemos encontrar formas relevantes de ruptura do que está imposto como dominante. E, nesse sentido, o jornalismo, especialmente nas compreensões da abordagem socioambiental, deveria emergir com protagonismo.

Loose e Girardi (2021) percebem na perspectiva decolonial uma forma de observar e interagir com a realidade que, no caso do campo jornalístico, desvela alternativas outras para realizar a seleção dos fatos, a interpelação de fontes e a escrita dos relatos e acontecimentos. Em suma, para as autoras, para que o Jornalismo Ambiental consiga exercer o papel que prospecta, de acordo com os pressupostos evocados, é preciso que se descolonialize a sua prática, rompendo com a relação de interdependência relativa às imposições dominantes.

À vista das fundamentações relacionadas aqui, ressaltamos a pertinência e a potência do encontro epistemológico entre o jornalismo e o pensamento latino-americano. Evidentemente, as alternativas para elaborar pensamentos e práticas outras ao campo jornalístico encontram um terreno fértil na abordagem socioambiental e na articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial. Com orientações não-hegemônicas, plurais e transformadoras, esse enlace de perspectivas permite abrir novos horizontes para (re)contar o nosso tempo, desde a América Latina e a partir do que demanda, com urgência, o seu território e os seus sujeitos.

Considerações finais

Ao propormos a aproximação ao jornalismo a partir do horizonte socioambiental, em articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial, observamos um promissor espaço de propulsão de uma abordagem outra, especialmente condizente com o que está presente desde as raízes e em todo processo histórico que caracteriza o território latino-americano. O gesto de dizer a América Latina em sua complexidade precisa ser, inerentemente, um gesto decolonial.

Os horizontes aqui assinalados são tentativos e surgem como convites ao diálogo. Sinalizam para uma conversa que possa compreender e articular modos de produzir contraposições às forças geopolíticas, à cultura, à Comunicação e aos poderes hegemônicos, quando desconectados do seu entorno e das emergências do tempo e espaço que partilhamos. Se os discursos acabam por reiterar uma redução dos sentidos sobre o mundo, ou melhor, procuram reduzir os mundos a um mundo pasteurizado e único, é evidente que um jornalismo, concebido nessa mesma ótica, desconsidera a convivência e as diferentes vozes, não abarcando o cenário de conflitos, de exploração e de lutas políticas. A dimensão socioambiental de todas as questões que hoje vivenciamos, bem como a construção de alternativas, requisita dizeres e vozes outras, ou seja, requisita assumir um projeto decolonial.

O horizonte decolonial, como um gesto ou postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018), fundamenta o questionamento das dinâmicas e das estruturas impregnadas de lógicas não necessariamente relacionais, uma vez que a capacidade de construir conexões respeitadas e orgânicas não é a regra. Basta vermos, em perspectiva histórica, o surgimento e a articulação de movimentos em torno de um “outro mundo

possível”, com distintas facetas em diferentes partes do globo. Quando relacionadas ao contexto de discursos e de práticas comunicacionais e jornalísticas, enfatizam a necessidade de produzir novos conhecimentos e maior conexão.

Os avanços tecnológicos e a digitalização de nossa sociedade ofereceriam, em tese, a coexistência de distintos suportes/espacos de dizer, impulsionando a produção de discursos mais diversas. Por um lado, se a produção de sentidos poderia ser potencializada, por outro, assistimos a uma complexificação delicada das relações no cotidiano, que concorre com a aceleração dos modos de vida e a intensa exploração do ambiente para satisfação de uma gigantesca necessidade fabricada de consumo. Nossa sociedade, assentada na queima de combustíveis fósseis e marcada por uma volatilidade de bens, de objetos e de relações, exige, portanto, ousar pensar a Comunicação e o jornalismo a partir de uma via descolonizante. Mas, como afirma Resende (2022, p.15), “não com o intuito de inventarmos o oposto do que hoje parece ser a comunicação, mas com o firme propósito de jogar fochos de luz sobre os problemas que afligem um campo em cujos poderes e afetos se instalam com tamanha força”.

Para isso, é necessário reconhecer um déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (MEDINA, 2008). Ele nos instigará a imaginar novos percursos criativos e conceituais, bem como permitir intervalos outros de atualização e de crítica aos nossos objetos. Para o jornalismo alcançar as questões cruciais do contemporâneo, e os conflitos que esse tempo faz brotar, podemos partir da compreensão epistêmica geral do campo e costurar a problemática até alcançar o que podemos chamar dos gestos fundadores da reportagem, base a partir da qual toda sonhada conexão plural de vozes pode aflorar. Na proposição de Resende (2009, p. 38), começamos por imaginar um descentramento desse sujeito, um sujeito que não nega a essência relacional do seu fazer:

Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer às regras do discurso dado como legítimo.

A convivência entre sujeitos significa responsabilidade por uma trama inteligível, que não apague os distintos modos de ser, esforçando-se na tarefa de compreensão das diferenças. Reconhecer a urgência das problemáticas socioambientais requer, ainda,

entrelaçamento de histórias, de modos de vida e de validação dos protagonismos muitos, fora de uma matriz de dominação e de um controle das representações. Falar do contemporâneo e suas emergências, deslocando para a sombra suas raízes históricas, é algo distante da perspectiva ideal, apesar de ser quase sempre a regra. Não silenciar interpretações e sua coexistência para a construção dos sentidos é o posicionamento necessário nesse fazer. Como aponta Medina (2014, p. 47), trata-se de não apagar a ação social presente no trabalho jornalístico, quando “a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real — o caos funda um cosmos”.

No encontro entre o Jornalismo Socioambiental e o pensamento latino-americano, relembramos também da proposição de Bhabha (2002, p. 21), quando o pensador enfatiza o desejo “de nos reconhecemos duplamente como descentrados dos processos solidários e como agentes de mudança conscientemente comprometidos”. Um reconhecimento fundador da sociabilidade e de um processo reflexivo, pois impulsiona o caráter recíproco, relacional. O co-existir, desse modo, é a fonte para a palavra e o impulso para o relato. Como postula Haraway (2016), somos, todos, em função da relação com o outro. No cerne da proposta de um pensamento tentacular, afirma, está esse “tornar-se-com” que se traduziria em um “pensamento-com”, sementes-chaves da articulação que move os apontamentos aqui reunidos.

Podemos pensar, ainda, que o jornalismo em prol da vida pressupõe a internalização do cuidar. Essa perspectiva filosófica, nos dizeres de Brugère (2023), transcende a lógica do individualismo ou do entorno imediato, estendendo o campo de atividade a uma atenção para com todas as vidas e para com todos os seres no mundo. Sob tal argumento, nos voltamos à base da ação e da reflexividade do sujeito jornalista, eticamente implicado, portanto, na coragem de assumir responsabilidades. Estar no mundo é não negligenciar a experiência em sua universalidade. Segundo a autora, diante do atual estado das coisas, entretanto, a discussão não é guiada por uma universalidade abstrata, mas operada a partir do gesto de reconhecer nosso pertencimento a um mundo vulnerável, um pensamento revestido de consistência ontológica, conclui.

Jornalisticamente falando, visualizamos um narrar crítico a todas as formas de poder e de dominação fabricadas, em favor de tudo que requer proteção. Na convivência dos distintos mundos e experiências, uma vigilância atenta ao risco de apagamento e de desaparecimento de variadas formas de vida. É contra tudo que afronta a ótica do cuidado,

desse modo, que reiteramos aqui a necessidade de transcender ferramentais obsoletos e conceitos antiorgânicos, aqueles que empobrecem a pluralidade, a coabitação com as diferenças e que alimentam mecanismos de dominação. Refletimos, como na provocação de Bispo dos Santos (2023), que é necessário superar o paradigma cosmo-fóbico que nos trouxe até aqui. *Biointeração*, argumenta o autor, é a chave para enfrentar o paradigma desenvolvimentista, que não requisita nosso envolvimento, apenas nosso engajamento pelo consumo. O germinar de uma perspectiva socioambiental, no centro de uma ciência humana e crítica, terá de vir da confluência como “palavra germinante” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.14).

Sem nossa inscrição em uma ação conjugada, o jornalismo acabará sempre por reiterar uma estética da repetição e uma produção simbólica forjada pela violência. As maneiras urgentes de viver na Terra, tal como discute Ferdinand (2022), dependem de uma outra cena discursiva, organizada por perspectiva distinta de paisagem, na qual a palavra não aniquile ou oculte os elementos não humanos e a vital relação entre humanos e não humanos. É necessário expor o problema, afirma o autor, mostrando “as relações singulares pelas quais uma minoria da Terra impõe um tipo de composição do mundo com os não humanos: o da exploração compulsiva e padronizada” (FERDINAND, 2022, p. 67), fator determinante para as perturbações biodiversitárias e as degradações ecológicas.

Ao nos posicionarmos dessa forma, avançamos na oposição às abordagens jornalísticas que se baseiam em princípios dominadores, que podem ser exemplificados por noções como neutralidade e imparcialidade. Defendemos que é papel das Ciências Sociais seguir colocando em dúvida visões tradicionais, bem como assinalar horizontes tentativos, que busquem arranhar determinadas legitimações hegemônicas. Reiteramos ser este um convite ao diálogo, originado a partir de gestos de pesquisa em desenvolvimento, ancorados no tensionamento de práticas e de discursos do campo jornalístico e de seus sujeitos. Desenha-se aí um intervalo teórico-conceitual para o debate empírico que possibilite os avanços imaginados.

A proposta, portanto, diz de um pensar os gestos que constituem a prática e que se ramificam a partir daquilo que o jornalismo tem a oferecer. Ao imaginar a necessidade de discutir as bases e os modos de fazer e de dizer, vislumbramos o espaço mais amplo para um tipo de pensamento que se articule, também, enquanto fenômeno fundado nas conexões, oposto ao apagamento das urgências, das emergências e dos sujeitos diversos, humanos e não humanos, em interação no ambiente. Um mundo de muitos

mundos, no qual o “cuidar” não está, de modo algum, fora do horizonte de atividades do Jornalismo.

Referências

- BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 10 maio 2023.
- BHABHA, H. K. Democracia des-realizada. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 148, p. 67-80, jan.-mar. 2002.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- BRAND, U.; WISEN, M. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021.
- BRUGÈRE, F. **A ética do Cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DUSSEL, E. **1942: O encobrimento do outro**: a origem do "mito da Modernidade". Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.
- GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. T. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, p. 131-152, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/2972>. Acesso em: 10 maio 2023.
- GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; SILVA, J. A. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/5039>. Acesso em: 10 maio 2023.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes>. Acesso em: 10 maio 2023.
- HUMAN impacts outpace natural processes in the Amazon. **Science**, 2023. Não paginado. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abo5003>. Acesso em: 10 maio 2023.
- LIMA, V. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Amapá, 2022. p. 70-90. Disponível em: <https://observatoriodh.com.br/?p=4495>. Acesso em: 10 maio 2023.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/75877/44915>. Acesso em: 10 maio 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 44-93.

MEDINA, C. **Atravessagem**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

MEDINA, C. Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. **MATRIZES**, ano 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/38209>. Acesso em: 10 maio 2023.

MIGNOLO, W. The Decolonial Option. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 103-244.

RESENDE, F. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629>. Acesso em: 10 maio 2023.

RESENDE, F. Prefácio. In: SARDINHA, A.; LIMA, V.; LARA, E.; BELMONTE, V. **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Amapá, 2022. p. 11-17.

SCHWAAB, R. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In: GIRARDI, I. M. T.; MORAES, C. H.; LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. (org.) **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre, RS: Metamorfose, 2018. p. 69-85.

TORRICO, E. R. **Comunicación (re)humanizadora**: Ruta decolonial. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/46aj98R>. Acesso em: 10 maio 2023.

TRAJETORIAS: a dataset of environmental, epidemiological, and economic indicators for the Brazilian Amazon. **Nature**, 2023. Não paginado. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41597-023-01962-1>. Acesso em: 10 maio 2023.

WALSH, C. Decoloniality in/as Praxis. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 13-102.

WALSH, C.; MIGNOLO, W. Introduction. In: WALSH, C.; MIGNOLO, W. (org.). **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018. p. 1-12.

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.

Jornalismo ambiental e decolonialidade: a ênfase em ouvir outras vozes

Eloisa Beling Loose¹

Patrícia Kolling²

Janaína Capeletti³

Resumo

A ampliação da discussão decolonial nos estudos do Jornalismo evidencia uma série de pressupostos do jornalismo ambiental, ainda que nem sempre nomeado dessa forma. Nosso objetivo neste texto é debater a relevância da pluralidade de vozes, rompendo com a perspectiva de que as fontes oficiais teriam mais valor do que aquelas ditas cidadãs. O jornalismo comprometido com o meio ambiente assume como imprescindível que os apagamentos historicamente legitimados pelo jornalismo hegemônico sejam revistos. A proposta é apresentar um debate teórico sobre o tema e exemplificar questões derivadas de pesquisas que observaram quais são as vozes acionadas no jornalismo que cobre o meio ambiente, refletimos sobre pontos comuns entre esta especialidade e o olhar decolonial.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Decolonialidade. Pluralidade de vozes.

Environmental journalism and decoloniality: the emphasis on listening to other voices

Abstract

The expansion of the decolonial discussion in Journalism studies highlights a series of assumptions of environmental journalism, although not always named in that way. Our objective in this text is to debate the relevance of the plurality of voices, breaking with the perspective that official sources would have more value than those so-called citizens. Journalism committed to the environment assumes that it is essential that the erasures historically legitimized by hegemonic journalism be reviewed. The proposal is to present a theoretical debate on the subject and exemplify questions derived from research that observed which voices are used in journalism that covers the environment, we reflect on common points between this specialty and the decolonial perspective.

Keywords: Environmental journalism. Decoloniality. Plurality of voices.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, e vice-líder o Grupo de Pesquisa (GP) Jornalismo Ambiental da UFRGS. E-mail: eloisa.beling@gmail.com.

² Doutora em Comunicação pela UFRGS. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Araguaia. Integrante do GP Jornalismo Ambiental da UFRGS. E-mail: patikolling@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS. Integrante do GP Jornalismo Ambiental da UFRGS. Possui especialização em Responsabilidade Social e Sustentabilidade pela ULBRA e em Cultura Digital e Redes Sociais pela Unisinos. E-mail: janacapeletti@gmail.com.

Introdução

Apesar da perspectiva decolonial⁴ ser recente no âmbito dos estudos do Jornalismo, há vários aspectos que, com maior ou menor ênfase, já estavam associados a um olhar diferenciado, sobretudo ligados ao jornalismo alternativo ou a especialidades que defendiam uma outra forma de construção da realidade, diversa da propagada pelo sistema hegemônico. O jornalismo ambiental é um desses casos que, desde suas origens, questiona a exploração da natureza, um dos eixos mantenedores da matriz colonial (MIGNOLO, 2017). Destaca-se que essa perspectiva nasce com os movimentos ecologistas, abordando a preservação do meio ambiente “[...] a uma exigência de igualdade homens/mulheres, de justiça social e de emancipação política” (FERDINAND, 2022, p. 26) e que, aos poucos vai compreendendo o peso das questões raciais e coloniais, incorporando as lentes de uma ecologia decolonial — aquela que percebe na gênese da crise ambiental a questão colonial, inspirando-se nos pesquisadores e militantes dos estudos latino-americanos.

Neste texto, enfatizamos que a manutenção da colonialidade, um processo que sobrevive e se renova em vários âmbitos, é sustentada pela colonização do meio ambiente, ressaltando a perspectiva de uma prática jornalística crítica e comprometida com o saber ambiental (LEFF, 2001). A colonialidade da natureza significa mais do que a exploração de bens naturais, pois engloba os modos de ser e viver dos que habitam e dependem dela para sobreviver. Para Walsh (2008), a colonialidade da natureza seria a própria colonialidade da vida, já que a dominação estaria presente em todos os tipos de relações.

Já a ecologia decolonial, conforme afirma Ferdinand (2022, p. 210), se opõe às formas de habitar o mundo que advêm da prática colonial, sendo esta “[...] uma maneira que faz dos ecossistemas da Terra recursos visando ao enriquecimento de alguns ao mesmo tempo que mantém populações inteiras em insegurança alimentar”.

O jornalismo ambiental, enquanto prática engajada e questionadora do sistema atual que não respeita os limites do planeta (BUENO, 2007a; LOOSE; GIRARDI, 2021), estaria à frente desse mesmo embate contra a lógica colonial. Para demonstrarmos como essa crítica é persistente e está integrada aos pressupostos da prática, trazemos o debate do pluralismo das fontes que costumam ser apagadas ou invisibilizadas dos relatos

⁴ Utilizamos o termo decolonial para nos colocar em contraposição à colonialidade, o processo que se mantém apesar do rompimento com o colonialismo (CASTRO GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

jornalísticos, especialmente aquelas que confrontam o *status quo*. Destaca-se que nos referimos aqui há diferentes perspectivas e pontos de vista sobre um fenômeno ou acontecimento, pois a quantidade e diversidade de fontes consultadas não resulta, automaticamente, em uma notícia ou reportagem que apresente versões diferentes. É possível ter várias fontes que partam de um mesmo entendimento, algo que impede a pluralidade de vozes da qual estamos falando aqui.

A partir de pesquisa bibliográfica e da exemplificação de dois estudos que trazem *insights* para pensar as perspectivas representadas nas notícias (KOLLING, 2022; LOOSE, 2021), desenvolvemos a argumentação sobre o potencial da pluralidade de vozes para colaborar com a coexistência do olhar decolonial. Na primeira parte do texto discutimos a colonialidade e o papel do jornalismo neste contexto. Em seguida tratamos das aproximações entre o jornalismo ambiental e o pensamento decolonial, na tentativa de se opor à prática colonial, enfatizando a pluralidade de vozes. Por fim, discutimos o pluralismo, trazendo exemplos de pesquisas que observaram outras fontes sendo contempladas na construção dos acontecimentos. Ao final, refletimos como a pluralidade de fontes, uma das bases do jornalismo ambiental, deve ser transversalizada para todo o campo jornalístico a fim de romper com a lógica dominante que reforça apenas alguns pontos de vista.

129

Colonialidade: o que o jornalismo tem a ver com isso?

A colonização da América pelos países europeus é marcada por uma lógica de desumanização, característica da colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2019). Conforme Quijano (2005), na condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas impôs seu domínio sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as a um sistema mundo que se constituía e a seu padrão específico de poder.

Quando os europeus aqui chegaram, no século XVI, entre 1 e 8,5 milhões de pessoas moravam nas terras da América do Sul. Na Amazônia, Brasil central e costa nordeste eram de 6,8 milhões de habitantes. No final do século XV, a densidade demográfica na várzea amazônica era de 14,6 habitantes/km² enquanto na Península Ibérica era de 17 habitantes/km² (CARNEIRO DA CUNHA, 2006). Ou seja, viviam nesse território centenas de povos originários com suas culturas e sistemas de vida, e a

densidade populacional era significativa, o que desmistifica a perspectiva de um continente pouco habitado a ser colonizado por europeus e reforça a mensagem de que a América foi invadida. Entretanto, durante muitos séculos, a informação propagada era a de que a América era um espaço que precisava ser civilizado pelos europeus. “Territórios indígenas são apresentados como ‘descobertos’, a colonização é representada como um veículo de civilização, e a escravidão é interpretada como um meio para ajudar o primitivo e sub-humano a tornar-se disciplinado” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 33).

Para os europeus, que chegaram às terras desconhecidas e encontraram formas de organização social totalmente diferentes das suas, as sociedades indígenas não eram consideradas como tais. “Essa gente não tem lei, nem fé, nem rei, não obedece a ninguém, cada um é senhor de si mesmo. Vive *secundam naturam* e não conhece a imortalidade da alma” (CARNEIRO DA CUNHA, 2014, p. 184), assim descrevia a carta de Américo Vespúcio. Portanto, cabia ao Estado fornecer-lhes possibilidade de saírem de uma natureza bruta e formarem uma sociedade civil.

Os aspectos citados demonstram a relação de dominação e superioridade que se instaura na América com a chegada dos europeus. A América é vista como um continente exuberante e rico, mas que precisa ser conquistado, convertido e domesticado. Pacheco de Oliveira (2016) ressalta que os critérios raciais — o sangue europeu e a brancura da pele — foram importantes para funcionar como sinais diacríticos de poder, distinguindo primária e visualmente, os direitos e as obrigações de cada segmento da colônia. De um lado posicionava-se a elite dirigente (europeizada) e de outro, os indígenas (na condição de coletivos) e os afrodescendentes (escravizados e livres). Quijano (2005) explica que os colonizadores codificaram com cor os traços fenotípicos dos colonizados, assumindo como a característica emblemática da categoria racial. Os dominantes chamaram a si mesmo de brancos e a todos os que não eram europeus de índios. Essa foi uma maneira de outorgar legitimidade e naturalizar as relações de dominação impostas pela conquista, fortalecendo as antigas práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

Os grupos de povos colonizados foram considerados com uma única raça, sem levar em conta as profundas diferenças que essas populações apresentam entre si. “Com este termo, índios, os conquistadores rotulavam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano” (MELATTI, 1993, p. 19). Todos aqueles que não eram europeus eram considerados índios. Membros de sociedades tão distintas como os

Incas e os Tupinambás, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham os costumes mais diversos, eram categorizados da mesma forma. Melatti (1993) destaca que, sob a perspectiva biológica, de modo algum os indígenas podem ser olhados de forma homogênea. A diversidade linguística, as práticas culturais, de costumes e produção de artefatos também marcam a diferenciação das etnias brasileiras e de toda a América.

Com isso, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental, com o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento. Esse processo de dominação e inferiorização do Outro, não aconteceu apenas com os indígenas, como citado acima, mas seguiu sendo movimentado a partir da captura de africanos que eram justificadamente escravizados. E depois, após o fim da escravidão, tal estrutura permitiu que naturalizássemos as diferenças, internalizando o colonialismo em um mesmo território.

Portanto, esse projeto não se encerra com a independência política formal das colônias nos séculos XIX e XX, pois as lógicas, estruturas e hierarquias de dominação permanecem nos imaginários e instituições da sociedade. Hoje, podemos identificar que o modelo colonial se atualizou, com novas estratégias, mas segue oprimindo e explorando aquilo e aqueles que são considerados pelas forças dominantes como de menor valor. Desta forma, a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir mesmo da ausência de colônias formais.

Mas, de que forma o jornalismo se conecta com a colonialidade? A prática jornalística se constitui em um momento no qual a colonialidade já está presente nas estruturas sociais. Os veículos tradicionais (*mainstream*) acabam contribuindo para a manutenção das diferenças e fortalecimento da lógica já estabelecida, dando visibilidade àquilo que era desejável e indesejável (GOÉS, 2017).

Do final do século XIX até meados do século XX, quando o Brasil começou a se “modernizar”, o jornalismo foi disparando uma série de marcações para a definição dos acordos e dos desacordos sobre a identidade no país. O Outro não era mais o selvagem, o índio ou o negro africano do início da colonização, mas aquele identificado como o subproduto das miscigenações, um povo misturado e, essencialmente, pobre. Essa diferença incômoda, perigosa, inimiga era o mal que atrapalhava o desenvolvimento dos projetos da elite nacional e o futuro do país (GÓES, 2017, p. 82).

Portanto, Góes (2017) afirma que há uma colonialidade jornalística na concepção hegemônica da prática, direcionada pela ideologia das elites dominantes. O autor debruça-se sobre a construção do Outro no Brasil, destacando o racismo constituidor das identidades nacionais. Porém, o pensamento colonial repercute em todos os âmbitos, inclusive nas impressões e compreensões do que é a natureza, que atravessam os pressupostos do jornalismo ambiental. Ao tratar a natureza apenas como recurso a ser explorado, reforça-se a lógica extrativista e o distanciamento de que a humanidade também é uma espécie pertencente ao meio ambiente. A separação sociedade-natureza, reproduzida pelo jornalismo, facilita a subjugação de outras formas de vida ao entender como “natural” a superioridade da espécie humana.

Traquina (2005, p. 200), embora trate dos critérios tradicionais do jornalismo, pontua que ele atua como uma força conservadora (que mantém a colonialidade), mas também “[...] reconhece que pode constituir um recurso para os agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes”, ou seja, o “[...] jornalismo é um Quarto Poder que defende o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder” (*ibid.*, p. 201). Logo, é possível compreender que as diferentes modalidades de jornalismo e até mesmo a atuação nas brechas do sistema hegemônico podem simbolizar tais posturas, ainda que haja ampla dominância da primeira força. Carvalho (2023, p. 133) enxerga o jornalismo como um ator social colonizado e, ao mesmo tempo, colonizador, destacando que, ao buscar “[...] procedimentos de suposta validade universal que ao fim levam a padronizações que não dão conta das diversidades, contradições, fraturas, jogos de poder e disputas de sentido implicados nos acontecimentos, atrizes e atores sociais que constituem as referências para as narrativas jornalísticas”, contribui para manter e reforçar as colonialidades do poder e do saber.

O campo jornalístico segue uma série de regras e normas institucionalizadas (TRAQUINA, 2005), entre elas a de valorizar as fontes oficiais — aquelas que ocupam posição de autoridade em alguma organização e são mais credíveis, pois se acredita que irão repassar informações verdadeiras. A valorização das fontes oficiais reflete exatamente a relação de dominação e inferiorização do outro constituída no período colonial. Os princípios do jornalismo, como objetividade, neutralidade e universalidade, são oriundos das epistemologias eurocêtricas (CARVALHO, 2023), que ignoram a pluralidade de saberes e formas de existência que escapam desse modelo imposto.

Contudo, entende-se que o jornalismo busca trazer informações sobre a realidade e constitui-se como uma forma de conhecimento, que “[...] é condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetividade daqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida” (MEDITSCH, 1997, p. 10). Portanto, a construção da notícia é afetada por inúmeros fatores que levam a interagir socialmente e a realizar uma série de negociações durante o processo de produção — ainda que fortemente influenciados pelos valores dominantes.

O jornalismo da modernidade ocidental, inserido na lógica colonial eurocêntrica, carrega em si uma hegemonia do pensar. Sob este modelo, aqueles que estão à margem deste ideal, são vistos como Outros, ou seja, têm suas vozes abafadas e suas existências subalternizadas. Moraes (2022), ao defender o jornalismo de subjetividade, critica o uso da objetividade e dos critérios de noticiabilidade como mantenedores da desumanização dos Outros e de todo o tipo de desigualdade, afinal há valores sociais que perpassam a orientação de como se operacionaliza as normas jornalísticas. Assim como Moraes (2022), Loose e Girardi (2021) ressaltam que o jornalismo hegemônico acaba atuando como instrumento a favor do capital e do pensamento colonial, mas outras formas divergentes, críticas e plurais, podem (e devem) coexistir.

133

Decolonialidade e aproximações com o jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental é uma das modalidades jornalísticas que enfrenta a perspectiva colonial por incorporar uma outra visão do que é meio ambiente (associada à ecologia decolonial) e defender a sustentabilidade da vida (LEFF, 2016), em suas múltiplas formas de existência. O jornalismo feito desde a perspectiva do Sul, já questiona várias lógicas impostas do Norte Global, mas a discussão sobre o papel-chave da dominação da natureza na continuidade da colonialidade costuma ser periférica no âmbito comunicacional.

Um dos exemplos disso é a proposição de Torrico Villanueva (2019) a respeito da comunicação “ex-cêntrica”, aquela que rompe com o grupo “superior” e atravessa as fronteiras definidas pelo Ocidente. Para isso, é necessário pensar a partir das experiências da subalternidade, encontrando nessa comunicação uma rota alternativa ao proposto pelo “centro”. “Decolonizar, em nosso caso, quer dizer deixar de ver a comunicação e seu campo com os olhos da tecnocracia, do mercado e da fé cega para

retomar o controle político e recuperar o conteúdo libertador em seu sentido e prática” (TORRICO VILLANUENA, 2015, p. 109).

Ferdinand (2022) afirma que desde o início dos anos 1990 pesquisadores da América Latina trabalham sob a perspectiva do pensamento decolonial, como uma crítica epistêmica das categorias de pensamentos do mundo que foram impostas pela colonização, em particular uma colonialidade do poder baseada na raça. “Assim, o esforço decolonial constitui uma ‘decolonização epistemológica’ que subverte as maneiras coloniais de pensar o mundo, as existências no seio deste e seus saberes, uma tentativa de se livrar da “colonialidade do ser” e da “colonialidade do saber” (*ibid.*, p. 199). Contudo, o que reforçamos aqui é a abordagem decolonial trazida a partir da desnaturalização de um meio ambiente colonizado.

No Brasil, o jornalismo ambiental nasce a partir da eclosão dos movimentos ecologistas e compartilha de uma posição ativista, comprometida com o cuidado ambiental. Conforme indicam Loose e Girardi (2021), para que o jornalismo ambiental consiga exercer seu papel é preciso decolonizar a prática, rompendo com a lógica hegemônica do pensamento científico binário e cartesiano, que fragmenta os conhecimentos. Dentre as bases do jornalismo ambiental (LOOSE; GIRARDI, 2017), a pluralidade de vozes é constantemente acionada. Importante mencionar que este é um critério não exclusivo do jornalismo ambiental, sendo reforçado como característica que qualificaria o jornalismo de forma geral. Kischinhevsky (2013) observou que os termos “pluralidade” e “diversidade” são citados na área do Jornalismo, mas tidos como conceitos autoevidentes, que dispensariam qualquer explicação ou debate. Contudo, é preciso destacar que a pluralidade de vozes ou a presença de várias fontes no texto jornalístico nem sempre significa diversidade de versões ou pontos de vista. A verdadeira pluralidade, portanto, está na diversidade (diferentes) de versões e pontos de vistas.

Apontamos ainda que Karppinen (2018) faz uma distinção entre pluralismo e pluralidade e/ou diversidade, sendo o primeiro termo mais atrelado a uma orientação normativa, considerando a multiplicidade de olhares como um valor jornalístico, enquanto os segundos costumam ser mobilizados com um sentido mais empírico. Neste texto tratamos das duas orientações, de maneira complementar.

O jornalismo ambiental reforça a necessidade de dar visibilidade àqueles que possuem relações próximas, tradicionais e/ou sagradas com a natureza (diferentemente das fontes geralmente ouvidas pelo jornalismo, que a enxerga apenas como potencial de

exploração econômica). Nesta mesma linha, Bueno (2007, p. 36) ressalta a necessidade desse jornalismo potencializar o diálogo entre múltiplas vozes, numa perspectiva holística e multidisciplinar, deixando claro “[...] que o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais”.

O jornalismo ambiental incorpora a proposta de Leff (2001) de que a epistemologia ambiental demanda um diálogo de saberes, que consiste no encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a construção de uma sustentabilidade compartilhada. Tal troca está em consonância com a interdisciplinaridade e complexidade ambiental, necessária para transitarmos de uma racionalidade estritamente econômica para outra, que considere os limites do planeta e a riqueza decorrente da biodiversidade.

Na prática, a construção da notícia é afetada por inúmeros fatores que levam a interagir socialmente e a realizar uma série de negociações durante o processo de produção. No processo de apuração, o jornalista recorre às fontes, pessoas que fornecem informações para a construção das notícias. É a partir dessas consultas que as narrativas são construídas e, conseqüentemente, alguns pontos de vistas são mais (ou menos) visibilizados.

Na busca de credibilidade, frequentemente, os jornalistas recorrem às fontes oficiais e/ou institucionais. Existem também aquelas fontes que podem ser consideradas como não oficiais ou fontes cidadãos, que não são especialistas no assunto, mas vivenciam o cotidiano dos problemas e acontecimentos. Essas últimas costumam servir para “ilustrar” aquilo que é dito pelas autoridades. De modo geral, a práxis convencional recorre aos “experts” para legitimar a informação, reafirmando uma visão colonizadora na qual mesmo que a pauta pretenda falar sobre o Outro e sua realidade, o espaço de fala é dado a especialistas e fontes oficiais. Leal e Carvalho (2015) refletem sobre essa dinâmica do procedimento jornalístico e propõem a substituição do termo “fonte” por “agente”. Para os autores, “fonte” não problematiza o processo de obtenção de informações e sua complexidade, pelo contrário: fonte sugere a ideia de uma informação a ser ofertada naturalmente e que simplesmente é “recolhida” pelos jornalistas.

[...] sugere-se que agentes são pessoas e/ou instituições presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado, propondo pontos de vista que revelam visões sociais de mundo diversas (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 617).

Embora não esteja alheio a uma prática sob a influência colonial, o jornalismo ambiental vem contrapor esta lógica e busca novas lentes para observar a relação sociedade-natureza por meio da racionalidade ambiental (LEFF, 2001). É um jornalismo que “[...] pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo fala das e deixa falar as diferentes vozes” (GIRARDI *et al.*, 2012, p. 147). Assim, o jornalismo ambiental carrega em sua essência o pensamento decolonial. Maldonado-Torres (2006, p. 117) reforça que a decolonialidade é “o desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”. A decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, bem como de suas consequências para humanos e não humanos.

“As fronteiras, pela perspectiva do projeto decolonial, não são somente o espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19). Dessa forma, uma compreensão de mundo mais ampla que a imposta pelo mundo ocidental requer a abertura para a escuta das múltiplas vozes e saberes. Boaventura de Sousa Santos (2007), ao tratar da ecologia dos saberes, ressalta a importância em promover a interação e interdependência entre os saberes científicos e não-científicos, e que esta aproximação não implica descrédito do conhecimento científico, mas que ao dar luz para conhecimentos outros, que não científicos, se promove a sua utilização contra-hegemônica (SANTOS, 2007).

Por fim, como forma de ampliar o debate sobre pluralidade de vozes, são pertinentes as considerações a respeito de lugar de fala, na medida em que este não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo. O conceito de lugar de fala parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam em posições desiguais. Conforme nos diz Ribeiro (2017, p. 61), “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas

das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania”. Para Pelúcio (2012), o conceito parte das múltiplas condições que resultam nas hierarquias que localizam grupos subalternizados e denuncia a produção de conhecimento geocentrada, consolidada a partir da desqualificação de outros saberes.

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (PELÚCIO, 2012, p. 399).

O jornalismo ambiental, como especialidade que busca o rompimento com as práticas coloniais, se preocupa com a pluralização de narrativas e perspectivas de mundo. Significa um fazer baseado na desconstrução da matriz hegemônica, ampliando diálogos e não apenas dando “voz”. Este deslocamento epistêmico, a partir da decolonialidade abre caminho para a percepção das diferenças e para a valorização de múltiplos saberes.

Maldonado-Torres (2019) ressalta que o projeto decolonial busca uma outra ordem mundial na qual a coexistência de diferentes mundos, concepções de tempo, espaço e subjetividade possa ser possível. Para que isso aconteça, o jornalismo precisa ser plural. Para que indígenas possam falar por si, que negros tenham seu lugar de fala, homossexuais possam expor suas perspectivas, ribeirinhos e pequenos agricultores possam contar o que vivenciam. Ao proporcionar que diferentes vozes se propaguem por meio dos relatos jornalísticos, há possibilidade de romper com a lógica dominante de que apenas certos agentes têm algo a dizer. Moraes (2022, p. 143) afirma que ainda que ao subverter certas lógicas do jornalismo hegemônico é possível “[...] ajudar a abrir o caminho para o espriamento de presenças representadas precariamente”.

O foco no pluralismo

Como a proposta deste artigo é refletir sobre a pluralidade de vozes e seus reflexos na decolonização do jornalismo, é interessante pensarmos sobre o pluralismo na sociedade moderna. Conforme Berger e Luckmann (2012), o pluralismo nos oferece alternativas diferentes diante dos olhos, o que nos permite refletir, fazer escolhas e nos obriga a tomar decisões, cientes de que existiriam outras escolhas que poderiam ser feitas. Como explicam esses autores, existem as velhas e as novas instituições; enquanto

as velhas continuam cultivando suas interpretações estabelecidas da realidade e a oferecê-las competitivamente na situação pluralista, as novas instituições oferecem novas interpretações e, para tal, recorrem despreocupadamente a tradições de sentido das mais diferentes culturas e épocas, marcadas por alto grau de sincretismo. O pluralismo moderno leva a um enorme relativismo dos sistemas de valores e interpretações. Em outras palavras: os antigos sistemas de valores e interpretações são “descanonizados” e paralelamente, novos conhecimentos passam a ser valorizados por novas instituições que se solidificam.

A diversidade, que resulta do pluralismo moderno, abre a possibilidade de escolhermos as informações que queremos acessar, as notícias que queremos ler ou assistir, as mídias que queremos seguir, e, conseqüentemente, a base para a construção da nossa realidade social e de conhecimentos para constituir nossa forma de pensar. As tecnologias da informação e da comunicação permitem que esta pluralidade de informações, de enfoques, de pontos de vista se propague e chegue a diferentes partes do mundo.

Enquanto as tecnologias digitais permitem a diversidade de vozes na internet, de forma ampla e dispersa, a produção jornalística pode oferecer pluralidade de vozes, no sentido de ampliar pontos de vista sobre um determinado assunto, organizadas em um texto, vídeo ou áudio. Por isso, a ênfase em trazer pontos de vista distintos, como os dos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que experienciam outras relações com a natureza. Já que, como reforça Martín-Barbero (2006), para a valorização e o reconhecimento das diferentes culturas, é indispensável que a diversidade de identidades nos possa ser contada. Na busca por esse espaço comunicacional, os movimentos sociais têm se organizado para ter suas próprias produções midiáticas, como também para se aproximar dos veículos jornalísticos ofertando diferentes fontes. Um dos exemplos é a pesquisa de Kolling (2022), que demonstra como as organizações do movimento indígena — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) — têm valorizado as vozes indígenas nas notícias que produzem.

É preciso lembrar que a comunicação (e o jornalismo de forma específica) é uma esfera social na qual valores e interesses de agentes conflitantes estão comprometidos com a reprodução ou implosão da ordem social. Sendo assim, é necessário considerar que muitos interesses estão em jogo, havendo sempre disputas de poderes. As escolhas

referentes a quem serão os entrevistados e quais serão as partes que aparecerão no texto jornalístico revelam o quanto a lógica jornalística trabalha a favor da manutenção da colonialidade ou, contrariamente, buscando decolonizar as narrativas sobre os fatos mais imediatos.

Mesmo os veículos alternativos, que não se enquadram no modelo de jornalismo hegemônico, tendem a encontrar dificuldades para superar o *modus operandi* do campo que favorece entrevistados posicionados em espaços de poder e detentores do conhecimento científico — o único saber reconhecido pela modernidade. A pesquisa de Loose (2021), por exemplo, realizada com sites dedicados à cobertura ambiental, desvinculados de grandes grupos, mostra que, mesmo quando há espaço nas reportagens para ativistas, estes costumam ser celebridades ou ativistas já bastante conhecidos, sublinhando a lógica de pessoas com algum tipo de conhecimento público (como foi constatado com inúmeras notícias que traziam a voz de Greta Thunberg, uma ativista sueca que iniciou as greves pelo clima). Ainda que Thunberg defenda a emancipação dos povos do Sul e reforce o ponto de vista indígena, surge o questionamento se tais mensagens ganhariam atenção pela sua genuína relevância ou somente em razão da notoriedade alcançada pela jovem ativista (branca e escolarizada, e, dessa maneira, mais bem-aceita dentro do escopo da modernidade).

Chama ainda atenção na investigação de Loose (2021) o fato de os indígenas serem citados nas notícias, mas poucas vezes serem consultados para produção de textos. O espaço dado aos indígenas, como entrevistados, foi maior na produção de informações por parte do movimento (KOLLING, 2022). Porém, a pesquisa aponta que até mesmo as notícias produzidas pelo movimento indígena priorizam as fontes que o jornalismo considera como oficiais — representantes e lideranças de entidades e/ou organizações indígenas. De toda forma, essa prática subverte a forma como os indígenas costumam ser representados no jornalismo *mainstream*: a partir das instituições criadas pelo governo, no escopo da cultura eurocêntrica.

“Já chega das pessoas contarem para a gente o que nós somos, o que nós sabemos, tentar contar a nossa história, sabendo que nós mesmos podemos ser protagonistas, que nós mesmos podemos mostrar o que está acontecendo com o nosso povo, nossa cultura, nossa identidade”, destaca a indígena Samela Sateré Mawé (KOLLING, 2022, p. 51).

O jornalismo ambiental, ao valorizar a pluralidade de vozes, contribui para a construção de novos conhecimentos na relação entre a sociedade e os povos indígenas, o meio ambiente, as questões raciais e de gênero. A pluralidade de vozes abre espaço para uma outra ordem mundial, na qual mundos diferentes possam coexistir, e em que as diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividades possam conviver e se relacionar. Como destacam pesquisadoras na área do jornalismo ambiental, a pluralidade de vozes é assumida com o propósito de interromper a construção da realidade baseada em uma só perspectiva e promover um verdadeiro diálogo de saberes (GIRARDI; LOOSE; SILVA, 2018).

Considerações finais

A partir da análise realizada, destacamos como a decolonização da própria ideia do que é natureza é fundante para o desenvolvimento do jornalismo ambiental. Para tanto, ouvir outras formas de ser e saber a relação com o meio ambiente são necessárias. Não há como pensar em outra racionalidade sem se abrir para o diálogo com outros modos de agir no mundo. Se o jornalismo seguir privilegiando as vozes autorizadas pelo sistema capitalista-colonial, estará apenas sustentando o discurso hegemônico que ignora espécies e estilos de vida que não se encaixam no único modelo que é concebível: o que é fruto da modernidade e carrega a desumanização e exploração como processos inerentes ao progresso.

O jornalismo ambiental, ao assimilar como pressuposto de sua prática a ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e o saber ambiental (LEFF, 2001), empiricamente almeja a pluralidade e a diversidade de vozes, especialmente daqueles que foram reiteradamente invisibilizados pela mídia hegemônica. Em um sentido mais amplo, assume o pluralismo como ideal normativo para trazer outros olhares e romper com o viés que alimenta a colonialidade do campo jornalístico (GOÉS, 2017).

Observa-se que, tradicionalmente, as escolhas editoriais brasileiras seguem baseadas pela escuta de fontes especializadas e/ou oficiais em detrimento das vozes afetadas pelas questões socioambientais, reforçando discursos apartados, entre homem e natureza, e a desvalorização ou apagamento do Outro. O jornalismo ambiental se coloca numa posição de confrontação com esta perspectiva e vai além: ao fugir do reducionismo, propõe uma nova epistemologia considerando formas plurais de produção de

conhecimento e ampliando fronteiras a partir do pensamento decolonial. Logo, contribui para a formação de uma sociedade com diferentes olhares e verdadeiramente democrática.

Referências

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido** – A orientação do homem. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p. 15-24, 2016.

BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007a.

BUENO, W. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 15, p. 33-44, 2007b.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CARVALHO, C. A. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador**. Curitiba: CRV, 2023.

CASTRO GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. pp.9-23.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 319-333, 2021.

GIRARDI, I. M. T.; MASSIERER C.; LOOSE, E. B.; SCHWAAB, R. Jornalismo ambiental: caminhos e descaminhos. **Comunicação e Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 131-152, 2012.

GÓES, J. C. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

KARPPINEN, K. Journalism, pluralism and diversity. In: T. Vos (ed.). **Journalism**, Berlin, v. 19, 2018.

KISCHINHEVSKY, M. Por qual diversidade lutar? Desafios à regulação no rádio musical brasileiro. In: DANTAS, M.; KISCHINHEVSKY, M. (org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.

KOLLING, P. **Notícias do Movimento Indígena Brasileiro**: Análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LEAL, B.; CARVALHO, C. A. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Revista Intexto**, Porto Alegre, set/dez 2015, pp. 606-622. Acesso em: 23 de maio de 2023.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LOOSE, E. B. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul**: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. Tese (Programa de pós-graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Cesaire's gift and the decolonial turn. **Radical Philosophy Review**, v. 9, n. 2, p. 111-138, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.51-80.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência realizada nos cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7. ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: ContraCapa Editora, 2016.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 2, nº 2, p. 395-418, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber – Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005, p.117-142.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007.

TORRICO VILLANUEVA, E. Decolonizar la comunicación. In: **Anais do Congresso Internacional Comunicação, Decolonización y Buen Vivir**. Quito. Quito: Ciespal, 2015.

TORRICO VILLANUEVA, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TRAQUINA, N. **A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. (Teorias do jornalismo, v. 2). Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.131-152, 2008.

Submissão: 10 de mai. 2023

Aceite: 16 de jun. 2023.

Jornalismo decolonial no Instagram: o enquadramento da pauta climática em perfis de mídia hegemônica e contra hegemônica na cobertura nacional e regionalizada com foco na Amazônia

Jéssica de Souza Carneiro¹

Walter Teixeira Lima Júnior²

Resumo

O presente artigo visa analisar enquadramentos sobre a pauta climática a partir do jornalismo de Instagram, diferenciando as abordagens feitas por perfis oficiais da mídia tradicional em contraponto aos de perfis de mídia alternativa, focados ou não no nicho ambiental. Utilizando-nos da etnografia digital, objetivamos ressaltar como a decolonialidade se manifesta no jornalismo praticado e consumido nesta plataforma, bem como caracterizar o agenciamento de redes a partir do engajamento de hashtags. Com isso, demonstraremos que perfis de mídia alternativa no Instagram são mais assertivos na difusão de abordagens mais aprofundadas e, portanto, decoloniais, no que se refere a conteúdos como, por exemplo, os referentes às enchentes ocorridas em São Paulo e em estados da região Norte em fevereiro/março de 2023.

Palavras-chave: Jornalismo. Decolonialidade. Instagram.

Decolonial journalism on Instagram: framing the climate agenda in hegemonic and counter-hegemonic media profiles in national and regionalized coverage with a focus on the Amazon

Abstract

This article aims to analyze frameworks on the climate agenda from Instagram journalism, differentiating the approaches made by official profiles of the traditional media in contrast to those of alternative media profiles, focused or not on the environmental niche. Using digital ethnography, we aim to highlight how decoloniality manifests itself in the journalism practiced and consumed on this platform, as well as to characterize the agency of networks based on the engagement of hashtags. With this, we will demonstrate that alternative media profiles on Instagram are more assertive in the dissemination of more in-depth and, therefore, decolonial approaches, with regard to content such as, for example, those referring to the floods that occurred in São Paulo and in states of the region. North in February/March 2023.

Keywords: Journalism. Decoloniality. Instagram.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jessica.souza.jor@gmail.com.

² Docente do PPGCOM UFPA e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: walterteixeiralimajunior@gmail.com.

Introdução

No sentido de se adaptar às novas práticas de produção e recepção de conteúdo, cada vez mais empresas, agências e meios de comunicação estão usando plataformas digitais, a exemplo do TikTok e do Instagram, para a difusão de notícias. Segundo dados do Instituto Reuters, por meio do estudo da Universidade de Oxford, sobre o acesso a notícias digitais em 2022 (NEWMAN, 2022)³, o consumo online e social de informações por meio de redes visuais tecnológicas tem crescido em relação à mídia massiva tradicional. O relatório Reuters realizou um estudo qualitativo detalhado em três países (Reino Unido, Estados Unidos e Brasil) e aponta que essas plataformas cresceram, no último ano, quanto ao uso para consumo de notícias, sendo o Instagram em 40% e o TikTok em 16%.

Nesse contexto, nos chama a atenção a produção de conteúdo e a possibilidade de participação da audiência por meio de pautas abordadas e veiculadas via Instagram, sendo ainda esta plataforma uma das que permitem a indexação de conteúdos por meio de *hashtags* sobre temas específicos, ou seja, palavras-chave precedidas do símbolo cerquilha (#). Como também são chamadas, as *tags* geram *hiperlinks* de acesso a demais conteúdos disponíveis publicamente na rede acerca de assuntos semelhantes. Assim, o Instagram tem sido uma ambiência bastante procurada e utilizada não apenas por grupos de mídia tradicionais, como também pelo circuito alternativo e pela própria sociedade civil na esfera pública hiper e interconectada (BENKLER, 2006; LIMA JÚNIOR, 2011).

A *Agência Pública*, inclusive, site de notícias e mídia que se dedica ao “jornalismo que defende a democracia e está ao lado da verdade”⁴, realizou um mapeamento que atesta também o crescimento da prática de jornalismo alternativo no Instagram⁵. Esse tipo de mídia, muitas vezes, questiona e/ou coloca em xeque o que é publicizado/abordado/reproduzido pela mídia tradicional, até então tida como hegemônica, no sentido de ter o “poder” de representar o mundo social contemporâneo (COULDRY; HEPP, 2016). Aqui, levamos em consideração o conceito de *hegemonia*, no âmbito gramsciano, que é “a preponderância da sociedade civil sobre a sociedade política” (SOBRAL; RIBEIRO, 2020, p. 94).

³ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 24 out. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/agenciapublica/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 29 out. 2022.

Essa contrapartida de enquadramentos (SOARES, 2009)⁶ entre os diversos tipos de mídia se dá, em grande parte, devido à colaboratividade na produção de conteúdos possibilitada pela midiatização dos usos sociais da mídia digital. O potencial interativo do digital também inclui os(as) usuários(as), dentre outros atores, nos polos de emissão (*prosummers*⁷), além de diversas possibilidades de abordagens, dentre elas as que, neste trabalho, denominamos decoloniais, isto é, que contrapõem os estigmas herdados da cultura ocidental, ora colonizadora (MIGNOLO, 2007; 2020), ou seja, contra-hegemônica e/ou alternativa, ou ainda independente, “militante”.

Nesse sentido, trazemos à baila um tema que divide opiniões e formas de abordagem na agenda pública cotidiana, incluindo a que circula na ambiência do Instagram: a pauta climática. Nosso objetivo é caracterizar o discurso de mídia tradicional ou do “jornalismo profissional” — ou ainda hegemônico — sobre o assunto, e, diferenciá-lo do enquadramento decolonial, muitas vezes proposto pela mídia alternativa ou pelo que aqui chamamos “jornalismo militante” (POSSEBON; SOARES, 2012), conforme sugere a própria chamada da revista Pauta Geral para o dossiê *Jornalismo e decolonialidade*⁸.

Assim, elencamos como *corpus* dessa pesquisa — com base na Teoria Fundamenta de Fragoso *et. al.* (2015) — posts que melhor se adaptam ao nosso objetivo de análise: os que anunciaram, por parte do jornalismo profissional⁹, as enchentes ocorridas em São Paulo e em estados da região Norte em fevereiro/março de 2023; e os que contrapuseram ou ofereceram informações mais aprofundadas e/ou questionadoras sobre o mesmo assunto pelo *jornalismo militante* (POSSEBON; SOARES, 2012). É nesse contrafluxo de oposição que enquadrámos e identificamos postagens que mobilizaram a rede de usuários(as) do Instagram para a colaboratividade na produção de conteúdo a partir de *hashtags* como #racismoambiental, #sosAcre e #criseclimática.

Como exemplo de mídia massiva tradicional presente no Instagram, tomamos como referência o @portalg1¹⁰, pertencente ao conglomerado Globo, grupo de comunicação dominante no Brasil. Já como mídia alternativa, dentre as que abordaram o

⁶ Sabemos que a análise de enquadramento tem origem em estudos de autores como Bateson (1954) e Goffman (1974), dos quais a referência que utilizamos neste artigo: Soares (2009) bebe na fonte.

⁷ O termo foi criado originalmente por Alvin Toffler, autor de *A Terceira Onda* (1984), mas atualmente é bastante discutido por autores como Sá e Scholari (2018).

⁸ Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/announcement/view/481>. Acesso em: 18 abr. 2023.

⁹ Referência ao dito jornalismo hegemônico também assim denominado na chamada do presente dossiê.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/portalg1/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

mesmo conteúdo sob diferentes pontos de vista, elencamos perfis também nacionais, como o da @revistatrip¹¹ e o @escoladeativismo¹², bem como o regional ambientalista @amazoniareal¹³ e o acreano @chicomendescomite¹⁴.

A nossa intenção é, a partir da análise de enquadramento (SOARES, 2009) e de algumas das técnicas de etnografia digital (FERRAZ, 2009; KOZINETS, 2014), demonstrar por que e de que forma o jornalismo militante oportuniza abordagens decoloniais sobre a pauta climática. Além disso, buscaremos relacionar a produção desse conteúdo com as características do próprio Instagram, enquanto ambiência propícia a um tipo de narrativa que favorece por meio da participação dos(as) usuários(as), o agenciamento de redes, interpretações e formação de opiniões contra-hegemônicas, principalmente a respeito da região amazônica, historicamente invisibilizada e/ou estereotipada no jornalismo nacional, incluindo o de nicho ambiental (DUTRA, 2009; COSTA, 2022).

O jornalismo ambiental e sua evolução conforme a ecologia das mídias

Segundo Verón (2013), em uma abordagem histórica e antropológica da midiatização da sociedade, é a “revolução do acesso” (VERÓN, 2013) que dá origem ao cenário contemporâneo de comunicação e processos midiáticos que hoje conhecemos e vivenciamos. Com a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) — segundo Rodrigues (2016, p. 15): “o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas” —, cada vez mais a existência em rede — de actantes, humanos e não-humanos (LATOUR, 2012) — se torna irreversível.

Autores como Bertochi (2013) e Canavilhas *et. al.* (2017) nomeiam esse tipo próprio de comunicar via TICs como “narrativa digital”, “jornalismo online”, “jornalismo móvel”, “ciber” ou ainda “webjornalismo”: um sistema complexo, que, sendo jornalístico, passa a ser de produção coletiva.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/revistatrip/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/escoladeativismo/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/amazoniareal/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/chicomendescomite/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

No que se trata à pauta ambiental, tradicionalmente, os veículos de mídia hegemônicos costumam produzir e elencar notícias de acordo com critérios editoriais específicos e também, conforme propõe Traquina (2004, p. 173), segundo valores-notícia, ou seja, um conjunto de pré-determinações que fornecem ao fato “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”. Assim, a cobertura do meio ambiente na mídia, até então, costuma ser estática e partir, sobretudo, em decorrência da quebra de “normalidade”, portanto atrelada ao teor “catastrófico” (LOOSE; CAMANAE; BELMONTE, 2017 *apud* MISSE FILHO; LOOSE, 2020, p. 46).

Sobre o tema Amazônia, mais ainda, o enfoque rotineiro costuma ser sob o viés da exploração, com destaque para a biodiversidade e a bioeconomia¹⁵; ou ainda, sob a ótica do que é “curioso”, “exótico”, portanto estereotipado, como se a região fosse constituída apenas de floresta e de povos indígenas, estes vistos até hoje como “selvagens” (DUTRA, 2009; AMARAL FILHO, 2016; LOUREIRO, 2022; COSTA, 2022). Quando a ênfase se dá em ações de preservação/conservação, entram em cena as organizações não-governamentais, movimentos sociais e/ou de esquerda, o que dá vez à “militância” e o discurso contra-hegemônico (AMORIM, 2021).

Assim, entendemos que, embora haja cobertura sobre a região, no país, ela se dá de maneira fragmentada. Ganham relevância somente temas que são considerados “pautas quentes”, isto é, “assuntos que, dotados de impacto evidente e inquestionável, repercutem em todos os noticiários do dia” (STEIGLEDER, 2021).

E se não fossem as ditas “pautas quentes”?

É possível que as informações sobre o Norte ficassem restritas aos *sites* e noticiários regionais, ou ainda, aos informativos de entidades militantes, científicas e não-governamentais. Quiçá, apenas nas redes sociais e nas “falas” de quem vive nos estados nortistas ou defende as causas ambientalistas.

Segundo Misse Filho e Loose (2020, p. 44), “é plausível perceber as semelhanças entre a trajetória do jornalismo ambiental e a do próprio movimento ambientalista”, de modo que, ao longo do tempo, o jornalismo ambiental foi ganhando novos contornos. As pautas dessa editoria, agora, em algumas mídias, passam a levar em conta também a “percepção de que vivemos uma crise ambiental global e/ou uma crise

¹⁵ Práticas de produção e aplicação tecnológica que parte de processos biológicos nas áreas de saúde humana, técnicas agrícolas, de pecuária e de desenvolvimento biotecnológicas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013).

civilizatória, marcada por uma ideia de progresso infinito e sustentada pela hegemonia da racionalidade moderna” (*ibid.*, 2020, p. 36). Do que já podemos vislumbrar a perspectiva da decolonialidade no que se refere ao descortinamento do “pensamento ecológico sob as lentes do Ocidente” (LEFF, 2016 *apud* MISSE FILHO; LOOSE, 2020, p. 36).

Nesse sentido, o Instagram gera um ecossistema comunicacional digital próprio do contexto tecnológico que molda a contemporaneidade (STRATE; BRAGA; LEVINSSON, 2019), do qual participam diversos atores na medida em que dispõem de influência de disseminação e de participação propiciadas pelo universo online. Assim, se há um discurso hegemônico que marginaliza a temática ambiental e/ou as questões relativas aos conflitos e problemas vivenciados na Amazônia; na ambiência digital, é possível ver nascer também um contradiscurso que, ainda que disfarçado de “militância”, chama atenção a formas diferentes de interpretar o jornalismo ambiental e o futuro do planeta, atrelado à pauta climática.

A decolonialidade presente nas hashtags e a indexação de conteúdos educacionais

Pensar o jornalismo praticado no Instagram pela perspectiva da decolonialidade é justamente considerar uma nova postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018) enquanto fio condutor para “fluxos e estruturas historicamente partilhados, a fim de construir outras conexões e outros caminhos a partir dos quais produzir conhecimento” (SARDINHA *et. al.*, 2022, p. 13-14). Por isso, tomamos as *hashtags* de mobilização do Instagram como referências para a busca de conteúdos alternativos circulantes na rede social de forma a também propiciar “educomunicação”. Tal conceito foi cunhado por Gómez (2014, p. 9) para pensar, de modo mais abrangente,

[...] fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida contemporânea em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento (GÓMEZ, 2014, p. 9).

Desse modo, a ambiência e as características típicas do digital trazem ao protagonismo dos processos comunicacionais os meios alternativos e as audiências “prosumidoras” de informação (*ibid.*).

É neste momento que vemos serem transgredidos os padrões recorrentes de cognição com os quais tradicionalmente a pauta ambiental e climática é abordada pela comunicação dominante, no caso, representada pelos meios de comunicação eletrônicos tradicionais.

No diretório de buscas por *hashtags* do Instagram, por exemplo, o termo *#racismoambiental* possui mais de 5 mil conteúdos indexados, dentre posts e *reels*¹⁶; *#sosAcre* possui igualmente mais de 5 mil publicações; enquanto *#criseclimática* e/ou *#criseclimatica* (sem acento) traz 17,5 mil publicações e mais de 5 mil publicações, respectivamente.

Seria um mapeamento muito árduo verificar a origem de cada uma dessas postagens, o que não cabe neste artigo. Mas, consideramos que, apenas pelo fato de estarem disponíveis para acesso público no Instagram e também poderem se somar a outros conteúdos produzidos e disponibilizados por parte das audiências participativas, já se constituem por si só ao que, nesta pesquisa, denominamos *Instaframes* contra-hegemônicos ou enquadramentos decoloniais educacionais. Primeiro por trazerem perspectivas alternativas às abordagens da mídia massiva. E, em segundo lugar, por permitirem a interação e a colaboratividade dos(a) usuários(a) que decidirem se inserir nesse processo comunicacional, seja na produção, seja na interação ou no compartilhamento/reverberação dessas informações ou, ainda, criando memória social digital sobre assuntos que estiveram em discussão na agenda pública nacional.

Então, unimos o termo decolonialidade — entendida como antítese do colonialismo (MARTINS, 2022) — à cultura participativa, típica da sociedade contemporânea (JENKINS, 2009), para situar o jornalismo alternativo e/ou independente. A estes, mais ainda, somamos perfis de *influencers*¹⁷ digitais de diversas origens, sendo muitos administrados por lideranças de povos indígenas, ativistas, militantes e ambientalistas, como potencializadores de um “lócus de trocas e diálogos marcados pelas dinâmicas sociotécnicas, tecnoculturais” (GÔMEZ, 2014, p. 9), aqui representado pela ambiência da plataforma Instagram, que acabam desempenhando função educacional. Segundo Lima (2022, p. 75):

¹⁶ Ferramenta do Instagram para fazer gravações ou subir vídeos prontos, associados a música, filtros ou outros recursos de edição.

¹⁷ Perfis que se destacam no Instagram por terem grande número de seguidores e serem formadores de opinião na medida em que têm seus conteúdos curtidos, comentados e compartilhados na ambiência online.

Esse é um dos principais eixos de contribuição que o pensamento decolonial oferece para a pesquisa e a prática do jornalismo: instigar a potente atitude de buscar compreender as conjunturas de forma ampla e plural, que não reforce dualismos, e que considere as insurgências que emergem justamente no interior da própria lógica que se analisa.

Assim, vemos a colaboratividade na produção/reverberação de conteúdo via *hashtags* no Instagram como instigante à apresentação de “outras formas possíveis de abordagens, a partir de olhares mais plurais, que contemplem aspectos e grupos sociais historicamente marginalizados pelo paradigma moderno-capitalista” (LIMA, 2022, p. 78-79). E, em se tratando do jornalismo ambiental e da pauta climática, traz o ponto de vista historicamente segregado da mídia hegemônica, que é o nortista. Isso gera o empoderamento discursivo e/ou autonomia simbólica a temas/grupos marginalizados/subalternos (MIGNOLO, 2007; 2020), reafirmando valores de resistência e emancipação para dar conta das urgências, emergências e insurgências aos enquadres da ordem dominante.

151

Frames das enchentes de 2023 sob o olhar netnográfico

Kozinets (2014) define a netnografia como pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Este método de pesquisa utiliza como fonte de dados comunicações mediadas por computador com objetivo de compreender determinadas representações de grupos em um fenômeno social ou cultural que ocorre na ambiência digital. Neste artigo, exercitamos a observação participante de um fenômeno comunicacional sobre uma pauta específica, a saber: a climática, da qual realizamos a coleta de dados online, segundo a Teoria Fundamentada de Frago *et. al.* (2015), ou seja, que convencionamos estar relacionadas ao que gostaríamos de demonstrar neste estudo.

Portanto, nos interessamos por postagens sobre as enchentes de fevereiro/março de 2023 que ocorreram em São Paulo e em estados da região Norte. Nosso objetivo é analisar o enquadramento (SOARES, 2009) conferido ao tema pelos diferentes grupos sociais presentes no Instagram. E, com isso, identificar o agenciamento de redes de contradiscursos aos *frames* repercutidos por perfis de mídia hegemônica, nesta pesquisa representada pelo @portalG1.

Segundo Pinheiro (2004, n.p.), *frames* são “quadros de dados transmitidos entre os pontos de uma rede como uma unidade completa, constando de informações de controle de endereçamento e dos protocolos necessários”. A análise de *frames*, conforme autores como Gofman (1974) e Entman (2003 *apud* SOARES, 2009), se dá a partir da caracterização/interpretação de enquadramentos, em que os conteúdos informativos comunicacionais são construídos de acordo com determinados padrões científico-sociais “que permitem às pessoas atribuírem sentidos aos acontecimentos” (*ibid.*, 2009, p. 11).

Partindo ainda do pressuposto de que as tecnologias digitais oportunizam novas formas de pensar sobre novas lógicas e possibilitam práticas de análises diferenciadas para interpretação de dados, nos interessa reconhecer antropologicamente a existência de “nativos digitais” (LATOURE, 1994 *apud* FERRAZ, 2019, p. 64). Além disso, há os agenciamentos de redes, como os de perfis jornalísticos ativistas e/ou de cobertura de nicho sobre o meio ambiente com foco na Amazônia, como já mencionamos.

Assim, trazemos ainda para a discussão o papel desempenhado por usuários(as) comuns da sociedade civil interconectada e de *influencers*, enquanto colaboradores da produção de sentido coletiva que é própria da ambiência *web*. De modo que, para o agendamento noticioso proposto por McCombs (2004 *apud* SOARES, 2009), que possui três níveis de influência, sendo: 1) *Fontes externas* (governo, porta-vozes, campanhas); 2) *Agendamento recíproco entre os meios*; 3) *Normas sociais e tradições do jornalismo*; incluímos um quarto nível, definido pelo que perfis oficiais e de usuários(as) enquadram nas redes sociais digitais, bem como pelo que engajam as *hashtags*.

Bertocchi (2013) chama atenção ao fato de que também são próprias da narrativa digital as práticas de *Search Engine Marketing* (SEO), que otimizam a repercussão de notícias online por meio de ferramentas algorítmicas como o *Google AdWords*, ou seja, entregam conteúdo e o reverberam segundo o comportamento dos(as) usuários(as) e os rastros que estes deixam no percurso que realizam na *web*. De modo que, ao realizarmos pesquisa por palavras-chave sobre as referidas enchentes no *Google*, os primeiros conteúdos a serem apresentados pelo buscador são creditados ao *Portal G1*, seja o nacional, seja pelas versões regionalizadas: mais um motivo para termos escolhido o perfil deste portal de notícias especificamente para representar a webmídia hegemônica brasileira.

Dessa forma, o *Portal G1* começou a noticiar as fortes chuvas que acometeram principalmente o interior de São Paulo, em fevereiro de 2023, provocando deslizamentos

e enchentes. A pauta se estendeu também durante o mês de março, somando-se aos casos de fenômenos climáticos que atingiram igualmente estados da região Norte no mesmo período.

No levantamento de dados que fizemos manualmente diretamente na *timeline* dos perfis elencados, nesses dois meses, o @portalg1 — que repercute notícias nacionais e regionais por um único perfil oficial no Instagram — divulgou 65 posts sobre clima, sendo 50 sobre São Paulo e 15 sobre outros estados. Desses, seis são sobre estados da região Norte de modo geral e, apenas um, especificamente, sobre o Acre.

Já no @revistatrip, que apesar de ser nacional traz um foco “alternativo” no enquadramento das mesmas pautas dos meios hegemônicos, para o mesmo período, tivemos seis posts sobre clima, dos quais dois sobre a região Norte e Nordeste, e um deles especificamente mobilizando a *tag* #racismoambiental¹⁸. Já a outra postagem desse perfil traz um vídeo creditado à “reprodução/Twitter” e que mostra uma cena da água proveniente de alagamentos causados por fortes chuvas, invadindo e arrastando casas de palafita na região Norte, município de Manaus (AM).

O post¹⁹, datado de 29 de março, traz sobreposto ao vídeo a frase: “Enchentes no Norte e Nordeste”, seguida da manchete, “Desastres Invisíveis”, e ainda com o subtítulo “Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão estão sofrendo os efeitos causados por temporais similares ao que atingiu recentemente o litoral Norte de São Paulo — que recebeu bem mais atenção no debate público”. Seguido do questionamento: “se a tragédia é a mesma, por que a reação é diferente?”. A legenda da mesma postagem vai ainda mais a fundo, e alerta:

Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Tocantins e Maranhão estão em estado de alerta por causa das fortes chuvas que, desde a semana passada, têm causado estragos. Além de alagamentos e deslizamentos, os temporais deixaram mortos, feridos e milhares de desabrigados. Só no Acre, mais de 32 mil pessoas foram atingidas pelas cheias do Rio Acre e Igarapés. Apesar do amplo cenário de destruição, a tragédia no Norte e Nordeste do país não está recebendo a mesma atenção que desastres semelhantes. Não é de hoje que os incidentes que ocorrem fora do Sudeste, mesmo os de alta gravidade, são invisibilizados. Além da menor cobertura na mídia, esses eventos acabam sendo ignorados por parte da população, das empresas e dos influenciadores que poderiam mobilizar doações e ajuda para as famílias afetadas — que são, em sua maioria, pessoas negras e indígenas. Você já sentiu que as notícias se espalham

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoaOJdvMky8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqYUVS8NuO8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

de maneira diferente quando se trata de lugares distantes do eixo Rio-São Paulo?²⁰

Nota-se que a notícia do post é justamente o fato da calamidade pública regional não ser notícia na mídia hegemônica, ou caso tenha sido abordada, como o foi, inclusive pelo @portalG1, não recebeu a mesma atenção que o mesmo tipo de desastre ambiental vivenciado por moradores de São Sebastião (SP), em localidade conhecida como Vila Sahy.

Nos 50 posts do @portalG1 identificados por nossa pesquisa sobre as enchentes em São Paulo há vídeo-*selfies*²¹ feitos *in loco* por repórteres de mídia digital, dentre eles os que orientam usuários(as) ou consumidores(as) da informação a ajudar com doações às vítimas que perderam casas, pertences e familiares. Há ainda notícias sobre a visita do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva à localidade atingida.

Sobre a região Norte, no entanto, no conteúdo levantado, há dois posts que tematizam Manaus, um sobre o Acre e outros dois sobre o Maranhão, e ainda um sobre o Tocantins. Somente pelas chamadas sobrepostas às fotos postadas pelo @portalG1 sobre esses estados (Figura 1), já podemos notar a diferença na abordagem da questão climática no discurso hegemônico, que enquadra os casos muito mais pela superficialidade da informação ou pelo viés do estereótipo e da curiosidade:

154



Figura 1: Posts sobre a pauta climática na região Norte do @portalG1

Fonte: Instagram @portalG1

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqYUVS8NuO8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²¹ Na tradução literal do inglês para o português, vídeos de si mesmo em formato *selfie* (fotografar ou gravar a si mesmo via câmera frontal do dispositivo móvel ou *smartphone*).

O primeiro *frame* da Figura 1 traz o tema das enchentes no Acre como recorrência. Já houve outros períodos em que o estado sofreu com as cheias do Rio Branco, pois fortes chuvas são características do clima equatorial amazônico. Em 2023, no entanto, a de fevereiro/março é a primeira situação de calamidade enfrentada no Acre e o @portalg1, em sua primeira e única postagem sobre o assunto no referido período, trata a questão de forma fragmentada atrelada à recorrência da situação, mostrando uma imagem que é estereotipada, como da ordem do comum. O post mostra pessoas e até um animal doméstico se deslocando por meio de canoa em área de palafitas, cujas ruas encontram-se alagadas. As outras duas imagens da Figura 1, sobre o Maranhão, são da ordem do “curioso” ou “catastrófico”, conforme já apresentamos sobre o jornalismo ambiental abordado nas mídias hegemônicas.

Sobre o enquadramento feito pelo @revistatrip, o mesmo vídeo que foi postado trazendo o questionamento sobre a invisibilidade da região Norte nos meios tradicionais também foi publicado no @portalG1²², no entanto, com enquadramento bem superficial se comparado ao conferido pelo primeiro perfil.

Assim, foi no @escoladeativismo que percebemos que o vídeo, na verdade, é uma produção de um usuário do Instagram, nomeado @jandermanauara²³, não necessariamente jornalista (pelo menos não assim identificado em seu perfil), mas influenciador de opinião e produtor de conteúdo regional sobre a cidade de Manaus (AM), o que não foi destacado nem pela *Revista Trip* (que creditou o vídeo como “Reprodução/Twitter”) e nem pelo *Portal G1*, que nem sequer deu créditos às imagens divulgadas. Do que identificamos a possibilidade de participação das audiências no agendamento de questões que, segundo seus julgamentos pessoais e senso de colaboratividade — potencializado pelo estar “na hora certa, no lugar certo”, com um *smartphone* na mão — podem se empoderar enquanto “prosumidores” de informação/contéudo online e de interesse público.

Também no @escoladeativismo, autodenominado no Instagram como comunidade de conteúdo ativista, encontramos quatro postagens no mesmo período sobre a questão climática e vimos pela primeira vez a #sosAcre como repercussão reproduzida do conteúdo do @chicomendescomitê. Este último é um perfil acreano não jornalístico, mas sim ambientalista, com 12 postagens sobre a emergência ambiental

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqOm7VRJGv1/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/jandermanauara/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

consequente das fortes chuvas que atingiram o estado da região Norte, levantando não apenas a *tag* #sosAcre como também #racismoambiental. Os posts encontrados em ambos os perfis são muito mais da ordem do contradiscurso, ou seja, da “militância”, do que do enquadramento noticioso tradicional.

Somente no @chicomendescomite vimos mais fortemente a mobilização #sosAcre em solidariedade aos conterrâneos do ambientalista, seringalista e ativista político, nascido no estado e assassinado em nome de sua luta sindical na bacia amazônica: Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes (VENTURA, 2003).

As postagens nesse perfil trazem questionamentos e explicações que cruzam o desastre ambiental que acometeu São Paulo com a emergência climática desencadeada pelas fortes ações de desmatamento, garimpo ilegal, genocídio indígena, queimadas e aquecimento global iniciadas na Amazônia desde a colonização até os dias de hoje, mas, principalmente, durante o enfraquecimento da pasta ambiental do governo bolsonarista no Brasil (2019-2022).

O perfil traz ainda a colaboratividade de Angela Mendes, presidenta do Comitê Chico Mendes, na produção de conteúdos por meio de vídeo-*selfies*. E ainda reverbera opiniões de usuários(as) da rede, como as de moradores de áreas afetadas pelos transbordamentos do Rio Branco, sobre a invisibilidade histórica sofrida pelos estados amazônicos na mídia brasileira (Figura 2).



Figura 2: Post no @chicomendescomite

Percebe-se que a postagem está tagueada por #sosAcre e também #racismoambiental, e se trata de um carrossel, trazendo vários *cards* com opiniões de outros(as) usuários(as) que compõem a rede que, em nossa pesquisa, denominamos “Pró-Norte”²⁴: em maioria formada pelos próprios(as) nortistas e/ou influenciadores(as) que se identificam/solidarizam com a causa. Ao que creditamos a reverberação deste tema também no perfil regional @amazoniareal, que é exclusivamente pautado pelas questões amazônicas, sejam climáticas sejam sócio-políticas, culturais ou de conflitos.

Especificamente sobre a pauta que analisamos no presente artigo, o perfil @amazoniareal fez uma única postagem²⁵ (Figura 3) sobre o assunto das enchentes no Acre e indexou o conteúdo também com a *tag* #criseclimática, ou seja, enquadrando e sugerindo que a situação de calamidade pela qual passa o estado não se trata de algo temporário e/ou passageiro — ou recorrente e, por isso, menos importante — e, sim, uma situação instalada, porque negligenciada pelo poder público e pela atenção nacionais, e que, agora, ultrapassa os limites de fronteira da Amazônia Legal para ganhar atenção, inclusive, de movimentos ambientalistas internacionais.

²⁴ Conceito por nós trabalhado no artigo *Fluxos decoloniais em redes digitais por uma conectividade nortista*, disponível em: <https://bit.ly/3pkFNe6>. Acesso em: 15 mai. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqX5y0ss4TC/>. Acesso em: 25 abr. 2023.



Figura 3: Post no perfil @amazoniareal

A chamada do perfil é um convite para acesso a uma reportagem²⁶ de cunho aprofundada sobre a situação do Acre no *site* de notícias amazoniareal.com.br, em que encontramos a definição do que vem a ser o conceito de racismo ambiental. Segundo a notícia, o racismo ambiental se refere à desproporcionalidade “dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos étnicos mais vulneráveis, mostrando que nem a destruição do planeta acontece de forma democrática” (PASSOS *apud* LIRTÊZ, 2023, n.p.). Ainda segundo a reportagem, o racismo ambiental atinge recorrentemente as cidades amazônicas como resultado da combinação de fatores “históricos e sociais de exploração a recursos naturais, mas inclui principalmente ações de governos, indústrias e instituições que perpetuam desigualdades sociais e econômicas na região” (LIRTÊZ, 2023, n.p.).

A fim de melhor expor o *corpus* analisado e a nossa categorização/sistematização da seleção de posts por perfis segundo os enquadramentos observados

²⁶ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-calamidade-da-enchente-acre-expoe-racismo-ambiental/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

por meio da avaliação interpretativa (GOFFMAN, 1974 *apud* SOARES, 2009), que realizamos de forma assistida no Instagram, apresentamos a tabela abaixo:

Tabela 1: *Corpus* analisado por categorização de enquadramentos identificados no período entre fevereiro e março de 2023

Perfis do Instagram analisados	Posts sobre Clima	Abordagem sobre Norte/Nordeste	Enquadramentos identificados	Hashtags repercutidas
@PortagG1	60	6	Enquadramento segundo esquemas mentais prévios e padrões tradicionais do jornalismo, tratando a pauta ambiental de maneira fragmentada e/ou a partir de aspectos isolados.	#tragédia #chuvas #SãoPaulo #litoralnorte #SãoSebastião #VilaSahy #G1 #alagação #Acre #Maranhão #deslizamento #natureza #amazônia #mudançaclimática
@Revista Trip	6	2	Enquadramento alternativo-independente, a partir de valores compartilhados enquanto contraponto à imprensa tradicional.	#racismoambiental #justiçaclimática
@Escolade Ativismo	4	3	Enquadramento alternativo-independente e midiativista, que traz atalhos cognitivos de negociação crítica dos sentidos e convite à ação.	#EducaçãoClimáticaJá #criseclimática #mudançasclimáticas #açõesolidária #doação #Manaus #SosManaus #Acre #SosAcre
@Amazônia Real	1	1	Enquadramento alternativo-independente, a partir de valores compartilhados e construtivistas, por trazer perspectivas educacionais decoloniais.	#racismoambiental
@Chico Mendes Comite	12	12	Enquadramento sistemático-integrativo socioambientalista e ativista, e, por isso, construtivista, por trazer perspectivas educacionais decoloniais.	#Amazônia #SoSAcre #Criseclimática #injustiçaclimática #emergênciaclimática #racismoambiental

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Com isso, consideramos que, na plataforma digital Instagram, os enquadramentos trazidos pela imprensa alternativa e as *hashtags* de conteúdos que consideramos “decoloniais” e, ao mesmo tempo, “educacionais” sobre a Amazônia e a pauta climática — que é, ou pelo menos deveria ser, de interesse público mundial —

funcionam como “Instaframes”, ao trazerem para a ordem do dia da webmídia, as regiões Norte e Nordeste do Brasil (como também já ocorreu via *tags* #SoSAmapá²⁷ e #SoSBahia²⁸). Tais regiões e abordagens são tradicionalmente invisibilizadas nas coberturas hegemônicas de um país marcado também por perpetuar a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2007)²⁹, por meio de práticas de colonização interna (BHABHA, 1998; LOUREIRO, 2022) e a manutenção das desigualdades socioeconômicas e/ou culturais entre suas unidades federativas.

Considerações finais

Sobre o questionamento central deste artigo, podemos afirmar que, com base nos exemplos selecionados e analisados, a decolonialidade está, sim, presente e manifestada no jornalismo contemporâneo praticado e consumido no Instagram. A natureza dessas narrativas se caracteriza pelo agenciamento de redes, as quais conferem aos participantes dos processos comunicacionais a possibilidade de engajar *hashtags*.

Se, historicamente, o jornalismo tradicional foi um clássico instrumento de reproduzir e circular o discurso dominante, agora, por meio das potencialidades da tecnologia e da ambiência digital, é possível perceber novas configurações narrativas. Estas permitem aproximações entre os movimentos sociais em rede e os coletivos jornalísticos de resistência, os quais, somados à colaboratividade do público, transformam o jornalismo — como no caso que aqui demonstramos — em instrumento de decolonialidade.

Desse modo, apesar da lógica algorítmica e do colonialismo de dados (CASSINO *et. al.*, 2021), as redes sociais digitais também podem servir à descentralização e à democratização de processos comunicacionais, potencializando e reconfigurando o engajamento da audiência — aqui, claro, considerando um cenário ideal de acesso e conectividade digital — por meio da interatividade online.

²⁷ Conforme também abordado no artigo disponível em: <https://bit.ly/3pjGzQ>. Acesso em: 15 mai. 2023.

²⁸ *Hashtag* mobilizada nas redes sociais — e na web de um modo geral — a fim de angariar recursos em favor de vítimas de estragos causados por fortes chuvas que atingiram a Bahia em janeiro de 2022. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/sos-bahia/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²⁹ Isto é, a permanência da colonização por meio de atos e mentalidades dominantes que se sobrepõe a grupos sociais marginalizados, apesar do fim do oficial do colonialismo histórico.

Ao se caracterizar pela horizontalidade de polos emissores e receptores, as redes sociais digitais, a exemplo do Instagram, favorecem a circulação cooperativa de informações, mesmo que perpassem por redes agenciadoras, que já não mais, ou nem sempre, necessitam de uma liderança formal, isto é, da mídia tradicional.

Na plataforma digital Instagram, as *hashtags* sobre a pauta climática que elencamos neste estudo funcionaram como “Instaframes”, ao trazerem para a cena da ordem do dia da webmídia, a região Norte do Brasil, tradicionalmente invisibilizada nas coberturas de imprensa de um país marcado pela desigualdade socioeconômica e cultural entre suas regiões. Vimos, portanto, que as contranarrativas da mídia alternativa e a ação colaborativa de usuários(as) e ativistas na produção de conteúdo em rede para a formação da opinião pública sobre o assunto específico aqui apresentado facilitaram o alcance das informações regionais no país e até no mundo, pelo viés da circulação digital.

Assim, as *hashtags* #racismoambiental, #sosAcre, e ainda, #criseclimática, trouxeram às redes uma série de iniciativas que buscaram evidenciar, entre outros fatos, que, além de floresta, a região amazônica também possui povos, áreas urbanas e realidades que correspondem a mais do que implica simplesmente a exploração econômica e ambiental de suas riquezas naturais. E que as consequências desse histórico colonial repercute, inclusive, sobre o clima da região Sudeste, pois as calamidades pelas quais passaram os sudestinos com os alagamentos decorrentes das fortes chuvas de março/fevereiro de 2023 são constantes em estados nortistas, recorrentemente “não vistos”, nem pelo poder público, nem tampouco pela imprensa nacional.

Desse modo, os conteúdos indexados nas referidas *tags* agregam valor “educativo decolonial” à informação jornalística de webmídia. Afinal, pelo que observamos, levantaram questões sobre a Amazônia não comumente destacadas pela mídia tradicional, ou, pelo menos, não com o enquadramento proporcionado pela ótica alternativo-militante. Sendo, outrossim, recorrentemente apresentada como uma região marcada por imensas lacunas tanto no que consiste à cobertura midiática quanto à valorização dos direitos humanos e à promoção de justiça socioambiental.

Referências

- AMARAL FILHO, O. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba: CRV, 2016.
- AMORIM, C. R. T. Chagas. Paulo Freire e o direito à palavra dos/as oprimidos/as nas lutas anticapitalista, antirracista e anti-heteropatriarcal. In: **Anais do 30º Encontro Anual da COMPÓS**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BERTOCCHI, D. Dos **Dados Aos Formatos**: um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. Orientação: Elizabeth Nicolau Saad Corrêa. São Paulo: D. Bertocchi, 2013. 245 p.: il.
- CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C. (org.). **Jornalismo móvel: linguagem, gêneros e modelos de negócio**. Collection: LabCom Books, 2017. Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/book/289>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- CASSINO, J. f.; SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J. (org.) **Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na Guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia literária, 2021.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. John Wiley & Sons, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Bioeconomia: uma agenda para o Brasil** - Brasília: CNI, 2013.
- COSTA, V. M. T. **À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão**. Belém: Paka-tatu, 2022.
- DUTRA, M. S. **A natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. In: Aurora: **Revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69, jun.-set., 2019.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- GÓMEZ, G. O. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.
- INSTAGRAM. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br>. Acesso em: jul. 2022.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. 2. ed. Tradução de S. Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica on-line**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: São Paulo: Edusc, 2012.

LIMA JUNIOR, W. T. NEOFLUXO: Jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 21, p. 137-149, jun. 2011.

LIMA, V. M. A. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.) **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá-AP: Editora UNIFAP, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3CMb2lq>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LIRTÊZ, H. Sob calamidade da enchente, Acre expõe racismo ambiental. **Site Amazônia Real** [28/03/2023]. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-calamidade-da-enchente-acre-expoe-racismo-ambiental/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LOUREIRO, V. R. P. **Amazônia**: colônia do Brasil. Manaus: Ed. Valer-Manaus, 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 28-56

MARTINS, E.. Ativismo e resistência em tempos de pandemia. In: SARDINHA, A. C.; LARA, E. C.; BELMONTE, V.; LIMA, V. M. A. L. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Edunifap, 2022.

MIGNOLO, W. **La idea de américa latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa: 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MISSE FILHO, M., & LOOSE, E. B.. O pensamento ecológico na cobertura jornalística brasileira: o caso da Baía de Guanabara. **Revista Eco-Pós**, 2020. 23(2), 33-58. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i2.27516>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NEWMAN, N. Overview and key findings of the 2022 Digital News Report. [15 jun. 2022]. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 24 out. 2022.

O MAPA DO JORNALISMO INDEPENDENTE: um projeto da Agência Pública. **Site Agência Pública**. Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PINHEIRO, J. M. S. **Frames, Pacotes e Datagramas**. Disponível em: <https://bit.ly/3PoQWVO>. Acesso em: 28 abr. 2023.

POSSEBON, A.; SOARES, M. C. Movimento social e jornalismo militante: o Jornal sem Terra. **Ave Palavra**, v. 13, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134945>. Acesso em: 10 mai. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más**

allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/ Siglo del Hombre, 2007. p. 93-126.

RODRIGUES, R. B. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.** Recife: IFPE, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CMb2lq>. Acesso em: 26 de out. 2022.

SÁ, F. P. SCOLARI, C. A. Ecologia dos meios de comunicação, alfabetização transmídia e redesign das interfaces. In: **MATRIZES**, v. 12, n. 3, set./dez. 2018.

SARDINHA, A.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.) **Decolonialidade, Comunicação e Cultura.** Macapá-AP: Editora Unifap, 2022. Disponível em: < >. Acesso em: 28 abr. 2023.

SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009. 272 p. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOBRAL, K. M; RIBEIRO, E. C. S. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In.: **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/issue/view/218>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

STEIGLEDER, D. G. **Jornalismo ambiental:** complexidade para ligar os pontos. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/tag/jornalismo-ambiental/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

STRATE, L.; BRAGA, A.; LEVINSSON, P. **Introdução à ecologia das Mídias.** São Paulo: Edições Loyola, 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

VENTURA, Z. **Chico Mendes:** crime e castigo. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VERÓN, E. **La semiosis social, 2:** ideas, momentos, interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013.

Submissão: 18 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.

Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial

Alice Oliveira de Andrade¹
Maria do Socorro Furtado Veloso²

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre o jornalismo antirracista construído pelas mídias negras brasileiras como um movimento circular e decolonial. O objetivo é discutir a importância desses grupos que reivindicam espaços de fala distantes da precarização e subalternização fundadas pela colonialidade histórica. Em vez disso, buscam fundar novas matrizes de visibilidade para pessoas negras, contestando a mídia hegemônica e valorizando vozes, corporeidades e experiências afrodiáspóricas. Reunimos contribuições teóricas de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2019); Ballestrin (2013), Borges (2012), González e Hasenbalg (2022), entre outros autores e autoras.

Palavras-chave: Decolonialidade. Mídias negras. Jornalismo antirracista.

165

Let the turn become wheel: antiracist journalism of black media as a circular and decolonial movement

Abstract

In this article, we reflect on the antiracist journalism constructed by Brazilian black media as a circular and decolonial movement. The objective is to discuss the importance of these groups that claim spaces of speech distant from the precariousness and subalternization founded by historical coloniality. Instead, they seek to establish new matrices of visibility for black people, challenging the hegemony of mainstream media and valuing Afro-diasporic voices, corporealities, and experiences. Among the main theoretical contributions are authors such as Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, and Grosfoguel (2019); Ballestrin (2013), Borges (2012), González, and Hasenbalg (2022)

Keywords: Decoloniality. Black media. Antiracist journalism.

¹ Professora substituta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN), Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). E-mail: aliceandrade@live.com.

² Professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN), Doutora em Ciências da Comunicação (USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.

Introdução

As caravelas que chegaram à nossa orla já se foram. A demarcação de capitanias hereditárias, aquela dominação de territórios, também. Já não se escutam as ofensas dos feitores, as galopadas das expedições bandeirantes, o grito de negros e indígenas consumidos pelos chicotes, os cânticos e rezas nas senzalas e nem os passos da fuga rumo aos quilombos. A colonização, enquanto projeto político-territorial, já não existe mais.

Contudo, no horizonte se veem as favelas, comunidades, periferias. O sistema carcerário está lotado de corpos de mesma cor. As estatísticas de assassinatos revelam que as balas perdidas sempre são encontradas em peles pretas e pardas. Escutamos o choro de mães negras. Os tiros do agronegócio invadindo as matas e massacrando povos indígenas. Até mesmo no silêncio das salas de aula universitárias, nas vozes dos docentes compartilhando conhecimento e nos textos citados, é possível ouvir, em demasia, os sobrenomes europeus. A *colonização* não existe mais. A *colonialidade*, por outro lado, segue envenenando solos e mentes.

A colonialidade se refere ao resquício das relações coloniais e imperialistas que continua atuando em outras frentes, como a reprodução de desigualdades estruturais em níveis simbólicos (FRASER, 2001). Em outras palavras, embora ainda se espoliem territórios geográficos, há uma complexificação do processo com a dominação de mentes, modos de pensamento, conhecimento, corpos e existências. Na Europa, no final da década de 1970, com início do processo de globalização, o capitalismo foi se adaptando a um contexto urbano e industrial. A dominação geográfica a serviço do imperialismo estendeu seu projeto global para além das conquistas de terras e traz ainda hoje, por meio das noções de modernidade, uma ideia de sistema-mundo que universaliza as experiências ocidentais como globais (MIGNOLO, 2003).

Este estudo tem como objetivo refletir sobre as conexões entre jornalismo e decolonialidade, trazendo a prática das mídias negras como central para a articulação entre essas duas áreas. O jornalismo antirracista produzido por elas visa combater o racismo e as múltiplas formas de opressão geradas pelo sistema colonial de dominação histórica — que se estende ainda hoje por meio de opressões estruturais, como a discriminação racial — ampliando o alcance de vozes historicamente subalternizadas e desnaturalizando as hierarquias sociais instituídas pela própria mídia hegemônica. Aqui no Brasil, ao falarmos de mídia hegemônica nos referimos aos grandes conglomerados que

controlam um vasto número de canais de televisão, rádio, jornais impressos e portais de notícias.

O jornalismo ocupa um espaço fundamental na esfera social, moldando a construção do imaginário coletivo e, conseqüentemente, a forma como enxergamos o mundo. A herança colonial que perpetua desigualdades e hierarquias de poder também influencia a formação de opiniões e perspectivas completamente enviesadas pelo eurocentrismo. A decolonialidade é proposta como uma lente crítica que, aliada à prática jornalística, questiona narrativas únicas e a construção de imagens estereotipadas sobre pessoas negras.

As mídias negras brasileiras são espaços nos quais o jornalismo decolonial e antirracista acontece, pois oferecem uma alternativa de agenda e novas matrizes de visibilidade e discurso. Valoriza-se as múltiplas vozes, as experiências não-ocidentalizadas e o olhar afrocentrado sobre a comunicação. Experiências jornalísticas insurgentes como o *Alma Preta*, *Revista Afirmativa*, *Mundo Negro*, *Notícia Preta* e *Negrê* formam uma paisagem de grupos que instrumentalizam o jornalismo como uma ferramenta de resistência para a luta antirracista e a decolonização com base em ideais quilombistas (NASCIMENTO, 2019).

O quilombismo proposto Nascimento (2019) se baseia na ideia de que os quilombos representam um modelo de organização social e cultural que pode servir como base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária hoje em dia. O conceito liga as diversas formas de resistência negra ao longo da história, pois têm em comum a luta contra as opressões raciais baseada nos ideais de solidariedade dos quilombos.

A análise proposta neste artigo não pretende englobar questões discursivas da materialidade textual produzida pelas mídias negras, mas aprofundar a ideia de jornalismo antirracista e suas relações com a perspectiva decolonial. A coleta de dados foi feita com base na realização de entrevistas estruturadas com três representantes de veículos de mídias negras.

Para a construção da análise, parte-se da abordagem teórico-metodológica da pesquisa bibliográfica e da estratégia metodológica do aquilombamento virtual midiático (VELOSO; ANDRADE, 2021), que enxerga os quilombos como um instrumento ancestral que fundamenta a existência das mídias negras brasileiras.

Confluências conceituais necessárias: colonial, descolonial e decolonial

Mesmo sendo um projeto acadêmico-político com origem nas reflexões teóricas em universidades, a ideia de colonialidade também se estende à esfera social. Contudo, perceber essa última vertente muitas vezes pode ser difícil, visto que os debates sobre esse assunto, em grande parte, se restringem ao âmbito universitário. Isso faz com que a decolonialidade se descole das lutas políticas e cause uma contradição entre o que dizem as teorias e a realidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019).

Sistematizar o conhecimento a partir de um prisma distinto das teorias coloniais é um dos papéis das teorias decoloniais, mas é preciso lembrar também de como essas formulações conceituais podem servir às populações que enfrentam uma luta secular de sobrevivência e resistência, produzindo saberes e modos operativos que muitas vezes não têm espaço senão nos textos científicos. Citar autores negros e indígenas, por exemplo, bem como se aproximar dos movimentos sociais e das práticas insurgentes, é um passo basilar que precisa ser dado pela decolonialidade acadêmica.

Para os estudos em Comunicação, pode-se dizer que grande parte é alinhada a modelos e perspectivas ocidentais e eurocêntricas. Porém, quando se pensam as pesquisas voltadas para mídia e questões étnico-raciais, torna-se necessário ampliar o olhar para fenômenos, estratégias e teorias produzidas nas fronteiras subalternizadas, nas lutas populares, movimentos sociais e ancestrais. O deslocamento geográfico do olhar também é importante, em especial para diminuir o foco no eixo europeu e norte-americano e passar a observar atentamente o que acontece na América Latina, Ásia e África.

Perceber o fato histórico do colonialismo é fundamental ao se estudar raça em quaisquer áreas de pesquisa. No território brasileiro, foi com o imperialismo colonialista em seus primórdios, há mais de cinco séculos, que as noções de raça e racismo começaram a ser delimitadas na prática. Afinal, foi na Europa onde surgiu a ideia de exclusão e subalternização de tudo aquilo que está fora de seus eixos socioculturais (LANDER, 2005; GROSGOUEL, 2008). A consciência europeia que invade grande parte do mundo ainda hoje determina uma separação que contrasta o moderno e avançado em oposição àquilo que chamam de “outros” (LANDER, 2005), composto pelos demais povos e culturas do planeta fora do molde eurocêntrico. Assim, na visão europeia do mundo, tudo aquilo que está fora de seu campo de alcance territorial e cultural é considerado

“inferior”, “arcaico” e “atrasado”, sejam culturas, políticas, religiões, conhecimento, modos de vida e/ou corpos.

A expansão do colonialismo ao longo do tempo e do espaço gerou diversas formas de opressão. A dominação de territórios geográficos, mentes e corpos, que sempre existiu de maneira simultânea, se transformou em tecnologias sociais de opressão que estruturam a sociedade e cultura brasileira, como o racismo e o sexismo (GONZÁLEZ, 1984). A ideia de soberania iniciou com o surgimento do Estado moderno europeu para estabelecer de forma nítida quais territórios e povos eram dominantes e quais eram os dominados (BRESSER-PEREIRA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2012). Com o passar do tempo e com a independência territorial-política de países e continentes, as articulações colonialistas foram se tornando mais sutis, mas ainda assim bastante cruéis. Isso porque “ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o” (FANON, 1968, p.31).

Portanto, fazer a leitura do mundo a partir da perspectiva europeia é, por natureza, uma universalidade excludente (LANDER, 2005, p.10). O colonialismo apresenta-se como a visão universal sobre o mundo e acerca das coisas que o constituem, tendo como referência o eixo norte do mundo. O capitalismo na forma que conhecemos hoje é construído como um avanço do colonialismo imperialista. Sendo a infraestrutura social, é visto como única alternativa possível. O que está fora dele é retrógrado. Muitas vezes essa imagem é reforçada pela mídia comercial, formada por grandes empresas imersas na lógica de funcionamento capitalistas e que, por consequência, auxiliam sua manutenção.

No Brasil, a modernidade é o período historicamente iniciado no século XIX, com a independência do país em relação a Portugal. Deve-se salientar que esse recorte envolve uma diversidade de contextos sociais, inclusive a escravização de corpos subalternizados na África, América Latina e Ásia (OYEWUMÍ, 2019). As disparidades raciais tiveram muitos formatos e lógicas ao redor do mundo, mas é basilar saber a configuração excludente e cruel que teve com pessoas racializadas ao longo do tempo e ainda fortemente hoje, o que pode ser percebido na perspectiva da *colonialidade*.

Quando se fala sobre esse universo, há uma multiplicidade de conceitos próximos, embora não sinônimos, que acabam nebulando o debate. Termos como pós-

colonial e descolonial, decolonial são amplamente utilizados no espectro acadêmico para se referir a processos semelhantes. Mesmo assim, é possível apontar também diferenças de abordagem em cada uma dessas ideias.

A principal semelhança é o objetivo em comum entre todos eles: estar em um lugar de oposição à condição de subalternização imposta pela colonização às sociedades historicamente colonizadas, fomentando a ideia de que há modos de existência, fatores culturais, filosóficos e históricos fora do eixo eurocêntrico que devem ser validados. Em um panorama amplo, esses conceitos traduzem a necessidade de deixar emergirem perspectivas cognitivas, existenciais, filosóficas, sociais e políticas fora do eixo daquilo que é proposto pela colonialidade como uma “modernidade colonial”.

Quanto às diferenças, é preciso perceber que cada ideia aborda um ponto específico dessa necessidade de ruptura com o universalismo colonial. O *pós-colonial* surgiu nas ciências sociais inglesas para analisar o contexto sociocultural de sociedades libertas politicamente do colonialismo imperialista. Ou seja, após as colônias ganharem independência das metrópoles e deixarem de ser vítimas de opressão-exploração territorial e econômica. Além dessa perspectiva temporal, há também o movimento epistêmico pós-colonial, dedicado às reflexões acadêmicas sobre novas possibilidades para sociedades e povos após o tempo da colonização. O movimento pós-colonial é formado por grupos de estudos subalternos e pelas ideias de autores como Edgardo Lander (2007), Aimé Césaire (2020), Franz Fanon (1968), Homi Bhabha (2005) e Gayatri Chakrabarty Spivak (1988), por exemplo.

A ideia de *descolonial* demarca o distanciamento do colonialismo. O significado do termo, na grafia com a letra “s”, estabelece uma oposição ao colonialismo, uma ruptura com o processo iniciado ainda no século XIX com a demarcação de colônias e metrópoles (SANTOS; MENEZES, 2010). Aqui se pretendia passar de um momento colonial para outro que não mais o é, é uma reversão do colonialismo, uma mudança de sistema.

Já o *decolonial*, sem o “s”, não se propõe a simplesmente desfazer a colonialidade; intenciona demonstrar que, além disso, é preciso demarcar uma postura de insurgência, luta e identificação de contextos que podem ser uma alternativa. Logo, o decolonial se propõe a questionar o projeto eurocêntrico e a ocidentalização do mundo, em especial no ponto de vista epistêmico-cognitivo. É um movimento que questiona os cânones científicos e no que eles contribuem para a leitura crítica da sociedade.

A decolonialidade visa ser uma alternativa ao pensamento moderno e ao capitalismo, um eixo de enfrentamento à colonialidade, uma possibilidade de resistência aos padrões eurocêntricos e a busca pela autonomia não apenas de indivíduos, mas acima de tudo de grupos — como negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, entre outros. Autores como Walter Dignolo (2003), Luciana Ballestrin (2013), Boaventura de Sousa Santos (2010), Joaze Bernardino-Costa (2019), Enrique Dussel (2000), Catherine Walsh (2009), Aníbal Quijano (2005) são alguns daqueles que seguem por esse caminho, também adotado por nós nesta pesquisa.

Sobre a diferença dos termos decolonial e descolonial, podemos entender que:

Suprimir o “s” e nomear “decolonial” [...] é para marcar uma distinção com o significado em castelhano de “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou inverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. A intenção, ao contrário, é apontar e provocar uma posição — uma postura e atitude contínua — de transgredir, intervir, in-surgir e influenciar. O decolonial denota, então, um percurso de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e fomentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009, p.14-15, traduzido)³.

171

Em suma, enquanto o descolonial busca desfazer o colonialismo, o decolonial tem como objetivo central combater ativamente e propor insurgências para se opor à colonialidade. Já o pós-colonial aponta um período histórico e um movimento epistêmico vindo de grupos considerados subalternos.

Nas discussões decoloniais, é preliminar pensar que a colonialidade atua em diversas frentes, como no poder, saber e no ser. Enquanto a primeira fala sobre a dominação política, o saber carrega a dimensão das epistemologias e produção de conhecimento e o ser abarca a experiência dos corpos, de suas manifestações no mundo, linguagens, cultura e ocupação de espaços (MALDONADO-TORRES, 2019; 2007). Portanto, a colonialidade atua diretamente nas imagens que as sociedades constroem ao longo do tempo, sobre tudo e todos e até mesmo a respeito das experiências vividas nos diversos espaços.

³ No original: “Suprimir la ‘s’ y nombrar ‘decolonial’ [...] es marcar una distinción con el significado en castellano del ‘des’. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento — una postura y actitud continua — de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar ‘lugares’ de exterioridad y construcciones alternativas” (WALSH, 2009, p.14-15).

Que o giro se faça roda: articulações entre a circularidade afrodiáspórica e a perspectiva decolonial

Uma das proposições para reivindicação do pensamento na decolonialidade tem se fundado no “giro decolonial”, conceito inicialmente cunhado por Nelson Maldonado-Torres que significa um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Não representa apenas uma proposta teórica, mas um ponto de partida que segue a rotação planetária como um sentido. Busca se mover rumo à resistência epistemológica que combate os preceitos da modernidade e colonialidade.

A ideia do giro lembra também a conexão que as sociedades africanas e ameríndias, em especial nas dimensões religiosa e cultural, têm com a ação de formar roda. De um ponto de vista morfológico, o mundo é repleto de rodas. Os formatos produzidos pelo universo, como buracos negros, Via-Láctea, planetas, o sol e a lua, todos são esféricos. A materialidade humana se inspirou na natureza e produziu formas e linhas nesse mesmo modelo, que nos ofertam movimento, deslocamento e comunicação (GOLDSTEIN, 1989).

Ao mesmo tempo em que círculos são estáticos, as rodas comunicam movimento. Rodar é evocar algo ou alguém ao centro, por isso consideramos a roda um espaço de comunicação. Também pode ser girar em torno de uma centralidade. De toda forma, essas ideias são imbricadas e representam o foco mútuo em um mesmo eixo.

A decolonialidade engloba, nos termos do professor Mogobe Ramose (2011), pluriversos. Em vez da ideia única de universo, ele propõe que o cosmos é formado por múltiplas realidades, vários centros que coexistem e características distintas. Já a colonialidade propõe a exclusividade de pensamentos e parâmetros com base no eurocentrismo, sem reconhecer a existência de outras cosmopercepções e interpretações.

Por exemplo, o pensamento vindo de raízes europeias é incorporado à cultura brasileira erudita à medida em que os conhecimentos indígenas e africanos, que são indissociáveis de nossas práticas culturais, são vistos de um ponto de vista subalternizado e sofreram várias tentativas de exclusão. É a partir disso que surgem formas contemporâneas de resistência à colonialidade, há uma busca por libertação não apenas epistemológica, mas existencial e relacional. Por isso é preciso fugir do estaticismo colonial e valorizar a circularidade que forma a luta decolonial.

Até mesmo os quilombos são pensados como espaço de resistência ao colonialismo e reverberam essa ação-movimento que comunica a necessidade de libertação e a autoafirmação negra. Na universalidade afrodiáspórica e indígena, a figura das rodas está metaforicamente ligada a elementos de religiosidade e filosofia, sendo importantes para momentos de comunhão e manifestações culturais como rodas de samba e capoeira. Por meio de danças, rituais e atividades em círculo, as comunidades africanas fortalecem seus laços, compartilham suas histórias, preservam suas tradições e reafirmam sua identidade coletiva.

Nesse contexto, a potência simbólica das rodas liga-se à ideia de pertencimento e identidade, sendo frequentemente utilizadas como símbolos de conexão, união e comunidade. A metáfora das rodas proporciona um senso de união, pertencimento cultural e resgate das raízes ancestrais.

Além dessas mencionadas, simbolizações de sociedades africanas da antiguidade encontram na figura de rodas ou círculos a força espiritual e ancestral. Na capoeira, no samba, nos terreiros, no maracatu, nos quilombos, na astronomia, na escrita, no tronco dos baobás e na dimensão estética é possível destacar essas figuras como a gráfica da ancestralidade. Ou seja, em quase todas as trajetórias africanas e afrobrasileiras há a figura da roda (CAMPOS, 2014).

A roda é encontro de ruptura com o silêncio e com o isolamento. Agrega pessoas em um circuito único que gira diante de um mesmo eixo. Estar em rodopio faz parte de uma estratégia metodológica que demanda flexibilidade, desprendimento das amarras coloniais, pois “o rodopio configura-se como um giro que desloca eixos referenciais” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 35). O pensamento circular reconhece as subjetividades, estéticas, ideias e vivências de cada membro da roda, pois cria coletivamente novas percepções e movimentos de pessoas negras no mundo.

Sendo assim, que o giro decolonial seja racializado, partindo das matrizes negras e originárias, e se faça roda, pois todo círculo em movimento e com sentido é um lugar onde a comunicação se estabelece. É fluxo contínuo, construção ancestral para ver, ouvir e participar, é cruzamento de olhares que levam ao mesmo centro. Estando em roda, ideias em uníssono e pensamentos em fluxo, que façamos o exercício epistemológico de trazer ao foco os conhecimentos africanos e indígenas, dos povos negros, originários e tradicionais, pois são eles que regeneram as feridas coloniais e fazem circular novas compreensões e possibilidades.

A importância das mídias negras na construção de um jornalismo antirracista e decolonial

O processo de colonização dividiu todos os povos em raças, mas devemos entender que há uma gradação entre essas. Nós, pessoas negras, fomos postas como um dos povos menos desenvolvidos na “escala” social constituída nessas imagens políticas e mentais. Esse pensamento foi usado para justificar o processo de escravização, pois o racismo também foi “um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, p. 11).

A tradição científica e as ideias eugênicas importadas das nações nortecêntricas e do cartesianismo colocaram pessoas negras no lugar de seres não-pensantes, incapazes de produzir ciência e cultura, politicamente inferiores e carentes de qualificação social e religiosa. O racismo surge para universalizar a ideia de que aqueles que habitam a zona do não ser (FANON, 2008) precisam ser delimitados, controlados e, quando não, aniquilados.

Entendemos as mídias negras virtuais como parte de um movimento decolonial a partir do momento em que não apenas insurgem contra a realidade posta pela mídia comercial, mas também propõem alternativas e novos modos de produzir um jornalismo ancorado na luta antirracista. Para extinguir o regime de escravização em nosso país, depois a luta política para a inserção social e as atuais experiências de construções narrativas sobre a própria história, demonstram que são espaços de ruptura social, política e cognitiva.

Quando pensamos as mídias negras virtuais, mesmo que sejam um fenômeno contemporâneo, é necessário fazer esse passeio histórico e localizá-las como uma experiência viva de combate não apenas ao racismo de forma direta, mas à própria colonialidade como princípio organizador da ideia de raça e suas consequências interseccionais. O tempo dessas mídias é anacrônico, pois estão diante de lógicas atuais na mesma medida em que precisam lidar com um passado “que existe não como um traço, mas sim como um presente vivo” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, p. 28).

Trabalhar a ideia de decolonialidade junto às mídias é importante, pois assim como o racismo é um item constitutivo da sociedade, veículos midiáticos auxiliam na disseminação desse princípio organizador e classificam corpos de acordo com ideais

eurocêntricos e universalistas. O movimento que fomenta a instrumentalização da comunicação na construção de narrativas emancipatórias também pode ser considerado decolonial. O caráter eurocêntrico das mídias hegemônicas é percebido não apenas por operar diretamente como superestrutura do sistema capitalista, mas também pela constante elaboração de discursos e imagens brancos, ocidentais e cristãos.

Buscar a descolonização/decolonização pela comunicação é uma das causas que mobiliza a construção de um jornalismo antirracista. Jornalistas racializados intervêm diretamente na constituição de novos espaços midiáticos: na definição das agendas, abordagem dos temas, composição das redações e nas formas de convivência.

As imagens de pessoas negras e indígenas produzidas pelas mídias hegemônicas vêm comumente estereotipadas e fomentadas pelo racismo que, em um contexto interseccional, também pode retroalimentar misoginia e preconceito de classe/gênero. As mídias negras visam transformar a cadeia discursiva e imagética, revelando novas matrizes de imagens que reconhecem esses grupos sociais em sua pluralidade.

Mover a base construída há tantos anos — e, até mesmo, séculos — das imagens produzidas pela mídia comercial é um desafio. Há a cristalização de padrões que fundaram os preceitos socioculturais e dizem qual é o lugar das mulheres e homens negros e indígenas. Os elementos superestruturantes são muitos, mas a cadeia de comunicação é um elemento fundamental no letramento visual da sociedade. Elaborar estratégias emancipatórias tendo a comunicação como centro desse objetivo é importante, pois:

Nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico é que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade. Ela nos remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais. Portanto, falamos em tensões, disputas de práticas e de conhecimentos (GOMES, 2019, p. 227).

Quando se colocam com a missão de formular matrizes comunicativas nascidas na própria vivência negra, as mídias negras se põem também em uma postura decolonial e negam a necessidade de se reportarem sempre aos mesmos referenciais para compreender a própria realidade. Em uma dimensão cheia de camadas bem mais profundas que a representatividade, esses grupos lutam pela democratização da palavra

e demandam outros lugares enunciativo e epistêmicos além daqueles impostos pela colonialidade desde o imperialismo.

Por meio de seus sites e redes sociais na internet, os jornalistas integrantes das mídias negras exercitam a decolonialidade quando propõem pautas fundamentais às causas do povo negro, constroem conteúdos repletos de subjetividade e interpretam o mundo por uma lente própria, distante dos cânones impostos pelas mídias patronais. Estamos diante, portanto, de ações comunicacionais que buscam estimular a decolonização das mentes e o estabelecimento de um modo de comunicação antirracista.

O olhar pelo aquilombamento virtual midiático (VELOSO; ANDRADE, 2021) leva em conta que o que foi produzido por pessoas negras ao longo da história brasileira não pode ser desconsiderado, pois existe uma ligação entre a resistência histórica dos quilombos e a existência das atuais mídias negras brasileiras. Esse direcionamento metodológico nos auxilia a considerar pessoas negras como sujeitos das próprias narrativas e “seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações” (GOMES, 2019, p.235). Interpretamos aqui as mídias negras como parte da paisagem negra decolonial brasileira que têm a comunicação um instrumento central para insurgir contra os rastros da colonialidade.

A proposição dos aquilombamentos artísticos contemporâneos (MEIRINHO, 2021) revela o surgimento de novas matrizes artísticas com base afrodiaspórica, articuladas por diferentes grupos que visam construir novas significações, narrativas e possibilidades culturais a partir da cultura afrobrasileira, da ancestralidade negra e da organização coletiva. O jornalismo antirracista das mídias negras caminha nessa direção quando propõe que contesta a colonialidade da mídia hegemônica e traz visibilidade às pautas negras e aos olhares decoloniais sobre a realidade social.

Como técnica de coleta de dados para a produção desta pesquisa, entrevistamos três jornalistas de mídias negras: Jonas Pinheiro, da *Revista Afirmativa*; Larissa Carvalho, do site *Negrê*; e Thaís Bernardes, do portal *Notícia Preta*. As mídias negras de hoje negam o sistema midiático hegemônico-corporativo fundado em matrizes coloniais quando se impõem ativamente contra o histórico de imagens fixas produzidas ao longo do tempo sobre seus corpos e modos de existir. Este é um entendimento nítido entre os representantes de mídias negras, conforme é possível perceber nos trechos abaixo:

A maioria dos jornais de imprensa negra e mídia negra ou revistas, eles surgem justamente pelo descontentamento dessas pessoas com o que se produz na hegemônica. Então, a *Afirmativa* tinha isso muito no início, no “sobre”, nos primeiros editoriais da revista sempre se diz que o que é produzido na mídia hegemônica, ou mídia tradicional ou grande mídia, não contempla as populações negras como deveria. Por isso, a *Afirmativa* surge para ocupar esse lugar (PINHEIRO, informação verbal, 2020)⁴.

O que a gente faz no *Negrê* é tentar desconstruir estereótipos e narrativas que são muito ruins sobre o nosso povo. Assim, jamais vai ter uma editoria de polícia no *Negrê*, sabe? Não tem necessidade de estar noticiando morte de pessoa negra que morreu com policial ou tráfico, sei lá o quê, sabe? Mas é adoecedor ainda para o nosso povo. Então, eu acho que a gente tá na contramão desse discurso, que já é enraizado na mídia tradicional, na mídia brasileira, e algumas outras particularidades também (CARVALHO, informação verbal, 2020)⁵.

Nos termos da professora Rosane Borges (2012, p.184), os “enunciados imagéticos” acabam circulando em categorias prévias que instalam linhas divisórias que delimitam enfaticamente o lugar do “outro”, o que é aceitável e aquilo que não é. A intenção das mídias negras é abrir fissuras nesse projeto hegemônico que a imprensa tradicional semeou com ideais eurocêntricos e colonialistas, levantando a possibilidade de um sistema diferente de representações dos corpos negros para livrá-los desse lugar subalternizante (HOOKS, 2019).

Quando evocam a ancestralidade dos quilombos e de outras formas de resistência afrobrasileira ao longo do tempo, as mídias negras anunciam a potência, a criatividade e a necessidade negra — e humana — de existência em moldes bem distantes dos precarizados em que foram postas. Convidam a uma dinâmica de circularidades que desloca o olhar colonial para um lugar de emancipação, chamam para o movimento, um girar o pescoço, um olhar para o outro lado, um “pensar muito bem, girando a roda que pode encantar esse mundo entristecido” (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p. 10). Essa é uma preocupação necessária ao trabalho das mídias negras. Os jornalistas que a compõem enxergam a comunicação como um instrumento de trabalho, mas também como uma oportunidade de se proteger da colonialidade ao mesmo tempo em que a combatem. Thaís Bernardes, do portal jornalístico *Notícia Preta*, explica:

⁴ Entrevista síncrona concedida às autoras por Jonas Pinheiro (*Revista Afirmativa*) pela plataforma Google Meet, ago. 2020.

⁵ Entrevista síncrona concedida às autoras por Larissa Carvalho (*Negrê*) pela plataforma Google Meet, out.2020.

Eu sou umbandista e eu sempre falo do poder que tem as cantigas, os pontos, de um bando de Candomblé, porque ali eles contam uma história. Quando a gente pensa em mídia, sempre que eu falo em mídia, na verdade eu falo de formas de se comunicar, porque essa mídia tradicional, do papel, muitas vezes ela não foi acessível para nós. Mas nós, pessoas negras, a gente tinha diversas, a gente tinha e tem diversas estruturas e formas e maneiras de se proteger, de se comunicar (BERNARDES, informação verbal, 2021)⁶.

O trabalho das mídias negras auxilia a libertação das consciências de nossos ancestrais afrobrasileiros que se aquilombaram para se proteger e nos deixar um exemplo de como resistir à dominação e à exploração. Ecoam as *escrevivências*⁷ de Conceição Evaristo (2020) ao dizer que nossa vivência importa; a audácia de Lélia González (1984) ao dizer que “o lixo vai falar e numa boa”; a articulação de Beatriz Nascimento (2018) ao declarar que conhecemos nosso caminho e nossas rotas alternativas; e a potência de Carolina Maria de Jesus (2019) que enxerga na própria vida e na própria história a validação necessária para existir no mundo. Consideramos as mídias negras como “a diáspora negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assimilam sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro” (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022, p. 35).

178

Considerações finais

Pensar as mídias negras e sua prática de jornalismo antirracista e decolonial é ver a comunicação como ferramenta de resistência. Nesse enfrentamento, esses grupos insurgentes compõem uma temporalidade que reconstrói imaginários, produz discursos alternativos e oferece novas dimensões estéticas fundadas em matrizes decoloniais. São experiências que revelam “a escrita de um mundo a ser lido/visto/ouvido”, nas palavras da professora Rosane Borges (2020, p. 41).

Essa construção é um esforço colaborativo no qual a subjetividade de cada pessoa envolvida traduz as vozes de um todo. A comunicação produzida nesses espaços,

⁶ Entrevista assíncrona concedida às autoras por Thaís Bernardes (*Notícia Preta*) pelo aplicativo WhatsApp, mar. 2022.

⁷ O conceito, cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo, pode ser encontrado de forma transversal em todo o conjunto de suas obras literárias. O termo expressa a articulação entre a escrita e a vivência das experiências de mulheres negras na sociedade brasileira — e como isso pode ser refletido naquilo que escrevem. Em seus textos, Evaristo explora temas como racismo, machismo, vivência, identidade e memória, resgatando histórias e vozes historicamente postas como marginalizadas. Sua escrita incorpora uma estética de resistência e subversão, permitindo que as narrativas sejam contadas a partir de uma perspectiva de protagonismo de mulheres negras.

além de comprometida com a luta antirracista, percebe na união das experiências a potência para a construção de caminhos possíveis e para a decolonização do olhar.

Abdias Nascimento (2019) ensina que a simbologia do quilombo significa partilha, união, agregação. Nas mídias negras, vozes se aquilombam no solo fértil da comunicação para romperem com os silenciamentos históricos da colonialidade que há tanto tempo tentam nos aprisionar. Se no século XIX os jornais eram movidos pelo fim da escravização, hoje as mídias negras seguem mobilizadas contra o genocídio e pela construção de novas narrativas sobre os povos afrodescendentes. Liberdade segue sendo o objetivo principal e a comunicação, como ferramenta, um modo determinante de ação sobre o mundo.

Logo, ao transformar a decolonialidade em linha editorial, o jornalismo antirracista reconhece a importância de reorganizar e decolonizar os métodos, as narrativas, as imagens e as escolhas jornalísticas para criar uma cobertura menos subalternizante e mais emancipatória. Além disso, a abordagem antirracista no jornalismo se alinha com os fundamentos da decolonialidade quando questiona as estruturas de poder construídas historicamente, nomeia as desigualdades e oferece contranarrativas de resistência — e re(existência) — feitas por e para sujeitos(as) racializados.

É preciso localizar as mídias negras como parte de uma estratégia decolonial da contemporaneidade. Trazer o jornalismo antirracista a um lugar de centralidade significa fazer a roda da decolonialidade girar em uma mistura de passado, presente e futuro: um passado que começa até mesmo antes dos quilombos, mas que necessariamente passa por eles para consolidar a potência política da resistência negra no país; um presente que nos revela o desprezo ao silenciamento e a busca por decolonizar o imaginário social ainda tão fincado na colonialidade; e um futuro que tem as palavras construção, esperança, consciência e autonomia como chaves para acessar um novo mundo possível. Sob as lentes da decolonialidade e do jornalismo antirracista, façamos a roda girar.

Referências

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BORGES, R.; SILVA, R. C. (org.). **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

BORGES, R.; SILVA, R. C. (org.). O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/46vm5x5>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

CAMPOS, D. M. C. **Do disco à roda**: a construção do pertencimento afrobrasileiro pela experiência na festa Negra Noite. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte/Itaú Social, 2020.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

GOLDSTEIN, C. Um é o outro: por uma história do círculo. In: SERRES, M. (org.). **Elementos para uma história das ciências I** – da Babilônia à Idade Média. Lisboa: Terramar, 1989.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, Anpocs n. 2, p. 223-244, 1984.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra: descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MEIRINHO, D. Aquilombamentos artísticos contemporâneos. **Revista Contemporânea de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 3, 2021. p.157-178. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/45810/26713>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

OYĒWÙMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, C. W. P. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. R. Inter. Inter-disc. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3XiKSQE>. Acesso em: 10 jun. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOSE, M. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. In: Ensaio Filosóficos, Volume IV, out. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43QIUJR>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças**: uma filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago, University of Illinois Press, 1988.

VELOSO, M. S. F.; ANDRADE, A. O. **Aquilombamento virtual midiático**: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras. Revista Alceu, n. 44, v.21, p.172-189, 2021. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/247/230>. Acesso em: 17 mai. 2023.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALLERSTEIN, I. **O Universalismo Europeu**: A Retórica do Poder. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

Submissão: 18 de mai. 2023

Aceite: 17 de jun. 2023.

Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal *Lampião da Esquina*

Cândida de Oliveira¹
Muriel Emídio Pessoa do Amaral²

Resumo

A noção de decolonialidade editorial articula o intuito de certas publicações em reconfigurar diretrizes editoriais para além de práticas jornalísticas alinhadas à matriz eurocêntrica e neoliberal. Com aporte teórico e metodológico dos estudos decoloniais e indígenas, aprofundam-se aspectos da decolonialidade editorial, observando-os na cobertura dos povos indígenas realizada pelo jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Ao propor narrativas e cenas que conferem dignidade, pertencimento e visibilidade pública e política aos indígenas e sua cultura, o jornal realiza práticas decoloniais de saber, de ser e de subjetividades, distanciando-se de práticas biopolíticas ocidentais, tanto em relação a sexualidades e identidades, quanto às práticas do jornalismo.

Palavras-chave: Estudos decoloniais e indígenas. Decolonialidade editorial. *Lampião da Esquina*.

Editorial decoloniality as other knowledges, beings and subjectivities: indigenous peoples in the *Lampião da Esquina* newspaper

Abstract

The notion of editorial decoloniality articulates the intention of certain publications to reconfigure editorial guidelines beyond the journalistic practices of Eurocentric and neoliberal matrix. With theoretical and methodological support from decolonial and indigenous studies, aspects of editorial decoloniality are deepened and observed in the coverage of indigenous peoples in the *Lampião da Esquina* newspaper (1978-1981). By proposing narratives and scenes that confer dignity, belonging and public and political visibility to indigenous people and their culture, the newspaper realizes decolonial practices of knowing, being and subjectivities, distancing itself from Western biopolitical practices in relation to sexualities, identities and practices of journalism.

Keywords: Decolonial and indigenous studies. Editorial decoloniality. *Lampião da Esquina*.

¹ Professora colaborada do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre e Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de São Catarina (UFSC). E-mail: candida.oliveira07@gmail.com.

² Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da UEPG. Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Doutorado sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro. Pós-doutor em Jornalismo pela UEPG. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br.

Introdução

A noção de decolonialidade editorial refere-se, neste artigo, ao intuito de certas publicações em reconfigurar as diretrizes editoriais para além das práticas jornalísticas e discursos previamente elaborados acerca dos acontecimentos, alinhadas ao modelo comunicacional de matriz eurocêntrica e neoliberal, comumente empregados na grande imprensa. Trata-se de um posicionamento que confronta tais lógicas em busca de uma articulação com saberes outros e perspectivas acolhedoras da diversidade social, e que impacta nas escolhas de temas e assuntos a serem noticiados, nas abordagens e angulações, nos modos de contar.

A reflexão é parte de uma agenda de pesquisa que procura observar práticas e produtos jornalísticos sob a ótica do pensamento decolonial em diálogo com o campo comunicacional, a partir de estudos de pensadores latino-americanos. Tal percurso envolve o desenvolvimento dos estudos decoloniais nas ciências sociais, a relação com outras áreas do conhecimento até a formulação da decolonialidade no campo da comunicação (AMARAL, 2021) e análise da decolonialidade no jornalismo, tomando-se como exemplo o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981).

Desde sua criação, em abril de 1978, a publicação apresentou características decoloniais ao trazer no projeto editorial a necessidade de cobrir questões sexuais, raciais, étnicas, feministas e ambientais. De acordo com Trevisan (2004), *Lampião da Esquina* foi o primeiro jornal homoerótico do país, criado e produzido por um grupo de jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. O jornal circulou até 1981, totalizando 38 edições.

Aquela época, já discutia a homossexualidade pelo viés interseccional, promovendo uma pluralidade de representações e discursos (AMARAL, 2022). A publicação rompeu barreiras de comportamento impostas pelo aparelho moral repressor da ditadura militar, causando polêmicas ao empregar a linguagem comum à cultura homoerótica, por exemplo. Procurou, desde o número zero, tratar temas como homossexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo e outros considerados “secundários” pelos agentes do Estado, elites e mídia hegemônica (TREVISAN, 2004).

Desse modo, o jornal atuou na resistência à ditadura e ao aparato opressor e violento que os militares empregaram, à época, contra homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas “pervertidas”. Insurgiu-se, portanto, contra a tecnologia do biopoder operada pelo Estado ditatorial, que fez também do sexo políticas

de disciplinarização e normalização dos comportamentos considerados “desviantes”. Além disso, destacou práticas e realidades dos povos indígenas como pertencentes ao debate público e político, indicando diversidade de posicionamentos e promoção da alteridade ao tratar também de assuntos étnicos.

Diante disso, este estudo busca aprofundar aspectos da decolonialidade editorial, propondo uma discussão da manifestação de posicionamento decolonial no jornal *Lampião da Esquina* quando este realiza, em específico, a cobertura jornalística dos povos indígenas. Para tanto, toma como material de análise a edição número 8, de janeiro de 1979, que trouxe artigos e reportagens sobre assuntos como a demarcação de terras, a maternidade e a sexualidade indígenas.

O trabalho ancora-se teórica e metodologicamente no pensamento decolonial sobre a configuração de saberes, subjetividades e processos de produção de conhecimento do mundo. Destaca estudos decoloniais indígenas, trazendo contribuições de Krenak (2019, 2022) e de Gonzaga (2020). Diante do reconhecimento de que os modos ocidentais hegemônicos de conhecer, imaginar e ver o mundo fracassaram e se mostram ineficientes para solução dos desafios globais atuais, Krenak (2019, 2022) salienta que os saberes indígenas se mostram relevantes para imaginar o futuro e recriar outros mundos, pois defendem a construção de narrativas plurais, de sonhos e insurgências possibilitadores da transfiguração de pessoas em conjunto com o mundo. Para Gonzaga (2022), os estudos decoloniais sobre comunidades indígenas devem ser inseridos numa perspectiva que transgrida e supere o passado colonial e as orientações propostas pelo cientificismo eurocentrista. A leitura decolonial introduz, portanto, “a temática indígena como referencial para construção de novos conhecimentos e novas práticas de relações humanas e com o meio ambiente” (GONZAGA, 2022, p. 148).

O reconhecimento da decolonialidade editorial na publicação sustenta-se também nos estudos decoloniais postulados por Maldonado-Torres (2018), Mignolo (2014) e Ballestrin (2013), que apresentam reflexões epistemológicas voltadas à decolonização de saberes e subjetividades. Recorre-se às demonstrações do feminismo decolonial e da decolonialidade indígena para compreender que as relações étnico-raciais e de gênero não se limitam aos esquadros de representação burguesa, branca e heteronormativa. A partir disso, observa-se que o trabalho desenvolvido pelo jornal rompe com o exercício de poder que usa a sexualidade e o racismo como mecanismos de disciplina, normalização e exercício do direito de vida e de morte como biopoder (FOUCAULT, 2005, 1999).

A decolonialidade editorial presente no jornal dialoga ainda com as reflexões de Torrico (2015, 2016, 2019) acerca da decolonialidade na comunicação e no jornalismo enquanto processos que reconfiguram saberes e modos de representação. Além de pensar em outras configurações epistemológicas a partir da realidade latino-americana, Torrico (2019, 2016) elabora conceitos que se adaptam às condições locais e não hierarquizam os processos comunicacionais, bem como valorizam as personagens das narrativas como dignas de pertencimento à visibilidade pública e política.

O trabalho considera que o jornal *Lampião da Esquina* apresenta movimentos de decolonialidade editorial ao alcançar outras searas como violência, feminismo e questões étnicas e raciais. Além disso, a decolonialidade editorial contempla a visibilidade de grupos e sujeitos que se encontram às margens do reconhecimento público e político, oferecendo sentidos e representações apartados de estereótipos e representações atribuídas pelo senso comum. Compreende-se que o jornal também pode ser considerado decolonial ao “desnaturalizar representações e práticas convencionais da imprensa homoerótica em diálogos que rezam pela pluralidade de temas que envolvem os assuntos pertinentes à América Latina” (AMARAL, 2022, p. 169). Assim, não apenas desejo e erotismo foram pautas do jornal, mas também questões políticas e de interesse público.

186

Pensamento decolonial e contribuições indígenas

Os estudos decoloniais partiram da necessidade de reconfigurar os processos, sentidos e modos sobre a produção de conhecimento e saberes que foram silenciados ao longo de anos de dominação e violência. Segundo Mignolo (2014), a modernidade estabeleceu relações de dominação ao consolidar os conhecimentos e saberes construídos em diálogo com as referências eurocêntricas, brancas, burguesas e capitalistas como universais. Pela ótica do autor, esse movimento não apenas limitou os mecanismos de desenvolvimento para a produção de conhecimento, como naturalizou essas referências, e também fomentou a violência em silenciar os valores e repertórios fora dos esquadros considerados convencionais.

Para Costa-Gómez (2014), a modernidade estabeleceu o *punto cero* como marco para considerar quais formas de conhecimentos e saberes alicerçados pela ciência positiva e pelo conhecimento a par dos códigos burgueses, capitalistas e eurocêntricos seriam considerados como válidos. As formas de conhecimento que não orbitassem entre

as referências modernas, segundo Costa-Gómez, se limitariam à condição de *doxa*, ou seja, seriam apenas opiniões:

O resto do conhecimento historicamente utilizado pela humanidade ao longo dos milênios é visto como anedótico, superficial, folclórico, mitológico, “pré-científico” e, em todo o caso, como pertencente ao passado do Ocidente [...]. O ponto zero seria então a dimensão epistêmica do colonialismo, que não deve ser entendida como um simples prolongamento ideológico ou “superestrutural” do mesmo, como queria o marxismo, mas como um elemento pertencente à sua “infraestrutura”, como algo constitutivo (COSTA-GÓMEZ, 2014, p. 92, grifos do autor, tradução nossa)³.

A proposta decolonial é uma proposta política de reconhecimento que também propõe aspectos de visibilidade. Para Ballestrin (2013), a intenção de reconfigurar os códigos morais foi denominada como giro decolonial, e passou a incluir saberes, identidades e conhecimentos para contemplar a diversidade e pluralidade de representações e identidades. Assim, grupos e comunidades latino-americanos, africanos, asiáticos e pertencentes a espaços periféricos foram contemplados enquanto sujeitos que também produzem conhecimento e suas ações são consideradas políticas.

Ao relacionar a noção de subjetividade às dimensões da colonialidade e da decolonialidade, Maldonado-Torres (2018) observa que quando a universalidade é tomada como pressuposto, a natureza humana é reduzida a uma única possibilidade, um modelo que é sustentado dentro da perspectiva e cultura europeia, que é considerada/alardeada como sendo a forma exclusiva daquilo que seria uma experiência plena da vida. Esse ideário, aderente à narrativa histórica dos colonizadores, portanto, eurocêntrico, propiciou a construção de um padrão de humanidade incapaz de acessar as múltiplas possibilidades de existências. Desse modo, criou certa aparência de normalização do ser humano, que toma como referência central o europeu, masculino, branco, cristão, heteronormativo, sem deficiência, detentor dos meios de produção, e é alçado como modelo de “Homem”/de “humanidade”. Destarte, saber, ser e poder se articulam, no paradigma colonial, inserindo lógicas coloniais na subjetividade e afixando o sujeito colonizado em determinados lugares. A decolonialidade, por sua vez, exige uma

³ No original: “El resto do conocimiento desplegado históricamente por la humanidad durante milenios son vistos como anecdóticos, superficiales, folclóricos, mitológicos, ‘precientíficos’ y, em cualquier caso, como pertenecientes al pasado de Occidente [...] El punto cero sería entonces la dimensión epistémica del colonialismo, lo cual no debe entenderse como una simple prolongación ideológica o ‘superestructural’ del mismo, como quiso el marxismo, sino como un elemento perteneciente a su ‘infraestructura’, como algo constitutivo”.

concepção de subjetividade que faça o sujeito subalternizado emergir como ator político, pensador, criador e ativista.

Também fazendo críticas a esse modo de pensar as subjetividades, Krenak (2019, 2022) afirma a necessidade de insurgência contra a ideia de igualdade e humanidade preconizadas pelo pensamento eurocêntrico. O autor refuta a ideia de “igualdade” entre os seres humanos, colocando em questão o tipo de “humanidade” construída nas sociedades latinas. Para ele, se a humanidade é homogênea, se não permite pluralidades, ela acaba por excluir e criar periferias do ser, do saber, do viver; ela se torna (des)humanidade que consome subjetividades (KRENAK, 2019). Daí a necessidade de transfigurar corpos e modos de viver em *confluências* com a terra, reconhecida como um organismo vivo diverso do qual fazemos parte e está em constante metamorfose (KRENAK, 2022).

Gonzaga (2022), por sua vez, propõe o decolonialismo indígena como instrumento pedagógico de desconstrução de mitos construídos pelo paradigma eurocêntrico. Segundo o autor, a colonização não apenas envolveu a invasão física do território, mas também a imposição de valores, crenças e formas de organização social que foram impostas aos povos nativos. Salientando o mecanismo de invasão cultural como modo de colonizar o ser, o autor afirma que a decolonialidade implica a “procura da superação dos mais diferentes formatos de opressão praticados em face das classes e dos grupos subalternos pelo conjunto de agentes, das relações e estruturas de controle e discriminação” (GONZAGA, 2020, p. 144). Trata-se, segundo o autor, daquilo que Catherine Walsh traduziu como um esforço de transgressão, deslocamento e negação da ontologia, epistemologia e cosmogonia-espiritual que sustenta o poder da colonialidade.

Desse modo, a decolonialidade indígena pode ser entendida como um conjunto de práticas e pensamentos que procuram descolonizar comunidades indígenas ao desfazer formas de opressão e dominação formadas em movimentos de violência. Envolve a luta contra o racismo, a discriminação sofrida pelos povos indígenas, a luta pela terra e pelos direitos territoriais e a defesa de direitos indígenas como formas de promover justiça social e igualdade para os povos originários, reconhecendo e respeitando sua história, cultura e direitos. Implica assim a afirmação de práticas e cosmovisões dos povos indígenas, a revitalização e valorização de suas culturas e modos de vida, assim como de suas formas de organização social e política.

A partir do feminismo decolonial é possível também compreender a diversidade e pluralismo de vivências e experiências de mulheres. Lugones (2020), por exemplo, acredita que o sistema que abarca as representações de gênero e estabelece os papéis e representações é uma condição colonizadora que condiciona quais grupos e sujeitos são civilizados ou não. Na visão da autora, ao colonizador cabe a representação humana e aos colonizados a situação desumanizada e dessubjetivada. Essa relação foi fundamental para que a autora pensasse questões de gênero associadas a questões étnicas e raciais, reconhecendo a existência de estruturas que impõem padrões heteronormativos — isto é, a heterossexualidade como modelo de normalidade — ligadas às práticas capitalistas.

Por outro ponto de vista, não muito distante, Gonzalez (2020) apresenta que as demandas feministas de mulheres pretas e periféricas não são contempladas nos estudos e propostas desenhadas por feministas brancas, estadunidenses ou europeias. Indica que há outras nuances que devem ser levadas em consideração que não foram pensadas pelas pensadoras do norte global. Ainda no campo das discussões sobre gênero e sexualidade, a decolonialidade diz da reformulação dos desejos para além dos padrões previamente estabelecidos e da quebra de binômios de heterossexuais/homossexuais, homem/mulher. Para Ferrara-Blanquet (2015), a decolonialidade também se expressa na pluralidade do desejo e experiências para além da heteronormatividade universalizante.

Tais perspectivas confluem com o conceito de alianças afetivas, pensado por Krenak (2022), para definir relações que pressupõem afetos e produção de sentidos entre mundos não iguais. Essas alianças não reclamam por igualdade, ao contrário, reconhecem a intrínseca alteridade em cada ser, introduzindo uma desigualdade radical “diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar” (KRENAK, 2022, p. 42). Nesse sentido, a decolonialidade implica um abrir-se para cosmovisões que valorizam todos os seres, sejam eles quais forem, de modo a reconhecer-lhes a existência única.

Indígenas nas páginas de *Lampião da esquina*

Ao trazer as questões e assuntos indígenas como temática principal na edição de número 8, de janeiro de 1979, o jornal *Lampião da Esquina* materializa a ideia de decolonialidade editorial. A cobertura teve a chamada de capa “Índios/eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa/aí chegou o homem branco e então...” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 1). A reportagem aborda as leis de proteção aos povos indígenas,

desde as primeiras implantadas no começo do século XX, as quais, naquela época, segundo o jornal, foram desrespeitadas e alteradas para dar espaço às especulações e movimentações agrícolas, até o resultado da implantação do Estatuto do Índio⁴, em vigor desde 1973, mas que não era cumprido integralmente na época da publicação da edição. Além disso, a cobertura traz relatos de estudiosos e estudiosas da cultura indígena que contemplam observações do cotidiano de indígenas e a relação com a sexualidade.

O primeiro texto da cobertura refresca a memória de leitores e leitoras sobre o compromisso do jornal em oferecer voz às minorias entendidas não apenas como homossexuais, mas também negros, indígenas, feministas e outros grupos sociais, quando afirma: “LAMPPIÃO da Esquina, que desde o número zero, apresentou-se como um jornal de minorias e destacou os índios como uma das minorias a ser prioritariamente defendidas dá, neste número, sua contribuição à luta geral em favor da sobrevivência do índio brasileiro” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5, grifo do autor). O excerto remete ao editorial “Saindo do gueto”, publicado na edição de número zero, no qual o jornal defendia a pluralidade e diversidade de representações, bem como a garantia de direitos a outros grupos sociais que se encontram fora do esquadro de visibilidade política.

O texto que abre a cobertura oferece indícios de interseccionalidade não apenas ao citar os povos indígenas, mas também ao relatar como foram representados desde o exotismo do tempo das grandes navegações, colocando-se contrário a essa abordagem. Ao mesmo tempo, salienta a necessidade de contemplá-los em políticas públicas de assistência social. O texto também apresenta a relação com a sexualidade e identidades:

[...] o índio deve ser apresentado não como um ser mítico, o senhor da floresta, mas como um povo que tem sua cultura própria. Uma cultura cuja base principal é a harmonia com a natureza, uma harmonia tão completa que abrange o sexo: entre eles, este é fonte de alegria e prazer em todas as suas formas (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5).

⁴ Segundo Gonzaga (2020, p. 3), foi no contexto de surgimento do movimento indígena, nos anos 1970, que “o termo ‘índio’ passou a ser utilizado como um instrumento de luta e como uma maneira de se identificar com aqueles que estavam em sintonia de pensamento”. O que explica o uso do termo no nome de órgãos e políticas estatais, bem como na Constituição Federal de 1988 e nos discursos que denotam uma visão romantizada da identidade indígena. Porém, o autor nota que o uso da palavra “índio” por grande parcela da sociedade brasileira engloba um sentido pejorativo, de desdém, traduzindo uma conotação ideológica que reforça preconceitos contra indígenas, pois os desqualificam, associando-os a características negativas e estereótipos que não correspondem à diversidade, riqueza e humanidade dos povos originários. Por isso, na atualidade, reconhece-se a necessidade de se diferenciar os termos “índio” e “indígena” e de se empregar o segundo como denominação correta.

A decolonialidade editorial se apresenta na edição em tela pelo empenho do jornal em abordar a temática indígena em um veículo de temática homoerótica. Ao fazer essa abordagem, a publicação abre espaço para a pluralidade e diversidade de discursos e representações, indicando que diferentes marcadores identitários não se dão de modo estanque, mas se articulam, se atravessam, se sobrepõem.

A matéria de Katie van Scherpenberg (1979), intitulada de *Terra de Papagalorum*, apresenta questões de demarcações de terras a povos indígenas ainda no período colonial e como a identidade desses povos foi alterada ao longo dos anos, deixando rastros de desumanização e violência que trafegou de figura exótica e pacífica “ao repúdio que hoje se verifica no atual sistema em que vivermos” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5). Ela acredita que a mudança à identidade conferida aos povos originários ocorreu a partir da necessidade de estabelecer a demarcação de terra. Para a autora, houve interferência da moral colonizadora ao estabelecer que as vidas fora dos parâmetros eurocêntricos e burgueses poderiam ser aniquiladas. Ela afirma que a divisão de terras, na época das capitanias hereditárias e colonização, foi “arbitrária e ‘legal’ somente em termos europeus de ocupação, [...] nunca tomou o índio em consideração como um ser respeitável, legítimo dono destas terras divididas” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5).

O trecho da reportagem denota as considerações de Mignolo (2014) sobre a modernidade e a colonialidade enquanto faces da mesma moeda que atuam para a legitimação da violência ao promover o silenciamento e apagamento de manifestações alheias à moral eurocêntrica. A violência contra os povos indígenas pôde ser acompanhada com o desaparecimento das comunidades no litoral e no interior do país. Segundo Scherpenberg (1979), a posse das terras por parte dos colonizadores fez com que a dinâmica cultural da comunidade fosse alterada, provocando o deslocamento das tribos para outras áreas a fim de manter a subsistência, ignorando as características da terra ocupada por uma tribo.

De acordo com a reportagem, a relação entre o espaço, o indígena e a sua cultura leva em consideração questões de territorialidades e é uma das formas de “garantir a sua sobrevivência em termos de ser humano, e que, por isso mesmo deve ser objeto do maior respeito” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5). A relação de territorialidade e cultura sublinhada no texto suscita os conceitos desenvolvidos por Torrico (2019) acerca da comunicação ser alter(n)ativa e ex-cêntrica. Ao trazer culturas que estão às margens de visibilidade midiática, a reportagem trata o tema como alter(n)ativo, pois abre a

possibilidade de desenvolvimento da alteridade por meio de uma ação transformadora que, no caso, é o reconhecimento da necessidade de se valorizar as questões territoriais e culturais que envolvem os povos indígenas. Assim, ao valorizar signos culturais e conhecimento desses povos, a reportagem fomenta aspectos de alteridade e respeito pelos indígenas. Trata-se de ex-cêntrica por promover grupos e sujeitos que se encontram no limbo do reconhecimento público e político de uma maneira contrária à excentricidade com que indígenas são comumente representados.

A reportagem de Scherpenberg chama a atenção também pelo descaso histórico quanto à necessidade de demarcação de terras indígenas. A autora relata que no começo do século XX havia certo interesse do governo federal em realizar esse movimento, formalizado no decreto 8.072, de 1910, que criou o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, cuja finalidade era resolver problemas de invasão de terras indígenas e posseiros, tendo Cândido Mariano da Silva Rondon como primeiro diretor. O respeito à identidade e a proteção ao patrimônio cultural e territorial das comunidades indígenas eram premissas da instituição. Todavia, com as alterações ao longo dos anos, outros decretos entraram em vigor, como, por exemplo, o decreto 62.196, de 1968, que instituiu a Funai, então denominada Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mas não garantiram uma política indigenista condizente às demandas de reconhecimento e direito dos povos originários.

Mesmo sendo criada para acompanhamento do bem-estar e direitos dos povos indígenas, a Funai, como relata a reportagem, enfrentava dificuldades de manter suas atividades devido aos poucos recursos financeiros e pessoais à época — cenário não muito distinto do modo como se deu a gestão do órgão nos últimos anos no Brasil atual. A autora relaciona esses aspectos da política indigenista então vigentes com o capitalismo enquanto moral contemporânea, sublinhando como tal ideologia atinge também a cultura indígena enquanto relação com a terra e valores. Assim, indica que a emancipação de sujeitos indígenas, como pretendia o governo federal e defensores de tal política, acaba sendo um processo de violência e desmonte cultural por interferência de capital estrangeiro e de especulação.

A verdade é que, uma vez emancipado, o índio será mais um cidadão brasileiro, sem casa, nem terra, habilitando-se teoricamente a comprar por meio do B.N.H. [Banco Nacional de Habitação], a sua possibilidade de sobrevivência mediante juros e correção monetária a correr durante anos e mais anos. Para ter direito sobre a terra, terá que pagar, em

dinheiro, por esse direito, num sistema em que ele, como tantos outros, já nasce marginalizado, sem poder realmente aspirar a ser remunerado adequadamente para que tal direito possa ser respeitado (SCHERPENBERG, 1979, p. 5).

A necessidade de transformar a cultura dos povos indígenas em signos burgueses promove, segundo Silvio Coelho dos Santos (1979), em outra reportagem no jornal, etnocídio. A ideia desenhada pelo autor não diz respeito apenas à morte biológica, mas enquanto existência que perde visibilidade política e permanece vulnerável à violência ao não ter as referências culturais respeitadas:

Tragédia que agora deseja-se transformar em etnocídio, através da implantação de um projeto de decreto que tornará o índio, não índio. Ou seja, que tornará o índio “cidadão pleno” deste país, incorporando-o, pelo menos, a outros 60 milhões de pessoas que têm padrão de vida miserável, decorrente dos baixos salários que conseguem auferir. [...] índio se torna, para o Governo, um problema profundamente humano, na medida em que ele se conscientiza das mudanças e os problemas daí decorrentes e começa a questionar, dentro da lógica da cultura branca, estas próprias mudanças (SANTOS, 1979, p. 5).

193

O trecho da matéria vai ao encontro das considerações de Torrico (2019) quando este considera que a colonialidade degradou a cultura de povos originários. O autor assinala que a violência cometida contra esse grupo não visa apenas o extermínio, mas também o epistemicídio, ou seja, a eliminação também de saberes outros e das formas de construção desse conhecimento alheio às estruturas de poder.

A reportagem escrita por Santos (1979) apresenta ainda críticas quanto às formas de desapropriação de terra indígenas para a construção de barragens na instalação de usinas hidrelétricas. Informa que as áreas indígenas apresentam grande potencial para o comércio de madeira, o que provoca desmatamento e exploração madeireira, algo que ocorre com anuência de autoridades responsáveis pelo bem-estar desses povos. Devido aos movimentos de etnocídio e epistemicídio, os povos indígenas são obrigados a se emanciparem, porém, ser emancipado não é uma escolha, mas uma única possibilidade para permanecerem vivos, como aponta a reportagem:

O índio tem que passar a usufruir um direito dele e não um direito sobre ele que lhe tolhe todas as ações. Creio, pois, que é necessário repensar o índio no discurso oficial. E para tanto, é preciso repensar toda a Nação brasileira, tornando-a pluralista, multi-étnica, plurinacional e efetivamente democrática. Sabemos que o projeto de emancipação em nada contribui para o indigenismo que efetivamente desejamos, nem tampouco trará vantagens reais para os índios (SANTOS, 1979, p. 6).

Pelo viés de gênero, há outra reportagem que, por meio de relato, apresenta a relação entre a comunidade indígena e sujeitos que se assemelham às travestis, denominados como kudinas. O texto traz informações e vivências que nem sempre integram o expediente clássico da produção de reportagens e notícias. Produzido por Darcy Ribeiro (1979), o relato expõe percepções de uma das suas visitas à comunidade indígena Kadiwéu. Antes de apresentar as práticas homoeróticas na comunidade, o antropólogo e sociólogo aborda outra experiência no Xingu, Amazonas, ao narrar que uma criança indígena ateou fogo na aldeia em que morava e que o gesto não causou represálias. Ele percebeu a mesma tolerância na comunidade Kadiwéu quanto aos kudina, que são homens que decidem se tornarem mulheres. “O kudina é um homem-mulher, ou um homem que decidiu ser mulher. Ele se veste como mulher, pinta o corpo como uma mulher — e menstrua” (RIBEIRO, 1979, p. 7). O autor não menciona como seria a menstruação deste grupo, mas aponta que todo o ritual que as mulheres indígenas passam em períodos menstruais também são vivenciados por pessoas kudinas, como o isolamento até o fim do ciclo e os hábitos de conversa. Assim, as kudinas também são respeitadas pela sua condição:

[...] kudina é uma figura absolutamente aceita, integrada no grupo. Significa apenas uma possibilidade de condição humana que a tribo incorporou e até institucionalizou. O grupo reconhece que eles em geral são grandes artistas. São aceitos como os guerreiros. Estes, sim, andam um tanto confusos, vagando pela tribo, esperando a guerra. Mas não vem a guerra e eles não fazem coisa nenhuma (RIBEIRO, 1979, p. 7).

Pelo relato, não há distinção pela orientação sexual ou pela identidade assumidas, diferentemente do tratado dado às travestis na cultura urbana/ocidental que, não raro, ocupam espaços marginalizados e de prostituição, além de serem alvos de violência.

Outra matéria, em forma de relato, traz experiências de gênero na cultura indígena com base em trecho traduzido do livro *Keep the river on your right*, de autoria de Tobias Sebneebaum. A obra aborda experiências em comunidades indígenas da América Latina, de hábitos canibais, e os trechos veiculados no jornal dizem respeito a povos peruanos. O relato veiculado faz referência aos trabalhos de parto, bem como à dinâmica de cuidado com as mulheres grávidas e traços da sexualidade masculina. O relato é explícito na descrição do momento do parto, expondo que a mulher se distancia da comunidade para dar à luz apenas com auxílio de outras mulheres:

A gestante cavou um buraco. Ela se ajoelhou por cima do buraco, com as pernas bem abertas. Deixou escapar um gemido, enquanto uma massa úmida escorregava do meio de suas pernas. A seguir, cantou longamente, em tom altíssimo, até que outra mulher veio e ajoelhou-se a seu lado. Depois que a mãe apanhou o bebê, ambas taparam o buraco. Segui-as em direção ao rio, onde elas lavaram a criança. Pegaram o corpo de um filhote de jaguar que já estava por ali e deixaram que o sangue da garganta aberta escorresse sobre a cabeça da criança (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 6).

Além de falar dos rituais que envolvem o parto na comunidade indígena, o relato indica a naturalidade com que a sexualidade entre os homens indígenas acontece, com traços de homoerotismo:

Eu me deitei com os outros homens, no nosso compartimento. Fiquei pensando nos desenhos que tinha feito, enquanto olhava Michii [possivelmente o indígena que é pai para criança que nasceu] pentear seus cabelos com uma espécie de vagem cheia de espinhos. Meu amigo Darinimhiak começou a rir baixinho. Pôs-se a dar tapas nas costas e nas coxas de Michii. Agarrou o pênis do outro, esticou-o e acariciou-lhe os testículos. Inclinou-se depois sobre mim, deu uma palmada na minha perna e puxou meu pênis pela cabeça. Apontou para a mulher que dera à luz, recostou-se sobre as costas de Michii e abraçou-o por detrás, dizendo-me que o companheiro tinha se tornado pai. Michii não manifestou qualquer sinal de orgulho ou prazer. Mesmo tendo a mulher e a criança a uns três metros dele, na beirada do fogo mais próximo, não fez qualquer movimento de curiosidade. Depois de comer, Michii levantou-se e saiu. No caminho, passou pela criança, e só então lançou-lhe um rápido olhar (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 6).

O jornal trata a sexualidade de modo decolonial ao não abordar o desejo e as identidades como universais, contrapondo-se às regras das artimanhas desenhadas pelas práticas de biopoder, apresentadas por Foucault (1999), de compreender a sexualidade como dispositivo de poder. Nas cenas apresentadas nos trechos do livro, vivenciadas por Tobias Sebneebaum, o toque entre dois homens não caracteriza obrigatoriamente homossexualidade, nem afeta a masculinidade e os valores de paternidade. O modo de compreender o desejo e a vontade de conhecer o corpo apresentados na comunidade indígena escapam e são interpretados como desprendimento de signos e valores que moldam corpos, subjetividades e desejos enquanto processos universais, uma maneira de decolonizar o erotismo, compreendido como um:

[...] desenraizar a colonialidade do ser, do saber e do sentir que ainda intervém em parte das nossas respostas sensoriais, emocionais, sexuais e eróticas, em muitas das posições críticas do pensamento e nas relações interpessoais estabelecidas no

seio das comunidades e com as instituições coloniais (FERRERA-BLANQUET, 2015, p. 13, tradução nossa)⁵.

Desse modo, ao trazer a experiência do autor, o jornal não apenas retrata movimentos comportamentais, mas decoloniza as sexualidades e as identidades ao fragmentar o pressuposto da dicotomia entre homem/mulher, heterossexualidade/homossexualidade e outros pares para identificar e considerar identidade binárias. Desse modo, o jornal expande conceitos e movimentos para além das condições cristalizadas acerca do entendimento das sexualidades no universo ocidental, branco e colonizado.

Considerações finais

Ao veicular as reportagens sobre a demarcação de terra indígenas, as experiências de Tobias Sebneebaum apresentadas em livro e os relatos de Darcy Ribeiro, o jornal *Lampião da Esquina* dialoga com movimentos que podem ser denominados como decolonialidade editorial que, no caso, expressam as vivências e a cultura de povos indígenas. Primeiramente, a publicação considera o conhecimento e as práticas fora dos esquadros do universo ocidental como dignos de reconhecimento público e político.

Em grande medida, os trechos dialogam com a ideia de Torrico (2015, p. 61) de desenvolver a comunicação não-ocidental, ou seja, “mais humano, social, comunitário, inclusivo, humanizador e democratizante” (tradução nossa)⁶. Para o autor, a comunicação ocidental, baseada na modernidade e positivista, desenvolveu perspectivas lineares e autorreferenciais à comunicação ao tratar personagens e acontecimentos com objetivos capitalistas industriais e considerar os valores, relatos, experiências, sujeitos e grupos alheios aos signos convencionais como desmerecedores de visibilidade e reconhecimento. Ao trazer os aspectos culturais, identitários e de gênero, o jornal promove referenciais que foram silenciados por uma questão de dominação.

Na mesma esteira desse pensamento, o jornal também pode ser considerado como alter(n)ativo e ex-cêntrico pela perspectiva de Torrico (2019), como já assinalado. Ao apresentar a realidade de comunidades indígenas latino-americanas, *Lampião da*

⁵ No original: “desarraigar la colonialidad del ser, del saber y del sentir que aún interviene parte de nuestras respuestas sensoriales, emotivas, sexuales y eróticas, muchas de las posturas críticas de pensamiento y las relaciones interpersonales establecidas dentro del interior de las comunidades y con las instituciones coloniales”.

⁶ No original: “más humano, social, comunitario, inclusivo, humanizador y democratizante”.

Esquina desenvolve a alteridade ao abordar as vivências de povos originários sem traços de espetacularização e sem pará-los como grupos exóticos ou agressivos. A alter(n)atividade reconhece o valor político das experiências indígenas ao considerá-las como dignas de visibilidade e como método de construção de conhecimento e saber.

Enquanto demonstrações de alargamento das práticas de erotismo e sexualidade, o jornal traz expressões que caminham às margens das estruturas biopolíticas ao apresentar que as identidades e os comportamentos não se encontram em condições marmorizadas. Destarte, o jornal executa movimentos de decolonialidade de saber, de ser e de subjetividade ao veicular cenas que se situam distantes das preposições de controle e disciplina ocidentais, tanto em pontos sobre as sexualidades e identidades, como também nas práticas do jornalismo.

Referências

AMARAL, M. E. P. Lâmpião da Esquina: decolonial e alter(n)ativo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, p. 159-170, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/788>. Acesso em: 12 mar. 2023.

AMARAL, M. E. P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/181765>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, S. El lado oscuro de la “época clásica”: filosofía, ilustración y colonialidad en el siglo XVIII. In: MIGNOLO, Walter *et al.* **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 89-113.

FERRARA-BLANQUET, R. M. Introducción: Ts'aak (Sanar) erótico decolonial. In: FERRARA-BLANQUET, R. M *et al.* **Andar erótico decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015. p. 13-20.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

GONZAGA, A. A. **Decolonialismo indígena**. 2. ed. São Paulo: Matriosca Editora, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **O futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Aprendendo com os índios. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro 1979, p. 5.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Na selva peruana. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro 1979b, p. 6.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Saindo do gueto [editorial]. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 0, abril de 1978, p. 2.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 37-53.

MIGNOLO, W. Introducción. In: MIGNOLO, W. *et al.* **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 9-18.

SANTOS, S. C. Nas raízes da tragédia. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, agosto de 1979, p. 5.

SCHERPENBERG, K. V. Terra de Papagalorum. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro de 1979, p. 5.

RIBEIRO, D. Repressão: essa ninguém transa. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro de 1979, p. 7.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Objetiva, 2018.

TORRICO, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TORRICO, E. La comunicación en clave latinoamericana. **Chasqui**, Quito, n. 132, p. 23-36, 2016.

TORRICO, E. La “comunicación occidental”. Eurocentrismo y Modernidad: marcas de las teorías predominantes en el campo. **Journal de Comunicación Social**, Bogotá, n. 3, v.3, p. 41-64, 2015.

Submissão: 16 de mai. 2023

Aceite: 21 de jun. 2023.

Do tambor ao papel:

Nzinga Informativo e a imprensa feminista negra

Danyela Barros Santos Martins de Queiroz¹
Reginaldo Moreira²

Resumo

O intuito deste artigo é fazer uma leitura analítica do jornal alternativo *Nzinga* (1985-1989), sob a ótica da construção do pensamento fronteiro, destacando a insurgência do movimento feminista negro brasileiro. Por meio de análise documental e revisão bibliográfica, numa perspectiva decolonial e feminista, retomamos o momento histórico do informativo articulando a história do movimento negro feminista, as questões que envolvem a condição da mulher negra no Brasil e a potencialidade da escrita insubmissa. A escrita do *Nzinga Informativo* marcou o processo de resistência e independência da fala das mulheres negras, combateu a invisibilidade e contribuiu na construção de afirmações identitárias.

Palavras-chave: Imprensa alternativa. Pensamento fronteiro. Feminismo negro.

200

From drum to paper: *Nzinga Informativo* and the Black feminist press

Abstract

The purpose of this paper is to make an analytical reading of the alternative newspaper *Nzinga* (1985-1989), from the perspective of the construction of border thinking, highlighting the insurgency of the Brazilian Black feminist movement. Through document analysis and bibliographic review, in a decolonial and feminist perspective, we resume the historical moment of the newsletter, articulating the history of the Black feminist movement, the issues that involve the condition of black women in Brazil and the potential of unsubmissive writing. The writing of *Nzinga Informativo* marked the process of resistance and independence of Black women's speech, fought invisibility and contributed to the construction of identity statements.

Keywords: Alternative press. Border thinking. Black feminism.

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com pesquisa na linha de processos sociais e práticas culturais. E-mail: danyelabarros@gmail.com.

² Docente da graduação e pós-graduação do Departamento de Comunicação da UEL, do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA). Integrante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e Educação em Saúde. Um dos coordenadores dos Grupos de Pesquisa e Extensão: Entretens e Deco (Decolonialidade na Comunicação). Pós-doutor em gênero, sexualidade e teoria queer, pelo EICOS/UFRJ. Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: regismoreira@uel.br.

Localizando o debate

A relação entre brancos e negros sempre foi marcada por barbáries, rupturas, descontinuidades, ressignificações, resistências, ou seja, mesmo que intensa e presente, é marcada por tensões e não é homogênea, e pode ser caracterizada pelo que os estudos decoloniais têm nomeado como *modernidade/colonialidade* (QUIJANO, 1992). A argumentação principal apresentada por esses estudos nos remete à ideia de que a experiência da invasão e do processo de exploração e escravização das populações de origem africana e dos/as indígenas promovida neste continente ao longo de 500 anos construiu enunciados e práticas que classificaram, e ainda classificam, as populações do mundo por uma escala que identifica faltas e excessos em relação ao modo de vida europeu.

Esse olhar, produzido pela Europa e reproduzido no imaginário e nas práticas sociais brasileiras, apresenta a origem africana e também a África atual, intimamente ligadas às ideias de escravidão, trabalho braçal, inferioridade intelectual, atraso tecnológico e falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético (FANON, 2008). Nesse sentido, o eurocentrismo é também a base para o pensamento “intelectual” e para a produção do imaginário social brasileiro sobre o continente africano como o “Outro” da Europa. Aqui é importante pensar o eurocentrismo tal como apontam Bernardino-Costa e Grosfoguel:

A partir do século XVI iniciou-se, portanto, a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Coronil (1996), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (DUSSEL, 2005). Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades. (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016, p. 18).

Esse primeiro grande discurso que inventa, classifica e subalterniza o outro (MBEMBE, 2018) é também a primeira fronteira do nascente sistema mundo moderno/colonial. O pensamento de fronteira não é um pensamento fundamentalista ou essencialista daqueles que estão à margem ou na fronteira da modernidade. Justamente por estar na fronteira, esse pensamento está em diálogo com a modernidade, porém a partir das perspectivas subalternas. Em outras palavras, o pensamento de fronteira é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade, e o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico (GROSFOGUEL, 2009).

No discurso colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, de subjetividade, pronto para servir e destituído de voz (HOOKS³, 1995). Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo. Mediante a razão colonial, o corpo do sujeito colonizado foi fixado em certas identidades. Como resposta, em diálogo com as feministas que defendiam que o conhecimento é sempre situado (HARAWAY, 1991), as feministas negras argumentaram que a epistemologia dominante, embora travestida de neutra e universal, é masculina e branca.

Diante disso, a trajetória individual e coletiva dos sujeitos subalternizados (especialmente das mulheres negras) é vista como um privilégio epistemológico de onde se elabora também um pensamento de fronteira a partir de uma perspectiva subalterna. Dentro desse cenário, neste trabalho buscamos analisar a produção da mídia alternativa feminista negra, aqui representada pelo *Nzinga Informativo*, periódico elaborado por Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Sandra Bello, Elizabeth Viana, Jane Thomé, Miramar Correa, dentre outras mulheres, no período de 1985 a 1989. Numa perspectiva decolonial e feminista, considerando a construção do pensamento fronteiriço dessas mulheres, por meio de análise documental e revisão bibliográfica, articulando a história do movimento negro feminista, as questões que envolvem a condição da mulher negra no Brasil e a potencialidade da escrita insubmissa. Dessa maneira, o referencial teórico que orientou a

³ N. do. E: Pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins (1952-2021), intelectual feminista mundialmente reconhecida, *bell hooks*, grafado em letras minúsculas, foi criado devido ao posicionamento político da autora. Segundo ela, o pseudônimo teria como princípio uma recusa ao egoísmo intelectual. O objetivo era prestar mais atenção às ideias do que ao nome da autora. Em respeito ao objetivo da pensadora e para não fazer exatamente o oposto — ou seja, chamar mais a atenção para o nome —, mantivemos a grafia minúscula em todas as citações à autora no dossiê, exceto no início de frases e nas citações da ABNT entre parênteses.

origem deste artigo se ancorou nos estudos de Lélia Gonzalez (1985), Rosália Lemos (1997), Elizabeth Viana (2006), Karina Janz Woitowicz (2014), Bernardo Kucinski (2018) e Viviane Gonçalves Freitas (2018).

Mulheres negras e o movimento feminista

Durante o período da ditadura empresarial-militar⁴ brasileira existia uma tentativa do regime de reforçar o mito da democracia racial e de negar, portanto, o racismo no país. No Rio de Janeiro, o governo, durante esse período, reforçava uma narrativa por meio de propagandas televisivas, de que a falta de higiene e o risco de desabamento eram ameaças iminentes nas favelas. Por meio do lema “demolir para construir”⁵, deu-se início a um projeto de erradicações das favelas, com remoções contínuas e perseguição às lideranças de associações de moradores, havendo na prática a execução de um projeto de limpeza social e racial.

Ao voltar o aparato repressivo para os moradores de favelas e periferias, em sua maioria negros, a ditadura aprofundou o racismo institucional, que marca a história das polícias e do sistema de Justiça no Brasil. Como qualquer manifestação política ou cultural era vista como uma tentativa do movimento comunista de desestabilizar o governo brasileiro, os bailes de música *soul*, que eram expoentes do renascimento do movimento negro no país, passaram a ser proibidos, perseguidos e o tema censurado.

Em 1978, em São Paulo, é criado o Movimento Negro Unificado (MNU) com o objetivo de denunciar o mito da democracia racial, o racismo estrutural e a violência policial, pois as denúncias do MNU mostravam que um jovem negro não precisava carregar cartazes de oposição à ditadura para ser considerado inimigo do regime. Ao

⁴ Para Pedro Campos (2012), houve o apoio de empresários, sobretudo da construção civil, à ditadura. Enquanto os empresários eram beneficiados e ampliavam suas formas de organização, os trabalhadores eram duramente explorados e reprimidos. Segundo a pesquisa do historiador, os empresários foram bastante ativos, não apenas após o golpe de 1964, mas também antes dele. A exemplo disso houve a fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), em 1962, por empresários do ramo da construção. Criado para dar suporte ideológico ao golpe, o Ipês fazia uma campanha nos meios de comunicação e produzia filmes cinematográficos, que eram exibidos nas sessões de cinema, antes do filme principal, a fim de transferir para os públicos os valores defendidos pelo regime. Além disso, existe a evidência de ocupação de diversos empreiteiros no aparelho do Estado entre 1964 e 1985.

⁵ O braço do governo central para realizar as remoções era a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM). O programa, criado em 1968, chefiava órgãos como a Companhia de Habitação (Cohab), que construía e comercializava os conjuntos habitacionais, a Secretaria de Serviços Sociais, responsável pelas remoções, e o Banco Nacional da Habitação (BNH), que financiava o programa. Na prática, o projeto resultou na migração de favelados para áreas afastadas da região central da cidade e, por consequência, dos serviços e oportunidades.

herdar uma polícia já violenta e racista, a ditadura criou leis e estruturas que a tornaram ainda mais repressiva. No início da década de 1980 inicia-se uma transformação na ação do Movimento Feminista, introduzindo, com Lélia Gonzalez e outras, a questão da mulher negra, que sempre foi trabalhadora neste país.

Para Lélia Gonzalez (1985), o movimento feminista teve suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significava maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. Isso fazia com que as mulheres do movimento tivessem dificuldades de perceber as disparidades de classe e de *status* no interior do grupo populacional composto pelo sexo feminino. Sua reflexão, portanto, alertava para o fato de que o próprio feminismo brasileiro também se valia da opressão feminina da mulher negra, e sua proposta era a de que o movimento de mulheres discutisse as relações raciais para que a luta das feministas não se tornasse alienada nem produzisse a ideologia eurocêntrica da realidade.

A pensadora bell hooks (2015) faz uma análise crítica ao feminismo branco-burguês,

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. [...] Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. [...] As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos (HOOKS, 2015, p. 207-208).

Sueli Carneiro (2003, p. 118) utiliza-se da expressão *enegrecendo o feminismo* para marcar a trajetória das mulheres negras no interior dos movimentos feministas brasileiros, a fim de modificar a condição de silenciamento de vozes e de invisibilidade de corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo. A autora denuncia a identidade branca e ocidental da formulação clássica do feminismo e a insuficiência teórica e prática política dele em conseguir integrar as

diferentes expressões do feminino que despontam em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Patrícia Hill Collins expande a compreensão da experiência do racismo e do sexismo como mecanismos de hierarquização do poder e do conhecimento, afirmando que a experiência acadêmica para mulheres negras se torna uma luta constante contra os efeitos da supressão da autonomia e da humanidade. Para Collins (2009), conhecimento e poder estão intrinsecamente conectados, exigindo uma estratégia de enfrentamento aos sistemas de opressão a partir da teoria crítica fundamentada no conhecimento organizados por grupos subordinados.

Como grupo historicamente oprimido, as mulheres negras norte-americanas produziram um pensamento social articulado para se opor à opressão. A forma assumida por esse pensamento não apenas diverge da teoria acadêmica padrão — pode tomar a forma de poesia, música, ensaios, etc. —, mas o propósito do pensamento coletivo das mulheres negras é distintamente diferente. As teorias sociais que surgem de e/ou em nome das mulheres negras e de outros grupos historicamente oprimidos visam encontrar maneiras de escapar, sobreviver e se opor à injustiça social econômica prevalente. [...] A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para mulheres negras enquanto coletividade quanto para outros grupos oprimidos (COLLINS, 2009, p. 11).

205

Para Sueli Carneiro (2014), a branquitude enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc. Complementa que existe no Brasil um processo de banimento social à exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país.

Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e

pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2014, n.p.).

Historicamente, as mulheres negras foram jogadas à própria sorte e não experimentaram a mesma experiência das mulheres brancas em demandas específicas relacionadas à luta contra a submissão feminina, aos direitos políticos e direitos sobre o corpo etc., que a luta do movimento feminista tão bem colocou na pauta mundial. No caso brasileiro, as mulheres negras, majoritariamente se encontram ocupadas nos trabalhos precários, com baixa escolaridade e vivendo em lares sem presença masculina, chefiando a casa, providenciando o sustento dos seus. O poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier nos deu um título para essa realidade utilizando a expressão *matriarcado da miséria* (apud CARNEIRO, 2011), mostrando como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social. Mesmo nessa condição representam resistência e liderança em suas comunidades em todo o país.

As perversidades do racismo e do sexismo operam de maneira tão profunda que constantemente sequestram de mulheres negras processos íntimos de autoconstrução. Os processos de inferiorização aos quais as mulheres negras são submetidas estão conectados com as estratégias manipuladas pelas elites dominantes para manter essas mulheres excluídas do mercado de trabalho, da educação formal e do exercício da cidadania. A retomada da própria voz torna-se, portanto, uma ferramenta importante para reverter as relações de poder que mantêm as mulheres negras em situação de subordinação. Por isso, o movimento iniciado por Lélia Gonzalez e as mulheres do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras se tornaram um marco importante na história do feminismo brasileiro.

Um jornal de mulheres negras: *Nzinga Informativo* (1985-1989)

Com a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais (campo da esquerda na sociedade civil organizada) deixaram a clandestinidade e propagaram a discussão classista, e o movimento negro, por sua vez, voltou-se para uma política de identidade. No período posterior a 1985, o movimento de mulheres negras se formou como fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e autônomas, que enfrentaram conflitos tanto dentro dos movimentos de esquerda quanto

nas organizações negras, visto que as questões específicas das mulheres eram consideradas menores e divisionistas.

Historicamente, destaca-se o marco do movimento das mulheres negras brasileiras durante o III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga (SP), em 1985, onde o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras já se destacava ao sugerir a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul. O coletivo foi fundado em 16 de junho de 1983, em meio à efervescência da retomada dos movimentos sociais na arena pública brasileira dos anos 1980 e da aproximação entre os movimentos negro e de favelas. A Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, foi escolhida para sediar o coletivo, em um momento em que se ampliava a intervenção dos grupos organizados de mulheres negras no cenário político nacional (VIANA, 2006).

O nome do coletivo, Nzinga, vincula-se à preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. Além disso, as referências simbólicas continuam nas cores da logomarca, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres. Segundo Lélia Gonzalez (1985), o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô. O nome foi uma sugestão de Lélia, a primeira coordenadora do coletivo, a partir de pesquisas que realizou sobre a história das mulheres africanas e o poder exercido por elas (VIANA, 2006). O grupo buscava resgatar a história de participação política e social da mulher negra na sociedade brasileira.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro — a[s] questões do Gênero: SOMOS MULHERES — e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo — a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS — e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele, mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral (EDITORIAL, NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2, grifos no original).

Para editar o seu jornal, o coletivo Nzinga valeu-se do financiamento que recebera da instituição estadunidense Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), por meio da aprovação do projeto História Contemporânea das Lutas das Mulheres Negras (VIANA, 2006). Mesmo com periodicidade bastante irregular⁶ e somente cinco edições em quatro anos, característica comum à imprensa alternativa da época (KUCINSKI, 2018), o jornal produzido por essas mulheres se destaca entre as produções alternativas, devido à sua escrita de vanguarda e que proporcionava o debate de questões como o racismo e o sexismo.

Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e de negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade. Tudo aquilo que a gente ouve e vê sobre a mulher todos os dias tem a finalidade de nos tomar pessoas sem iniciativa, pessoas incapazes de lutar por nossos direitos, pessoas com vergonha da nossa própria condição de mulher. Essa sensação de incapacidade como mulher e como negra nos afasta da luta pelos nossos direitos de pessoa humana. E enquanto os homens negros avançam na luta contra o racismo, nós mulheres negras estamos dentro de casa passando para nossos filhos as superstições e concepções racistas e machistas, porque permanecemos na ignorância e somos alvos fáceis dessa ideologia que vai nos atacar dentro das nossas casas (NZINGA INFORMATIVO, n.4, jul./ago. 1988, p. 5).

208

Nem o feminismo brasileiro, liderado por mulheres que eram sobretudo ricas e brancas, nem o movimento negro, que estava ativamente engajado em reivindicar uma identidade negra coletiva que identificava o racismo como uma força social, poderiam por si só abordar de maneira adequada as questões das afro-brasileiras. Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população negra possuíam formas específicas de gênero. De fato, as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e

⁶ Foram publicados cinco números do *Nzinga Informativo*: junho/1985, julho/1985, fevereiro-março/1986, julho-agosto/1988 e março/1989. Cada número tinha de seis a oito páginas, sendo que a maioria dos textos não era assinada. Entretanto, a edição número 5 se difere das anteriores pelo tamanho — sendo publicada em 16 páginas —, além de trazer a cobertura do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em dezembro de 1988, em Valença (RJ), com textos-depoimento assinados por representantes de diversos coletivos de mulheres negras de vários estados brasileiros, o que demonstra a ramificação atingida pelo informativo e o diálogo existente entre os grupos em atuação naquele momento.

heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. Um trecho da edição número 3 do *Informativo Nzinga*, durante a reprodução de uma entrevista com mulheres dos coletivos Aqualtune e Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP) pontua a relação com o movimento de mulheres,

Beth — Como se articula o Movimento Feminista e a mulher negra? [...]

Pedrina — Não sou contra o Movimento Feminista. Ele está certo. Nós temos é que aproveitar a contribuição dele, do que ele já fez. A relação com o movimento feminista tem que ser de troca, porque ele tem a questão das mulheres em geral muito mais discutida. Tem erros e acertos, mas a gente tem que aprender com ele. Acontece que ele não está preocupado com uma questão específica que é a nossa, mas que é específica de uma maioria de mulheres e que, portanto, atrasa o Movimento de Mulheres em geral. Ele é feminista na medida em que está sendo feito para determinadas camadas. O ideal é que haja um momento histórico em que exista um Movimento de Mulheres porque todas as mulheres estarão fazendo aquilo. Como negras nós temos dois problemas: o de ser negra e o de ser mulher. E eles têm que ser resolvidos juntos. Sem resolver os dois a gente não consegue resolver nenhum.

Joana — A nossa participação no Movimento Feminista só vai se dar a partir do momento que elas (as mulheres) aceitarem discutir a questão da classe e da cor. Tivemos uma experiência em Bertioga, no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em agosto passado, onde nós não entramos porque éramos pobres — tinha que pagar uma taxa de inscrição — e a maioria negra. [...] É preciso retomar essa discussão da classe e da cor no próximo encontro em 1987 lá no México, e reavaliar o que aconteceu (NZINGA INFORMATIVO, n. 3, fev./mar. 1986, p.5-6).

O jornal do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras possuía como tema de destaque de suas edições a valorização da população negra e, em especial, das mulheres negras, que era o ponto central do informativo. A predominância de pautas observada em relação à comunidade negra, que engloba temas como discriminação racial, movimentos negros, mulheres negras, cultura negra e escritoras/es negras/os demonstra o objetivo de divulgar e valorizar os ritos e costumes da comunidade negra. Em cada edição dedicava-se um espaço para retratar a história de uma mulher negra em especial; era então chamado *Mulheres negras e guerreiras*, destacando personalidades como Winnie e Zinzi Mandela; e Benedita da Silva. Um espaço importante para demarcar a ancestralidade e uma conexão à filosofia Ubuntu.

Tendo origem do idioma Kibundu dos povos de matriz bantu do continente africano, a palavra *Ubuntu* não tem uma tradução exata e literal em português, mas seu significado seria, de maneira geral, “existências conectadas entre si”, ou seja, ela mostra

que há uma conexão entre as existências. Nessa perspectiva procura-se apresentar Ubuntu como uma maneira enraizada de conceber o mundo, pois, a partir dessa concepção, podemos nos ocupar dos “problemas particulares do mundo negro: luta contra a escravidão, integração social das diásporas, emancipação política, luta contra a pobreza absoluta” (NGOENHA, 2011, p. 69), a fim de reconstruir as narrativas históricas sobre a África e sobre o negro em diáspora.

Ubuntu exerce uma crítica ao individualismo que sustenta a modernidade; pensar coletiva e cooperativamente sem excluir as diversidades que são presentes no grupo é uma atividade que o conceito de *Ubuntu* apresenta na intenção de estabelecer uma reconstrução social. Ubuntu vem estabelecer reflexões complexas sobre a modernidade, e partir de seu agenciamento abre espaço para difundir outros meios de saberes, que por sua vez, também se localizam dentro dessa visão centrada de mundo. Conceber Ubuntu como uma Filosofia que vive dentro de África e que pode ser vivida fora dela é compartilhar de uma ética humanitária que compreende uma humanidade não centrada e não excludente, além disso, é advogar por uma África detentora de saberes. Libertar o pensamento das amarras coloniais é cooperar por uma Filosofia não epistemicista (CARNEIRO, 2005).

A última publicação do *Informativo Nzinga*, em março de 1989, trata-se de uma edição especial, com um número maior de páginas e dedicada a fazer um balanço do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (1º ENMN), que foi realizado entre os dias 2 e 4 de dezembro de 1988, em Valença (RJ). O evento contou com a participação de 450 mulheres negras de 19 estados e foi precedido por encontros e seminários estaduais de mobilização e debate político. Considera-se que Valença contribuiu para impulsionar o movimento contemporâneo de mulheres negras, ao permitir um exercício de identificação da urgência em ultrapassar as fronteiras do feminismo por meio de uma articulação da questão racial com as questões de gênero e classe (GONÇALVES, 2019). Foi reafirmado o papel das mulheres negras como sujeito central no processo de reivindicação por uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação, a partir de seus próprios referenciais.

É importante salientar que no ano do 1º ENMN aconteciam os festejos do Centenário da Abolição. Pegando esse mote, as mulheres negras reunidas em Valença construíram a crítica a esses festejos e realizaram debates sobre racismo, educação, trabalho, saúde, organização política, sexualidade, arte e cultura em oficinas e outras atividades. Foram momentos cruciais para refletir sobre o conceito de *abolição da*

escravatura e para uma troca de experiências que trouxe luz à diversidade política e cultural que as mulheres negras brasileiras representam, além da importância histórica de replicar os conhecimentos ali intercambiados.

Para fazer o balanço do 1º ENMN, as mulheres do Nzinga convidaram as participantes do Encontro a colaborarem com o Informativo pelo envio de cartas. Receberam cartas de diversos lugares do Brasil, confirmando a capilaridade e a extensão do alcance das ações do coletivo, todas salientando a importância política do evento para a comunidade feminina negra. Segue a reprodução de um trecho ilustrativo:

Não foi a simples mania de fazer encontro; não foi pra mostrar que nós também sabemos alojar bem, mulheres negras. Não! A razão fundamental da realização desse Encontro, ou pelo menos a ideia geradora deste, foi a partir da constatação de que “nos 472 anos de opressão da raça negra no Brasil, nós mulheres negras temos lutado para resgatar a nossa participação ativa no processo de transformação da Sociedade Brasileira, desde o momento da nossa chegada ao Brasil”; o que no ano do Centenário da falsa Abolição nós teríamos o dever de nos organizarmos Nacionalmente, para manifestarmos a nossa visão da “Abolição” e analisarmos as consequências desta no homem e mulheres negros, [sic] devolvendo para a percepção da sociedade através do Encontro, na tentativa de identificarmos as nossas variadas formas de luta contra o racismo e o sexismo e apontar para uma ação efetiva de combater estas chagas sociais (NZINGA INFORMATIVO, n. 5, mar. 1989, p. 7).

211

Por promover encontros e espaços para refletir as demandas e reivindicações da coletividade negra, desafiando as ferramentas de opressão a partir da recuperação da própria voz, o *Nzinga* constitui-se como um “espaço protegido” (COLLINS, 2009), permitindo a essas mulheres resistir e construir novas experiências. Nesse espaço, as pessoas oprimidas podem tematizar e refletir a respeito de sua opressão, percebendo a si mesmas como oprimidas ao dialogar e ao espelharem-se em outras pessoas que padecem da mesma condição. Esses lugares também criam as condições materiais para a emergência de novos agentes políticos capazes de dirigir demandas ao sistema político formal. Como afirma um trecho Informativo,

Nos grupos de auto-consciência, as mulheres vão construindo novas formas de auto-imaginação-orientação, auto-expressão, auto-organização e auto-direção, até atingir uma autonomia plena que lhes faculte se autodeterminar nas esferas: política, individual, afetiva, sexual e procriativa. Enfim, trabalhar nessa dimensão é buscar a saúde vivencial que implica em encontrar resposta frente a necessidade de satisfação com a vida e consigo mesma; ter otimismo frente ao destino e seus problemas; ter capacidade de enfrentar a adaptar-se às frustrações; ter

disposição de lutar para relacionar-se satisfatoriamente com as pessoas e com o ambiente; ter estímulo para viver, avançar e ter apreço pelas demais pessoas e por si mesma (NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988, p. 6).

Outra confluência pode ser feita a partir do significado de *aquilombamento* elaborado por Beatriz Nascimento (1985), que, por sua vez, compreende que o quilombo não foi apenas um local para fugir do sistema escravista e resistir a ele, mas também um modelo de organização social, além de poder denotar outras simbologias, como que em constante transmutação. Segundo a historiadora, no final do século XIX os quilombos ganharam o significado de instrumento ideológico contra a opressão racista: havendo uma passagem da instituição em si para símbolo de resistência. Justamente por ter sido aquela instituição e sistema alternativo, que o quilombo ganhou a dimensão de símbolo de libertação e de disputa ideológica. Daí então se incorporou a utopia e o sonho por liberdade representadas nessa ideia de quilombo, que passou a ser um espaço de manutenção da identidade pessoal e histórica negra, o que nos permite localizar o coletivo Nzinga enquanto um aquilombamento de mulheres que aflorava práticas sociais emergidas de saberes tradicionais ressignificados no contexto da luta feminista.

Dentro da perspectiva da comunicação como um processo amplo que envolve a troca de informações entre interlocutores por meio de signos e regras semióticas mutuamente entendíveis, podemos fazer uma análise sobre as formas de comunicação da comunidade negra, que historicamente, na impossibilidade da escrita se comunicava por meio de elementos verbais e não verbais. A exemplo disso temos a música e as habilidades performativas que a envolvem, elementos essenciais em vários processos de socialização na África e em suas diásporas, nos quais os instrumentos musicais desempenham papéis fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Além de ditar o passo das danças e mediar a transmissão de ensinamentos, os instrumentos musicais constituem um meio privilegiado de comunicação com a ancestralidade. Em muitos grupos, os tambores são os guardiões da memória, conservam os valores tradicionais e os códigos da identidade entre as gerações: trata-se de uma maneira outra de entender a comunicação e a potencialidade de seu uso pela comunidade negra. Assim, concluímos que quando não havia escrita, havia o tambor.

Considerações finais

A escrita dos jornais alternativos feministas brasileiros desde os anos 1970 representavam uma nova forma de ativismo político, refletindo as descobertas que as feministas fizeram sobre si mesmas e de todas as ideias feministas que floresceram nessa época. Tratava-se de um jornalismo feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, carregando a expressão de contradições, desejos, conquistas, problemas e questionamentos. Conforme afirma Karina Woitowicz (2014), a mídia alternativa se revelou um espaço de resistência e construção de identidades, uma vez que os discursos projetados nos veículos constituíram um fazer/agir do feminismo, que conquistou espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade.

Localizamos o *Nzinga Informativo* dentro do entendimento que fazemos da construção dos jornais alternativos enquanto um espaço de comunicação que compromete o indivíduo com o exercício de sua cidadania, permitindo-lhe uma atuação no cotidiano, possibilitando transformar, inclusive, a sua existência e a das pessoas à sua volta (PAIVA, 1998). É um contraponto aos interesses da comunicação elaborada pela *mass media* que é feita de maneira a garantir os interesses e a hegemonia de pequenos grupos da classe dominante, o que os impossibilita, dentro da lógica capitalista, atingir uma comunicação crítica, educacional, com apego à formação da cidadania.

Ao se instituírem enquanto grupos, essas mulheres passam a desfrutar da convivência em comunidade, possibilitando novas formas de produzir, de conviver e de se educar. O processo de valorização da subjetividade do indivíduo perante a coletividade, desenvolvido dentro de práticas participativas, possibilita a desalienação, conduzindo os sujeitos a uma maior compreensão de sua inserção no mundo, conforme perspectiva desenvolvida por Paulo Freire (2018). Na concepção do autor, partir da ideia de que o ser humano tem vocação libertária leva então à procura da formação de um sujeito ativo, transformador, com consciência social e competência técnica, capaz de desfrutar os bens culturais e de participar nos espaços cidadãos.

Podemos inferir, assim, que a comunicação alternativa desenvolvida pelo *Nzinga Informativo* abriu a possibilidade de novos mundos, causando afetos potentes, tirando aquelas mulheres dos efeitos dos afetos tristes. Entendendo tal qual Deleuze (1998), os afetos tristes como aqueles capazes de diminuir a potência de agir e que nos mantêm nas mesmas condições não nos irrompem novas realidades, não organizam as pessoas para outros desejos. Dessa forma, a comunicação feita pela coletividade de uma comunidade

tem o efeito contrário, mobiliza as pessoas para se organizarem e esperançarem novas possibilidades.

O ato de falar e de escrever é marcado por relações de poder e atravessado por modelos epistemológicos que tentam suprimir línguas e formas de existir (EVARISTO, 2021). Questiona-se: quem ousa falar tem o poder de se fazer ouvir? É a partir da complexidade que envolve essa pergunta que situamos as escritas do *Nzinga Informativo*, pois, como afirma Glória Anzaldúa (2021), a escrita é um dispositivo de resistência e sobrevivência, o que nos faz refletir sobre o funcionamento da produção da mídia feminista no período dos anos 1980, que legitimou e/ou interditou a escrita de certas autoras.

Se o discurso é poder, logo a escrita dos jornais alternativos é um ato político (FREIRE, 2018), uma vez que rompe com uma formação imaginária de autor (branco, heterossexual, classe média, com alto grau de letramento, intelectual e gramaticalizado). Sendo assim, o *Nzinga* passa a ser um lugar de independência da fala das mulheres negras, pois expõe o ponto de vista negro feminino historicamente excluído da imprensa brasileira. Contribuindo dessa maneira, para a retirada de mulheres negras dos lugares de subalternização, determinados por uma sociedade configurada pela discriminação racial e escorada no ideal branco como padrão estético a ser seguido, padrões que a imprensa brasileira também compartilha. Uma escrita que combate a invisibilidade das mulheres negras e traz afirmações identitárias, que enegrecem o movimento feminista brasileiro demarcando e instituindo, na agenda do movimento de mulheres, o peso que a questão racial tem na configuração dos diversos marcadores sociais.

214

Referências

ANZALDÚA, G. **A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, Abr. 2016.

CAMPOS, P. H. P. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985. 2012 Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.177-132, 2003.

CARNEIRO, S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COLLINS, P. H. The power of Self-Definition. In: COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge. 2009.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

EVARISTO, C. **Conferência Magna "Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir"**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12., 2021, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU&t=30s>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FANON, F. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, V. G. **Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco, 2018.

GONÇALVES, R. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 09–22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/lis.v22i40.46646>. Acesso em: 02 jan. 2023.

GONZALEZ, L. Mulher negra. **Afrodíaspóra**, Brasília, v. 6-7, n. 19, p. 94-106, 1985.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HARAWAY, D. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, jan./abr. 2015, p. 193-210.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos Tempos da Imprensa Alternativa. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2018.

LEMOS, R. O. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, B. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, ano 3, n. 6-7, p. 41-48, 1985.

NGOENHA, S. E. Ubuntu: Novo modelo de justiça Global? In: NGOENHA, S. E.; CASTIANO, J. P. **Pensamento Engajado: Ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política**. Maputo: Educar, 2011, p. 63-74.

NZINGA INFORMATIVO, n.3, fev./mar. 1986

NZINGA INFORMATIVO, n. 4, jul./ago. 1988

NZINGA INFORMATIVO, n.5, mar. 1989

PAIVA, R. **O espírito comum**: comunidades, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIANA, E. E. S. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais**: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). 2006. Dissertação de Mestrado em História/UERJ.

WOITOWICZ, K. J. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

Submissão: 2 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.

A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica

Lila Bemerguy¹

Resumo

O presente artigo parte de reflexões sobre o arquivo de cinco notícias publicadas em jornais impressos, da cobertura do episódio “Operação Mocorongo”, exercício de adestramento militar realizado em Santarém (PA) e localidades próximas entre 23 de abril e 1º de maio de 1969, durante a ditadura militar no Brasil. Abordamos o contexto do acontecimento, o arquivo como fonte a ser movimentada, a mensagem de poder transmitida pela encenação de guerra, e o modo como se apresentaram as notícias. Associamos as reflexões ao passado de dominação da cidade que fora colonizada em outros tempos e por outros senhores, e que segue recebendo novos donos, permanecendo na teia da colonialidade.

Palavras-chave: Santarém (PA). Arquivo. Notícia.

The War of deception: reflections on the power of weapons and words in an amazon city

Abstract

The present article starts with reflections on the archive of five news articles published in print newspapers, covering the episode "Operation Mocorongo," a military training exercise conducted in Santarém (PA) and nearby locations between April 23 and May 1, 1969, during the military dictatorship in Brazil. We discuss the context of the event, the archive as a source to be explored, the message of power conveyed through the war enactment, and how the news was presented. We associate these reflections with the city's history of domination, which was colonized in the past by different rulers and continues to receive new owners, remaining entangled in coloniality.

Keywords: Santarém (PA). Archive. News.

217

¹ Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal Oeste do Pará (Ufopa). Fotógrafa. Jornalista da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Pará. E-mail: lilabemerguy@gmail.com.

Introdução

A região do Tapajós, no oeste do Pará, teve dias intensos de batalha entre 23 de abril e 1º de maio de 1969². Tropas desembarcaram de navios, aviões da Força Aérea Brasileira fizeram voos rasantes sobre Santarém (PA) e Belterra (PA). Paraquedistas, tiros nas ruas, bombardeios aéreos e enfim os guerrilheiros foram derrotados pelas forças do governo, aclamados em um grande desfile cívico nas ruas de Santarém, no Dia do Trabalhador, 1º de maio. Tudo parte de uma encenação, divulgada como sendo um treinamento das Forças Armadas Brasileiras, realizado nas cidades de Santarém, Belterra, Aveiro, Jacareacanga e Itaituba, todas no Pará. Santarém era a sede das tropas legalistas, e as manobras militares, batizadas de Operação Mocorongo, simularam a invasão da cidade por guerrilheiros que teriam a intenção de instalar uma zona livre na área. O Exército identificou a operação como um “exercício de adestramento no combate a insurrecionais” (*Folha do Norte*, 1º de maio de 1969) para testar a capacidade das Forças Armadas na Amazônia, especialmente nas manobras de guerra na selva.

Os jornais impressos da região noticiaram os acontecimentos da operação com uma característica singular: as manchetes e textos também entraram na atmosfera de guerra, como se verdade fosse. Um viajante desavisado que chegasse na região naqueles dias e pousasse os olhos no jornal, talvez ficasse assustado com a manchete “A qualquer momento, a vitória final sobre as guerrilhas” (*Folha do Norte*, 24 de abril de 1969). O material pesquisado, originais dos jornais impressos da época, fazem parte do arquivo *Balaio Santareno*³, montado por meu pai, Emir Bemerguy, e que foi objeto da minha pesquisa e dissertação de mestrado⁴.

Minhas reflexões trazem esse acontecimento como uma demonstração de poder das forças militares, que a partir daquele ano ficariam à frente da administração municipal, seja com um militar assumindo o governo, ou nomeando interventores civis. De modo a situar o momento histórico até a operação, pontuamos alguns fatos políticos para contextualizar a ação militar. Santarém já se destacava, na década de 1950, como a segunda cidade do Pará, de acordo com Pinto (2011, p. 71). Em 1966, Elias Ribeiro Pinto,

² Informações dos Jornais *O Liberal* e *Folha do Norte*, entre os dias 24 de abril e 1º maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12. As demais matérias de jornal citadas também estão no arquivo.

³ Arquivo montado por Emir Bemerguy, contendo material diverso sobre a Amazônia e Santarém.

⁴ Defendida em 4 de novembro de 2023, orientada pelo professor doutor Miguel Aparicio Suarez, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

candidato do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), venceu o então deputado federal Ubaldo Correa, da Arena, apoiado pelo coronel Jarbas Passarinho. Elias assumiu a prefeitura, deslocando “a elite local das decisões”, como afirma o autor, que considera esse um dos períodos mais “críticos e polêmicos de toda a história santarena” (*ibid.*).

Meses depois de assumir, em 1967, o prefeito eleito Elias Pinto foi afastado pela Câmara Municipal, composta por maioria de opositoristas, sob acusações de improbidade. Assumiu seu lugar, Elinaldo Barbosa dos Santos. Quase um ano depois, conta Pinto (2011), Elias conseguiu uma ordem judicial para retornar ao cargo. Porém, ao tentar reassumir, no dia 20 de setembro de 1968, foi impedido por tropa da Polícia Militar com quase 150 homens vindos de Belém, que ocuparam a prefeitura. Elias tinha o apoio do brigadeiro e deputado federal Haroldo Veloso, que embora fosse da Arena, era inimigo político do então governador Alacid Nunes. Uma multidão com cerca de 5 mil pessoas seguiu para a sede da prefeitura e foi recebida à bala pela polícia. Três pessoas morreram e cinco ficaram feridas, inclusive Veloso. A reintegração de Elias foi revogada e ele foi definitivamente afastado (*ibid.*).

No dia 15 de fevereiro de 1969 outra tragédia policiaisca marcou a história da política santarena. Elinaldo Barbosa foi assassinado no seu próprio gabinete pelo servidor municipal Severino Frazão, morto na sequência pela polícia. Logo um interventor foi nomeado para assumir a prefeitura, sendo o primeiro o capitão Elmano Melo (*Folha do Norte*, 11 de abril de 1969). Seis meses depois do assassinato, os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, no exercício da presidência da República, incluíram Santarém como município de interesse da segurança nacional, e somente em 1985 haveria novamente eleição para escolha do prefeito.

Nesse contexto, os militares promoveram em 1969 a *Operação Mocarongo*, batizada com a palavra que identifica os santarenos, como um treinamento militar organizado e encenado como um teatro armado da “invasão de Santarém”. Uma necessária ação política de afirmação de força e poder, após as tragédias e confrontos anteriores. Os rebeldes eram representados por figurantes e militares identificados pela vestimenta diferente, que foram derrotados na então vila de Belterra, após intensos dias de combate, quando pretendiam fugir em direção a Alter do Chão. Houve interceptação de aviões de subversivos pela Força Aérea Brasileira, que entregavam panfletos incitando as tropas ao motim. Bombardeios, metralhadoras e armamentos de guerra foram utilizados, com direito a um figurante ferido “de verdade”, acidentalmente, com um tiro de bala de

festim. Embora sem gravidade, serviu para treinar o esquema de evacuação de feridos. O acidente foi às 8 horas da manhã, e três horas depois o jovem de 18 anos já estava no hospital militar, em Belém.

As manobras terminaram com o desfile das tropas na orla de Santarém (PA), com equipamentos e armamentos, e de escolas que homenageavam os militares no desfile, com a presença do governador do Pará, Alacid Nunes. A Ordem do Dia, lida pelo general Octavio Jordão Ramos, comandante militar da Amazônia, publicada na edição do dia 4 de maio do Jornal *O Liberal*, destacava que nenhum cenário seria mais significativo, por sua beleza natural, para servir de palco às tropas e para a prática da arte militar. A Operação Mocarongo foi elogiada nos jornais, como exemplo de demonstração de força bélica do exército brasileiro, e teve o apoio da população ajudando as tropas do governo e combatendo os “rebeldes”.

Destacamos neste artigo a cobertura da imprensa que festeja a guerra de mentira e enaltece as forças militares, corroborando com o passado de dominação da cidade, colonizada por portugueses, que aportaram na vila dos Tapajó em 1641, quando começa a história oficial de sua formação urbana, embora a de seus habitantes primeiros comece bem antes. Harris (2015) aponta um território ameríndio conhecido pelos forasteiros como o “mato”, na região dos rios Madeira e Tapajós no final do século XVII. De acordo com o autor, antes desse período, que coincide com a chegada dos portugueses, as escavações trouxeram evidências da presença de sociedades multiétnicas na região por volta do século V, florescendo nos séculos XVI e XVII.

A história da cidade segue o ritmo das colonizações portuguesas, com a doutrinação jesuíta e transformações urbanas que resultaram em uma cidade atualmente com 350 mil habitantes, a segunda maior do Pará. Sua posição estratégica, facilitada pela navegabilidade dos rios Tapajós e Amazonas, fizeram com que a cidade, na época em que o governo militar tinha como uma de suas batalhas a ocupação da Amazônia, fosse alvo desses colonizadores beligerantes, que aqui empreenderam grandes obras, como a construção da Rodovia Santarém-Cuiabá e a hidroelétrica de Curuá-Una. A Operação Mocarongo, do modo como foi descrita nos jornais, é a imagem desse domínio militar que ali começara e perduraria até o final do período de intervenção.

O objetivo é situar os elementos do arquivo jornalístico da Operação Mocarongo como um ponto de partida para consolidação do poder militar, sendo o jornalismo praticado para afirmá-lo e fornecer aos leitores a certeza da presença de heróis nacionais,

que como tais deveriam ser respeitados e homenageados. As narrativas do arquivo serão associadas aos acontecimentos a partir de autores que tratam da construção da notícia e do discurso jornalístico. Desmontar o arquivo para interpretar seus sintomas e compreendê-lo de acordo com o contexto de onde ele surgiu e que o torna, desse modo, legível, como ensina Didi Huberman (2018, p. 123), é o que propomos.

O movimento colonizador, iniciado séculos antes, tem neste 'ato cinematográfico' a sua reafirmação sob outro comando, que mereceu destacada cobertura jornalística, com acontecimentos fantasiados de heroísmo. Palavras de poder, armas à mostra, guerrilheiros derrotados e uma festa cívica sob o sol da Amazônia. A grandiosidade da encenação que agitou a região foi devidamente valorizada como notícia, tudo descrito e fotografado do ponto de vista do vencedor, para não deixar dúvidas ao presente ali registrado e ao futuro que ora chega e nos exige um olhar crítico sobre seus elementos, sob pena de continuarmos a aceitar com festa a chegada de novos donos.

221

Movimentar o arquivo e descobrir o passado

Na imersão ao arquivo Balaio Santareno, algumas séries de textos me chamaram atenção pela sua singularidade. São seis recortes, alguns de página inteira, dos jornais impressos *O Liberal* e *Folha do Norte*⁵. Foram dez dias de ação da operação, entre 23 de abril e 1º de maio de 1969, e as notícias cobrem desde a preparação até o encerramento com um desfile militar.

⁵ *O Liberal* foi fundado em 1946 como órgão de comunicação do Partido Social Democrático, pelo major Luiz Geolás de Moura Carvalho e outros, chefiados pelo coronel Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. Em 1966, foi comprado pelo jornalista e empresário Rômulo Maiorana. Nesse ano, capas trouxeram anúncios com pedidos de votos para o coronel Jarbas Passarinho, candidato ao Senado Federal pela Aliança Renovadora Nacional- Arena. (SEIXAS; CASTRO, 2014). *A Folha do Norte* foi fundada em 1896 por Enéas Martins e Cipriano Santos, apresentando-se como "independente, noticioso e literário". O jornal defendia o Partido Republicano Federal. Em 1914, foi vendida para Cipriano Santos, e em 1973, para Rômulo Maiorana, fechando em 1974 (BRÍGIDA; SEIXAS, 2014).



Figura 1: Arquivo Balaio Santareno, reprodução da autora (2023)

Arquivos são objetos de memória, porém permanecem mortos e presos ao passado se não forem desmontados e colocados em movimento, conforme defende Didi-Huberman (2018). O arquivo começa a “viver” nas mãos do pesquisador somente a partir do momento em que este elege uma singularidade e segue para interpretar seus sintomas e compreendê-lo de acordo com o contexto de onde ele surgiu e que o torna, desse modo, legível (*ibid.*, p. 123). Ao elege as singularidades que deram vida ao arquivo, deparei-me com a Operação Macorongo, cujo acontecimento se deu somente dois anos antes do meu nascimento na mesma cidade. Foi assustador e ao mesmo tempo fantástico, pois imaginei tudo como um filme, algo crível porque estava ali escrito. Como jornalista e fotógrafa, constatar o modo como estão construídos os textos foi quase como ler um roteiro, tal a narrativa imagética que trazem. O mesmo autor nos lembra que há uma “rede de relações” por trás de acontecimentos factuais, uma extensão que exige ao observador múltiplos pontos de vista (*ibid.*).

Os arquivos que trazem os acontecimentos da operação militar foram produzidos de um ponto de vista: o do vencedor. E resta-nos identificar nas entrelinhas o discurso construído sobre essas bases, o que conseguimos fazê-lo no agora, trazendo-os do passado ao presente não somente como uma recordação, como ensina Benjamin (2020), mas como uma faísca, um clarão. E a visão fornecida pelo arquivo mostra os vencedores, os heróis militares que debelaram um movimento rebelde, e estabeleceram suas bases na cidade, tal qual fizeram antes os portugueses em seu projeto civilizatório com os habitantes primitivos. Nos episódios da encenação de guerra as personagens principais são as forças militares, que podem ser considerados, de acordo com o pensamento benjaminiano, “herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores” (BENJAMIN, 2020, p. 12).

E quando nos referimos a um arquivo que contém imagens e textos preservados, como os do Balaio Santareno, não podemos esquecer que poderiam ter sido destruídos ou deixados de fora. Embora todo arquivo nos entregue não mais do que alguns vestígios, devido a sua natureza lacunar (DIDI-HUBERMAN, 2012), este possui cinzas ao seu redor, e o trabalho a ser feito é buscar traços de sobrevivências que podem nos ajudar a compreender a nossa própria história, mesmo tanto tempo depois. Acessar as informações do arquivo nos leva a um jogo entre memória e esquecimento, conforme diz Gondar (2000), para quem a segregação está envolvida no processo do pensar, sendo o esquecimento também necessário para a evocação de lembranças e a constituição da memória. Das escolhas, surge um confronto de forças, e a memória é, portanto, um instrumento de poder (*ibid.*, p. 37). O que fica, o que não é tornado cinzas, nos fornece vestígios e rastros que aqui seguimos, e nos levam a associar os acontecimentos da Operação Mocarongo como um fragmento de nossa própria história, como habitantes deste espaço, aos quais cabe conviver com as consequências políticas e sociais advindas de outros tempos. O arquivo se movimenta em direção ao presente tanto para rememorar esses fatos, como para que deles não esqueçamos, ao ponto de nos deixar levar por ações de caráter colonizador, pois, conforme Souza (2019), apenas uma interpretação do passado que leva à reconstrução do ponto de partida da realidade atualmente vivenciada, tem o poder de convencimento.

A colonialidade, de acordo com Castro (2018), permanece no imaginário das pessoas que passaram ou receberam suas influências, pois reflete um processo de colonização que promoveu “uma apropriação dos mundos diversos — de saberes sobre

si, sobre a natureza, outro modo de relação com o tempo e o espaço da natureza — existentes para impor a eles um pertencimento ao mundo capitalista e à modernidade” (CASTRO, 2018, p. 30). As manobras da operação Mococongo, lançada em uma cidade cuja população ainda se recuperava da tragédia do assassinato do seu gestor, foram sem dúvida organizadas e tramadas para causar impacto suficiente que autorizava os militares a apropriar-se do papel de salvadores que iriam impor a paz política.

E entender o movimento da mídia associada aos acontecimentos os quais desejamos descobrir — ver o que há por baixo, a partir dos sentidos construídos por tais fatos, é um importante passo para o convencimento dos que vieram depois a tomar para si a tarefa de se desvencilhar das armadilhas dos salvadores da Amazônia. Souza (2019) afirma que não há como compreender a história contemporânea brasileira sem analisar a função da mídia e da imprensa conservadora, que aprofunda a dominação das elites de poder sobre a população, substituindo ações violentas por outras como modo de “colonização das consciências” (SOUZA, 2019, p. 226). A operação Mococongo, da forma como foi colocada em notícias, o que abordaremos a seguir, teve como finalidade reafirmar o discurso de poder e de apresentar personagens como salvadores, heróis, que chegaram à região com seu poderio de guerra para fazer o bem e combater o mal. Uma das notícias enfatiza que a população aguardava com ansiedade as manobras, pois assim teria a oportunidade de assistir a uma “guerra de adestramento” e um grande desfile militar (*O Liberal*, 24 de abril de 1969). O início, de acordo com a mesma matéria, se deu com o desembarque das tropas vindas de Manaus (AM) e salto de paraquedas de homens do Exército e Aeronáutica, que são ações de forte impacto visual e que por certo impressionaram a plateia. A população acompanhou de perto as ações, nas ruas e nos campos, conforme descrição da *Folha do Norte* e ficaram “extasiados com os voos rasantes dos aviões em ataque” (*Folha do Norte*, 24 de abril de 1969).

A execução de ações militares na região não era uma iniciativa somente de demonstração de poder, mas também de ocupação de território. De acordo com Margarit (2013), a Amazônia, considerada como área isolada no território nacional, foi objeto de projetos de colonização intensificados com a chegada dos militares no poder, entre 1964 e 1985, sendo lançado em 1970 o Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como slogan “integrar para não entregar”. Demonstrar força era, portanto, necessário aos projetos de dominação da região. A “Ordem do dia”, lida ao final das manobras pelo general Rodrigo Octavio Jordão Ramos, destacava o cenário: “às margens do Rio Mar, o

Rei dos Rios, este majestoso Amazonas e sob este céu azul, tendo por fundo a floresta tropical que se espria por quase seis milhões de Km²...” (*O Liberal*, 4 de maio de 1969). E continua destacando a beleza natural da região para ao final convocar: “de pé, cidadãos, curvai-vos. É a Pátria que passa. Viva a Pátria”, em não disfarçado chamado para o acatamento às ordens.

Para Malheiro *et al.* (2021), a identificação da Amazônia como um espaço vazio e atrasado é fruto da colonidade impregnada pelo capitalismo, que mesmo com a diversidade de conhecimentos e saberes praticados e pensados pelas populações tradicionais, transforma e a representa como local de natureza inóspita a ser dominada “ou ainda como região do futuro que, por ser promessa, não tem presente; o futuro nesse sentido se apresenta como ameaça, por atualizar a colonialidade que sempre marcou o território” (MALHEIRO *et al.*, 2015, p. 15). Não foi à toa que o objetivo da operação divulgado pelos militares era “alijar guerrilheiros insurretos que pretendiam instalar uma zona liberada naquela área” (*O Liberal*, 30 de abril de 1969) e que foram massacrados, com as tropas “derrotando esmagadoramente os inimigos em todos os terrenos em Santarém e no vale do Tapajós” (*Folha do Norte*, 1º de maio de 1969). Derrotar guerrilheiros que se opõem ao poder dominante e subjugar rebeldes é manter vivo o espírito colonizador, que tal como um fantasma retorna do passado, permanece e deixa um recado para o futuro.

No cerne da operação Mocorongo, que combateu guerrilheiros amotinados contra o poder dominante, e contou com a cumplicidade da mídia e da população que assistiu àquela encenação cuja produção foi arranjada para caracterizar uma guerra de verdade, percebemos a expressão de soberania, conforme Mbembe (2018), de um grupo que detém o poder de ditar quem vive e quem morre. O autor utiliza o conceito de biopoder, de Michael Foucault, pelo qual a soberania é exercida no poder sobre a vida, sobre os corpos. E a guerra, prossegue, “é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar” (MBEMBE, 2018, p. 17). Encenar uma guerra com a “impressão máxima da realidade”, conforme a matéria de *O Liberal* (24 de abril de 1969), implicou até em um rapaz de 18 anos que foi ferido com munição de festim, que pela explosão próxima ao corpo, causou ferimentos no tórax. Mesmo acidental, o episódio expressou a violência possível e autorizada dos que detinham armas e munições.

A operação Mocorongo, situada no tempo e lugar tal qual se deu, foi um teatro organizado e pensado pelas mentes dos que à época tinham por objetivo enviar uma

mensagem de poder. A “invasão de Santarém” por rebeldes virou ao avesso um lugar bem antes invadido pelos colonizadores portugueses, e que naquele momento conheceu novos senhores com discurso de benfeitores. Ao movimentar esse arquivo, escavamos mais um pouco do que nos forjou como sociedade. Falamos até aqui do poder das armas, mas foi pelas palavras que essas histórias permaneceram vivas.

De como e por que soubemos dessa guerra

Embora tenha vivido em Santarém a maior parte da existência, não ouvi e nem tive acesso aos acontecimentos da operação Mocorongo por outra via que não fosse as notícias que estão no arquivo Balaio Santareno. A formação como jornalista despertou meu interesse e associou-se ao espanto de saber dos detalhes ali descritos, com a mistura entre realidade e ficção na construção dos textos. Por isso essa parte do arquivo era, igualmente as imagens fotográficas, a primeira coisa que mostrava às pessoas com quem pude compartilhar os volumes. E a reação era também de espanto, com expressões tipo “mas isso daria um filme!”. Não fossem as notícias, esse fato não existiria para mim e nem faria parte do repertório de memórias do passado da cidade. Para Karam (2004), o jornalismo contribui com a memória social com sua forma peculiar de construção da realidade, selecionando os acontecimentos que podem interessar ao público e os registrando com linguagem própria. Mediadas pelo olhar do profissional, continua o autor, tomamos conhecimento de guerras, conflitos, calamidades, dramas urbanos e fatos do cotidiano de determinado tempo e espaço. “O passado é aquele lugar para o qual o pensamento dos grupos atuais já não mais se estende. É o lugar aonde é preciso ir em busca de informações” (KARAM, 2004, p. 33).

Traquina (2005) aborda a dificuldade em definir o que é jornalismo e que são as notícias, sua matéria-prima. A vida em todas as suas dimensões, dividida nas seções dos jornais, sendo as notícias tudo o que é importante ou interessante, é só o início de uma conversa longa e complexa que o autor desenvolve, para compreender por que as notícias são como são, a partir de pesquisas que apontam diversas teorias ao longo do tempo (*ibid.*). Pena (2008), por sua vez, destaca que revelar o modo como as notícias são produzidas é a chave para compreender seu significado. Devemos considerar ainda o suporte — nesse caso jornais impressos, que têm suas peculiaridades. Para Lage (2004), a linguagem do impresso transcende o idioma no qual estão escritas as matérias, pois há

o projeto gráfico, a disposição das fotografias, manchetes, títulos e tudo mais que, visualmente, dá forma ao veículo, “numa estrutura de encaixes sucessivos, como as bonequinhas *berioska* do folclore russo” (LAGE, 2004, p. 6). O leitor que percebe todas essas estruturas em conjunto deve ser atraído, entender o que aconteceu e ter condições de formar juízos sobre o assunto.

E os jornalistas, por sua vez, decidem o que é ou não notícia, valendo-se de critérios próprios para essa decisão, que determinam o grau de noticiabilidade de determinado acontecimento. Valores como interesse, pessoas envolvidas, atualidade, novidade, proximidade, excepcionalidade do feito e outros, conforme Pena (2008, p. 72), identificáveis nos eventos da operação Mocorongo. Quanto ao modo de produção e como se apresenta ao leitor, percebe-se nas matérias a reprodução de textos institucionais, como o discurso completo da “Ordem do Dia” ao fim das manobras, não há entrevistados ou opiniões da população, e linguagem rebuscada em alguns parágrafos.

Neste artigo destacamos a singularidade de um acontecimento que virou notícia no ano de 1969, numa cidade amazônica. Não havia, obviamente, como ter sido diferente, diante do que apresentava. Militares das três forças com suas tropas, navios, aviões da Força Aérea Brasileira, movimentos de guerra, invasão da cidade por guerrilheiros, perseguição e combates acontecendo aos olhos dos moradores durante dias seguidos, com certeza renderiam cobertura dos veículos da época. Não podemos esquecer que em 1969 estava em curso a ditadura militar no país, no governo Médici. E a propaganda foi uma de suas estratégias para divulgar orgulho e grandeza nacional, de acordo com Schwarcz e Starling (2021). O objetivo também era celebrar a integração nacional que incluía a ocupação da Amazônia. Nas entrelinhas dos textos que cobriram a operação Mocorongo está o controle sobre o que ali deveria estar escrito e mostrado.

O que nos chama atenção, além do próprio acontecimento, foi o modo como aqueles fatos foram noticiados. Duas das cinco notícias, especialmente, se fossem lidas de forma isolada, trataram o treinamento como se de fato houvesse uma guerra sendo travada: “Tropas legalistas derrotam os últimos guerrilheiros” foi a manchete da *Folha do Norte* de 1º de maio de 1969. E “A qualquer momento a vitória final sobre as guerrilhas” foi a manchete do mesmo jornal no dia 29 de abril. Vejamos um trecho da primeira notícia, e outros que relatam ações que aconteceram no decorrer dos dias da Operação Mocorongo: “A FAB, que foi um dos expoentes da grande vitória, bombardeou o centro de Belterra, onde se encontrava o PC dos guerrilheiros. Paralelamente, aviões B-26 entraram

em ação, metralhando em voos rasantes e desconcertantes...” (*Folha do Norte*, 1º de maio de 1969). Outro trecho da mesma notícia descreve que “os guerrilheiros cercados por todos os lados e fortemente atacados, renderam-se incondicionalmente à vista do povo”. Um trecho da outra notícia conta que “a FAB aprisionou um avião dos subversivos quando distribuía panfletos concitando as tropas a trair seus comandantes...”. Esse detalhe, particularmente, é um dos que me deixa abismada pela capacidade de trama ou drama. Os militares produziram e imprimiram panfletos com linguagem subversiva contra si próprios para usar como exemplo do que não se deve fazer. Todos esses fatos aconteceram realmente na operação, porém dentro de uma narrativa criada para fazer parecer uma guerra de verdade.



Figura 2: Arquivo Balaio Santareno, reprodução da autora (2023)

Esse modo de registrar o acontecimento pode se enquadrar em um dos três tipos informados por Ponte (2005), que utiliza a divisão de Jean François Dumond para distinguir três tipos de registro de acontecimentos mediáticos: o *folhetim*, a *série* e o

grande filme. O folhetim, geralmente associado a histórias policiais ou disputas de poder, tem fim imprevisível. A série repete ocorrências previsíveis. E no grande filme, que mais nos interessa aqui, “predomina a espectacularidade e singularidade dramática do evento” (PONTE, 2005, p.127). O espetáculo feito em palavras da *Folha do Norte* do dia 29 de abril de 1969 dizia: “Feito o último balanço, conclui-se que o inimigo fora batido nos combates de rua, nesta cidade, retrocedendo, depois de encarniçadas lutas, para a DR-165, em direção à vila São José, de onde pretendiam alcançar Alter do Chão”. Esse trecho, como os demais aqui transcritos, são imagéticos e me levaram a imaginar as cenas de guerra nas ruas, com sons de tiros, bombas e aviões. Como não testemunhei esses acontecimentos, resta-me montar meu próprio “grande filme” a partir dos arquivos. Mas os leitores da época viram, ouviram e depois leram os jornais. E mesmo sabendo ser uma encenação, as notícias lhes forneceram a dose extra de fantasia, como que para perguntar: e se fosse verdade? O pensamento benjaminiano nos ensina que a “verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia” (BENJAMIN, 2020, p. 11), ou seja, temos que aproveitar esses lampejos para posicionar esses acontecimentos no presente, com suas fantasiosas tonalidades dramáticas, mas que tinham uma finalidade, faziam parte do jogo de poder dos militares.

Criar um acontecimento espetacular para virar notícia, embora a intenção dos militares fosse além disso, uma vez que as pessoas estavam nas ruas acompanhando e vendo aquela demonstração de força, se aproxima, conforme discorre Gomis (2004), do que Boorstin chamou de *pseudoeventos*. “É realmente necessário esperar que um fato favorável se produza? Não resulta natural adiantar-se e provocá-lo?”, pergunta o autor. Ele explica que o *pseudoevento* ou pseudofato “é feito para enganar, mas nem por isso deixa de ser evento, fato, e transmitido como notícia por verdadeiros atores em cenários verdadeiros” (GOMIS, 2004). A operação Mocorongo foi real, encenada como treinamento militar, e noticiada com a intenção de firmar o impacto almejado pelos que a promoveram. Para tal contaram com o apoio dos jornais, que reproduziram o discurso de heroísmo, em uma época que era no mínimo arriscado levantar a voz aos governantes ou recusar apoio. O resultado foi alcançado, diante dos textos que estão no arquivo, que indicam o sucesso da encenação e o final triunfal, com o desfile das tropas e discursos dos comandantes.

Para finalizar a reflexão sobre os meios pelos quais soubemos dessa guerra de mentira, lembramos de quem esteve entre nós e o conhecimento sobre aqueles fatos: jornalistas. Não há assinatura nas matérias, apenas a identificação em alguns, “do

correspondente”. Mas os dois jornais tinham seus editores responsáveis, por quem os textos passaram antes da publicação. Traquina (2005) destaca que sociedade espera que jornalistas cumpram suas responsabilidades no espaço público. Ao autor cita a teoria democrática, a qual argumenta que o jornalismo, entendido aqui como imprensa, deve equipar os cidadãos com ferramentas ao exercício de seus direitos e protegê-los contra eventuais abusos de poder. Traquina (2005, p. 129) cita Boyce, para quem a imprensa é o elo entre a opinião pública e as instituições governantes. Desse modo o *ethos* jornalístico tem sido divulgado até se tornar um mito poderoso, de guardião da democracia.

O que percebemos no conjunto do arquivo aqui trazido é o uso do impresso, em formato jornalístico, como uma grande propaganda favorável ao governo militar, com elogios sem disfarce, a exemplo de legenda de fotografia dos desfiles das escolas e dos militares ao final. “Os pequenos escolares desfilaram em Santarém, homenageando os briosos soldados que participaram das manobras, empolgando todo município com sua bravura e arrojo (*O Liberal*, 4 de maio de 1969). Temos, portanto, a reprodução das ideias de poder a partir de um pano de fundo teatral. Souza (2019, p. 25) chama atenção para o poder da mídia em amplificar e reproduzir mensagens de duplo sentido. Parece reproduzir o mundo tal como é, mas quer mesmo é retirar o poder de compreensão das pessoas. Mas a imprensa manipulativa, continua o autor, não tem o poder de criar o mundo. “Ela manipula preconceitos já existentes de modo a retirar deles a maior vantagem possível” (SOUZA, 2021, p. 175). A população de Santarém, pouco tempo antes, havia sido atingida por notícias ruins, com os conflitos decorrentes do afastamento do prefeito e o assassinato de seu sucessor. O futuro era incerto, quem lhes valeria? Eis que chegam os heróis, e o discurso deles está nos jornais.

Karam (2004, p. 86) afirma que os arquivos jornalísticos servem de testemunho do presente e das interpretações sobre ele, pois possuem credibilidade, tornando-os uma referência, porém, a possibilidade de manipulação informativa do jornalismo é tão grande quanto a de qualquer outra área. Nesse sentido, o conjunto de matérias jornalísticas do arquivo Balaio Santareno, sobre a operação Mocarongo, por todo o exposto, levou os leitores daquela época a uma compreensão dos fatos de modo favorável aos militares, e a nós, leitores que soubemos somente do que ali está escrito, resta refletir sobre o que se escondia por trás daquelas palavras e do desfile de armas.

Considerações finais

Neste artigo destacamos uma pequena parte do arquivo Balaio Santareno, pela qual conhecemos como se deu a operação Mocorongo, um treinamento para combater guerrilheiros na região do Tapajós, em 1969, durante a ditadura militar, do ponto de vista de matérias veiculadas em jornais impressos. A cidade de Santarém (PA) foi palco das manobras realizadas com grande aparato de tropas, aviões e navios das forças armadas, que venceram os insurgentes e ao final, no dia 1º de maio de 1969, Dia do Trabalhador, comemoram a vitória com um desfile de escolas locais e das tropas. A cidade, cujos habitantes primitivos, indígenas da região do Tapajós, tiveram seu território invadido pelos portugueses com objetivos colonizadores e de dominação, tem no episódio da encenação militar o recebimento de uma nova mensagem de poder, desta vez sob a ameaça de grupos de guerrilheiros rebeldes, com pretensões de desobediência e liberdade, o que seria intolerável para quem desejava ocupar e dominar não só o espaço, mas também as pessoas que aqui viviam.

Ao desmontar o arquivo e aqui trazê-lo, escavamos camadas de tempo, conforme ensina Benjamin (2020), onde o “outrora” encontra o “agora” no conhecimento e provoca choques, produz relâmpagos. É necessário, de acordo com a filosofia benjaminiana, juntar esses lampejos, que aqui são pedaços de memória feitos de papel-jornal, e posicioná-los no presente, movimentando-os, estabelecendo relações e identificando suas singularidades, o que nos tornará o passado legível e conhecível. Do ano da operação Mocorongo até 1985, foram os projetos do governo militar, tocados por gestores por eles nomeados, que ditaram os caminhos e os traços da cidade. Calvino (2020) ensina que “a cidade se embebe como uma esponja dessa onda de recordações que reflui e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente devia conter todo o passado de Zaíra”. Ou seja, não há como desviar os olhos de um passado que conteve colonizadores que aportaram na aldeia dos Tapajós, fincaram uma cruz e nunca mais saíram, e homens fardados que apresentam armas e exigem obediência com a pretensão de libertar a cidade de invasores imaginários.

Do ponto de vista da mensagem jornalística presente no arquivo, as notícias refletem o que desejam os protagonistas da ação: descrevem uma guerra imaginária, rechaçam os insurgentes e elogiam a bravura e coragem dos que defenderam a cidade de uma invasão. O medo do fantasma da guerrilha liderada por rebeldes do povo tanto os assombrava que foram capazes de tamanha encenação para demonstrar poder,

reafirmado nas páginas dos jornais. Não há por que julgar o posicionamento dos jornalistas ou donos dos dois jornais, uma vez que não temos conhecimento do tipo de negociação, ou troca, ou mesmo imposição, feita à época. O que temos é o que nos se apresenta aos olhos na leitura e na composição do impresso, na escolha de fotografias e das manchetes e títulos. E o que vemos é a submissão das palavras ao poder. Como jornalista, imagino que talvez um outro naquelas redações pudessem não concordar com a linha do registro. Mas nada havia a ser feito, e acabamos por saber somente um lado da história.

Como habitante da cidade e no desejo de compreender no que e como ela se tornou esse lugar onde vivo, tenho a esperança de que não nos tornemos insensíveis ao ponto de esquecer o passado e que atravessando-o, possamos nos conhecer também, viver melhor no presente e manter a preocupação no futuro. A busca da liberdade pelo colonizado deve ser constante e não se constrói sem essa escavação, sem o entendimento e conhecimento das personagens que povoaram os diversos tempos até que aqui chegássemos. E a operação Mocorongo é uma página pequena dessa história, se considerarmos que foi tudo um teatro, que em nada resultou, a não ser a geração de uma grande imagem do que seriam capazes se verdade fosse.

Aquele era o momento presente, portanto, objeto de apuração pelos jornalistas da época. Resende (2022) nos lembra que ao campo da História cabe o passado, e ao campo da Comunicação, o mundo acontecendo. Ao acessarmos o presente em 1969, tal qual foi contado pelos jornais, temos uma nova oportunidade de leitura daqueles fatos, alargando o pensamento e associando ao que aconteceu antes e depois. Desse modo podemos, ainda conforme Resende (2022), produzir contraposições ao poder hegemônico, atitude fundamental para reconhecer os conflitos de nosso tempo, e assim construir projetos decoloniais que podem seguir nos libertando das garras dos que ainda chegam por essas terras fantasiados de heróis para virar notícia de jornal.

Referências

BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2020

CALVINO, Í. **As Cidades Invisíveis**. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

CASTRO, E. Epistemologias caminhos da crítica sociológica latino-americana. *In: Decolonialidade e Sociologia da América Latina*. Belém: NAEA, UFPA, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. **Remontagens do tempo sofrido**: o olho da história – II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. *In: PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, [S. l.], p. 206-219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FERNANDES, P. S. P.; SEIXAS, N. S. A. Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. **Revista Brasileira de História da Mídia**. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3774>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GOMIS, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Tradução de Camille Reis revisada por Eduardo Meditsch. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1901/1810/619>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Jornal de Santarém. **Prefeito assassinado**. Edição de 30 de novembro de 1968. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 2, p. 68.

Jornal O Liberal. **Exército já partiu para a zona Operação Mocorongo**. Edição de 30 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 12. p. 36.

Jornal O Liberal. **Manobras começaram com a “invasão” de Santarém**. Edição de 24 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 12. p. 37.

Jornal Folha do Norte. **Atos assinados pelos ministros**. Edição de 11 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. Pasta 8, p. 14.

Jornal Folha do Norte. **A qualquer momento a vitória final sobre as guerrilhas**. Edição de 29 de abril de 1969. Arquivo Balaio Santareno. pasta 12, p. 38.

Jornal Folha do Norte. **Tropas legalistas derrotam os últimos guerrilheiros**. Edição de 1 de maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12, p. 38.

Jornal O Liberal. **Manobras terminaram com o povo aplaudindo o desfile das tropas**. Edição de 4 de maio de 1969, arquivo Balaio Santareno, pasta 12, p. 40.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. *In: COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. (org.). Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 35-44.

HARRIS, M. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais- os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**, 58(1), 33-68. 2015 Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/102099>. Acesso em 1 fev. 2021.

KARAM, F. J. **A Ética Jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

LAGE, N. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163. In: **Geografia em questão**. v. 6, n. 1, p.12-31, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/44f6ijJ>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N1 Edições, 2018.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**. Santarém: Editora O Estado do Tapajós, 2011.

PONTE, C. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

RESENDE, F. Prefácio. In: SARDINHA, A. C.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.). **Decolonialidade, comunicação e cultura**. Macapá: Unifap, 2022. pp.12-23

SEIXAS, N. S. A.; CASTRO, A. O. Imprensa e poder na Amazônia: a guerra discursiva do paraense *O Liberal* com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática**, v. 9, n. 1, p.101-119, jan./abr. 2014). Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4790775.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2005. v. 1.

Submissão: 17 de mai. 2023

Aceite: 23 de jun. 2023.

Proteção e resistência de jornalistas feministas na América Latina

Jessica Gustafson¹

Resumo

O presente artigo discute a articulação de jornalistas feministas latino-americanas dentro da Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG), fundada em 2005, no México. O objetivo é perceber, a partir de entrevistas em profundidade com jornalistas de cinco países latino-americanos (México, Colômbia, Chile, Brasil e Argentina) que ocupam cargos organizativos dentro da RIPVG, uma mudança de atuação na última década dentro da rede. Se a formação de jornalistas com uma perspectiva de gênero era o objetivo central das profissionais, com foco na produção jornalística, a partir de 2010 a organização toma como preocupação a crescente violência contra jornalistas na região, fazendo com que a RIPVG se torne uma rede de resistência e proteção².

Palavras-chave: Perspectiva de gênero. Violência contra jornalistas. América Latina.

235

Protection and resistance of feminist journalists in Latin America

Abstract

The present article discusses the attunement of Latin American feminist journalists of the Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG) founded in 2005, in Mexico. Based on deep interviewing of journalists from five Latin American countries (Mexico, Colombia, Chile, Brazil and Argentina) who occupy organizational positions in the RIPVG, the main objective is to recognize, over the last decade, the network's change in their way of acting. If the formation of journalists with gender perspective focused on journalistic production was the professionals' central objective, the organization takes into concern the growing violence against regional journalists, turning RIPVG into a network of protection and resistance.

Key words: Gender perspective. Violence against journalists. Latin America.

¹ Doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC) e integrante do grupo de pesquisa Transverso - Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (PPGJOR/UFSC). E-mail: je.g.costa@gmail.com.

² Esta pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante os primeiros três anos de doutorado. No último ano contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), mediante concessão de bolsa.

Introdução

A permanência de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa, herança da intrusão colonial na América Latina, afeta bruscamente a vida das jornalistas dos países dessa região. Com o intuito de compreender o trabalho que vem sendo articulado dentro da *Rede Internacional de Periodistas com Visión de Género* (RIPVG) aciono as contribuições do feminismo decolonial. Nesta perspectiva, a dominação histórica, política, cultural e econômica resultante da colonização na região é pensada tendo como centralidade os processos de racialização e sexualização das relações sociais, assim como a instituição da heterossexualidade compulsória (CURIEL, 2010; RICH, 2012). A consideração da existência de uma matriz de dominação reflete na imbricação dos sistemas de dominação, como o capitalismo, o heterossexismo, o racismo e o sexismo, pois “as categorias como raça, classe, sexo, sexualidade, entre muitas outras, são concebidas como ‘variáveis dependentes’ porque cada uma está inscrita nas outras e é constitutiva de e pelas outras”³ (CURIEL, 2010, p. 328, tradução minha). A teoria feminista decolonial, assim, não apenas seguiu com a discussão sobre a colonialidade, enquanto matriz de poder (MIGNOLO, 2014), mas a complexificou, incluindo a categoria de gênero, ao lado da raça, como estruturantes do poder colonial.

A tentativa de buscar respostas sobre as consequências da colonização na vida das mulheres latino-americanas tem levado a distintas posições sobre como era a vida delas antes do processo de invasão ou mesmo se existia uma divisão binária entre homens e mulheres. Entendendo que as relações de gênero são contextuais e históricas, a antropóloga argentina Rita Laura Segato (2011, 2021) propõe uma elaboração teórica sobre as mudanças nas relações de gênero causadas pelo colonialismo. A autora se apoia em evidências da “existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afroamericanas”⁴ (SEGATO, 2011, p. 77, tradução minha), uma proposta diferente da trazida pelo pensamento de Maria Lugones (2014), uma das grandes referências nas abordagens feministas decoloniais, que considera o gênero uma categoria colonial.

Entre as proposições de Segato (2011, 2021), está a de que o desamparo e a crueldade contra as mulheres aumentam na medida em que a modernidade se expande e agrega novas regiões. Com o avanço do polo modernizador estatal, a autonomia dos

³ No original: “las categorías como raza, clase, sexo, sexualidad, entre muchas otras son concebidas como ‘variables dependientes’ porque cada una está inscrita en las otras y es constitutiva de y por las otras”.

⁴ No original: “existencia de nomenclaturas de género en las sociedades tribales y afro-americanas”.

povos se debilita e a trama do tecido comunitário, que protegia as mulheres, vai sendo destruída. Ao rasgar a trama comunitária, a desordem profunda na ordem existente gera o agravamento e a intensificação das hierarquias, incluindo as relações de gênero.

Isso não significa que no mundo-aldeia (SEGATO, 2011) não existissem relações de poder perpassadas por gênero, mas sim que as hierarquias não eram tão demarcadas e com maior possibilidade de trânsito entre posições. A antropóloga considera, então, a existência de patriarcados de baixa intensidade, que progressivamente foram intensificados pela penetração das relações de gênero coloniais/modernas nas relações de gênero do mundo-aldeia. Se antes existia entre alguns povos a ideia de dualidade nas relações de gênero, o sistema moderno estabeleceu o binarismo, articulando gênero à matriz heterossexual.

Me aliando, assim, à perspectiva feminista decolonial, minha hipótese é que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais de jornalistas com perspectiva de gênero, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, construindo articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011, 2021). Esse intento parece se referir tanto à formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas características, quanto à possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

A atuação do jornalismo feminista na América Latina apresenta longa trajetória. Desde o final do século XVIII temos registro da apropriação das mulheres da escrita na busca por direitos, assim como os jornais e revistas foram os principais espaços de resistência das mulheres letradas no século XIX. Já durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, período das ditaduras latino-americanas, começam a se formar as primeiras redes discursivas transnacionais de feministas e jornalistas (VEIGA, 2009), possibilitando o trânsito de discursos, teorias e denúncias sobre a situação autoritária enfrentada na região. O jornalismo se torna uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010).

A organização *Comunicación e Información de la Mujer* (Cimac), fundada no México em 1988, é pioneira na América Latina na articulação em rede de jornalistas com perspectiva de gênero (HASAN; GIL, 2016) e foi responsável pela formação de profissionais sobre a temática, além da produção de notícias e distribuição para veículos

de comunicação. A partir da década de 1990 e em consonância com o Capítulo J da Plataforma de Pequim (ONU), que estimulou a formação de redes de jornalistas, observamos o crescimento de redes nacionais em diferentes países latino-americanos e a fundação de uma rede internacional que aglutina e promove o diálogo entre os diferentes contextos de atuação local.

Atenta a este cenário, o presente artigo discute a articulação de jornalistas feministas latino-americanas dentro da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), criada no México em 2005, e formada por mais de 300 jornalistas de 36 países. O objetivo é perceber, a partir de entrevistas em profundidade com nove jornalistas (DUARTE, 2005)⁵ — duas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena — que ocupam cargos organizativos dentro da RIPVG, uma mudança de atuação na última década dentro da rede. Se a formação de jornalistas com perspectiva de gênero era o objetivo central das profissionais, com foco na produção jornalística, a partir de 2010 a organização toma como preocupação a crescente violência contra jornalistas, fazendo com que a RIPVG se torne uma rede de resistência e proteção.

Esta característica atual da RIPVG, assim como o surgimento de novas redes nacionais, parece ser influenciada pelo contexto que a América Latina vem enfrentando, de maiores discussões no âmbito do feminismo, mas também da ascensão de discursos reacionários e autoritários, com a perseguição de ativistas, pesquisadores e jornalistas que abordam as temáticas de Gênero e Direitos Humanos. Lucia Lagunes Huerta (2021, n.p.⁶, jornalista e diretora da Cimac, considera que a violência contra as mulheres se potencializa em contextos de violência social, de estruturas autoritárias, porque se naturaliza mais a violência e há uma maior permissividade social da violência contra elas. Além disso, a América Latina tem enfrentado o ressurgimento de governos autoritários, antidemocráticos, ultraconservadores e abertamente contra os direitos das mulheres, gerando uma dupla tensão. Ao mesmo tempo em que se constroem espaços para garantir a autonomia e direitos, existe uma reação de grupos contra os avanços.

É sobre essa tentativa de reversão de espaço e direitos que Huerta também situa a violência contra jornalistas:

⁵ Os nomes das jornalistas foram modificados na tentativa de garantir o anonimato delas.

⁶ Entrevista realizada para a minha tese de doutorado no dia 11 de outubro de 2021. A tradução das entrevistas foi feita de forma direta, do espanhol para o português.

A irrupção das mulheres no espaço público, com uma voz própria, como exercemos nós jornalistas, rompe com todo esse mandato de gênero, de submissão e de silêncio, ao qual foram submetidas as mulheres. Então, é uma violência muito misógina, muito perpassada pela desqualificação da autoridade com que participamos do espaço público (HUERTA, 2021, n.p.).

Desta forma, a organização das profissionais na RIPVG demonstra envolver um duplo movimento: por um lado, a consciência da importância de construção de uma prática jornalística que faça frente às desigualdades de gênero, a partir da reflexão coletiva sobre os limites e potencialidades do campo; e por outro, a busca pela garantia do exercício desta prática frente aos ataques reacionários, objetivando a proteção por meio da articulação em rede. A formação destas alianças de resistência que possam dar forma a um novo tecido de proteção e amenizar a violência a que as mulheres foram expostas será discutida ao longo do texto a partir das contribuições de Rita Segato (2011, 2021). A reflexão contida neste artigo faz parte dos resultados obtidos na minha tese de doutorado, defendida em março de 2023, na qual analisei a *tecitura*⁷ de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes desta rede internacional.

239

A Red Internacional de Periodistas con Visión de Género

A RIPVG surgiu em 2005, em um contexto relacionado ao agravamento de uma crise mundial, que se torna mais expressiva e sentida em diferentes países a partir de 2008. Entre as consequências desta desestabilização está o crescimento de comportamentos regressivos e intolerantes nas diferentes sociedades, representando uma série de retrocessos nas conquistas feministas, nas políticas gênero importantes para a luta pela inclusão e não discriminação. Figura neste cenário, o “recrudescimento do machismo em suas formas mais marcantes: violência contra as mulheres, feminicídio, abolição dos direitos sexuais e reprodutivos, exploração, discriminação e sexismo”⁸ (RIPGV, 2021, n.p., tradução minha).

⁷ Utilizo a palavra *tecitura* e não *tessitura*, pois a primeira apresenta como significado, segundo os principais dicionários de Português, como o Michaelis, a característica de fios que se entrelaçam, como no tear.

⁸ No original: “recrudescimiento del machismo en sus formas más descarnadas: la violencia contra las mujeres, el feminicidio, la abolición de derechos sexuales y reproductivos, la explotación, la discriminación y el sexismo”.

Os discursos antidireitos das maiorias minorizadas e a caçada contra as temáticas de gênero se tornam mais explícitos em 2010, mas a América Latina, ou melhor, as feministas latino-americanas, já estavam na mira do Vaticano e de seus aliados antigênero desde a década de 1990 (CORRÊA, 2018). Soma-se a isto o surgimento das novas igrejas cristãs, a partir do século XIX, formando um arcabouço que foi chamado de evangelismo, mais proeminente na segunda metade do século XX. Para Barrancos (2022, p. 260), sem dúvida, uma das frentes significativas de “combate a ideologia de gênero vem da religiosidade evangélica”, devota de uma perspectiva de ordem natural refletida na demarcação biológica, tornando qualquer dissidência sexual ou de gênero uma ‘abdução demonológica”.

Esse cenário demonstra que a criação da RIPVG demarca o posicionamento desta aliança frente a este contexto. Se relaciona, ainda, ao intuito de pensar estratégias de enfrentamento aos retrocessos no âmbito dos Direitos Humanos, incluindo os das mulheres. A RIPVG se descreve, então, enquanto um espaço que conta com jornalistas de 36 países, com o propósito de promover jornalismo com perspectiva de gênero, evidenciando a situação das mulheres na mídia em prol de mudanças na atual condição delas. Afirma que são “jornalistas que buscamos dar visibilidade às mulheres na mídia, promover seus Direitos Humanos, contar com elas como fonte e usar uma linguagem inclusiva”⁹ (RIPVG, 2021, n.p., tradução minha).

Fundada por jornalistas de 14 países — Alemanha, Espanha, Itália, Peru, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Cuba, Estados Unidos, México, Panamá e Argentina —, destaca que desde “a sua formação, a RIPVG impulsiona uma agenda informativa com perspectiva de gênero, defende a erradicação de todo tipo de violência contra mulheres jornalistas, promove os direitos humanos das mulheres à comunicação, informação e a liberdade de expressão”¹⁰ (RIPVG, 2021, n.p., tradução minha).

Neste esforço de engajar jornalistas de diferentes continentes, considerando suas próprias especificidades, a rede internacional formulou uma série de objetivos que servem como guias de atuação. Desta forma, a RIPVG informa que o objetivo geral é

⁹ No original: “periodistas que buscamos visibilizar a las mujeres en los medios de comunicación, promoviendo sus derechos humanos, contando con ellas como fuentes y comprometidas con el uso de un lenguaje inclusivo”.

¹⁰ No original: “desde su fundación, a RIPVG impulsa una agenda informativa con perspectiva de género, defiende la erradicación de todo tipo de violencia contra mujeres periodistas, promueve los derechos humanos de las mujeres a la comunicación, a la información y a la libertad de expresión”.

promover os direitos das mulheres à comunicação, informação e liberdade de expressão, assim como vigiar a implementação do capítulo J, da Plataforma de ação de Pequim, da ONU, definida em 1995. O referido capítulo trata da proposição de ações para aumentar a participação das mulheres na circulação de ideias e o poder de decisão delas nos meios de comunicação, assim como a apropriação de novas tecnologias. O documento é de suma importância para os caminhos trilhados desde a década de 1990 para a construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, exatamente porque a conferência considerou a mídia central para diminuir a desigualdade de gênero (CHAHER; SANTORO, 2007).

Esta rede internacional incorpora os eixos de Pequim e destaca entre seus objetivos específicos a busca por cooperação e solidariedade entre as mulheres jornalistas; o impulsionamento de uma agenda informativa com perspectiva de gênero; a defesa pela erradicação de qualquer forma de violência contra as jornalistas; o protagonismo das mulheres enquanto fontes; a promoção de um tratamento jornalístico sem estereótipos e com linguagem inclusiva e não sexista; a promoção de conteúdos que tratem sobre a não discriminação por gênero, assim como cursos de capacitação; a defesa do acesso aos cargos decisórios dos veículos; o incentivo de pesquisas sobre essa visão de gênero; o fomento para a criação de redes; e a manutenção do vínculo com o movimento de mulheres, realizando a cobertura de suas ações.

Mesmo que ao longo do tempo estes objetivos permaneçam, pois as diretrizes da plataforma estão longe de ser alcançados — levaremos pelo menos mais 67 anos para que alcancemos a igualdade de gênero dentro dos meios de comunicação tradicionais do mundo —, as jornalistas observam uma mudança nas tarefas mais urgentes. Assim, uma das grandes frentes de trabalho da RIPVG hoje é a incidência política, que significa estar presente no maior número de eventos e conferências, principalmente as que apresentam maior visibilidade internacional.

Este objetivo se relaciona com uma segunda demanda crescente que é exatamente a denúncia de violências e a busca por mecanismos de proteção das jornalistas, tema que a rede tem se dedicado intensamente nos últimos anos. Ao participar de eventos, elas pressionam para que seja incluída nos documentos produzidos a partir das discussões ao menos uma frase: “que haja a proteção das defensoras de direitos humanos e jornalistas”, conforme relato da jornalista argentina Tereza, integrante da RIPVG (2022, n.p.).

Conhecendo as interlocutoras de pesquisa: os procedimentos metodológicos

O principal procedimento metodológico utilizado para a obtenção dos dados analisados neste artigo foi a entrevista individual em profundidade com nove jornalistas de diferentes países latino-americanos integrantes da rede, etapa considerada fundamental na tentativa de compreender “informações, percepções e experiências de informantes” (DUARTE, 2005, p. 62). A escolha das jornalistas, entre as cerca de 300 vinculadas à RIPVG, aconteceu a partir da identidade latino-americana e da ocupação de cargos decisórios e organizativos durante o período da pesquisa. Assim, foram entrevistadas duas jornalistas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena. A nacionalidade das jornalistas não foi necessariamente uma escolha feita por mim, mas apresenta relação com a própria forma de organização da rede e sobre quem ocupa os cargos de maior atividade organizativa. Poucas jornalistas que ocupavam esses cargos não eram de países latino-americanos. Das 23 que ocupam esses cargos e a coordenação de comissões específicas, somente quatro não são latino-americanas, sendo três delas espanholas e uma jornalista sueca.

A utilização da entrevista em profundidade, segundo Duarte (2005), busca percepções de cunho mais subjetivo dos entrevistados sobre um fenômeno complexo. Assim como objetiva conhecer “como” determinado tema é percebido pelas pessoas e, a partir da realização de uma série de entrevistas, identificar “as diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos” (*ibid.*, p. 63), assim como a multiplicidade de motivações. O autor complementa que nos estudos qualitativos, privilegia-se mais a densidade e qualidade das entrevistas do que a quantidade de pessoas entrevistadas. A realização das entrevistas feitas de forma remota, iniciadas em dezembro de 2021 e concluídas em março de 2022, resultou em mais de nove horas de gravação e 80 páginas de transcrição.

As entrevistas aprofundadas sobre a trajetória feminista e suas atuações no jornalismo com perspectiva de gênero, incluindo situações de violência vividas, e a aplicação de um formulário sobre dados identitários, me permitiu conhecer um pouco mais as interlocutoras de pesquisa, considerando que as identidades construídas dentro da América Latina são perpassadas por um complexo entroncamento entre imposição e subversão e pelas intrincadas relações entre gênero e raça. Desta forma, as identidades das jornalistas participantes da pesquisa são múltiplas, perpassadas por gênero, raça, etnia, nacionalidade, idade, sexualidade, entre outros marcadores sociais. Considerei que

três marcadores identitários mereciam maior destaque na análise: a autoidentificação étnico-racial, a geração das interlocutoras e a relação entre nacionalidade e trajetória profissional e na militância feminista. Entendi que eles eram indicativos sobre a posição de sujeito delas quando da formulação das respostas sobre as questões dirigidas, assim como eram importantes para a compreensão do contexto das lutas feministas em que estavam inseridas e do próprio exercício do jornalismo. Assim, todas as jornalistas que responderam ao formulário enviado sobre informações identitárias (sete das nove participantes) se identificam com o gênero feminino ou mulher, assim como a grande maioria informou ser heterossexual — apenas uma das jornalistas que respondeu ao questionário informou se identificar enquanto bissexual. Sobre identificação étnico-racial, apenas uma jornalista respondeu ser branca. As outras respostas foram: mestiça, negra, indígena e parda, indicando a pluralidade de identificações étnico-raciais entre as integrantes que ocupam cargos organizacionais dentro da RIPVG.

Sobre a questão etária, as idades das jornalistas variaram entre 38 e 69 anos. Percebi, ao acompanhar o trabalho da RIPVG, que existe uma valorização da transmissão de saberes de jornalistas com maior tempo de atuação dentro das redes, centralizada na figura de *ancestras*¹¹, que seguem aconselhando o trabalho das jornalistas mais jovens. A diferença geracional entre elas promove uma relação potente entre experiência e a necessidade de atualização constante frente às novas discussões em curso dentro do arcabouço dos feminismos.

243

A escalada de violência contra jornalistas

A desigualdade de gênero no jornalismo envolve distintas formas de ocorrência, sendo perpassada pela reprodução nas estruturas de trabalho das relações hierárquicas de gênero presentes na sociedade (VEIGA DA SILVA, 2014). Isso impacta não apenas o conteúdo produzido, mas o próprio cotidiano das profissionais, que enfrentam disparidade salarial e dificuldade de ocupar cargos de chefia, somadas as duplas jornadas de trabalho (LELO, 2019). Existe ainda uma nítida discriminação na vivência da maternidade, na “avaliação de desempenho calcada em padrões estéticos, além da intimidação, do assédio e da violência sexual (*ibid.*, p. 11). Soma-se ao cenário, as violências de gênero

¹¹ Palavra em espanhol com significado próximo ao termo “ancestrais”.

na internet, que apresentam grandes consequências na vida concreta da vítima (MONTIEL, 2019). Quando perpetradas contra profissionais da imprensa, “constituem a forma mais grave de atentado contra a liberdade de expressão, a nível individual e social” (*ibid.*, p. 60).

Em pesquisa sobre a violência de gênero digital contra jornalistas no Twitter, realizada pelo site *Sentiido*, da Colômbia, e pela ONG *Comunicación para la Igualdad*, da Argentina, com sete países latino-americanos (Argentina, Colômbia, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela), entre outubro de 2019 e outubro de 2020, descobrimos que 68% das entrevistadas tiveram a liberdade de expressão afetada por ataques na rede. Entre as características que demonstram o viés de gênero estão as menções que colocavam em dúvida a sua capacidade intelectual (10%), o uso de expressões sexistas (20%) e comentários sobre a sua aparência física (30%) (CUELLAR; CHAER, 2020).

Em entrevistas com as jornalistas da RIPVG, a preocupação com o aumento da violência contra jornalistas na região foi um consenso entre as interlocutoras da pesquisa. E o contexto apresentado anteriormente, de uma perseguição a questões de gênero, assim como a reação à maior presença e engajamento crítico das jornalistas parece impactar o aumento da violência. Desta forma, nenhum dos países estudados (Brasil, Colômbia, Chile, México e Argentina) está imune à violência contra jornalistas, em seu caráter misógino, e que prejudica drasticamente a atuação delas. O que modifica é a intensidade com que ocorrem, tendo como expressão mais grave os assassinatos.

A jornalista e professora universitária brasileira Leila, uma das interlocutoras da pesquisa, destaca que no Brasil estamos vivenciando um momento de grande violência contra as jornalistas, sendo principalmente “ataques cibernéticos contra jornalistas, linchamentos e cancelamentos” (LEILA, 2021, n.p.). Ao mapear os ataques sofridos por 24 jornalistas brasileiras e dois portais de imprensa feministas entre janeiro de 2018 e novembro de 2021, Fernanda Nascimento e eu (2022, p. 7) consideramos que “os mecanismos de perseguição, que vêm sendo percebidos tanto online quanto offline, culminam em violências verbais e até mesmo físicas contra jornalistas, institucionalizadas pela incitação do [ex] presidente da República”.

Para a pesquisadora brasileira entrevistada, a grande questão a ser discutida no momento é como apoiar as jornalistas que sofrem agressões, porque “faltam espaços de proteção para essas mulheres que são agredidas na Internet no exercício da profissão (LEILA, 2021, n.p.). Leila destaca ainda que não são apenas as jornalistas que vivenciam

este contexto, mas as próprias pesquisadoras da área de gênero. Ela, que realiza pesquisa no campo do Jornalismo, afirma que não posta muito nas redes sociais sobre seus estudos por medo de ser atacada.

Na Argentina, embora os dados de assassinatos de profissionais sejam inexpressivos, a violência contra jornalistas em seu prisma de gênero é perceptível principalmente dentro dos espaços de trabalho, em múltiplas formas de assédio, assim como o crescimento dos ataques digitais. A jornalista argentina Teodora, que apresenta uma longa trajetória no jornalismo, ressalta a dificuldade de denúncia dos casos pelo medo de perder a fonte de sustento. Ela destaca que durante as décadas em que atuou no jornalismo não sofreu casos de assédio direto, mas sentiu fortemente a desigualdade de gênero em sua permanência dentro das empresas aliada à contrariedade com a perspectiva feminista que aportava.

Me despediram várias vezes por ser mulher, por ser feminista [...]. Quando alguém me pergunta, mas como sabe que te despediram por ser feminista? [Respondo que] observo quem colocaram no meu lugar. Se me tiram e quem me substitui tem essas características, jovem, homem, patriarcal, católico, religioso militante, está claro que me tiraram por ser feminista. Não há muita dúvida (TEODORA, 2021, n.p.).

245

No Chile, é predominante também a discriminação dentro das redações, motivada por estas relações de poder e pela própria estrutura da mídia, com alta concentração dos meios. O estímulo profissional à competição é um dos fatores, segundo a jornalista chilena Antonia, para a dificuldade de sociabilidade e apoio mútuo entre as próprias colegas de trabalho, “porque de alguma maneira necessitamos ser reconhecidas, validadas entre os pares que em sua maioria são homens e tem uma vantagem estrutural, desigual, diferente das mulheres” (ANTONIA, 2021, n.p.). Além disso, a crise política enfrentada pelo Chile desde 2019 impulsionou uma série de protestos nas ruas, tornando mais evidente a insegurança das jornalistas durante coberturas, sendo registrados casos de ataques sexuais por parte de agentes de segurança contra profissionais da imprensa.

Já na Colômbia, a violência pode ser considerada mais explícita. Persistem os casos de assédio e abuso nas redações, assim como as violações e mortes de jornalistas. A jornalista colombiana Laura considera que os meios de comunicação refletem a sociedade em que se vive. Assim, “se temos um mundo de violência contra mulheres, isso se reflete não somente nas salas de redação, mas em todo o processo jornalístico” (LAURA, 2022, n.p.). Em pesquisa realizada em 2021 pela *Red Colombiana de*

Periodistas con Visión de Género e Fundación Karisma, intitulada *Periodistas Sin Acoso*, das 470 pessoas entrevistadas, 34% responderam ter sofrido violência física. Já nos dados de assédio sexual, das 346 mulheres participantes, 67% afirmaram ter passado por essa situação. “Então, você tem que recorrer a uma fonte em lugares fechados, cobrir manifestações, cobrir zonas de conflito, e em todos esses cenários se manifestam violências contra elas” (LAURA, 2022, n.p.). Nesta mesma pesquisa, as jornalistas da rede colombiana ressaltam ainda a grave situação enfrentada pelas profissionais no contexto do conflito armado, em que a violência sexual é utilizada como arma de guerra, sendo as mulheres jornalistas vítimas deste tipo de crime como forma de repressão por exercerem o jornalismo.

Sabemos que a América Latina figura entre as regiões mais violentas para o exercício do jornalismo, com cifras crescentes que demonstram o agravamento do problema. Segundo dados da organização Repórteres Sem Fronteiras, México, Brasil, Colômbia e Honduras foram os países em que aconteceram 80% das mortes entre os anos de 2010 e 2020, totalizando 139 assassinatos (RSF, 2022). Frente a este cenário, a RIPVG passa a dedicar boa parte de sua atuação a uma série de ações que visam a denúncia dos casos, assim como a busca por estratégias de proteção. Uma comissão específica, chamada de comissão de alerta, foi criada em 2009 para tratar do tema. Nestes anos, este núcleo já atuou no acompanhamento de mais de 150 casos de violência.

A jornalista mexicana Carmen explica que durante o surgimento das redes de jornalistas com perspectiva de gênero, sendo a primeira delas a *Red Nacional de Periodistas*, no México, em 1995, as múltiplas violências nas quais as profissionais estão sujeitas já eram conhecidas. Isso em dois sentidos: “dentro das redações, com as fontes informativas, mas também como um exercício de censura, de limitar a liberdade de expressão das jornalistas” (CARMEN, 2021, n.p.). Mesmo reconhecendo a existência, ainda não era percebida a urgência em abrir uma frente de trabalho específica sobre o tema. Carmen relata que resistências sobre a inclusão de uma perspectiva de gênero na análise dos casos apareceram até mesmo de organizações internacionais reconhecidas na defesa da liberdade de expressão.

Assim, se fez necessário, começar autonomamente a nomear este tipo de violência específica porque por muito tempo “se decidiu privilegiar o que ocorria com os homens jornalistas, e isso ocorre porque estamos em um mundo patriarcal, as mulheres

jornalistas ficaram escondidas na generalidade do que se passa aos jornalistas no México” (CARMEN, 2021, n.p.). A falta de dados sobre o que ocorria com as mulheres foi uma das consequências de tratar de forma generalizada a violência, até porque mesmo as jornalistas tinham dificuldade de identificar e nomear a situação. Havia o medo de ser estigmatizadas enquanto vítimas por conta do masculinismo presente na profissão.

No caso da rede mexicana, elas decidiram “fazer a própria metodologia feminista com perspectiva de direitos humanos das mulheres para evidenciar as violências que estamos vivendo” (CARMEN, 2021, n.p.). Com o passar dos anos e a constatação dos riscos da atuação jornalística, o tema esteve mais presente na rede do México e, posteriormente, incidiu na rede internacional, “porque começamos a ter cada vez mais casos de companheiras da rede que estavam vivendo em condições de violência extrema” (CARMEN, 2021, n.p.).

A rede mexicana, enquanto articulação anterior a rede internacional, aporta essa expertise de investigação dos casos e formas de incidência sobre a violência para a RIPVG, que nasce uma década depois, em um contexto de maior recrudescimento da violência contra jornalistas. De acordo com a jornalista mexicana Margarida, a RIPVG nasce para impulsionar uma agenda informativa com perspectiva de gênero, impulsionar essa visão dentro do jornalismo. “Fazíamos formação, formação e mais formação, criando novas redes e alianças” (MARGARIDA, 2021, n.p.). Contudo, a partir de 2006, o México começa a enfrentar uma alavancada na violência a partir de uma declaração de guerra aos grupos ligados ao narcotráfico, que afeta diretamente jornalistas. “E como nos protegemos? [...] tivemos que construir alianças solidárias de autoproteção por conta das omissões do estado mexicano” (MARGARIDA, 2021, n.p.).

Margarida é uma jornalista *desplazada*¹². Há cerca de seis anos precisou deixar o trabalho, casa, boa parte de sua família e a região em que vivia após ser ameaçada de morte, junto com seu esposo e seu enteado, também jornalistas, e seus três filhos menores de idade. Ela considera que a ameaça foi diretamente motivada pela sua atuação jornalística e sua trajetória nas redes de jornalistas.

E o pior é que não acontece nada, você perde um patrimônio que é intangível, tua vida, tua saúde, tu construí uma trajetória ao longo de toda uma vida, te desapropriam disso porque te obrigam a ir para um

¹² Termo em espanhol que pode ser traduzido como uma mudança forçada do local em que se vive. Normalmente está relacionado ao contexto de ameaças.

lugar onde esse patrimônio não está, e como teu trabalho é público, tão pouco você pode trabalhar nisso (MARGARIDA, 2021, n.p.)

O sentimento de isolamento promovido pelos agressores e sentido pelas jornalistas encontra na atuação em rede, como é o caso da RIPVG, uma tecitura promovida pelas profissionais que visam a dar acolhimento, apoio e confiança, quando as jornalistas perderam quase tudo e encontram pouco respaldo do Estado para reverter a situação. “Eu sempre acreditei que as redes de jornalistas salvam vidas, incluindo a minha e da minha família. [...] Porque quando tu estás em uma situação dessas de ser perseguida, de ser uma *desplazada*, o que os agressores buscam é te isolar, converter você em uma pessoa de risco para todo mundo que está perto de ti” (MARGARIDA, 2021, n.p.).

Nesse sentido, ela considera que o maior desafio da RIPVG hoje é a prevenção da violência e a segurança das jornalistas, garantindo que elas tenham liberdade para exercer a sua profissão. É neste sentido, talvez, que observamos os maiores impactos da rede na proteção e resistência de jornalistas frente as violências crescentes, pois “digamos que estamos neste momento cada vez mais convencidas de que as redes são as que podem nos salvar” (CARMEN, 2021, n.p.). A RIPVG tem, então, atuado na denúncia das falências do Estado e conseguido que as relatorias de liberdade de expressão assumam a questão de gênero como um tema nodal no âmbito internacional. “E outra questão também é ir desenvolvendo estratégias individuais para as coberturas, queremos seguir fazendo jornalismo, mas não queremos perder a vida por fazê-lo” (CARMEN, 2021, n.p.). O desenvolvimento de cursos e formação para a proteção das jornalistas, análises de contexto que considerem os riscos da prática jornalística e o desenvolvendo estratégias de enfrentamento estão entre os objetivos atuais da rede. Além disso, o apoio emocional entre elas está entre os aportes mais importantes da articulação, “sobretudo para as companheiras que sofreram *desplazamientos* forçados, que vivem no exílio, e se veem perdendo tudo de um dia para o outro. Saber-se apoiada é muito importante para reiniciar onde está. Tudo isso vão construindo as redes” (CARMEN, 2021, n.p.).

A jornalista mexicana Martha considera que a RIPVG constrói *acorpamientos*¹³ entre pessoas de todas as regiões da América Latina. Ela me explica que em nosso

¹³ Agrupamento, unidade, união. Considero que a palavra em espanhol informa melhor sobre o significado de *acorpamiento* no interior da rede.

diálogo também estamos construindo um *acorpamiento*, “construindo essas formas de resistência desde a academia, desde todos os espaços que podemos estar, onde vamos construindo um jornalismo finalmente com perspectiva de gênero” (MARTHA, 2021, n.p.). *Acorpamientos* abraçadores que são uma fortaleza, um *altavoz* que faz com que as jornalistas não se sintam isoladas pela violência que as atinge, são uma das formas de resistência que a rede internacional se dedica a tecer.

Segato (2021), ao teorizar sobre a violência contra mulheres na Ciudad Juárez no México e sobre a violência contra mulheres indígenas no Brasil, nos oferece uma chave importante para refletir sobre a construção de brechas e fissuras efetivas que façam frente à colonialidade de gênero e de raça. Se o tecido comunitário que protegia a mulheres nos patriarcados de baixa intensidade dentro do mundo-aldeia vai sendo rompido pela intrusão colonial e sendo dilacerado ainda mais pelo avanço do estado-moderno, a saída muitas vezes encontrada pelas mulheres diz respeito à tentativa coletiva de suturar algumas tramas, cosendo pequenos nós (SEGATO, 2021) para se manterem unidas. No que se refere à RIPVG, não se trata de um resgate do que foi rompido no passado, mas da formação de novas alianças de resistência que possam dar forma a um novo tecido de proteção. Essa é uma estratégia de mulheres e feministas utilizadas há séculos para resistir às mazelas que lhes são impostas, entendendo que somente juntas e lutando pela coletividade poderemos enfrentar as violentas normas de gênero e sexualidade.

E isso se torna ainda mais necessário frente ao contexto que muitos países vivenciam, pois o que “testemunhamos hoje é o desenvolvimento assustador de novos métodos de ataque contra corpos femininos e feminizados. Essa fúria se expande sem fronteiras” (SEGATO, 2021, p. 88). Mesmo com a

[...] crescente implantação de medidas legais em resposta ao que ficou conhecido como “diretos humanos das mulheres” após a Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, podemos sem dúvida, falar de uma barbárie crescente do gênero colonial-moderno, ou do que algumas pessoas já chamam de “genocídio de gênero” (*ibid.*, p. 89).

O impulsionamento deste genocídio tem em sua base uma modificação das relações hierárquicas duais de gênero no mundo aldeia, transformadas/agravadas em relações hiper-hierárquicas e dicotômicas de gênero no mundo moderno. Em que só existe o um e os “outros”, as “sobras marginais” (*ibid.*, p. 107). Para Segato (*ibid.*, p. 102),

a vulnerabilidade das mulheres aumenta a partir do momento em que existe uma “superinflação da importância do papel dos homens dentro da comunidade”, dialogando externamente com a administração branca, e uma “superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade”. Como consequência destas duas mudanças decisivas, “a dualidade se torna binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada” (SEGATO, 2021, p. 102). As mulheres perdem poder político:

Os laços exclusivos entre mulheres, que orientavam sua solidariedade e colaboração tanto nos rituais quanto no trabalho produtivo e reprodutivo, são desmantelados no processo de encapsular a domesticidade como “vida privada”. Para o espaço doméstico e para as pessoas que o habitam significa um colapso total de seu valor e munção política, de sua capacidade de participar de forma significativa nos processos de tomada de decisão que afetam toda a comunidade (*ibid.*, p. 106).

As jornalistas entrevistadas ressaltaram que a violência a que são expostas dentro da profissão está relacionada tanto com a produção jornalística crítica sobre esse sistema dicotômico de gênero, extremamente violento, quanto com a não naturalização da presença delas dentro de espaços de poder, tratando de assuntos que dizem respeito à coletividade. Isso porque essa esfera moderna apresenta um tipo de sujeito muito específico que pode transitar por ela, sendo ele mesmo o criador das regras de cidadania. “Ele é homem, branco, alfabetizado, proletário e pater familias (uso esse termo em vez de heterossexual, porque sua vida sexual é desconhecida, mas sua ‘respeitabilidade’ como chefe de família pode ser comprovada)” (SEGATO, 2021, p. 109).

Qualquer tentativa de alcançar uma identidade política pública envolve um processo de assemelhar-se a ele. Ou ainda, qualquer tentativa de deter poder dentro das instituições masculinistas pressupõe assumir suas características. Foi neste sentido que Veiga da Silva (2014, p. 320-321) considerou em sua pesquisa de mestrado que as hierarquias entre jornalistas dentro da redação eram perpassadas não apenas por competências profissionais, tendo relação “com adequação a determinados perfis, cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade etc.)”, independente do gênero dos profissionais.

Desta forma, é no enfrentamento dessas hierarquias que desvalorizam o feminino e, conseqüentemente, as mulheres, mas não apenas elas, dificultando sua atuação em diversos âmbitos sociais, que as profissionais da RIPVG dedicam sua profissão e ao mesmo tempo enfrentam toda a fúria por resistir a elas. E esta violência é perpassada não somente por questões de gênero, mas também de raça, etnia e sexualidade. Um exemplo disto nesta pesquisa é que a única jornalista indígena entrevistada, que vivencia também uma sexualidade dissidente da norma heterossexual, foi a única que relatou ter sofrido violência física durante o exercício do jornalismo, além de uma série de outras violências psicológicas e morais. A violência é assim agravada dependendo dos corpos aos quais ela se dirige.

Dentro das definições das integrantes da RIPVG discutidas e apresentadas para a elaboração de uma perspectiva de gênero no jornalismo percebemos o trânsito de discursos dos feminismos considerados hegemônicos, oriundos do norte global, refletidos, tensionados e ressignificados dentro dos contextos locais, mas ainda bastante marcados pela ideia de igualdade que perpassa o ideal dos direitos humanos e da centralidade da categoria mulheres, embora considerando outros marcadores da diferença. Ao mesmo tempo em que em suas práticas de *acorpamiento* é possível perceber um deslocamento dos discursos hegemônicos, promovendo uma organização que enfrenta a lógica moderno-colonial. Individualismo e empoderamento individual são refutados em busca de alianças menos hierárquicas, da solidariedade, do afeto, “práticas de reciprocidade” (SEGATO, 2021, p. 96).

A partir deste mecanismo aglutinador de aliança, mas não cerceador, a RIPVG criou um sentido de pertencimento, segundo Ocampo (2015), envolto em um propósito central e comprometida com a criação de uma “nova cultura em que homens e mulheres se pensam a partir de novos símbolos inclusivos, participativos e equitativos, com novas formas de valoração e representação” (OCAMPO, 2015, n.p., tradução minha). Para seguir com essa proposta, Martha explica que a RIPVG tem *acorado* com uma intenção, pois o *acorpamiento* é uma estratégia, uma estratégia de proteção entre colegas de profissão, assim como uma ferramenta de articulação para a capacitação sobre o jornalismo, desconstruindo-o para depois reconstruí-lo a partir de uma perspectiva de gênero, formando “essa rede de abraços entre as companheiras e de coincidências”, e

“desde o *amamacho*¹⁴ de proteção em cada situação que passem as companheiras” (MARTHA, 2021, n.p.,).

Considerações finais

Discuti neste artigo uma mudança nos eixos prioritários de atuação da RIPVG, motivada pelo crescimento da violência contra as jornalistas na América Latina. O ativismo em que estão envolvidas dentro da rede as une de modo que parece bastante específico — tanto na formação de profissionais com uma perspectiva de gênero quanto na denúncia de um sistema desigual, profundamente machista, racista e misógino, que afeta as mulheres e outros grupos ao redor do globo, incluindo as próprias jornalistas. Frente a omissão do Estado e não garantia de proteção, promovem uma atuação independente denunciando os casos, pressionando autoridades e realizando novas alianças.

Proponho que esta é uma maneira de resistir ao sistema moderno/colonial de gênero, considerando que foi a ruptura do tecido comunitário que protegia as mulheres quando da intrusão colonial o ponto de agravamento da violência de gênero (SEGATO, 2011, 2021). A permanência ainda hoje de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa afeta bruscamente a vida das jornalistas latino-americana e a violência é agravada dependendo dos corpos aos quais ela se dirige, como demonstram os relatos das profissionais. Por isso, elas se dedicam a tecer uma rede de resistência e proteção que possa permitir a atuação jornalística a partir de uma perspectiva de gênero.

Assim, acredito que a hipótese proposta neste artigo, de que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, formando articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011, 2021), foi confirmada. Considero que este intento se refere tanto à formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas

¹⁴ A palavra *amamacho* foi proferida diversas vezes pela interlocutora de pesquisa Martha, mulher indígena Nahua, da região de Guerrero, no México. Até mesmo em conversas que tivemos por WhatsApp ela recorreu ao seu uso quando estávamos nos despedindo: “Besos y *amamachitos*”. A palavra que encontrei tradução foi *apapacho*, uma expressão que significa algo como abraços do papai. A variação para mamã, a mamãe, pode ser uma possível explicação. De toda forma, mantive a palavra sem tradução, pois é impossível não perceber o poder da colonialidade na tentativa exaustiva de traduzir algo que não apresenta um significado semelhante. Como afirma Lugones (2014, p. 944), “por isso, se não traduzo e você pensa que entende menos, ou que nada entende, acho que você pode entender melhor, porque isto funciona como um exemplo de pensamento na diferença colonial”.

características, quanto à possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

Se a ruptura do tecido comunitário tornou as mulheres mais vulneráveis à violência, esse fino tecido construído pela RIPVG que envolve múltiplas frentes — como a incidência política, a denúncia, a formação profissional e a solidariedade —, construindo um grande *acorpamiento*, um *amamacho* de proteção entre elas, parece ser uma maneira de promover um novo elo de segurança.

Referências

BARRANCOS, D. **História dos Feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

CHAEER, S.; SANTORO, S. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53. Campinas: Unicamp, 2018.

CUELLAR, L.; CHAHER, S. **Ser periodista en Twitter**: violencia de género digital en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones; Bogotá: Sentiido; París: Unesco, 2020.

CURIEL, O. Hacia La construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Y. E. (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HASAN, V.; GIL, A. S. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **Revista de Estudios de Género – La ventana**, v. 5, n. 43, p. 246-280. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016.

HUERTA, L. L. Entrevistadora: Jessica Gustafson Costa. A entrevista na íntegra foi realizada para os fins de tese de doutorado da entrevistadora realizada de forma virtual nas cidades de Florianópolis (Brasil) e Cidade do México (México), 2021.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-14. Florianópolis: UFSC, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952. Florianópolis: UFSC, 2014.

MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy. In: BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. **Los Desafíos decoloniales de nuestros días**. Pensar en colectivo. Argentina: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MONTIEL, A. V. Violencia contra mujeres periodistas. **Interdisciplina**, v. 7, n. 17, p. 57-67, Ciudad de México: Unam, 2019.

NASCIMENTO, F.; GUSTAFSON, J. Ataques bolsonaristas às jornalistas no Brasil: misoginia e sexismo em um cenário de cruzada antigênero. In: **Anais do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Natal: UFRN, 2022, p. 1-22.

OCAMPO, F. **Red Internacional y Red Colombiana de periodistas con visión de Género**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r9RYe4>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RED INTERNACIONAL DE PERIODISTAS COM VISIÓN DE GÉNERO, Disponível em: <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com>. Acesso em: 7 mai. 2021.

RSF. Repórteres Sem Fronteiras. **Sob Risco**: Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina (Brasil, Colômbia, Honduras e México). Paris: RSF, 2022.

SEGATO, R. L. Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial. In: BIDASECA, K.; LABA, V. (org.). **Feminismos y postcolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 17-48.

SEGATO, R. L. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VEIGA, A. M. **Feminismos em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). 168f. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis: UFSC, 2009.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, K. J.; PEDRO, J. M. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010. p. 1-10.

Submissão: 12 de mai. 2023

Aceite: 22 de jun. 2023.

Entrevista

De dentro pra dentro:

Jornalismo de olhar periférico no centro da prosa

Edgard Patrício¹

Luan Matheus Santana²

Mara Rovida³

Verônica Lima⁴

Resumo

Convidamos Gabrielle Guido, Brenda Gomes, ambas do coletivo *Entre Becos*, em Salvador, e Aline Rodrigues, da *Periferia em Movimento*, em São Paulo, para uma prosa sobre algumas questões geradoras que atravessam o cotidiano das iniciativas de jornalismo independente. A relação com a decolonialidade deixamos para que nossa(o)s leitora(e)s percebam, a partir do diálogo que se estabelece pelas vivências de cada uma. Foi um prazer conversar com vocês, e agradecemos demais a colaboração que deram à discussão!

Palavras-chave: Decolonialidade. Jornalismo independente. Periferias.

255

Within to Within: Peripheral Gaze Journalism at the Center of Discourse

Abstract

We invited Gabrielle Guido and Brenda Gomes, both from the collective "Entre Becos" in Salvador, and Aline Rodrigues from "Periferia em Movimento" in São Paulo, for a discussion on several generative issues that permeate the daily practices of independent journalism initiatives. We leave the relationship with decoloniality for our readers to perceive through the dialogue that emerges from each individual's experiences. It has been a pleasure to engage in conversation with all of you, and we deeply appreciate the valuable contributions you have made to this discussion.

Keywords: Decoloniality. Independent journalism. Outskirts.

¹ Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: edgard@ufc.br.

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: luammatheus@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (PPGCC-Uniso) e pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJor/UEPG). E-mail: mararovida@gmail.com.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF) e integrante do grupo Comunicação-Decolonialidade, da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (Alaic). E-mail: veronica.alveslima@gmail.com.

Gabrielle Guido: O negócio de ficar perguntando quem [começa a falar] acaba virando a primeira, né? Mas meu nome é Gabriele Guido, eu moro em Salvador já há mais de 20 anos, já me sinto soteropolitana, mas nasci no Tocantins. Acho que é legal dizer um pouquinho das nossas origens, divido sempre a fala com as minhas colegas, a gente vem sempre em dupla. A gente faz parte do coletivo chamado *Entre Becos*, que produz reportagens sobre as periferias de Salvador a partir da perspectiva da periferia.

Brenda Gomes: Pronto, meu nome é Brenda Gomes, sou jornalista, sou mãe de Ravi, faço parte do grupo de jornalismo local *Entre Becos*. Sou de Salvador, moro em Salvador, moro no Garcia, mas sou cria de um bairro chamado Sussuarana, que é uma periferia aqui de Salvador também. E é isso.

Aline Rodrigues: Bom, sou Aline, da *Periferia em Movimento*, falo aqui do Campo Limpo, bairro de Jardim Ingá, zona sul de São Paulo. Gosto do que Gabrielle traz, importante dizer de onde a gente vem e pra gente é essa essência mesmo. O nosso jornalismo já parte desse lugar de entender quem somos, e é isso. A gente se propõe a produzir notícias, registrar a perspectiva das *quebradas* com recorte, a linha editorial de falar de quem está à frente da luta por direitos, por diversos direitos essenciais, básicos, pra garantir a dignidade do nosso povo. E a gente faz isso principalmente na internet, mas também tem uma frente igualmente importante que é o offline, a troca de ideia com as pessoas no dia a dia. E a gente tem a nossa metodologia de educação midiática, né? Que é estar nos espaços debatendo sobre o fazer jornalístico. Não só pra levar as nossas notícias pras pessoas, mas também motivá-las a fazerem o seu registro da história.

Pauta Geral (PG): A gente colocou aqui o que é fato jornalístico pra vocês, ou seja, o que vira notícia na *Entre Becos*?

Gabrielle: Pensando a nossa linha editorial, que é o que vai guiar o que a gente fala e o que não fala, acho que a gente tem primeiro como premissa as notícias das periferias. Isso já dá um recorte que a gente não vai falar de regiões como Barra [bairro de Salvador], que todo mundo conhece, a gente não vai falar sobre bairros que estão com uma grande concentração de renda e criam uma dinâmica social completamente diferente das periferias de Salvador. A gente tem uma política de falar de jornalismo de solução,

então a gente está querendo entender o que a periferia está fazendo, criando e inovando em seus processos, contribuindo com a ação cidadã. Por isso também a gente vai falar de problemas, mas não vai falar de violência e assistencialismo. Eu acho que isso é uma coisa que vai dizendo pra gente o que pode virar notícia, porque a nossa intenção é fazer parte de um ecossistema de notícias, e a gente entende que a grande mídia já fala de maneira violenta, assistencialista, de maneira reducionista. Então a gente está buscando histórias que sejam do campo da área da cidadania, mas também histórias que possam criar registros sobre bairros que não são noticiados. Então a gente pode falar de uma iniciativa de bairro, de uma pessoa que teve uma grande conquista, que criou uma casa especial, que vende de um jeito diferente. Porque a gente entende também que fazer esse registro contribui com a história dos bairros, e não ficar com uma história só limitada. Então eu acho que é o que os bairros estão fazendo, o que as pessoas desses bairros estão fazendo e como estão fazendo também.

Brenda: Para além disso que você falou, também é contar para além do que os grandes meios de comunicação estão fazendo, né? Porque muitas vezes as histórias das periferias são limitadas pelo que os grandes meios de comunicação trazem. E essas pessoas não estão dentro desses espaços. A gente tem um diferencial que são os nossos correspondentes, nossos repórteres, que também estão dentro das periferias. Então as histórias estão sempre próximas. Não é uma narrativa que não tem o sentimentalismo, um sentimental, não tenha empatia, é sempre com um olhar também de quem está por dentro, de quem enxerga aquilo ali: “Poxa, isso pode ser notícia, isso deve ser notícia”. Ver nos critérios de noticiabilidade do jornalismo o que pode ser aplicado também, eu acho que é muito disso. E aí a partir disso contar uma histórias a partir de outros vieses. A gente vê algumas histórias que saem a partir do nosso conteúdo... Saiu, por exemplo, na nossa *news*, e às vezes vai pra imprensa maior, os grandes jornais, e aí a gente vê que sai depois que a gente publica lá e aí a gente pensa assim: “Poxa, por que não deram antes?”. Porque talvez não tenham tido esse olhar de apuração, de estar bem por dentro da casa, por dentro do movimento. Não entender também que esses espaços são espaços de construção de pauta de educação, de lazer, que não são só segurança pública, que isso é uma coisa que a gente, como Gabi falou, a gente não cobre. Porque entende que não é só sobre isso e também que a gente não tem uma estrutura pra isso, são coisas muito delicadas, sabe?

PG: E Ravi está tão quietinho, tô impressionado! [Brenda segurava no colo o filho, Ravi] Então, vamos lá Aline, o que seria o fato jornalístico aí pra *Periferia em Movimento*?

Aline: Bom, eu acabei até falando um pouquinho na minha apresentação, já estou me adiantando. Mas bom, como a gente tem esse propósito de dar o protagonismo de quem está à frente de lutas, dentro disso tem um universo, né? E é muito legal ouvir Gabrielle e Brenda, sim, porque a gente segue no mesmo caminho de contar as histórias que não são contadas, dar créditos pra quem não recebe historicamente os créditos, inclusive das lutas, das ideias, dos saberes. Historicamente é dado crédito pro político que conseguiu a construção da escola ali no bairro que as crianças precisam andar pra caramba pra acessar a educação. E não se contam lutas de décadas do território pra essa conquista. Aí vem alguém ali recém-eleito e coloca ali o nomezinho. E então a gente conta essa complexidade: “Olha, isso aconteceu agora, determinado parlamentar assinou pra que isso fosse garantido ou conduzir uma política pública”, mas existiram décadas de luta, décadas de elaboração de porquê que era importante a construção daquela escola ali, qual era a demanda do bairro e o quanto a população dava seu jeito de garantir educação pras crianças enquanto o oficial não chegava, a escola ali construída se fazia em espaços improvisados, e a gente conta todas essas histórias.

As pessoas que vão ali de alguma forma criando soluções, mesmo que improvisadas, mesmo que temporárias pra garantia de direitos. E dentro disso entra também a garantia de direito à memória, então a gente o tempo todo também conta a história dessas pessoas, dos lugares, e o quanto isso vai se relacionando com a garantia de direitos universais que estão postos. Dentro disso, inevitavelmente, a gente contempla o tempo todo a garantia de direito à informação e o direito à comunicação para que as pessoas acessem a informação, mas que elas também possam se comunicar por si só. E serem ouvidas. Muitos falam em *dar voz*, mas a gente não gosta disso porque sabe que as pessoas têm voz há muito tempo, o problema é chegar a voz delas nos lugares e influenciar, incidir. A Gabrielle define como *jornalismo de soluções*, e eu fiquei sabendo esses dias sobre esse termo num evento que eu fui e falaram sobre ele, e eu vi conexão com o que a gente faz também. Só que a gente há um bom tempo define o nosso jornalismo como um *jornalismo de quebrada*, de dentro pra dentro, que está pisando o chão do território. A nossa equipe também é periférica, então vai trazendo as pautas naturalmente. Porque, às vezes, nós somos a pauta quase, a gente só não dá entrevista.

E às vezes até rolam algumas produções especiais em que a própria equipe se posiciona, porque a gente vive e registra as histórias cuidando da ética jornalística, dos parâmetros jornalísticos que se pedem, então é esse todo a nossa linha editorial, é esse alerta constante, pisar no chão e dar crédito pra quem realmente é dona dos créditos, de tudo o que acontece nas quebradas, da luta por direitos, das histórias e da construção da sociedade como um todo, no fim das contas. Se a quebrada parar, o mundo para, né? Então é isso aí.

PG: Brenda falou da questão da proximidade, do jornalismo de proximidade, e a Aline colocou também a questão do jornalismo feito de dentro pra dentro. E aí eu colocaria pra vocês o seguinte: como é que é a relação da produção do jornalismo de vocês com as fontes? A gente sabe que, dentro do jornalismo convencional, existe um relacionamento entre jornalista e fonte. Vocês acham que de alguma maneira as iniciativas que vocês trabalham inovam em relação a esse relacionamento com as fontes?

259

Gabrielle: Uma coisa engraçada: a gente teve uma discussão sobre como a gente lida com as possíveis fontes de uma maneira diferente essa semana. Porque a gente viu que, primeiro, as fontes estão muito próximas e, às vezes, a gente está falando é de um compadre, é de uma comadre. É de um padrinho, é de um menino, uma vizinha que nos conhece há 20 anos. E aí a gente tem um grande parceiro que faz consultoria pra gente de edição. E ele falou: “Gente, não tem história interessante, não coloca”. E aí isso gerou uma discussão muito interessante, que é de pensar que a gente não pode fazer isso com essas pessoas porque a partir do momento que a gente está ali pra construir e entender histórias interessantes, mas também pra respeitar as relações de afeto nesse processo todo, porque isso vira uma questão. São pessoas que estão ali do nosso lado o tempo inteiro. Então, também tem sido um exercício de toda vez que a gente vai captar e conversar sobre a história, a gente ir lá e falar um pouco sobre como funciona, de qual é o processo de edição, de fazer quase uma pré-entrevista pra entender e cuidar um pouco dessa expectativa. Uma coisa que eu acho que tem de diferença do que está acontecendo é um pouco disso de entender que a gente está falando de um jornalismo que ele também lida com afeto, a gente tem, óbvio, princípios éticos. Por exemplo, a Brenda não pode entrevistar a própria mãe, né? A gente tem que entender tem que tem um limite, mas eu acho que a gente tem um pouco mais de cuidado de quem a gente

chama pra fazer entrevista, de como a gente conduz. Um dos objetivos que a gente deixou muito bem marcado na *Entre Becos* é o de contribuir de alguma maneira com históricos das periferias de Salvador. E contribuir com isso vem com o texto, com a imagem, com respeito a essas pessoas que são nossas pessoas, nossos colegas, nossos vizinhos, que fazem parte desse lugar. Então fazer isso não vai funcionar com só dizer se é interessante ou não é interessante, né? Eu acho que a metodologia desse cuidado também é um pouco diferente, porque realmente é muito próximo, mas aí a gente vai construindo o nosso código de ética dentro dessa proximidade pra gente também não mexer com a expectativa e a felicidade de alguém de estar sendo publicado em algum lugar e fazer isso com responsabilidade.

Brenda: Pra complementar Gabi, muito no sentido de pensar que a gente faz jornalismo mesmo, né? O que é a ética do jornalismo e o que ela traz pra gente? Nosso corpo físico é composto por comunicólogas, mas durante um período a gente teve o apoio de alguns colegas que não são comunicadores, não são da comunicação no sentido acadêmico. Então a gente via dúvidas no sentido de quem perguntar, como perguntar, qual trato dar. No sentido da *performance jornalística*, vamos falar assim. Mas a gente sempre tenta pensar nisso tudo. Pensar que a gente tem histórias próximas, tem coisas que a gente quer falar sobre esse espaço que é nosso, sobre essas pessoas que são nossas, mas pensar o que a gente pode entregar de notícias e reportagem com qualidade também. A gente tem muito apego a isso da qualidade do conteúdo. A gente não quer contar qualquer história, não quer contar de qualquer jeito, sabe? A gente tem que pensar e tem feito... pelo menos eu tenho visto com bons olhos o trabalho que a gente tem feito. Um jornalismo local, mas com a qualidade e com o requinte de um jornalismo que pode ser republicado, como tem sido republicado na grande imprensa. Então a gente não quer se comparar, mas a qualidade da nossa entrega a gente tenta garantir de alguma forma.

PG: Aline, você colocou que a periferia tem uma metodologia de educação midiática. E aí eu fiquei pensando e correlacionando uma coisa com outra, ou seja, como é que é essa metodologia de educação midiática está dentro dessa relação que vocês desenvolvem com suas fontes. Porque, a princípio, também as fontes podem se inserir, e aí eu queria que você colocasse, dentro dessa perspectiva da educação midiática também, ou seja, que relacionamento vocês desenvolvem?

Aline: Bom, relacionando com educação midiática, tem fonte que às vezes vira palestrante dos nossos cursos e oficinas e vice-versa. Então, a educação midiática e a produção de conteúdo jornalístico estão de mãos dadas o tempo todo. Porque hora a gente faz um curso, uma oficina na escola, duas horas de oficina, conversa com a juventude, quais são as faltas que pegam, o que vocês gostariam que fosse contado pro mundo? A gente levanta aquela informação e depois traz uma pessoa, que um dia foi fonte nossa, pra conversar com essa turma. e pra elas entrevistarem, fazer uma um simulado de coletiva de imprensa, então a gente vai criando. A gente já chamou, por exemplo, pessoas do território pra serem consultoras de pauta. A gente se reconhecendo num lugar de meio a esse assunto que a gente não dá conta sozinhos, né? E aí a gente chama alguém pra um bate-papo com a equipe e que depois às vezes ela até vira fonte também da reportagem, porque ela traz um depoimento, uma colocação importante de especialista no assunto e que depois ela vira fonte pra um conteúdo. Então acho que tem esse lugar de diferentes papéis, de relações. E a gente já se questionou muito sobre isso e hoje a gente naturaliza porque sabe que todas as mídias têm as suas devidas relações com fontes, as nossas relações e as nossas fontes só são outras. Então a gente sabe que um parlamentar, um empresário, ele estabelece uma relação com as mídias hegemônicas e ele ora ou outra é uma fonte ali de um conteúdo. Um especialista, um economista, né? E pra gente, ao invés do economista, é a dona de casa, nossa vizinha que vai saber falar sobre economia da perspectiva dela, das necessidades dela e ela é especialista no assunto da mesma forma que o cara da academia, o economista e tal.

E aí eu queria falar do ponto dessa relação, da expectativa que a Gabrielle falou, que pra gente também é um ponto a mais de cuidado. Porque todo mundo que a gente entrevista gera uma expectativa do que vai pro ar. E a expectativa não é, necessariamente, de uma pessoa que entende os processos jornalísticos, mas de uma pessoa que nunca foi entrevistada e que pela primeira vez vai contar a história dela, e ela vai querer saber e quer ver o que vai acontecer. E aí esse diálogo de explicar o processo jornalístico às vezes pra fonte: “Olha, eu tô aqui uma hora conversando com você, mas já se prepara, não vai sair tudo”. São umas aspas, é um áudio, é um trequinho da conversa. E às vezes a gente até sinaliza: “Olha, muito que você falou, deu várias ideias de outras pautas, mas, por enquanto, a gente vai falar sobre isso”. Então é esse cuidado aí da expectativa também nesse lugar. E aí tem uma coisa da influência da fonte depois que o negócio sai, depois que o conteúdo sai. Pronto, teve aquela expectativa e como é que é?

A gente teve um artista uma vez que ele ficou mais de um mês mandando mensagem pra gente, do território, sem citar nomes. Vai ser publicado e tal, mas mandava mensagem: “Vocês não dão atenção”. E a gente falava: “A gente vai ver, vai considerar sua sugestão” e tal. E aí a gente demorou uma semana pra responder e ele se posicionou cobrando: “Ah, cês falam que são mídias da quebrada, mas não são, cês tão falando de outros artistas de outros territórios, mas não consideram o meu trabalho”. Pronto, a gente aproximou, conversou com cuidado, produziu um conteúdo, fez um registro fotográfico, perfil da pessoa, toda a influência artística dela na região... Foi pro ar. E aí ele voltou com a gente e questionando, falou que podia falar mais coisa, falando que podia ter mais foto e a gente teve que lidar com isso assim, né? E nesse argumento de explicar o nosso fazer jornalístico, de contar que a gente não ia fazer o portfólio dele todo. É uma relação jornalística ali, de um registro de linha editorial, que conduz e tal. Então teve essa situação e teve outra... A reclamação dele não impactou no conteúdo. A gente pôs o limitador.

Aí teve um outro caso que a gente falou de uma mobilização de diferentes grupos de mães, de vítimas de jovens da polícia, de juventude que morreu na mão da polícia. Teve um encontro com várias iniciativas. E aí a gente noticiou esse encontro, o que reverberou dali, porque ele foi importante, quais são as próximas ações desses grupos juntos. E a gente não citou todas as iniciativas. A gente citou a que *puxou o bonde*, sabe? E aí me mandaram um *zap* [WhatsApp] falando: “Poxa, Aline, a reportagem está muito massa, é importante trazer ali proposta do encontro, mas você não citou todo mundo que organizou, e essas mães leem todas as reportagens que saem sobre elas, sobre os filhos delas”. Então elas estão muito ali nessa luta de divulgar essa dor pra ver se surte alguma mudança a partir das demandas delas. E aí eu levei pra redação e falei: “Vamos mudar, vamos acrescentar”. Acho que a apuração não foi adequada a ponto de entender que a gente precisava citar, enfim, e aí a gente foi e editou e acrescentou e sinalizou a mudança. Então só exemplificar duas situações de muita proximidade com a fonte e que tem hora que a gente cede mesmo e fala: “Beleza, respeito a luta, é pra isso que a gente está aqui também, pra servir a ele nesse registro devido adequado”. E aí a gente vai criando essas relações de cada produção de conteúdo.

Gabrielle: Aconteceram situações como essas com a gente também. E coisas que são assim num nível que eu entendo que, às vezes, mexe tanto com a autoestima que a pessoa quer ver aquilo do jeito que ela imagina, e não do jeito que a gente produz de acordo com essa linha editorial. Por exemplo, a gente passou quase seis meses, quase

oito, na verdade, incubadora, pra poder lançar. Discutindo vários aspectos, foi muito planejamento. A gente sabe que as coisas vão mudar. A gente entende uma coisa agora, depois entende outra. Uma vez a gente entrevistou um grupo que era majoritariamente de mulheres, e as profissionais falaram que a gente estava usando um aspecto da língua como se fosse masculino, que a gente trocasse o gênero de tudo. E aí ia ficar num português muito diferente do que a gente está acostumado. E aí a gente discutiu muito. E aí gera toda uma polêmica da pessoa querer editar a matéria e a gente também tem que dizer: “Olha, é importante que a gente siga algumas regras porque a gente fez isso pra tentar circular o máximo possível. A gente está disputando espaços que seja pra gente, mas também que a gente possa ser veiculado em outros lugares”.

Eu achei muito legal quando você [Aline] falou *de dentro pra dentro* porque a gente ainda discute muito o nosso público. A gente ainda é muito novinho, mas uma coisa que a gente viu é que tem inserção com outros jornalistas. A gente tá tendo a mídia tradicional, olhando pra gente e pautando. Então como é que a gente pode usar isso estrategicamente? Como é que a gente pode ser uma fissura pra o que a gente produz chegue a mais lugares. Então é pensar público. A gente tem um público primário e um público secundário. Como estratégia mesmo. E aí nem sempre tudo dá pra negociar. Então eu acho que tem um diálogo que ele é muito intenso às vezes com a fonte nesse lugar. De tipo: “Olha, a gente está sendo responsável, a gente tá aberto a mudar”.

Já teve, por exemplo, [uma vez] que a gente fez uma matéria sobre mães. A gente conseguiu fotografar todas e uma não pôde. Normalmente, a gente não publica foto de selfie e etc. Você tem uma matéria com fotos profissionais e vai ter uma pessoa com a foto que não está tão boa? A gente equaliza. Mas aí tinha uma: “Poxa, eu também quero estar com meu filho aí”. Então a gente vai abrindo exceção quando é possível. Mas é um diálogo muito intenso e a gente também já passou por algumas situações de questionamento sobre o que fazer, e aí eu acho que é só o tempo e a importância de ser uma coisa que tem linha editorial, que tem história, teve muito debate, que é pensado sobre. Não é porque é um projeto independente que não tem todo esse arcabouço pra dar força pra gente tomar essa decisão. Então, até quando a gente fica em dúvida sobre nós mesmos, a gente tem essa história pra olhar e ver como é que a gente reage a isso. Mas eu acho que é isso, é muito cuidado, muito afeto, mas também muito diálogo ali, muita negociação no processo.

PG: E aí eu vou pegar a carona novamente na Gabrielle quando ela fala da preocupação com o público. O ano de 2023 marca dez anos das manifestações de junho de 2013, e aí a gente percebe que o jornalismo independente ganhou impulso, principalmente a partir da utilização e da ambientação digital. Então existem muitas iniciativas de jornalismo independente ancoradas no digital, na internet. E a gente percebe que hoje um dos grandes processos pra se perceber a interação das iniciativas, e do jornalismo com o público, são as métricas. Para além das métricas, eu queria ampliar essa discussão, se a gente falou do relacionamento com as fontes, eu queria que vocês colocassem como é que fica o relacionamento de vocês com as audiências, com o público de vocês, como é que é esse processo? Há interação? Há uma incorporação das dinâmicas desse público aos próprios processos de produção do jornalismo? Como é que fica isso? Como é que entra o público, as audiências dentro da produção do jornalismo de vocês, como é que é esse processo interativo?

Aline: É movimento contínuo. A gente não perde de vista entender como as pessoas estão reagindo a cada conteúdo. A gente está há 14 anos aí na caminhada, e a linha editorial ficou mais afinadinha em 2013, a gente conseguiu deixar redondo assim. E nessa de ouvir o público, de ver o que faz sentido: “Ah, isso aqui a gente já tem outro lugar dando conta”, qual é o nosso melhor? E aí a gente vai afinando melhor. Hoje a gente tem um público que é majoritariamente de mulheres cis, assim, e muito por conta desse... e é o nosso público prioritário, né? Mulheres periféricas, pretas, arrimo de família.

Mas é sempre nesse teste porque é um teste de olhar comentários, olhar a reação das métricas lá que o digital proporciona, mas também observar comportamento na distribuição do WhatsApp, que é uma grande ferramenta pra gente. A distribuição via WhatsApp é muito estratégica porque chega no grupo de família, chega nas pessoas que não têm internet. Isso a gente foi sacando aos poucos também. Fazendo essa checagem o tempo todo do público, porque às vezes a gente acha que está acertando no conteúdo, mas por que ele não está chegando de fato? Porque a gente não está dando o devido cuidado, onde é que está realmente o nosso público. Hoje, o Facebook tem maior engajamento pra gente do que o Instagram. E aí ficam dizendo que o Facebook está morrendo e a gente está superligado ali no Facebook porque a nossa audiência está ali. Faixa etária de 35 a 45 anos e até mais idade, as pessoas estão ali. Maior lugar de conversão de conteúdo, de clique no link pro nosso site é via Facebook. Então o

Instagram também não permite muito, ele permite só no *stories*, então vai dificultando. E aí a gente vai criando outras ferramentas, outras soluções. O uso de ferramentas, que é essa coisa do WhatsApp que chegou com muita força, e a gente começa a criar estratégia do WhatsApp. A gente cria conteúdo pensando não prioritariamente a distribuição no Spotify, mas condicionando que precisa que saia direito pro WhatsApp. Então áudios mais curtos, o próprio áudio também pensando na linguagem que acolhe mais as pessoas, que as pessoas ouvem mais, acessam mais fácil informação.

Na pandemia, a gente criou uma série chamada *Pandemia sem neurose*, que foi uma série em áudio que a gente acessou pessoas que não eram letradas. Então, também, de novo um público que a gente quer dialogar mais, que a gente quer levar informação e que, muitas vezes, não consegue, não acessa outras informações por não ter a familiaridade com a leitura. A gente começa a investir mais em vídeos também nesse lugar. Mas vídeos que principalmente das redes, do Instagram, do Facebook porque no YouTube também, às vezes, é mais difícil de carregar o vídeo. Então o tempo todo a gente vai checando ali com um público de diferentes formas a estratégia.

E aí um ponto importante, a gente partiu lá atrás muito de ser objetivo do jornalismo. E a gente tem trazido cada vez mais também a subjetividade pra nossa narrativa. O que Gabrielle falou do afeto e o que a gente tem falado nos últimos tempos sobre como as outras mídias desumanizam o nosso povo, e a gente quer radicalizar na humanização. Fazer o caminho contrário. E aí está nesse lugar que às vezes a pessoa não quer os dados, não quer saber de dados. O quanto o meu território ainda não acessa o direito à educação, a pessoa quer ser acolhida num outro lugar. “Pô, estou cansada”. E aí quer, sei lá, acessar uma informação de qual é a música, qual é o lançamento ali no território. E aí a gente criou há pouco tempo, inclusive, charge, a gente está experimentando pelo terceiro mês a charge. Que, meu, a gente discutiu um tempão também na redação: será que as pessoas vão entender? Será que a charge basta? Será que a charge tem que vir acompanhada com dois parágrafos? E foi até uma coisa que eu que fiz muita defesa. Porque eu gosto muito de charge, de quadrinho. “Gente, não, vamos nos conter, a gente não precisa entregar o todão assim. Se o pessoal se relacionar com a charge já é massa”. Já parou na reflexão ali que a ilustração trouxe, enfim.

PG: Gabrielle, como é que fica essa questão da *Entre Becos* em relação ao público, em relação às audiências e à interação?

Gabrielle: Ouvindo que vocês tem 14 anos, a gente ainda é bebezinho. A gente entendeu que a newsletter era o que era viável com o que a gente conseguiu de verba, e aí a gente está começando... E isso vai fazer sentido pra falar de audiência, porque é quantas pessoas realmente acessam e-mails, por exemplo, e leem esses e-mails? Que público atinge uma newsletter? Era uma coisa que a gente pensava muito e discutiu muito, e aí por isso que a gente escolheu o Substack como plataforma. Tem problemas e coisas boas como todas as outras plataformas. A discussão sobre plataformas passa por camadas muito complexas, mas o que a gente achou interessante nessa é que ela gerava um link, como se fosse um site, e que esse link permitia que a gente pudesse fazer o compartilhamento de uma matéria. Então, essa foi uma solução que a gente criou pra ter um produto que era viável financeiramente pra verba que a gente tinha e pra dar o nosso primeiro passo pra gente conseguir construir, entender, ver como é que chega nas pessoas. Pra dar os primeiros passos mesmo, que são importantes. E nela a gente conseguiu entender que até agora houve importância pra gente atingir o nosso público, que a gente tem mais interesse também de que se vejam nas matérias que são as próprias periferias, que foi a distribuição via WhatsApp, que ainda está acontecendo pontualmente, matéria por matéria.

A gente tem algumas preocupações também com o tamanho. A gente ainda evita colocar vídeos na matéria, só link, quem quiser acessar mais as fotos a gente exporta de uma maneira também específica pra que ela carregue no celular, sem consumir muitos dados, e a cada matéria nova que sai a gente distribui numa lista de transmissão. Outra coisa que a gente fez como um movimento também, entendendo que grande parte do nosso público ainda estava no Instagram, ainda é um público relativamente jovem, e no WhatsApp a gente consegue chegar em pessoas com mais de 45 anos. É um dado que a gente ainda está tateando porque quem a gente tem no WhatsApp são pessoas conhecidas. A gente ainda está numa bolha menorzinha no WhatsApp. Então a gente sabe pra onde está indo. E do Instagram, por exemplo, em vez de a gente deixar só nos stories, aí eu já estou trazendo isso pra você também, porque nosso fluxo de matéria é muito pequeno ainda, estamos aumentando, mas a gente produz matérias quinzenalmente. Então o que a gente faz? Em vez de botar o link geral, um movimento que tipo duplicou a nossa audiência de pessoas que vinham do Instagram e que não recebem necessariamente e-mails, foi colocar toda vez que saía uma matéria nova, trocar

a bio pela matéria, pelo link direto da matéria, então você não vai pra nenhum outro lugar, mas diretamente pra matéria que a gente está trabalhando.

Então, o que a gente está fazendo é tentando entender de onde, de que cada rede social vem. O WhatsApp é uma ferramenta maravilhosa, mas nos oferece muito poucos dados. Então o que a gente está entendendo é que às vezes o que tem lá dentro do Substack que é “outros”, provavelmente é WhatsApp, é difícil que seja outras porque a gente consegue ver se vem Facebook, se vem do Instagram, se vem do Twitter, mas a gente não sabe se é do e-mail, de alguém que abriu o e-mail. E aí por que eu falei em público primário e de secundário [p. 263]?

Porque hoje a gente tem e entende e está tentando usar isso de maneira estratégica, de maneira coerente e coesa com os nossos objetivos, que a gente tem um público de universitários muito forte, de professores e de jornalistas. E acho que isso tem a ver um pouco com a nossa história, que a gente teve uma relação muito forte com a *Mural* [Agência Mural de Jornalismo das Periferias], a gente nasceu a partir de um agrupamento da Agência Mural de Jornalismo que fez um projeto em Salvador, a gente passou por incubadora e aí se desvinculou. Criamos uma nossa, somos parceiros institucionais. Mas esse movimento fez com que a gente passasse por várias pessoas, conversasse com a *Cajueira*, com muitos outros veículos. Então, nosso primeiro público foram desses veículos também.

Hoje nosso desafio, e o de várias organizações, é começar a chegar mais nas periferias mesmo. E aí uma coisa legal que aconteceu é que a gente tem uma oficina que a gente dá na Universidade Federal da Bahia pra turma do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e, toda vez que a gente dá aula, que a gente faz uma participação, principalmente com esse grupo, a gente faz uma dinâmica de mapa afetivo pra que a pessoa olhe o seu território com essa afetividade e que produza a partir disso. Toda vez que a gente vai, a gente tem um aumento substancial de pessoas acompanhando, de inscritos e tudo mais. Então é entender também que essas atividades offline são fundamentais pra conseguir construir a audiência.

Primeiro, toda vez que a gente faz a oficina a gente roda uma pesquisa. Então a gente consegue chegar com números de quem se inscreveu, quem é de periferia, idade e aí vai trabalhando isso aos pouquinhos. Então, assim, o que a gente tem hoje prioritariamente são esses grupos, a maioria jovem. Estamos começando uma inserção com o grupo 40+ muito legal também, porque a gente fez várias matérias, inclusive,

organizadas por Rosana, que é nossa editora mas também escreve textos, em centros de idosos, em casas de acolhimento. Então isso tem provocado uma coisa interessante. E aí a gente tem feito muito trabalho de cada vez mais tentar fazer um cruzamento de dados, né? Qual matéria ofertou um serviço? A gente teve uma mais interessante, qual tocou mais as pessoas? Não pra só sair produzindo isso, mas pra gente começar a entender temas de interesse. A gente fez uma matéria sobre acesso a psicólogos nas periferias, com preços sociais, foi a nossa matéria de melhor número, logo depois da primeira matéria que a gente produziu.

PG: Eu estou sempre pegando as deixas pra prosa ir se conectando. A Aline falou sobre a questão de tentar inserir a dimensão da subjetividade também na linguagem jornalística, no processo de produção do jornalismo que a *Periferia* desenvolve. E aí eu fiquei pensando o seguinte: quais seriam as outras inovações que vocês acham, que vocês percebem, que a produção jornalística de vocês — para além daquilo que a gente aprendeu na faculdade, no curso de jornalismo — aquele básico do jornalismo convencional. Ou seja, essas inovações podem ser de diferentes aspectos e naturezas, a Aline colocou uma em relação a questão do texto jornalístico. Ou seja, a gente está tentando inserir o afeto a partir da subjetividade dentro do texto jornalístico. Porque era sempre trabalhado com objetividade extrema. E outras inovações? A gente já falou das fontes, que há um outro diálogo, uma proximidade maior e tal. Vocês perceberiam outras inovações, seja em relação ao texto jornalístico, seja em relação aos formatos, seja em relação ou em torno das relações de trabalho? Por exemplo, é melhor trabalhar no jornalismo convencional? Ou será que o profissional jornalista se sente melhor nas iniciativas de jornalismo independente? Por quê? Que inovações se traz dentro dessas relações de trabalho. Queria que vocês ficassem bem à vontade pra tentar perceber essas diversas dimensões e outras que vocês podem pensar. Que inovações as iniciativas do jornalismo independente estão trazendo para a produção jornalística?

Brenda: Essa questão foi profunda. Acho que as meninas ficaram igual a mim. Eu fiquei pensando aqui, é uma coisa que a gente já tinha falado antes, essa coisa da proximidade, né? Eu acho que na universidade, na academia, a gente aprende muito que você está distante da fonte, você tem que ser imparcial. E a Aline trouxe essa coisa de... todos eles têm fontes, todos eles trabalham com fontes, só que a gente trabalha com outras fontes,

que são nossas fontes, que são nossas pessoas, né? E eu acho que a maior inovação pra gente, pra esse jornalismo que a gente tenta fazer como alternativa, é estar próximo às fontes. Eu acho que a nossa maior inovação seria essa.

Gabrielle: Eu acho também que é interessante é a metodologia de trabalho interna, sabe? Por exemplo, tudo bem que isso tem a ver um pouco com as dificuldades de se manter, sei lá, criar cargos muito específicos, mas eu acho que também uma coisa que eu fico vendo muito no que a gente está fazendo hoje na *Entre Becos* é como se quase que a gente tirasse uma comissão interna entre nós quatro e nossos colegas que escrevem... Eu acho que muito menos definido, você só escreve, você só edita, você só fotografa, isso tem um aspecto que é às vezes da necessidade de investimento e tudo mais, mas também tem uma lógica da coletividade, no sentido da gente entender que confia no olhar um do outro e de que isso é um cuidado. Por exemplo, a gente vê muitas vezes matérias, sei lá, que saíram com tons problemáticos nas grandes mídias e aí a gente se pergunta como ninguém viu isso. Como é que alguém não notou que não deveria se falar assim de certa pessoa, de certo público. E aí isso é uma coisa que a gente discute muito, então a matéria é lida por nós e revista por nós, e, às vezes, mesmo nos questionamos, procuramos outros especialistas que sejam de quebrada também pra poder falar sobre as suas perspectivas. E eu não sei se essa tecnologia está bem desenhada, mas eu acho também que tem uma outra metodologia de trabalho que ao longo dos anos a gente vai perceber como ela funciona.

Uma coisa que eu lembrei também de quando a gente teve na Agência Mural, que é uma coisa que é, tipo, pra quem passou por outras redações, né? Essa, na verdade, não é a minha profissão mesmo, eu sou comunicadora, mas também sou produtora cultural. E, assim, acompanhei colegas passando por redações, Brenda já passou e a gente sabe o clima tenso, difícil de se trabalhar, o prazo apertado, de uma sensação de que às vezes por mais que ela seja grandiosa, ela também fica muito difícil de lidar. Mas a questão também que eu acho interessante é de como a gente constrói dignidade no trabalho. Que foi um pouco do que a gente viu. É possível criar uma redação que tenha propósito, que atue com respeito às suas fontes, à sua comunidade, à sua audiência e que não esteja adoecendo jornalistas, comunicadores e pessoas que estão atuando ali. Então, eu acho que se o nosso compromisso também é com os grupos periféricos, também é com a nossa saúde mental. Então acho que de alguma maneira

essa tecnologia também está sendo construída. E em diversos grupos, quando a gente conversa, quando a gente participa de conferência, isso também é uma pauta. Então não sei, essa pergunta foi profunda demais. Mas acho que é uma das coisas que está se criando. Um novo jeito de trabalhar, que respeite o dia, que respeite o limite de horário, que a gente rediscuta quais são os modelos de trabalho que nos interessam e que nos contemplam de alguma maneira.

PG: E aí Aline, como é que a *Perifa em Movimento* está trabalhando? O que ela está trazendo de novo em relação à produção jornalística?

Aline: Eu fico preocupada em dizer “novo”, porque, às vezes, alguém já está há muito tempo fazendo, né? O lugar que a gente parte já é uma inovação porque tudo o que a gente fica apontando — e aí eu falo a gente da *Periferia em Movimento* — e vejo em comum de outras mídias também do território. Tudo que a gente aponta das mídias hegemônicas, a raiz da questão é de onde essa mídia está instalada, de onde ela surge, qual o endereço dela, qual o chão que ela pisa e circula. Então acho que é isso, a gente está propondo uma narrativa que não é do centro econômico da cidade de São Paulo. É das bordas da cidade, é pra onde a cidade acontece, inclusive, e tal. Então acho que isso já é uma inovação, a gente bancar fazer jornalismo com a estrutura muito diferente do que eles têm, com o chão muito diferente do que eles pisam e trazendo pautas e fontes muito diferentes do que historicamente são ouvidas. Então a gente ousa em vários aspectos aí, nesse sentido, a gente banca esse lugar.

Uma das frentes de organização dentro da *Periferia em Movimento* é pensar saúde no trabalho. E aí de novo entender a saúde integral. Não é só a saúde garantir que está todo mundo fazendo seus exames diários ou está fazendo terapia, mas é a saúde de relações também entre a equipe. Vai fazer três anos de CNPJ nosso. Pô, foi muito importante a gente ter o lance do CNPJ porque trouxe essa marcação de limites também entre pessoa física e pessoa jurídica, e a gente cuidar ali do lado pessoal das pessoas, mas também do profissional, como é que a gente combina funções, responsabilidades.

E aí uma outra coisa também que a gente sinaliza pro público, e aí eu acho que até posso dizer inovação, porque é uma caminhada ainda muito recente, é pensar a acessibilidade da comunicação. Então você pensa o conteúdo que interessa, mas aí ele está de fato chegando pras pessoas da melhor forma? A gente coloca no nosso site e nas

nossas redes a acessibilidade, a janelinha de libras, os nossos vídeos, que nos últimos anos começaram a ter a janela de libras no vídeo e ter legenda. Ter também a opção de contraste pra pessoas que têm baixa visão, dificuldade ali de leitura, de enxergar. E aí também um avanço que a gente fez recente, que é a adoção da linguagem neutra, né? Também prevendo esse lugar que é muito desafiador, tem sido pra gente, mas é bancar a linguagem neutra que abarca outras pessoas que não estavam sendo contempladas nas narrativas. Acho que foi Gabrielle ou a Brenda que falou sobre a decisão da linguagem que mulheres indicaram e tal. Pô, a gente já discutiu muito sobre isso, a gente já adotou todas, todos e *todes* e aí todo conteúdo tinha as três alternativas das palavras até a gente chegar na linguagem neutra. Então também acho que é uma coisa de inovação, de pensar na linguagem o tempo todo, de pensar no público o tempo todo e vendo onde a gente pode ajustar mais pra aperfeiçoar mesmo essa comunicação e tal.

Só uma coisa que Brenda trouxe também, do imparcial. A gente já superou a imparcialidade e já é uma caminhada. A gente só entende que o jogar limpo é dizer logo de cara de onde a gente parte, quem a gente vai contemplar e quem a gente não vai contemplar. Infelizmente, as mídias hegemônicas, que historicamente foram mais acessadas pela sociedade, acho que hoje talvez um pouco menos, mas é muito icônico a revista *Veja*. A revista *Veja*, aqui em São Paulo: “ah, nós somos imparciais”. Pô, escancarava na capa que não era imparcial, nunca foi, mas bancava esse lugar assim a todo custo. Mas é isso, a gente está na tranquilidade, a gente usa a ética jornalística, mas a gente parte de um lugar. Nós nunca teremos personagem dos Jardins, um bairro extremamente de pessoas ricas aqui, de mansões, a gente nunca vai ter como personagem. Talvez um especialista que mora lá, está faltando a quebrada, conduziu algum tipo de pesquisa sobre a periferia, a gente talvez vá ouvir. Mas como protagonista ali da matéria, um personagem, não. E está tudo bem, é a nossa linha editorial, né?

Gabrielle: É uma coisa que a gente galga pensando no nosso plano de médio e longo prazo de crescimento. Mas existem coisas também, o *The Trust Project* (projeto que indica princípios para a construção da credibilidade jornalística), que é uma forma de você também saber se você está dentro dos princípios de ética do jornalismo. Lá não diz se você tem que falar de tudo, só de periferia ou não. É você dizer claramente quem é que está escrevendo, de onde está escrevendo, ter lugar pra reportar erro. É outra coisa que mede. E aí eu acho que isso é uma coisa interessante da gente lembrar, porque existem

vários órgãos que dão confirmações, que dão selos, respeitosos mesmo sobre a credibilidade. Eu acho que também a gente não tem que ficar perseguindo as coisas, mas eu acho que isso é uma forma de a gente se inserir e dizer: “Olha, não é só *Veja* que tem capacidade e credibilidade”. Eu acho que a palavra é essa pra dizer o que fala. Porque a gente tem um recorte, que a gente está muito bem decidido, é muito responsável, é muito ético, então é uma coisa que a gente fica pensando também, sabe? Da importância de ter veículos independentes, veículos que falam de bairros populares, que falam de periferias e que ocupem esse espaço também como uma forma de dizer: “Olha, não tem o que você questionar aqui, o princípio ético tá muito bem organizado, muito bem definido, a gente tem responsabilidade no que a gente faz”. Então é uma coisa que eu acho que também é uma espécie de validador do nosso trabalho, de alguma maneira.

PG: Vocês falaram, em algum momento, sobre republicação de materiais da *Entre Becos* na imprensa convencional. Muitas vezes, ou quase sempre, a gente fala em mídia hegemônica, mídia contra-hegemônica. Então, de uma certa maneira, esses veículos estão em lados opostos. A gente coloca, a gente percebe, a gente compreende como esses veículos em lados opostos. Você tem iniciativa de jornalismo independente e você tem os veículos lá do jornalismo convencional. E aí eu queria perguntar exatamente o contrário pra vocês. A perspectiva da republicação é uma das formas, talvez, de parceria entre as iniciativas do jornalismo independente e os veículos do jornalismo convencional? E que tipo de parceria poderia ser essa?

Gabrielle: É porque é uma grande questão nossa sim essa republicação, da parceria. é uma grande questão nossa, a gente não tem a resposta, já respondendo. Mas é uma grande questão que a gente tem tentado lidar porque, de um lado, a gente fica pensando: “Nossa, o que a gente faz realmente tem sentido, a gente não tá louca nas nossas produções, há um interesse sobre as nossas pautas, sobre as pautas que a gente tem feito”. E do outro lado, a gente sempre fica: “Se há interesse, se querem republicar, por que não chegam até a gente e se propõe essa parceria?”. Por que até hoje nenhum veículo desses chegou no e-mail da *Entre Becos* pra propor uma parceria? Não, só sugaram nossas pautas mesmo: “Tem essa pauta aqui e a gente que vai utilizar, que eles são pequenininhos e nós vamos utilizar”. E aí é bem complicado pra gente, né? É uma coisa muito dúbia porque é o sentimento de estarmos fazendo bem feito, mas o

sentimento também é de que estão pegando o nosso trabalho de graça. Porque querendo ou não é um trabalho e não estão pagando nada por ele.

E alguns parceiros, por exemplo, de mídia independente, também [não creditam]. Aí sim já gera a preocupação, né? Gerar uma preocupação de entrar em contato com a gente, ver se podem republicar dando os créditos. O que é bem bacana. Mas alguns só repostam, sabe? Só republicam. Como se não fosse um conteúdo próprio, como se não fosse um conteúdo nosso, que gerou um trabalho de apuração, de escrita, de edição. Há uma grande falta de respeito. E aí é possível a parceria, talvez seja possível. Mas eu acho que cabe a gente pensar de que forma os dois lados possam se beneficiar.

A gente vem da experiência num projeto da Agência Mural aqui em Salvador. E a gente tinha parceria com o jornal *A Tarde*. Nossos textos saíam na Agência e depois saía no jornal *A Tarde*, que é um grande jornal de circulação aqui de Salvador. E pra gente era muito bacana porque tanto saiu no *A Tarde*, era o grandão, e saiu no *Massa*, que é um jornal do tipo *O Dia*, do Rio de Janeiro. É com notícias policiaiscas e tal, e a gente no meio dessas notícias policiaiscas que chegam dentro da periferia, tinha lá uma reportagem super positiva sobre esses espaços. Então, pra gente era interessante estar nesse lugar. Porém, a gente tinha essa parceria estabelecida, não era uma coisa que chegavam lá e só copiavam o nosso texto. Ela era pautada no seguinte: editor do *A Tarde* não mexia no nosso texto. Então era uma parceria que era proveitosa porque a gente mandava o texto e a gente não tinha a editoria do *A Tarde*, tanto que teve matéria que a gente publicou e que chegava no *A Tarde* e disseram: “Ah, essa a gente não vai publicar por uma questão editorial”, quando a gente por exemplo estava fazendo uma denúncia de ocupação indevida de um território pelo governo do estado, criando uma fossa sanitária, e quando a gente fez essa denúncia, que era uma questão ambiental, quase que não sai a matéria por conta disso. Então era uma garantia que a gente tinha. Então tem que pensar estrategicamente. Quando vale a pena a circulação. Porque é um trabalho que a gente faz, mas pra gente, sendo muito honesto, poder pensar no negócio também. Como é que a gente chega, que a gente faz, que a gente consegue patrocínio. Quando a gente for fazer oficina, como é que a gente consegue fazer pra mais pessoas.

E aí nosso debate hoje também é, vai lá, tem matéria que foi pra TV. Então, quando a gente faz um relatório do ano, a gente inclui que a gente construiu, a gente fez essa pauta ser acessível. Porque a gente conhece o jornalista que botou ela lá na TV. A gente sabe que isso aconteceu porque a gente publicou. Porque, de novo, a gente falando

sobre a primeira pergunta: o jornalista que está lá é o jornalista da Graça, jornalista da Barra. Tem muito pouco jornalista periférico dentro das redações de maiores. E agora tem um movimento que é: não pode deixar de se falar. E como não pode deixar de se falar, mas também não é interessante pra eles o suficiente pra que se financie, é fácil copiar a matéria. Então é uma dinâmica que eu acho que a gente vai ter que tentar entender como é que a gente torna esse benefício pra gente. A gente vai fazer um relatório e a gente já falou que pautou não sei quantas mídias aí porque surgiu do nosso texto. A gente sabe que surgiu de lá, e aí vai tentar reverter nisso pra gente. De mostrar que a gente tem de atingir uma audiência grande se tiver verba e financiamento pra isso. Então eu acho que tem uma discussão um pouco nesse lugar também de como é que a gente pode fazer disso uma coisa saudável.

A gente teve nossa matéria completamente desconfigurada e roubada por um portal de notícias. Convenientemente, eles criaram uma seção só pra poder falar de periferias e favelas, e aí eles pegam matérias, a foto está horrível, é o nosso texto totalmente recortado. Isso já aconteceu com outras organizações, que inclusive foram outras organizações periféricas não só da Bahia, também do Rio de Janeiro, já mandaram mensagem dizendo: “Olha, isso aconteceu com a gente, a gente tentar entender o que a gente faz, se a gente entra com pedido, como é que a gente faz?” Eu acho que, inclusive, a ação unificada dos coletivos, grupos e organizações independentes também ajuda, porque, tudo bem, você quer boas matérias da periferia? Então pague. Então vamos fazer aqui uma parceria onde você paga por isso, vai financiar metade da minha redação e a gente vai conseguir aumentar o nosso tamanho, a gente vai conseguir criar uma plataforma. Eu acho que a gente também tem que pensar muito nesse negócio de fissura. Do que a gente toma pra construir o nosso, porque se a gente, infelizmente, for só da de “não publique”, eu não sei se a solução vai ser boa pra gente também.

Então a gente tem discutido muito caso a caso, o que Brenda falou rola muito, de a gente ter outros recursos independentes em Salvador que toda vez que vem, não tem uma redação gigante, a produção é sempre na pegada da guerrilha, quando vê um conteúdo legal e manda a gente pode publicar no nosso site com os devidos créditos, e sai, crédito do editor, do fotógrafo, do texto do veículo em outro lugar. Mas é um veículo independente também. Então você vê que tem um código de ética acontecendo ali, diferente das grandes mídias. Então, resumindo, não sei, mas a gente está tentando ir, discutindo caso a caso e vendo o que a gente pode fazer isso virar o jogo pra gente

também. Pra que a gente construía outras coisas a partir desse uso indevido da matéria, usar de maneira que faça sentido pra gente.

Aline: Primeiro, eu quero agradecer muito a nossa conversa, tá sendo *muito massa* ouvir vocês. Eu acho que eu vou nessa mesma linha. É possível a relação, e a gente já fez algumas coisas, mas é território hostil. E aí como diz a música: “É proibido cochilar”, né? Porque ninguém é amiguinho; “Ah, a gente quer dar visibilidade pra vocês”. Tem muita gente que chega nesse tom: “Quero dar visibilidade porque lá a gente tem milhões de acessos por mês”. E aqui a gente não tem 1 milhão, nem meio milhão, que dirá milhões. E aí chega nesse tom de argumento de visibilidade que lá atrás a gente já tocou. Hoje a gente quer negociar melhor o ganha ganha aí. E então já teve, e o portal de notícias também já chegou nessa pegada com a gente. Bateu na nossa porta também já três vezes tentando convencer, as primeiras propostas, inclusive, foram nesse tom assim de visibilidade. Assim, a gente vai ter trabalho pra fazer o conteúdo. É isso, demanda equipe, tempo. E a gente começou a aprender a pôr esses limites mesmo.

A gente brinca, internamente, se está todo mundo trabalhando voluntário, se está todo mundo na equipe desse portal trabalhando por visibilidade também. O portal funciona em trocas de visibilidade? Não. E por que batem na nossa porta, justo na porta da quebrada, que não tem os direitos garantidos, inclusive de trabalho e renda, vem propor visibilidade como se fosse a salvação de todos os nossos problemas? Então a gente sempre tensiona. São sempre relações tensas. A gente já desistiu mais rápido, hoje a gente vai pra negociação, nem sempre é muito saudável. A gente falou de saúde no trabalho... Porque testa a nossa paciência. Desrespeita o nosso trabalho, mas tem hora que a gente consegue, a tal da fissura, né? E que pra gente é importante. No *UOL*, por exemplo... E via um grande amigo jornalista que entrou lá no *UOL* e provocou uma mudança lá, a gente conseguiu ter um espaço lá que quando a gente quer propor algumas pautas, a gente leva lá pro *UOL*, que paga um valor muito pequeno. Só que pra gente tem pautas que interessa colocar lá. Ganha a remuneração básica pra produzir e consegue colocar no ar estrategicamente pra mais públicos que não o nosso. Então a gente vai nesse jogo. É possível, é tenso e acho que a gente tem que ir pra disputa porque, em alguns momentos, a gente escolheu estar no gueto assim. Hoje a gente já entendeu que a gente precisa ir pra negociar. Por exemplo, muita gente já também republicou a gente, a gente começou a ter coragem na porta e fala: “E aí, como é que a

gente vai ser [remunerada]?”. E em algumas situações pediram pra mandar uma proposta e sugerir pauta. Então começaram a ter retornos assim. Nem sempre eram boas propostas, mas já constrangiam, já deixavam o recado: “Estamos de olho, não é assim que funciona”.

PG: Atravessou todas as falas de vocês essa questão da proximidade com os públicos, com as fontes, que é muito característico e é muito marcante dentro da produção jornalística nas iniciativas de jornalismo independente. Fiquei pensando o seguinte, a gente também, dentro dessas discussões sobre desinformação, tem vinculado muito uma estratégia de produção do jornalismo que possa contemplar também a educação midiática. O jornalismo que vocês produzem serve pra pensar? Está conseguindo alcançar isso no público que vocês alcançam? Vocês estão sentindo que essa outra forma de jornalismo, já com tantas inovações que vocês colocaram aqui, também serve pra pensar? Essa interação que vocês fazem é mais qualificada porque o jornalismo que vocês produzem chega de uma forma que leva as audiências a pensarem?

276

Gabrielle: Eu acho que dentro dum aspecto micro, dentro da realidade da *Entre Becos*, que está dando seus primeiros passos e tudo mais, eu acho que a gente consegue perceber uma mudança do que pode ser notícia, do que pode ser dito. Muito principalmente por essa proximidade, dessa expectativa, quando a gente falou que a gente tem que ter cuidado, mas que também está conectada com o nosso objetivo de publicar histórias que normalmente não aparecem na grande mídia. Essas histórias fazem parte de uma grande história do que é nosso bairro, do que é nossa cidade, do que é nosso país, aí a gente começa também a construir a noção do que é importante, né? De olhar pro lado e dizer: “Poxa, isso também devia estar na grande mídia, isso faz parte de uma divulgação”. Eu acho que quando a gente vai pra universidade, isso é um movimento muito importante também, acho que uma coisa não pode ser dissociada da outra, a matéria em si, a reportagem em si, ela não vai ter que dar conta de fazer isso, né? Eu acho que é uma missão muito maior. Mas o processo de você se conectar com estudantes, de se conectar com pessoas que tão pensando sobre isso, com a comunidade local, fazer um bate-papo e tudo mais, eu acho que isso começa a abrir processos dentro das pessoas, mas aí eu acho que, num termo um pouco maior, a gente vai precisar que todas as organizações estejam juntas nesse processo.

E aí eu fico pensando que hoje a gente tem conferências acontecendo só entre grupos independentes. Pensar os grupos de São Paulo, os grupos do Rio de Janeiro, os grupos de Salvador, os da Bahia, *ave Maria*, porque a Bahia é gigante! Dava pra ser um país todinho! Pra gente pensar no termo macro de uma mudança, a gente teria que fazer uma mobilização maior, e sei de, por exemplo, organizações que têm seus 14, seus 15, seus 20 anos, que já têm um nível de audiência muito maior e que aí tem uma participação mais ativa. Mas é um trabalho de formiguinha, porque a sensação que eu tenho hoje é que são várias pautas que elas não podem ser negadas, né? A gente não pode deixar de falar de bairros populares, não pode achar que a audiência é medida de uma maneira super complexa, com dados complexos, com relações super complicadas também, que a gente vai dar conta de publicar só sobre o eixo que tem o maior poder econômico. Então, hoje a audiência cobra isso dos grandes veículos. Então os grandes veículos estão fazendo porque precisam, não pelo que a gente faz. Que são objetivos claros, muito definidos, com compromisso de onde a gente vem porque a gente está falando da nossa própria história.

277

Aline: O nosso grande esforço todo dia é o de ampliar o olhar, né? A gente não quer necessariamente tirar a pessoa disso aqui e virar pra outra direção, desconsiderando tudo que ela construiu de verdade, de coisas que pra ela tem valor. É só experimentar, olhar outras possibilidades, conhecer novos territórios, novos personagens que narram sobre o mesmo fato que ela já está acessando aqui. Ouve essa pessoa aqui também sobre esse assunto, né? E a gente tem feito um movimento de tentar antecipar algumas discussões. A gente ouve muito na faculdade sobre *Agenda setting* e tal, e tem aqueles assuntos que as pessoas vão falar sobre, e a gente tem feito esse exercício de antecipar

Por exemplo, o marco do 13 de junho. A gente sabe que todo mundo ia falar, que ia ter protesto, que ia ter posicionamentos e falas. Aqui, em São Paulo, o prefeito, já numa jogada de marketing, de campanha antecipada, começou a puxar a bandeira do Tarifa Zero, dizendo que está empenhado nisso. E aí a gente sabe que o formato que estava propondo era garantindo o lucro das empresas e tudo mais, e várias coisas ali que atravessavam. E a gente falou: “Meu, se a gente deixar pra falar disso quando todo mundo estiver falando, a gente vai estar no meio da multidão, ali disputando atenção de leitura, de escuta do público”. Então a gente fez um conteúdo antecipado sobre tarifa zero, fazendo um resgate da luta dos movimentos sociais pra tarifa zero. Resgatando as

histórias que a gente ouviu. Décadas atrás se questionava o lance da mobilidade urbana e tal. E a gente teve um retorno muito positivo do público. Então a gente conseguiu trazer a atenção das pessoas num momento em que as pessoas ainda não estavam esgotadas de tanto acessar a informação sobre o assunto, né?

No ano passado a gente sabia que ia começar uma enxurrada de desapropriação de pessoas ali, sofrendo despejo loucamente porque, em meio à pandemia, em que saiu uma definição de que era proibido, já estava rolando tensionamentos, quando caiu a declaração lá, pronto. Aí a gente já sabia que em 2023 ia rolar. A gente já começou no comecinho do ano a falar de direito à moradia. E está posto. A gente está agora recorrentemente abordando situações que estão acontecendo e a cada hora a gente traz uma perspectiva diferente pra ampliar o olhar das pessoas, não caírem de novo pra criminalização: “Ah, mas quem mandou ocupar um lugar lá que não era dela?”. A gente se antecipou, então é um jogo que a gente tem feito pra fazer as pessoas acessarem outra perspectiva, pra quando vier a enxurrada de informação, ela já acessou o que a gente produziu e consegue com mais qualidade analisar a situação, não comprar narrativa da prefeitura, do governo do estado. Então, acho que é isso, a gente dando esses exemplos assim, mas é o que a gente leva pra debate nas escolas. Os jovens dizendo que a polícia tem que matar mesmo. Aí quem fala isso? É o jovem que perdeu o irmão na mão da polícia. E aí a gente vai na provocação: “Pô, você está falando de direito à vida, o seu irmão perdeu a vida na mão da polícia e você está dizendo que polícia tem que abordar mesmo, tem que ser violenta mesmo?”

PG: A Aline falou sobre desapropriações, que a *Periferia* antecipou. A Aline está falando da reformulação do plano diretor da cidade de São Paulo. Eu queria colocar uma última questão. E aí eu me refiro novamente a uma fala que veio da Gabrielle em relação ao perfil dos jornalistas que participam nas grandes redações, que teria pouca representatividade das periferias. E aí eu fico pensando também que o perfil da(o) estudante de jornalismo mudou, e isso a gente tem lá no início da década de 2010, quando surgiu o Prouni, o Reuni, quando surgiram as cotas, principalmente vinculadas a escolas públicas, de entrada nas universidades públicas. A gente começa a perceber uma mudança de perfil nesses estudantes que entram, por exemplo, pros cursos de jornalismo. E quando eles saem, aí por volta de 2012, 2013 é exatamente quando tem aquele impulso em relação às iniciativas de jornalismo independente. Então a gente pode ter talvez até

uma relação de uma dinâmica com a outra: você começa a mudar o perfil da(o) estudante de jornalismo e começam a aparecer iniciativas de jornalismo independente ou iniciativas que tratam dos territórios periféricos. Vendo essa perspectiva de trabalho que vocês estão implementando, essa dinâmica da produção jornalística que vocês estão incorporando, com o que é que a universidade pública deveria se preocupar na formação destes futuros e futuras profissionais?

Aline: Eu me formei em 2009, e aí está bem desatualizado o currículo que eu acessei, mas acho que lá atrás eu já senti falta. Primeiro de referências teóricas que dessem pistas de como fazer o jornalismo que eu me propus a fazer, né? O *Perifa em Movimento* foi o TCC. A gente propõe já dentro da universidade uma outra perspectiva de registro da história. Então sentia falta disso, de referências bibliográficas de quem já fez assim. O movimento negro já fazia um registro diferente da história há muito tempo, mas não foi contado isso pra mim na faculdade, ninguém me contou. Então sempre a condução pra trabalhar nas grandes mídias, né? Nas televisões, nas rádios, nos jornais impressos, nos grandões. E que será a perspectiva, a referência de sucesso. Algumas universidades hoje têm proposto mais e já têm um perfil de estimular pra que se crie a sua mídia. Isso não é de hoje, já têm algumas, inclusive, que têm um público que não é periférico majoritariamente, mas que se propõe. Use a herança da sua família, a mesada do seu pai, dá pra abrir o seu próprio negócio, abrir a sua mídia. E isso também não se teve, eu não recebi um estímulo de criação da sua própria mídia. Eu acho que tem essa coisa também de não me contar de uma forma geral sobre pautas periféricas, sobre o registro das periferias, não tive professores, professoras periféricos. Meu TCC foi muito desencorajado, por exemplo. Quando tem profissionais assim dentro da academia, também faz diferença e acho que é o último ponto que me vem mais rápido.

Mas acho que se a gente pensar com mais calma, vem várias outras coisas, que é a permanência, né? Que a universidade esteja pronta pra possibilitar a permanência dessas pessoas. Fala-se muito no Prouni e tal, mas falando enquanto uma periférica branca, eu sei que a minha permanência na universidade tem menos desafios do que uma pessoa periférica preta na universidade. São outros atravessamentos ali. E aí quanto a questão de grana, eu estou numa universidade pública, mas e aí? Eu preciso estudar à tarde, é dividido o horário à tarde e à noite, então, a permanência, ela não é garantida porque eu tenho que *trampar* e aí daqui a pouco eu vou abrir mão da universidade que eu

conquistei e estudei pra caramba pra passar na prova da universidade pública. É fácil ter um monte de número lá dizendo que aumentou não sei quanto o número de pessoas periféricas, pessoas pretas, mulheres na universidade, mas quantos se formaram de fato?

Brenda: Então, a minha realidade é uma realidade de prounista. Eu sou a primeira a entrar na faculdade da minha família, no sentido da minha casa, do meu núcleo familiar, e como eu fui a primeira a entrar, a gente não pensou na universidade pública, a gente não pensou em nada disso. E nessa de [entrar de] qualquer jeito a gente vai vendo a questão da permanência. Porque o difícil não é você entrar na universidade, seja ela pública ou privada. O difícil é você permanecer lá, porque a gente de periferia tem outras demandas. A gente tem outros corres que nos focam. Você precisa trabalhar. Você precisa pagar o aluguel. Você precisa ajudar em casa. Porque esse ajudar em casa é muito cobrado dentro das periferias. Então tem todo esse recorte aí que precisa ser feito, um recorte social e racial, na hora de contabilizar os números. Porque, como a Aline falou, muitos entram, mas quantos se formam? Quantos eu deixei pra trás da minha turma? E aí eu fico sempre pensando nisso.

E aí quando a gente vai pensar no que a universidade pode melhorar, aí eu vou falar na minha casa, na universidade, que foi particular, eu fico pensando também nas referências. Porque a gente não tem o estímulo à pesquisa, a gente não tem na universidade particular, a gente é estimulado a pensar o mercado de trabalho, e quando a gente vai pensar no mercado de trabalho, a gente vai pensar os grandes meios de comunicação. Tanto que quando a gente vai pensar estágio, a gente não vai pensar estágio numa *Entre Becos*, a gente não vai pensar em estágio numa *Perifa*, sabe? A gente vai pensar no estágio lá no jornal *A Tarde*, numa *Folha de S.Paulo*, sabe? Então eu acho que uma das principais coisas que precisam ser feitas é estimular a pesquisa desses meios de comunicação, estimular que essas pessoas. Esse exercício que um professor universitário faz de receber a gente uma vez no semestre, pela segunda vez na segunda turma dele, seja feito também nos cursos de jornalismo pra que as pessoas possam... Eu acho que essa abertura da universidade ela é muito importante. Aí talvez estimular que os alunos possam pensar em pautas dentro das suas periferias, dentro dos seus espaços, das redondezas, que vão além de segurança pública, que vão além do extermínio, que isso também é uma coisa muito importante.

Muitas vezes a gente está dentro desse espaço e só consegue ver o que essa grande imprensa mostra pra gente, a gente não consegue construir outras pautas. Fazer esse exercício de observação. E também para além das pautas culturais. Porque a gente ou fala de segurança pública ou cultura. Mas a gente não pensa que dentro das periferias tem saúde. A gente pode falar sobre educação, a gente pode falar sobre economia. Então eu acho que muito nesse *rolê* também. E pagar a gente, contratar a gente. Eu acho que esses grandes meios de comunicação precisam fazer o quê? Ir pras universidades, olhar as universidades, ver potenciais estudantes, comunicadores e também contratá-los. Eu acho que o dinheiros dos grandes também precisa chegar pra gente.

PG: Aí Gabrielle a gente encerrando aí a nossa prosa. Em termos de disciplinas, você sente por exemplo, que poderiam ser ofertados outros cursos, disciplinas, dentro do processo formativo? Como é que você vê isso de uma forma ampla?

Gabrielle: Eu não sou formada em jornalismo. Sou formada em comunicação. E lá a gente podia escolher Produção Cultural ou Jornalismo. Eu virei jornalista ao longo da vida pela história mesmo. Mas eu queria só fazer um comentário sobre ter poucos jornalistas periféricos e hoje ter uma mudança grande disso. Inclusive porque esses trabalhos que a gente faz de jornalismo independente são visto pelas grandes mídias o tempo todo. Então a gente tem vários conhecidos e pessoas que conseguiram galgar espaços dentro da televisão, dentro de grande mídia e isso é importante também, por conta do que já fez no aspecto local. Mas aí uma coisa que eu acho que a gente pode trazer de provocação pra além disso é quantos editores chefes, quantas pessoas que estão perto do poder de decisão são periféricos, porque, às vezes, a gente vai ter essas fissuras de colegas, de parceiros, dos nossos estando lá, mas que ele vai conseguir até um certo limite, por conta de toda a estrutura, que tem a parceria com a hegemonia, né? Então eu acho também que é bom a gente lembrar disso, que por mais que tenha essa inserção, tem que pensar os aspectos da liderança, de quem toma a decisão, ainda está na mão dos grandes.

São passos pequenininhos. A gente dá esse essa oficina no interdisciplinar de humanidades aqui na Bahia, e que é uma disciplina que o professor discute mídia étnica e periferia, mas na faculdade não tem uma disciplina voltada pra isso. A faculdade de comunicação onde eu fui formada, onde outras colegas também foram formadas, nunca

nos convidou. Os professores sabem do projeto e acompanham. E eu não estou falando assim: “Ai, mandem um convite”.

Por exemplo, uma faculdade de comunicação aqui do Nordeste é super bem conceituada. Mas não discute periferia porque ela é racista. Porque ela tem outras coisas aí muito maiores. Tem dois professores negros, até quando eu estudei. Espero que agora tenham mais. Então tem outros aspectos que também vão chegar pra gente poder discutir mídia independente lá dentro, porque tem organizações que são muito complicadas. As disputas lá são outras. Então eu acho que são coisas que ainda são muito delicadas... A universidade tem um espaço fundamental. Acho que tem que estar entupindo mesmo a faculdade dos nossos. Mas a gente ainda tem que repensar muita coisa lá dentro pra ela ser possível, pra gente existir lá dentro também.

Brenda: Essa questão de disciplinas dentro da faculdade que eu estudei é uma coisa bem complexa. Eu me formei em 2016. Nesse tempo que eu estive indo lá, eu senti muita falta. Eu peguei uma disciplina como aluna especial no mestrado, no pós-curso na universidade. E eu senti muita falta ter um embasamento pra pensar comunicação não só como minha válvula de trabalho, sabe? Mas pensar a comunicação também como espaço de pesquisa, de aprendizado. Então eu acho que é muito técnico, eu acho que, pelo menos de onde eu vim, eu senti falta de matérias mais humanas, que a gente pudesse olhar pra nossa fonte, que a gente pudesse olhar pro espaço em que ela está, sabe? Pensar comunicação no sentido de comunicação social mesmo, sabe? Eu acho que eu formei jornalismo, mas comunicação social me sinto muito insegura ainda. É como pensar em comunicação como ferramenta de transformação social. Eu acho que poderiam ser disciplinas que pensassem nisso. Na oficina que a gente leva pra os meninos do Bacharelado Interdisciplinar, a gente convida pra pensar em um mapa de afetos. Que é pensar o seu espaço territorial, pensar o que que está lá, o que não está. A farmácia, o seu ponto de ônibus e tudo mais. E a partir disso fazer uma crônica. Esse é um exercício que a gente poderia ter tido na faculdade, pensar o espaço em que você caminha.

Operação Lava Jato e Lula: enquadramento e memória na *Folha de S.Paulo*

Adriano Charles da Silva Cruz¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os enquadramentos utilizados nos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula (2016), no âmbito da Operação Lava Jato. Ancora-se no conceito de framings (ENTMAN, 1993) e de memória discursiva (ORLANDI, 2007). Defendemos a hipótese de que os enquadramentos reforçam a suspeição contra Lula em um processo de antecipação da culpa.

Palavras-chave: Condução coercitiva. Escândalo. Jornalismo político.

Operation Car Wash and Lula: framing and discursive memory in *Folha de S. Paulo*

Abstract

This work aims to analyze the journalistic frameworks of *Folha de S. Paulo* about Lula's bench warrant (2016), within the scope of Operation Car Wash. This is based on the concepts of framing (ENTMAN, 1993) and discursive memory (ORLANDI, 2007). We defend the hypothesis that the framings reinforce suspicion against Lula in a process of anticipating guilt.

Keywords: Bench warrant. Scandal. Political journalism.

283

¹ Professor Associado da graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, doutor em Linguagens e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFRN e em Produção Audiovisual pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: adrianocruzufrn@gmail.com.

Introdução

Este trabalho analisa um momento histórico em que a Operação Lava Jato (2014-2020) estava no auge da cobertura midiática. O objetivo é analisar os processos de enquadramentos dos textos jornalísticos informativos do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) na *Folha de S. Paulo*. O *corpus* trata da condução coercitiva de Lula, em 2016, por seu potencial de agendamento e de critérios de relevância agregados (ATHANÁSIO, 2017).

A Operação foi uma das maiores investigações de corrupção da história do Brasil, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, entre os anos de 2014 e 2020. Tinha por objetivo investigar um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empresas estatais e empreiteiras e integrantes da elite política e econômica. A grande mídia investiu recursos e espaço na cobertura das cerca de 80 ações, divididas em diversas etapas ao longo dos anos. As imagens, fotografias, vídeos, depoimentos ao vivo e reportagens da Lava Jato promoveram intensos debates na esfera pública sobre o combate a corrupção e mudanças no sistema judiciário, policial e político.

Em 2016, o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente estavam em descrédito graças à intensa midiática de escândalos de corrupção que os envolviam. Por seu turno, o então juiz Sérgio Moro da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba (PR) era alçado a herói nacional, ao lado do procurador Deltan Dallagnol e de outros membros do Ministério Público (MP).

No dia 4 de março de 2016, Lula foi obrigado a prestar depoimento à Polícia Federal que o levou até o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. A ordem foi do ex-juiz Moro, principal julgador dos processos da Lava Jato. Foi a primeira vez que um ex-presidente da República foi submetido a esse procedimento. A medida repercutiu na imprensa e favoreceu o debate público sobre o tema, as circunstâncias empregadas e os métodos usados.

Lula era acusado de obter propinas de um esquema de corrupção da Petrobras, que envolveria grandes empreiteiras do Brasil. O Ministério Público e a Polícia Federal atribuíram a ele a posse de um apartamento triplex no Guarujá (SP), que teria sido reformado com essas vantagens ilícitas, e um sítio em Atibaia (SP).

A questão que motiva a pesquisa é entender como foram construídas narrativas sobre a condução coercitiva de Lula na *Folha de S. Paulo*, a partir dos enquadramentos jornalísticos.

A operação jurídico-policial ao prender, processar e pôr em suspeição políticos tradicionais com intensas estratégias midiáticas (CRUZ, 2020) contribuiu para a construção de um clima de descrédito da política partidária, ao agendar o tema corrupção na discussão pública (ATHANÁSIO, 2017). Os principais atores da “República de Curitiba”, procuradores, juízes e policiais, estabeleceram um liame intenso com a imprensa.

Defendemos a hipótese de que as narrativas da *Folha de S. Paulo* produziram enquadramentos negativos sobre Lula, reforçando a suspeição sobre ele, em um processo de antecipação da culpa.

A *Folha de S. Paulo* (*quality paper*) foi escolhida por sua amplitude e alcance nacional. O jornal é um veículo impresso, com versão online, historicamente consolidado, com participação efetiva no debate público, especialmente no campo político. É o de maior circulação paga do Brasil, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e se compõe editorialmente de textos noticiosos, com mecanismos de checagem e apuração, e de textos opinativos escritos por colunistas contratados. Por fim, a *Folha* se pretende “crítica, plural e apartidária por definição” (FOLHA DE S. PAULO, 2023).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa consiste em uma análise das narrativas jornalísticas a partir da perspectiva da teoria do enquadramento (ENTMAN, 1993) e da memória discursiva (ORLANDI, 2007).

A contextualização histórica que apresentamos apenas oferece um panorama geral em que se tecem as “narrativas jornalísticas” (FULTON, 2005), marcadas pela desconstrução do petismo à época (SOUZA, 2017). A situação se inverteu com o restabelecimento dos direitos de Lula, eleito pela terceira vez presidente da República, em 2022. É importante lembrar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 23 de junho de 2021, por 7 votos a 4, ratificou a decisão da segunda turma e declarou que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial e incompetente para julgar o ex-presidente, anulando suas condenações.

A anulação ocorreu após Lula ter sido preso por 580 dias e em decorrência do trabalho da *Vaza Jato*, cobertura jornalística feita pelo jornal *The Intercept Brasil*, em parceria com outros veículos de comunicação, que mostrou um conluio entre os procuradores e Moro para buscar provas contra o petista. Essa ação articulada entre defesa e juízo foi comprovada pela *Operação Spoofing*, da Polícia Federal, que localizou

os *hackers* que vazaram o conteúdo das conversas entre procuradores e Moro em um aplicativo de mensagens instantâneas.

Diante das limitações inerentes, elegemos como recorte empírico deste artigo os dez primeiros textos jornalísticos informativos (reportagens), na versão impressa, do dia 5 de março de 2016, do conjunto de 20 publicações², que debatiam a condução coercitiva de Lula, priorizamos os textos das primeiras páginas, pelo seu grau de importância na leitura.

As controvérsias da Condução Coercitiva de Lula

Em março de 2014, iniciou-se a Operação Lava Jato a partir de uma investigação sobre lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos. Mais de duas centenas de pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público (MP) e mais de cem foram condenadas. O então juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, tornou-se um dos magistrados mais conhecidos do país, graças aos holofotes da mídia. Todavia, a Lava Jato enfrentou oposições no mundo jurídico e político (BROETO, 2017; MORAES; LINDNER, 2016; PRADO; MACHADO; BARROS, 2021).

O próprio ministro do STF Gilmar Mendes, por diversas vezes, criticou publicamente o ativismo judicial da operação e medidas que feriam a legislação (CASADO, 2020)³.

A primeira grande polêmica pública foi justamente a condução coercitiva do ex-presidente, porque, embora não seja uma prisão, também restringe temporariamente a liberdade, ou seja, o investigado é obrigado a acompanhar a autoridade policial até o local do depoimento. A legislação brasileira permitia a condução coercitiva apenas quando o investigado se negava a comparecer livremente ou não comparecia a uma intimação policial ou jurídica (DIAS, 2018). Antes da Operação Lava Jato, a medida era uma exceção à prática dos depoimentos, utilizada apenas quando existia desobediência a uma intimação (GOMES, 2016).

² Este artigo integra parte dos resultados de nossa pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida na ECA-USP, sob a supervisão do Prof. Dr. Afílio José Avancini.

³ Durante um julgamento em 2017, as críticas foram contundentes, conforme apuração da *Folha de S. Paulo*, Gilmar apontou a existência de um ordenamento paralelo, especialmente, nas práticas da chamada "delação premiada", assim, existiria: "[...] uma espécie de direito penal de Curitiba. Normas que não têm a ver com o que está na lei" (CASADO, 2020).

Em 14 de junho de 2016, o STF pôs fim à querela: por maioria dos votos, proibiu a condução coercitiva sem que o investigado tivesse sido previamente convocado para prestar depoimento. Prevaleceu a posição do relator, ministro Gilmar Mendes, que criticou o abuso da medida pela Lava Jato por coagir e pré-julgar os investigados.

Analisar as narrativas jornalísticas do período da condução coercitiva de Lula é compreender um processo de desconstrução da imagem do Partido dos Trabalhadores que se prolongou por alguns anos e culminou com o “golpe jurídico-parlamentar de 2016” (SANTOS, 2017; SOUZA, 2017; SINGER, 2018) e com a derrota presidencial do candidato Fernando Haddad (PT-SP), em 2018.

Em julho de 2017, o juiz Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de detenção por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do “triplex do Guarujá” (SP). Os advogados de Lula recorreram, porém, em abril de 2018, Lula foi encarcerado na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR), onde permaneceu por 580 dias.

Após a prisão, Lula ainda aparecia como preferido para a Presidência, chegando a quase 40% das intenções de voto, em agosto de 2018, segundo pesquisas do Datafolha (G1, 2019) e do Ibope (PESQUISA IBOPE, 2019). Já o segundo colocado, Jair Bolsonaro detinha apenas 19%. As pesquisas apontavam um cenário favorável ao ex-presidente, mesmo às vésperas da eleição. Sem sucesso nos recursos, o PT foi obrigado a substituir Lula por Fernando Haddad.

O deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ) foi eleito presidente da República com 55% dos votos válidos. Representante da extrema direita com um discurso “misógino, homofóbico e racista” (EL PAÍS, 2019), Bolsonaro foi eleito em uma campanha marcada pela ausência de debates e propostas e com apoio de setores conservadores da sociedade brasileira.

No primeiro dia de novembro, o presidente da República eleito anunciou que Sérgio Moro seria o ministro da Justiça e da Segurança Pública do seu governo. Assim, o ex-juiz da Lava Jato, que conduziu coercitivamente, condenou, prendeu e ordenou a continuidade da prisão de Lula, se tornaria um dos ministros com mais destaque no novo governo. Em 2021, esse seria um dos argumentos que levaram o STF a declarar a suspeição de Moro.

Em março de 2021, o ministro Edson Fachin anulou as condenações de Lula no âmbito da Lava Jato, por considerar que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgou

o processo fora da área de jurisdição, tornando-se “incompetente” (decisão que abarcava também Moro). A Segunda Turma do Supremo não apenas ratificou tal decisão como demonstrou a parcialidade do ex-juiz. Decisão que seria confirmada pelo Plenário da Suprema Corte, em junho daquele ano.

Nesse contexto histórico, partimos do pressuposto de que a condução coercitiva foi um acontecimento fulcral no processo de desconstrução da imagem de Lula. Pretendemos mostrar como essa teia narrativa foi construída na *Folha de S. Paulo*.

Fundamentação teórico-metodológica

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e o diálogo epistêmico entre as teorias do *framing* (enquadramento) e do agendamento com a análise interdiscursiva.

Pela natureza do *corpus*, definimos que os enquadramentos analisados serão os informativos. Assim, analisamos os primeiros dez textos noticiosos (reportagens e notícias) publicados no dia 5 de março de 2016.

As notícias são produtos de um processo de seleção, exclusão e ênfase dos acontecimentos. Nesse processo, encontram-se arraigados os chamados “critérios de noticiabilidade” (TRAQUINA, 2005) que resultam em concepções culturais e ideológicas dos sujeitos-jornalistas e no contexto sócio-histórico. Entre esses se destacam a polêmica, o escândalo e o confronto como valores-notícia (PENA, 2005). Assim, as reportagens e notícias não são dados objetivos da realidade, mas um processo de seleção discursiva que constroem narrativas.

Em uma perspectiva discursiva, Charaudeau (2013) defende que há critérios externos e internos que tornam um acontecimento em notícia. Os externos se referem à forma como um fato ocorre, sendo classificados em três tipos: fatalidade, programado ou suscitado. Assim, o previsível e o imprevisível, o provocado e o espontâneo se colocam como fatores importantes na hierarquização e seleção das notícias. Já os internos referem-se às opções feitas pela mídia na representação do acontecimento e na criação de hierarquias para eles. Essa construção está relacionada ao “princípio de saliência”, ou seja, às representações da mídia sobre os interesses ou emoções do público. Nesse jogo de projeção imaginária, a proximidade geográfica do acontecimento, por exemplo, pode

ter mais peso na seleção noticiosa. Esses critérios jamais são estanques e podem ser sobrepostos a depender do contexto sócio-histórico.

Fulton (2005) defende que, no mundo dominado pela mídia impressa e eletrônica, o senso de realidade é estruturado por narrativas. Entendo que o jornalismo constrói narrativas sobre o mundo por meio de uma série de procedimentos comunicacionais, linguísticos e antropológicos, tais como: a organização sequencial das narrativas, a construção da hierarquia de acontecimentos (promovidos pelo lide e pela pirâmide invertida); o ideal de objetividade; a construção imaginária do papel social do jornalista e os critérios de noticiabilidade.

O enquadramento de um fato decorre de como se organizam as “narrativas jornalísticas” (FULTON, 2005). A escolha dos personagens e os atributos dele; a seleção das fontes e a escolha das falas; a presença ou ausência do contraponto, ou, no jargão jornalístico, o “outro lado”, são algumas dessas operações discursivas.

Segundo Entman (1993, p. 5, tradução nossa), enquadrar é “selecionar e jogar luz sobre aspectos de um evento ou de um assunto, e fazer conexões entre eles para promover uma interpretação particular, uma avaliação e/ou solução”. Ressaltamos que essa seletividade tende a apagar ou a ressaltar alguns pontos da cobertura jornalística.

Porto (2004, p. 91) advoga que os enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, escolha e destaque utilizados para relatar os acontecimentos. Gutmann (2006) defende que os enquadramentos midiáticos são molduras aos conteúdos noticiosos que influenciam a visão da opinião pública. Nessa concepção, há dois mecanismos inter-relacionados com os enfoques oferecidos pela imprensa a um determinado assunto e o enquadramento da audiência, como ela interpreta os assuntos oferecidos pela mídia.

Na perspectiva teórica dos enquadramentos, podemos entender como se atribuem narrativas aos fatos e como elas se encaixam numa “cadeia de sentidos” (GITLIN, 1980), anteriores, *locus* privilegiado dos movimentos da memória discursiva ou do “interdiscurso” (ORLANDI, 2007).

Na esfera discursiva, confrontam-se posições ideológicas distintas, ou “formações discursivas” (ORLANDI, 2007), que disputam narrativas. A análise permite depreender que na condução coercitiva, petistas e acusadores disputavam sentidos. Os primeiros acusavam o juiz Moro e os procuradores de autoritarismo e espetacularização; os segundos se colocavam como fiéis cumpridores da legislação e se construíam como

combatentes contra a corrupção. Dessa forma, outras vozes serão mobilizadas pelos jornalistas para acentuar os efeitos polêmicos do escândalo.

Segundo Thompson (2002), o crescimento da mídia aumentou a visibilidade dos escândalos principalmente em sociedades onde poder e fama estão intimamente ligados e a construção/desconstrução de imagens públicas dá a tônica da disputa.

Porto (1998, p. 24) defende que “a análise de enquadramento possibilita investigar o processo pelo qual interpretamos a realidade política utilizando atalhos (pontos de vista ou ‘filtros’) que nos permitem dar sentido ao mundo”.

Segundo Gitlin (1980), os enquadramentos operam mecanismos de seleção, ênfase e apresentação de ideias e temas para construir narrativas sobre os acontecimentos. Defendemos que essa operação é permeada por posições ideológicas na arena discursiva e heterogênea do jornal.

A memória ou interdiscurso é a retomada de discursos já proferidos, todo o discurso é atravessado por outros (ORLANDI, 2007, p. 31). Ora, isso acontece por estarmos submetidos às ações das ideologias e da história, pois as palavras que usamos já foram ditas alhures.

De fato, os movimentos da memória discursiva atravessam e constituem nossos dizeres. Por vezes, esquecidos, inconscientes ou deliberadamente silenciados, as ideias, imagens e textos de “outros lugares” integram nossa própria produção discursiva.

Embora essa heterogeneidade seja um princípio constitutivo de todo o dizer (PÊCHEUX, 1997), por vezes, é possível localizar a sua presença por marcas nos textos e nas imagens jornalísticas, por meio de recursos como a citação e a ironia, por exemplo. Na produção jornalística, identificamos a presença desse “efeito da memória” ao longo da cadeia discursiva, como na escolha das citações e das falas dos entrevistados.

Procuramos destacar os efeitos mais visíveis da memória discursiva, aqueles aspectos que denotam a “heterogeneidade mostrada” por meio dos seguintes recursos argumentativos: discurso direto, citação, aspas, itálicos, ironia e metáforas, conforme categorização de Authier-Revuz (1990).

A partir da orientação metodológica de Porto (2004, p. 90-95), identificamos as principais controvérsias sobre a condução coercitiva de Lula e os enquadramentos relacionados. O autor defende também que é importante elencar quais atores sociais influenciam os *framings* da imprensa, ou seja, quais fontes são mobilizadas para a narrativização dessas controvérsias.

Destacamos as polêmicas e as controvérsias presentes nos enquadramentos e na oposição entre eles, realçando os argumentos contrários e favoráveis. Analisamos a partir de Miguel e Coutinho (2007), os enquadramentos que narrativizam as “causas” e “consequências” da condução coercitiva.

Análise dos enquadramentos

O primeiro texto noticioso está na capa da *Folha*, logo após a manchete “Lava Jato atinge Lula e o obriga a depor; ex-presidente vê perseguição”. O título traduz a polêmica ao contrapor as versões do petista às da operação, constrói-se um enquadramento de *conflito*, no qual a ênfase das matérias recai sobre a disputa entre posições discursivas distintas. Em seguida, onde seria a “linha fina” da notícia, há um conjunto de cinco frases, separadas por um sinal gráfico de uma estrela, alusão ao Partido dos Trabalhadores, são elas: “Justiça quebra sigilos de petista, Dilma se diz inconformada, Condução coercitiva divide especialistas, manifestantes entram em conflito e Bolsa sobe e dólar cai”. Tais sentenças compõem uma tessitura discursiva das principais consequências da ação contra Lula. As quatro primeiras estão dentro do campo político-jurídico e a última indica a posição positiva do mercado. Detalharei esses pontos à frente.

Ao descrever os acontecimentos do dia anterior, a chamada de capa apresenta como personagens os acusados de corrupção, Lula e o pecuarista Carlos Bumlai, em oposição aos procuradores. Traz ainda uma fala de Dilma, da “oposição” — tratada de maneira genérica — e dos manifestantes “prós e anti-Lula” e enuncia a voz de especialistas que comentam o tema. Como esse é um texto de entrada, ele objetiva atrair os leitores para as páginas internas onde deverá aprofundar esse conteúdo.

Há a presença do discurso indireto que indica a causa da polêmica: “Investigadores suspeitam que ele tenha recebido favores de empreiteiros e do pecuarista Carlos Bumlai (como obras do triplex do Guarujá e do sítio em Atibaia, além de recursos via contratos fictícios)” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, capa).

Apresenta como *framing* de consequência o discurso de Lula, cujo enquadramento é negativo por se tratar de uma omissão: “Lula disse ter sido ‘prisioneiro’ e alvo de perseguição. Não rebateu acusações já negadas anteriormente” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, capa, grifos nossos). Dessa forma, constrói suspeição do discurso do

petista. O texto prossegue contando que Lula se ofereceu para concorrer à Presidência em 2018. E conclui enfatizando o embate entre os manifestantes e contrapondo o discurso indireto dos procuradores e da presidente da República, num claro enquadramento de conflito:

Reações se sucederam durante o dia. Procuradores disseram que ninguém está acima da lei na República. A presidente Dilma se declarou inconformada e criticou a condução coercitiva, que dividiu especialistas ouvidos pela Folha (FOLHA DE S. PAULO, 2016, capa).

Embora sintético pela sua própria configuração de chamada, o texto já introduz os principais temas que serão abordados nas reportagens. E finaliza com uma citação direta que se mostraria profética e será reiterada em outros textos: “Para a oposição, a ação foi o ‘começo do fim’” (FOLHA DE S. PAULO, 2016, capa).

Acompanha-se uma foto em que há cerca de dez pessoas em torno do ex-presidente, a legenda indica que se trata do Aeroporto de Congonhas. A foto chama a atenção pela expressão de surpresa de Lula, com a boca entreaberta e as sobrancelhas arqueadas.

Abaixo há o texto 2, “Assessor da Presidência levou dinheiro para o sítio”, que complementa o enquadramento negativo da chamada principal. Em duas pequenas colunas, apresenta a causa do conflito: um pequeno empreiteiro, cujo nome é ocultado pela notícia, afirmou à Lava Jato que um assessor de Lula, Rogério Aurélio Pimentel, teria feito pagamentos no valor de R\$ 167 mil em “dinheiro vivo” para quitar obras no sítio. Finaliza com a negativa indireta de Lula, em discurso indireto, e informa que a defesa do assessor não foi encontrada.

Duas estratégias retóricas se destacam no texto: o uso da metáfora que, via efeito da memória, dramatiza os efeitos do pagamento: ele não usou cheques ou cartões, mas “dinheiro vivo” (FOLHA DE S. PAULO, 2016A, capa). E o apagamento do nome do acusador. Também, inexistiu um trabalho de apuração que comprove as afirmações, trata-se de declarações realizadas sob sigilo da fonte.

Ao lado e sem relação direta com o texto, há uma outra fotolegenda que apresenta imgeticamente as consequências da condução coercitiva, os efeitos de negatividade são claros: a fotografia congela um movimento de briga corporal entre os manifestantes, apartados pela força policial. A legenda complementa o sentido: “Sem

diálogo. Manifestantes pró e contra Lula brigam perto do Aeroporto de Congonhas (zona sul de SP), onde o petista depôs à PF; a PM interveio para separar os grupos”.

O terceiro texto noticioso, “Lava Jato mira Lula, que reage e se lança candidato em 2018”, traz uma foto que enquadra o petista chorando, vê-se uma mão que segura um microfone e o outra, um lenço. Pelo próprio título, evidencia-se o enquadramento de conflito.

De maneira análoga ao primeiro texto analisado, há uma série de três sentenças, separadas por marcadores em formato de estrela, que sintetiza as causas e uma das consequências do conflito: “ex-presidente é conduzido pela PF para prestar depoimento; investigação acusa petista de beneficiar-se do Petrolão; necessidade de ação causa controvérsia no meio jurídico”

Em primeiro plano, o texto apresenta a condução de Lula e enquadra a causa do conflito. “Pela manhã, policiais federais entraram em seu apartamento em São Bernardo do Campo e o conduziram coercitivamente para prestar depoimento” (FOLHA DE S. PAULO, 2016B, p. A4). E o *framing* de consequência: “resultou em protestos entre simpatizantes e opositores” (FOLHA DE S. PAULO, 2016B, p. A4).

A reportagem traz os desdobramentos com o discurso de Lula e sua fala aspeada: “disse que se sentiu ‘um prisioneiro’” e traz ainda a reprovação de Dilma que “soltou uma nota em que criticou a ação contra Lula”. Em pronunciamento, defendeu-se das acusações feitas pelo ex-líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS)”.

Finaliza o texto trazendo a polêmica interpretativa, com atores não nomeados e reiterando a discursivização do fim do petismo: “Alguns analistas consideram uma agressão desnecessária, uma vez que o petista diz que se apresentaria voluntariamente. A oposição classificou a ação como o ‘começo do fim’”.

Em seguida, há o texto 4, “PF chama nova fase de operação *Aletheia*”, em que, de maneira didática, à maneira dos releases das assessorias de imprensa, explica o significado da palavra grega, recorrendo a filiações etimológicas: “significa ‘verdade’, mas também pode designar ‘realidade’, ‘não oculto’, ‘revelado’” (FOLHA DE S. PAULO, 2016C, p. A4). Ao seu lado, está um infográfico com dados da operação. Um detalhe importante é a listagem com os nomes de outras onze pessoas que foram “alvos de condução coercitiva”, destacando o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, intensificando a atmosfera negativa ao petismo.

A reportagem 5, "Para a Procuradoria, o ex-presidente obteve vantagens no problema", enquadra Lula de maneira adversa, pois, se sustenta na palavra da acusação (MPF), fonte oficial, construindo uma atmosfera discursiva de culpabilidade. A causa da polêmica é a suspeita que Lula tenha recebido mais de R\$ 4 milhões em "benesses pagas por investigados na Lava Jato e que, por meio de 'laranjas', teria ocultado patrimônio" (FOLHA DE S. PAULO, 2016 D, p. A4, grifos nossos), no caso, o triplex e as reformas do sítio. A metáfora da fruta reforça, via efeito da memória, os sentidos de suspeição.

Em nota, o Ministério Público afirmou que Lula foi "um dos principais beneficiários" do esquema de corrupção na Petrobras. As aspas fazem parte do texto e reforçam uma discursivização negativa à imagem do petista. Por vias da memória, reconhece-se a importância dos discursos do MP pós Constituição Federal de 1988 que, para o senso comum, se confunde com o judiciário.

Ademais, o texto tem citações diretas do juiz Moro para quem o ex-presidente "merece todo o respeito, em virtude da dignidade do cargo que ocupou", mas que "isso não significa que esteja imune à investigação".

A atividade de Lula como palestrante também é posta em suspeição, já que teria recebido pagamentos de algumas das empreiteiras investigadas; segundo a matéria, o valor seria de cerca de R\$ 30 milhões.

Para reforçar o enquadramento de Lula suspeito, o texto utiliza outra vez o discurso direto de Sérgio Moro, no despacho que autorizou a condução coercitiva: "No contexto do esquema criminal da Petrobras, gera dúvidas a generosidade das aludidas empresas". A reportagem aponta uma série de outras suspeitas levantadas pelo MP contra Lula e pessoas próximas a ele, como os filhos e o presidente do Instituto Lula, em um enquadramento que antecipa a culpabilidade.

Por fim, é importante destacar que a reportagem não abre espaço para o contraditório, não há falas dos advogados de defesa ou dos acusados.

Logo abaixo, há o texto 6, "Ministra do STF nega pedido para suspender investigações". A construção discursiva também é negativa já que a ministra Rosa Weber indeferiu o pedido da defesa para suspender as investigações contra Lula no Ministério Público Estadual de São Paulo. A solicitação se sustentava no fato de que já tramitava uma investigação análoga no Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba. A notícia utiliza o discurso direto da ministra, via despacho, escrito no jargão dos juristas, sem qualquer tratamento para torná-lo mais compreensivo:

[...] a imposição de obstáculo à investigação demanda o reconhecimento de ilegalidade irrefutável patente e de imediata compreensão, sob pena de indevida ingerência em prerrogativa constitucional titularizada pelo Ministério Público em nome da sociedade (FOLHA DE S. PAULO, 2016 E, p. A6).

A citação se filia a uma linguagem profissional, técnica e de pouca objetividade que, embora se choque com a linguagem jornalística, produz, por vias interdiscursivas, um efeito de sentido de autoridade.

No último parágrafo, o texto informa que há outro pedido da defesa de Lula para que a investigação fique sob a responsabilidade do MPF em São Paulo, e não em Curitiba. Todavia, o texto informa que a ministra ainda não havia se posicionado sobre tal pedido.

Há o último texto da página, assinado por Leandro Colon e por Aguirre Talento: “OAS pagou para armazenar bens do petista”. O enquadramento do título já é acusatório: a causa do conflito seria a suspeita do MP que a empreiteira OAS pagou R\$ 1,3 milhão por armazenamento de bens do ex-presidente. E que o “petista simulou contratos de palestra para receber dinheiro da empreiteira” (CÓLON; TALENTO, 2016, p. A6). A reportagem de número 7 segue reiterando os argumentos da acusação contra Lula, uma evidência de “adoção de práticas de lavagem de dinheiro, com ocultação e dissimulação de origem, natureza e propriedade de bens e recursos” (CÓLON; TALENTO, 2016, p. A6).

O enquadramento reforça os sentidos de suspeição, a voz dominante é a do Ministério Público que desconfia que as palestras sequer foram ministradas. Para corroborar a tese, traz uma declaração em discurso direto de “três executivos da OAS que trabalham na empreiteira”. A informação é que os três “não se recordam de ter sido noticiada palestra do ex-presidente dentro da OAS ou custeada pelo mesmo” (CÓLON; TALENTO, 2016, p. A6). O texto finaliza a argumentação trazendo as cifras que a empresa de palestras de Lula (LILS Palestras) recebeu em 2014. Há um parágrafo final, sob o intertítulo de “outros lados”, em que aparece o contraditório, uma declaração aspeada da assessoria do Instituto Lula que informou que “todas as palestras foram realizadas”, mas que não houve comentário sobre o serviço de armazenagem. E diz que a OAS preferiu não comentar o caso.

Entre os textos da página, há uma série fotográfica que mostra detalhes da operação, enfatizando os agentes da Polícia Federal, enquadrados em uma narrativa cinematográfica. As legendas auxiliam a construção da narrativa e do papel dos policiais,

são elas: em sentido horário: 1. Carro da Polícia Federal deixa casa do ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo; 2. A rua onde fica o Instituto Lula, em São Paulo, foi bloqueada em função de buscas no imóvel; 3. Carros de polícia e Receita entram na garagem do prédio de Fábio Luís, o Lulinha; 5. Agentes da polícia fazem buscas em sítio em Atibaia (SP) frequentado por Lula e familiares.

Na página A7, temos a matéria de número 8, “Ex-assessor do Planalto pagou reforma de sítio em dinheiro”, assinada por Bela Megale e Flávio Ferreira. Segundo informações apuradas pela Folha, um “fornecedor de serviços” teria testemunhado que, no final de 2010, um dos assessores de Lula, Rogério Aurélio Pimentel, “realizou pagamentos em dinheiro vivo para quitar as despesas de obras realizadas no sítio em Atibaia” (MEGALE; FERREIRA, 2016, p. A7). A notícia traz uma foto do assessor que também fora conduzido coercitivamente no dia da ação.

A acusação a Lula é posta na voz da “força tarefa”: há suspeita que “Lula seja o real dono da propriedade rural, que está registrada em nome de dois sócios do filho mais velho do petista” (MEGALE; FERREIRA, 2016, p. A7).

Na reportagem aparece, também, o depoimento do engenheiro da Odebrecht Frederico Barbosa, confirmando os indícios do Ministério Público. O texto está separado do principal com o intertítulo irônico “Homem da Mala”, em negrito e em caixa alta. Como esclarece o fragmento: “Barbosa relatou que o ex-assessor de Lula também fez pagamentos de produtos na loja de materiais de construção fornecedora para as obras do sítio e quitou as despesas de aluguel de equipamentos” (MEGALE; FERREIRA, 2016, p. A7). Por via da memória, a ironia e as declarações do ex-assessor proporcionam um enquadramento negativo: Lula é provavelmente culpado.

Na matéria de número 9, assinada por Mario Cesar Carvalho e Johanna Nublat, e que compreende as páginas A8 e A9, há um infográfico que pretende explicar as conexões da Operação *Aletheia*. De maneira didática, o trabalho de *design* gráfico coloca Lula ao centro e informações sobre as empreiteiras, propriedades, dinheiro e personagens envolvidos no esquema.

Também apresenta uma linha do tempo contando, passo a passo e com precisão de minutos, o dia anterior: desde a chegada do primeiro carro à casa do ex-presidente, às 5h40, até o discurso de Lula no sindicato dos bancários, às 20h05.

Por via dos efeitos da memória, podemos aludir a famigerada apresentação em PowerPoint feita pelo procurador Dallagnol, em 2016, durante entrevista coletiva à

imprensa, em que acusava o ex-presidente de ser chefe de uma organização criminosa e também o colocava no centro do slide em um enquadramento negativo.

A reportagem traz o contraponto entre aqueles que criticaram a condução coercitiva e os seus apoiadores. A abertura do texto já deixa claro que aquele momento “tornou-se o ponto mais polêmico da 24ª fase da Operação Lava Jato” e que foi “criticada duramente por advogados e defendida por procuradores e um jurista” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

A partir de então, a reportagem enquadrará tais argumentos, com destaque para “a crítica mais severa à decisão do juiz Sérgio Moro” feita pelo ministro do STF Marco Aurélio de Mello, em discurso direto: “Condução coercitiva? Eu não compreendi. Só se conduz coercitivamente, ou como se dizia antigamente, debaixo de vara, o cidadão que resiste e não comparece para depor. E o Lula não foi intimado” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8). A reportagem apresenta a justificativa do juiz Moro, em discurso indireto, para a condução coercitiva: “[...] para evitar tumultos, como ocorreu em fevereiro no fórum onde Lula prestaria depoimentos” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

A essa afirmação de Sérgio Moro, a reportagem contrapõe outras vozes de especialistas, todas em falas aspeadas, foram ouvidos: o ex-ministro do STF Ayres Britto; dois professores de direito, Rubens Glezet e Renato de Mello, e um advogado “com cliente na Lava Jato”, Nélcio Machado (as aspas são destaques da própria matéria). Os quatro argumentam contrariamente à medida que deveria ser usada apenas em momentos excepcionais como rezava o Código de Processo Penal. “A condução coercitiva de um ex-presidente passou dos limites parece coisa medieval”, afirmou o advogado (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

O professor da USP Renato Mello afirma que o modelo usado por Moro “parece uma simples justificativa para a legitimação da violência estatal, o que é inadmissível” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

Por via dos efeitos da memória discursiva, ressoa na fala do ex-ministro Ayres Britto a crítica aos processos de espetacularização do judiciário: “Moro é um juiz competente, apartidário. O juízo que tenho de Moro não me autoriza a dizer que ele buscou a espetacularização. Nada obstante foi o que aconteceu” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

Sob o intertítulo “Apoio à decisão”, há um discurso titubeante do jurista Ives Gandra da Silva Martins, no qual afirma que a coerção não era necessária “do ponto de

vista estritamente jurídico”, mas relativiza o caso: “Tenho a impressão [de] que a PF não fez isso para desfigurar a imagem do ex-presidente Lula, mas para garantir que ele falasse” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

O texto dá voz ainda ao Ministério Público, por meio de uma nota oficial, em que defende a legalidade da ação, e ao delegado da Polícia Federal que coordena a Lava Jato, Igor Romário. Ele argumenta que o juiz Sérgio Moro se preocupara com “a exposição de Lula e de sua família, tanto pelo lado pessoal e pelo possível uso político” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

A reportagem confirma que houve como consequência uma repercussão polêmica do caso, mas isso “não deve provocar abalos na Lava Jato” (CARVALHO; NUBLAT, 2016, p. A8).

O texto seguinte, número 10, “Lula se irrita com pergunta da PF sobre pedalinhos”, assinado por Bela Megale e Catia Serra, também se encontra na página A9. A reportagem enquadra a irritação de Lula durante o depoimento forçado, afirmando que ele “perdeu a paciência quando perguntado sobre os pedalinhos mantidos no sítio frequentados pela família em Atibaia (SP)” (MEGALE; SERRA, 2016, p. A9).

Como não teve acesso direto ao depoimento, a Folha usou a voz de um terceiro, todas as informações foram obtidas pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) que acompanhou o depoimento, e as falas atribuídas a Lula também foram proferidas pelo parlamentar. Em outro momento, a reportagem diz que Lula mostrou contrariedade quando perguntado sobre o triplex do Guarujá. “Não sou dono desse triplex. Perguntem a quem disse que sou’, segundo relato de Teixeira” (MEGALE; SERRA, 2016, p. A9).

Por fim, a reportagem afirma ainda que Lula desqualificou os termos da proposta de delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT-SP): “Fazem delação por desespero”, teria dito (MEGALE; SERRA, 2016, p. A9).

Considerações Finais

No dia 4 de março, antes das seis horas da manhã, uma equipe de jornalismo da *Folha de S. Paulo* já estava às portas do apartamento de Lula em São Bernardo do Campo. Aos poucos chegaram os 15 homens da Polícia Federal com um mandado de condução coercitiva assinado pelo juiz Sérgio Moro. A onisciência dos jornalistas era

comum, em meio aos vazamentos seletivos⁴ da Operação Lava Jato, o que levou a críticas e a debates públicos.

É preciso considerar que o escândalo midiático envolvendo Lula é dotado de noticiabilidade e interesse público. Dessa forma, a construção narrativa do jornal é tecida pela voz dos atores externos, especialmente os órgãos acusatórios e investigativos (MPF e PF), que intensificam a desconstrução da imagem do político.

Na totalidade, os sentidos de transgressão estão presentes na narrativa jornalística, pois um dos mais conhecidos políticos e ex-presidente do Brasil era suspeito de corrupção na maior operação jurídico-policial da história do país. Esses sentidos foram narrativizados nas dez matérias (notícias e reportagens) analisadas, em que predominaram a personalização e as fontes oficiais.

Nessas narrativas, produzidas por enfoques, apagamentos e seleções dos jornalistas, em notícias e reportagens, Lula é quase sempre enquadrado de maneira negativa, ou seja, visto em suspeição, em um processo de antecipação da culpa. Para isso, foram utilizados efeitos de memória bastante localizáveis como a metáfora, ironia, discurso direto e imagens. É importante salientar que, em menor medida, também houve espaço para contraponto às fontes oficiais.

Em sua maioria, os enquadramentos se ancoravam em uma forte personalização que colocavam Moro e Lula em pólos opostos, produzindo simplificações sobre o funcionamento da política e das raízes da corrupção.

Houve o predomínio de fontes oficiais, como o Ministério Público. Por conseguinte, a narrativa esvazia a complexidade dos acontecimentos e produz um efeito de denúncia antecipada.

A conjuntura sócio-histórica indicava uma polarização da sociedade entre forças sociais antagônicas, progressistas e reacionárias, que prenunciava o aprofundamento da crise política nos meses subsequentes. Tudo isso desembocou no “show midiático” do golpe contra Dilma Rousseff (2016), na prisão de Lula e na eleição de Jair Bolsonaro (2018).

Se já existiam críticas ao ativismo jurídico da Lava jato, especialmente quando os procuradores da força-tarefa deram declarações que sinalizam apoio ao bolsonarismo em

⁴ A Vaza Jato demonstrou que essas eram práticas corriqueiras na operação. Cf. GREENWALD; NEVES, 2020.

2018, quando Moro deixou a magistratura para se tornar ministro da Justiça (2019), essas foram intensificadas.

A condução coercitiva foi generalizada como metonímia do fim do lulismo. Como a história pendula entre continuidades e discontinuidades, a profecia não se realizou. Após o desastre econômico, político e sanitário do governo Bolsonaro, especialmente durante o ápice da pandemia da Covid-19 (2020), Lula foi eleito presidente da República em 2022. No mesmo pleito foram eleitos Sérgio Moro (União Brasil-PR), senador, e Deltan Dallagnol (Podemos-PR), deputado federal⁵.

Referências

ATHANÁSIO, E. Lava jato e espetáculo político: o discurso dos editoriais da Gazeta do Povo sobre os vazamentos da operação. **Revista Estudos de Jornalismo**, n. 7, p. 93-112, 2017.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: UNICAMP, n. 19: 25-42, jul.; dez.1990.

BROETO, V. M. Prisão para delatar transforma a preventiva em método de tortura. *Consultor Jurídico*, [S.l.], 20 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2RNBeUc>. Acesso em: 20 maio 2020.

CARVALHO, M. C.; NUBLAT J. Depoimento forçado de petista causa controvérsia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.

CASADO, L. Gilmar Mendes diz que Lava Jato criou 'direito penal de Curitiba'. *Folha de São Paulo*, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3BE2dJM>. Acesso em: 4 jul. 2020.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CÒLON, L.; TALENTO, A. OAS pagou para armazenar bens de petista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016.

⁵ Em 16 de maio de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral cassou, por unanimidade, o mandato do deputado Dallagnol. Segundo o ministro relator, Benedito Gonçalves, o ex-coordenador da Operação Lava Jato teria fraudado à chamada lei da "Ficha Limpa", ao pedir exoneração do MPF e se candidatar à Câmara dos Deputados. Na ocasião, havia 15 procedimentos de investigação em trâmite contra ele no Conselho Nacional do Ministério Público que poderiam torná-lo inelegível, caso condenado.

CRUZ, A. C. A midiatização da Operação Lava Jato. **Temática**, ano XVI, n. 2, fev. 2020, p. 14-29.

DIAS, P. T. F. A condução coercitiva de investigado versus presunção de inocência: o autoritarismo processual penal ainda insepulto no Brasil pós-Constituição de 1988. In: WEDY, M. T. (org.). **Meios de obtenção de prova no processo penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

ELPAÍS. O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. Disponível em: <https://bit.ly/2RxBJ4n>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**. V. 43, n. 4, 1993. p. 51-58.

FOLHA DE S. PAULO. Assessor da Presidência levou dinheiro para o sítio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016A.

FOLHA DE S. PAULO. Lava Jato atinge Lula e o obriga a depor; ex-presidente vê perseguição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Lava Jato mira Lula, que reage e se lança candidato em 2018. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016B.

FOLHA DE S. PAULO. Ministra do STF nega pedido para suspender investigações. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016E.

FOLHA DE S. PAULO. Para a Procuradoria, o ex-presidente obteve vantagens no petróleo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016D.

FOLHA DE S. PAULO. PF chama nova fase de operação Aletheia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016C.

FOLHA DE S. PAULO. Saiba o que a Folha pensa sobre os principais temas da atualidade. Disponível em: <https://bit.ly/3WitquQ>. Acesso em: 20 janeiro de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. STF veta que investigado seja levado à força para prestar depoimento. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 de junho 2018.

FOUCAULT, M. Estratégia, Poder-Saber. **Ditos e Escritos** (Vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006.

FULTON, H. E. et al. **Narrative and media**. New York: Cambridge University Press, 2005.

G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/2N8NCuY>. Acesso em 15 jan. 2019.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media and the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California, 1980.

GOMES, M. A. M. Crítica à cobertura midiática da operação Lava Jato. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 122, p.229-253, 2016.

GREENWALD, G.; NEVES, R. Dallagnol mentiu: Lava Jato vazou informações para a imprensa para forçar delações. Disponível em: <https://bit.ly/32crw1W>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MEGALE, B.; FERREIRA, F. Ex-assessor do Planalto pagou reforma de sítio em dinheiro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 de março 2016.

MEGALE, B.; SERRA, C. Lula se irrita com pergunta da PF sobre pedalinhos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.97-123, jun. 2007.

MORAIS, F. B.; BONACCORSI, D. V. A colaboração por meio do acordo de leniência e seus impactos junto ao processo penal brasileiro: um estudo a partir da "Operação LavaJato". **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 122, p. 122-144, set./out. 2016.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PESQUISA IBOPE: Lula, 37%; Bolsonaro, 18%; Marina, 6%; Ciro, 5%; Alckmin, 5%. Disponível em: <http://glo.bo/2N6ekEG>. Acesso em: 24 fev. 2019.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004.

PORTO, M. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v.12, n.4, out.-dez. 1998, p.17-25.

PRADO, M. M.; MACHADO, M. R. A.; BARROS, M. Uso do direito penal para combater a corrupção: potencial, riscos e limitações da Operação Lava Jato. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 2, 7 dez. 2021

SANTOS, W. G. dos. **Democracia impedida**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, A. Batalha final. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

UOL. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/45a5Moy>. Acesso em: 14 jan. de 2019.

Submissão: 24 de mar. 2023

Aceite: 18 de mai. 2023.